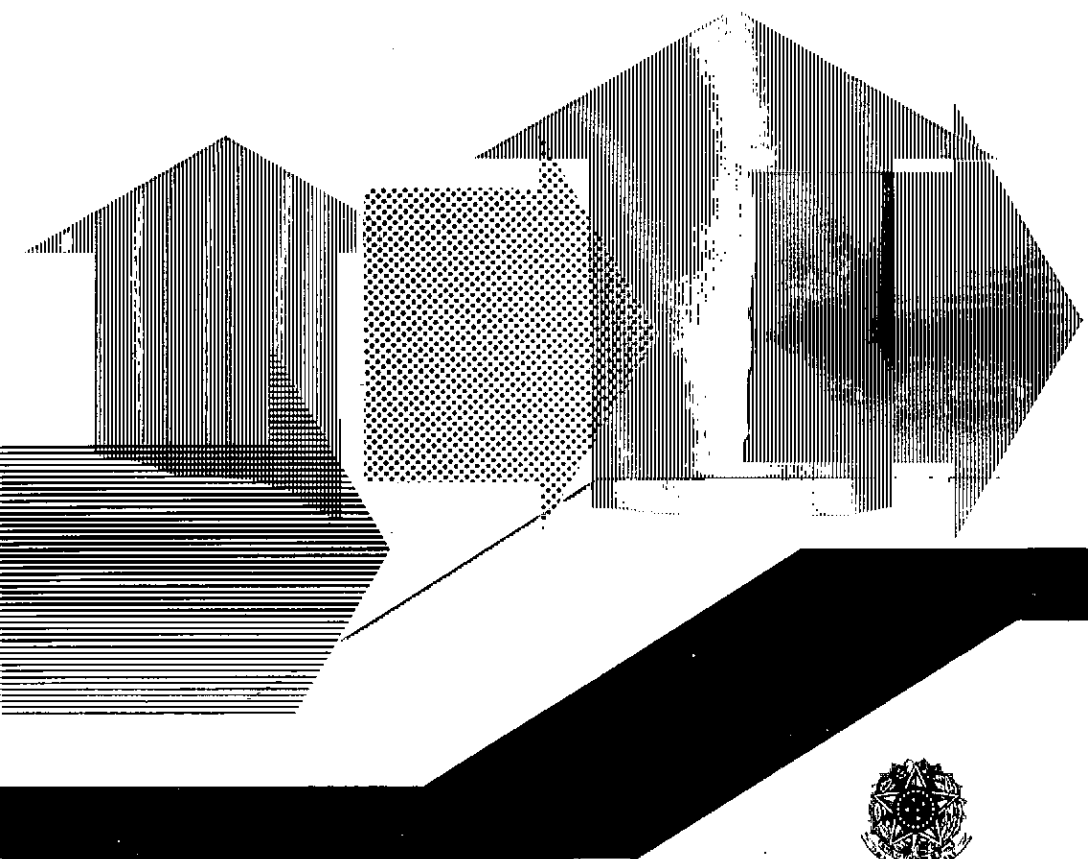


A INFORMAÇÃO OFICIAL

CONFERÊNCIAS E DEBATES SOBRE
COMUNICAÇÃO SOCIAL NA NOVA REPÚBLICA

JOSÉ SARNEY – MARCO MACIEL – IVAN DE SOUZA MENDES – ALMIR PAZZIANOTTO
MAURO SALLES – CARLOS MATHEUS – FROTA NETO – MÁRIO ALBERTO DE ALMEIDA
TONINHO DRUMMOND – JOÃO SAYAD – PAULO BROSSARD
DÍLSON FUNARO – GETÚLIO BITTENCOURT

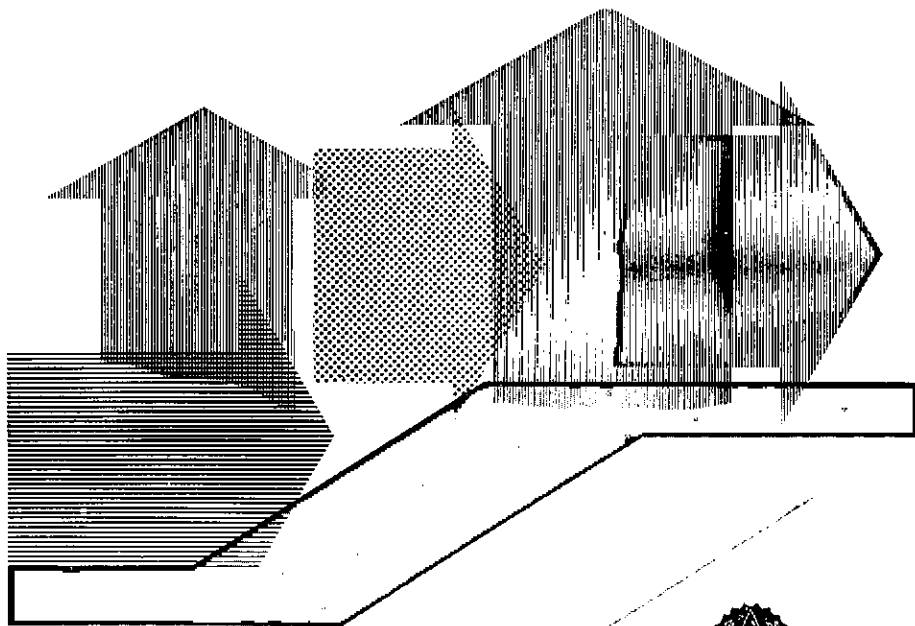


SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL – SECAF
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A INFORMAÇÃO OFICIAL

CONFERÊNCIAS E DEBATES SOBRE
COMUNICAÇÃO SOCIAL NA NOVA REPÚBLICA

JOSÉ SARNEY – MARCO MACIEL – IVAN DE SOUZA MENDES – ALMIR PAZZIANOTTO
MAURO SALLES – CARLOS MATHEUS – FROTA NETO – MÁRIO ALBERTO DE ALMEIDA
TONINHO DRUMMOND – JOÃO SAYAD – PAULO BROSSARD
DÍLSON FUNARO – GETÚLIO BITTENCOURT



SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL – SECAF
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Este livro é dedicado à imprensa brasileira.

SUMÁRIO

7	INTRODUÇÃO
11	O PROCESSO DE DECISÃO NUM GOVERNO CIVIL DE COALIZÃO Marco Maciel
33	AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NA NOVA REPÚBLICA Almir Pazzianotto
53	AS INFORMAÇÕES NA PROTEÇÃO DO ESTADO Ivan de Souza Mendes
69	A PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO DE TANCREDO NEVES E SEU GOVERNO Mauro Salles
93	A OPINIÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO Carlos Matheus
117	O PAPEL DO PORTA VOZ Frota Netto
139	A MELHOR FORMA PARA A UTILIZAÇÃO DO MATERIAL DENTRO DA EDIÇÃO Toninho Drummond
151	AS ALTERNATIVAS BRASILEIRAS NO FIM DO SÉCULO XX Mário Alberto de Almeida
171	SOBRE O PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO João Sayad
195	A NOVA FEDERAÇÃO Paulo Brossard
213	EXPLICANDO À SOCIEDADE José Sarney
221	DEPOIS DO PLANO CRUZADO Dilson Funaro
229	PORQUE UM SEMINÁRIO Getúlio Bittencourt

INTRODUÇÃO

Este volume reúne todas as conferências e debates do Seminário Sobre Informação Oficial, realizado pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Federal (SECAF) em fevereiro de 1987.

Alguns textos foram revisados pelos conferencistas, outros não, mas em todos os casos conservou-se a forma da transcrição oral. Apesar das eventuais imprecisões da linguagem falada, foi assim que as conferências foram realizadas, e sua transcrição tem a vantagem de reproduzir algo do clima e das circunstâncias.

O PROCESSO DE DECISÃO NUM GOVERNO CIVIL DE COALIZÃO

MARCO MACIEL

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
4 DE FEVEREIRO DE 1987

GETÚLIO BITTENCOURT (Secretário Especial de Comunicação Social da Administração Federal) – Senhoras e Senhores, vamos começar este Seminário sobre a Informação Oficial com a conferência do Ministro Marco Maciel acerca do processo de decisão num Governo civil de coalizão, no momento de transição democrática que o Brasil vive hoje.

A premissa deste Seminário, para o qual os Srs. foram convidados, é a de que para que o processo de comunicação externa do Governo possa ser eficiente, é necessário primeiro que o Governo converse consigo próprio. O Ministro Marco Maciel vai colocar quais as questões que o Governo vive do ponto de vista político. Outros Ministros vão conversar sobre a Administração Federal, do ponto de vista dos seus respectivos Ministérios.

Passo a palavra a S. Exa.

MARCO MACIEL (Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República) – Iniciando este nosso encontro e lhe dando a maior informalidade possível, devo dizer quanto é válida a idéia do Jornalista Getúlio Bittencourt em promover este tipo de Simpósio, de Conclave.

Na verdade, hoje se fala muito em participação. Já houve quem dissesse que a participação é a palavra-chave da moderna democracia. Entendo sempre que a participação para ser boa deve começar de casa. Não adianta termos uma retórica, em que defendemos, mais do que uma democracia representativa, uma democracia participativa, se não formos capazes de internamente melhor nos articular, isto é, se não formos capazes de internamente melhor discutir a nossas questões, freqüentemente examinar como melhor proceder face a determinados desafios e como, assim, de melhor forma operar os encargos que estão sobre os nossos ombros.

Poderia aproveitar este instante para dizer que a idéia é excelente, por isso aceitei, muito prazerosamente, abrir este encontro para que pudesse dizer alguma coisa do que penso sobre o assunto.

A primeira, obviamente, é que estamos vivendo uma nova fase da nossa História Republicana. É aquilo que com propriedade o Presidente Tan-

credo Neves chamou de Nova República. A característica principal da chamada Nova República é que ela surgiu de um pacto político, mais especificamente de uma coligação de forças políticas. Isto é algo relativamente novo na vida política do País, porque pelo menos há um quartel de século, não tínhamos Governo constituído a partir de uma coalização de forças. O último Governo que se constituiu nesta condição foi o Governo Jânio Quadros, de vida efêmera.

A maioria dos interlocutores políticos, inclusive, não conviveu num regime de coligação de forças. Se observarmos a própria composição do Congresso Nacional ou do próprio Executivo, federal e estaduais, vamos verificar que são muito poucos os políticos que já tinham uma presença ativa na vida nacional antes da década de 60. Isto, a meu ver, explica muito as dificuldades que temos encontrado em gerar as deliberações, em romper as dificuldades e estabelecer – é o objetivo final, sobretudo do Executivo – as bases da decisão.

Nos países de instituições mais sedimentadas, mais sólidas, o governo de coalizão, governo de composição de forças políticas, é algo natural e já existem os mecanismos, bastante prontos, para que essas decisões se processem sem nenhuma dificuldade. No Brasil há certa perplexidade com relação a esta questão, até, talvez, um pouco de preconceito. Se olharmos um fato muito recente – eu poderia dar muitos exemplos para trás, mas vamos aproveitar o último – a eleição na República Federal da Alemanha. Lá, um dos coligados possui pouco mais de 7%, e essa sua participação, na coligação que perfaz a maioria do governo já foi menor. No Brasil, isso é um fato relativamente novo, posto que, como lembrei há pouco, há muito e muito tempo que não vivíamos sob governo de coalizão de forças, e isso gera certa perplexidade para os executores das políticas e gera também algumas dificuldades para o próprio jornalista compreender e melhor posicionar-se, conseqüentemente, em função do fato. No meu dia-a-dia observo essas dificuldades. Num processo democrático com rotinas mais estabelecidas, isso é algo normal. Há países onde esse sistema de coligação de forças pressupõe a participação de muitos partidos, não apenas dois nem três. Poderia exemplificar com um fato mais recente – Israel. Em Israel, a coligação que governa é a soma de uma série de pequenos partidos, a qual, inclusive, tem como base um partido que não é sequer muito expressivo. O partido matriz, o partido base ou o partido-mãe da coligação, não foi, nas últimas eleições, um partido que obteve um bom desempenho. Apesar disso, eles conseguem operar bem ou razoavelmente bem o governo.

Faço esta observação para tentar explicar porque freqüentemente se pergunta se as decisões não ficaram um pouco mais lentas no Governo ou porque, aparentemente, não estaria havendo mais divergência dentro do Governo. A meu ver, isso brota basicamente do sistema de governo que agora se realiza no País, que é muito explicável dentro de um processo democrático. Inclusive até, a eventualidade, como ocorre freqüentemente em vários países do mundo, de um novo partido vir a integrar a coligação de forças, ou determinado partido se desligar dessa composição. É lógico que, num sistema parlamentar de governo quando isso ocorre pode acarretar a perda da

maioria parlamentar do governo e a sua constituição. Nem sempre isso ocorre, e o caso da Alemanha, há três anos, se não estou equivocado, é um pequeno exemplo: quando o Governo Kohl conseguiu recompor a sua maioria, trazendo um pequeno partido, que tinha base meramente regional e, por esse intermédio, conseguiu continuar a governar.

A partir desta constatação, duas observações. Primeira: é evidente que as decisões se tornam um pouco mais lentas, e é explicável, porque passam por uma negociação política. Muitas decisões não podem ser adotadas sem uma consulta aos partidos que integram o governo, sem uma consulta aos executores da política etc. A segunda observação: por isso mesmo, passa por uma discussão interna, que, muitas vezes, soa como divergência, quando, na realidade, a meu ver, a divergência só se dá quando a decisão já foi adotada. Enquanto a decisão não for adotada, trata-se de uma fase preliminar de consultas, de discussão, que, a meu ver, em nada tisonja o governo, em nada prejudica o governo, posto que é resultado dessa negociação política que marca um governo de coalizão partidária.

Obviamente, ao apontar essas dificuldades, os Srs. concluiriam que o melhor seria não tivéssemos um governo de coalizão. Primeiramente, seria algo a esta altura impossível, porque foi assim, foi nessa condição que se gerou um pacto político, o chamado Compromisso com a Nação, documento firmado entre o PMDB e a então Frente Liberal, ainda não constituída em partido. Na verdade, se a oposição obteve a maioria parlamentar e, de modo particular, a maioria no Colégio Eleitoral, a partir daí não seria compreensível que, uma vez constituído, este Governo pudesse esquecer esse compromisso e tentar fazer um governo apenas de um partido, um governo monopartidário.

Em segundo lugar, o sistema de coalizão de forças, apesar de ter essas aparentes desvantagens, tem uma vantagem muito grande, a de permitir maior engajamento social na obra do Governo, pois — trocando em miúdos —, quanto mais amplo for o acerto político, mais apoio terá o Governo. Isto é, as suas decisões são mais facilmente implementadas, quer a nível de Congresso, quer a nível de opinião pública.

A nível de Congresso porque a sua maioria se torna mais ampla, fazendo com que, inclusive, se possa discutir e votar matérias que exigem **quorum** qualificado, como é o caso de emendas constitucionais, que no País pressupõem um **quorum** de 2/3 dos membros das duas Casas, ou mesmo matérias, como é o caso da Constituinte, cuja aprovação depende de maioria absoluta, que não deixa de ser **quorum** qualificado, sobretudo se considerarmos que essa maioria absoluta não é a maioria absoluta dos presentes, é a dos membros da Instituição, o que vale dizer, se 10 ou 15% da Casa não estiver presente naquele momento, o **quorum** ainda fica mais difícil de ser obtido.

Há uma vantagem muito concreta, muito palpável, do sistema de coligação de forças. Ela enseja essa maior coesão social e as suas medidas são mais facilmente implantadas, mais facilmente executadas.

Num País que ainda tem uma democracia que, para lembrar Otávio Mangabeira, é ainda uma árvore tenra — uma plantinha tenra, para usar exatamente a expressão — uma democracia que ainda precisa ser muito cultiva-

da, muito regada, muito bem tratada, isso é indispensável, é importante, para que não vivamos sob um regime de muita instabilidade que, infelizmente, tem sido a marca do País ao longo de sua História, de modo particular na sua fase republicana, e de modo mais particular ainda nos seus últimos 50 anos. Quando me refiro aos últimos 50 anos, poderia dizer quase que os últimos 57, analisaria de 30 aos nossos dias, da Revolução de 30 aos nossos dias, perfundo em que, sob a República, conhecemos aproximadamente cinco Constituições e 200 emendas constitucionais. O que expressam essas cinco Constituições, essas 200 emendas constitucionais? Expressam uma instabilidade política, uma falta de normalidade institucional, de rotinas sedimentadas do processo político. O fato é que temos oscilado permanentemente em fórmulas populistas ou em fórmulas autoritárias, temos tido sempre a marca de alguma instabilidade, que faz com que o País, como um todo, sofra as consequências dessa instabilidade. Se o fato político condiciona os demais, se não temos práticas estabelecidas, rotinas bem sedimentadas, estaremos a cada episódio sofrendo, e às vezes de forma dramática, as consequências dessas nossas falhas.

Por isso é que, até este instante da Constituinte, é importante lançarmos luzes um pouco sobre este assunto, porque, até um certo ponto, o problema brasileiro termina sendo um problema institucional.

O País é uma grande Nação, todos sabemos, tem uma excelente base territorial, não temos problemas com os nossos vizinhos, e poucos países no mundo têm tantos Estados limítrofes, talvez mais do que o Brasil só a China. Temos uma população expressiva, sem sermos um País superpovoado, talvez com população mal distribuída, mas nunca superpovoado, precisamos colocar 14 hab/km², muito aquém de uma média razoável. Somos um País que já tem, todavia, uma população razoável, segundo o IBGE 140 milhões agora. Temos recursos naturais, solo, subsolo. Temos o nosso vizinho do leste, o mar, que nos dá muitas expectativas não somente de aproximação com outros Continentes como também dá a possibilidade de exploração de seus recursos, da flora, da fauna e também – por que não dizer – da Plataforma Continental. Temos, portanto, tudo para ser uma grande Nação. Temos problemas, é certo, mas quem não os tem? Apesar disso, ainda não somos hoje uma Nação que tenha resolvido muitos dos seus mais agudos e principais problemas. Ainda temos alguns indicadores, sobretudo indicadores sociais, que nos mostram posições muito desfavoráveis no **ranking** internacional das nações, inclusive no desfrute dos chamados benefícios sociais, que ainda nos encontramos no 57º lugar. Se se for medir, assim, um Produto Interno de bem-estar ou de felicidade, se fosse possível medir isto, iríamos ver que estamos numa posição ainda muito desfavorável.

Então, a minha indagação é se isso não representa, se isso não é resultado de não termos resolvido um pouco os nossos problemas institucionais, ou seja, não termos acertado os processos e modos de como resolver as coisas através de instituições que possam operar a ultrapassagem dessas dificuldades, isto é, ainda não conseguimos estabelecer as políticas para que os problemas possam ser vencidos e ultrapassados.

Aliás, no discurso do Presidente Tancredo Neves, o discurso que não foi pronunciado e que uma revista e um jornal publicaram, pude depreender, não sei se é a minha ótica, que o principal recado que o Presidente Tancredo Neves dava naquele discurso era, mais ou menos, que o problema brasileiro era, em última análise, institucional. É lógico que dizer-se isto na rua é muito difícil, porque certamente a maioria das pessoas vai dizer: "não, o nosso problema é ligado ao desenvolvimento em si, é um problema ligado à fome", ou dirá que será um problema específico, se for especialista em determinada área, etc.

O problema nosso é, no fundo, institucional, na minha modestíssima opinião. E este instante da Constituinte é até um momento para refletirmos sobre isso tudo, porque o Constituinte tenha talvez a tarefa mais importante: o estabelecimento dessas premissas dentro desse pacto político por excelência, que é o Pacto Constituinte. Na minha opinião, o Pacto Social por excelência o estamos realizando agora. Este é o pacto básico, decisivo e que, por isso mesmo, tem que ser duradouro.

A Constituinte nada mais deve ser do que um acerto sobre as nossas formas de discordar. Temos que encontrar modos e meios de, por esse Pacto Social, estabelecer as bases do funcionamento das nossas instituições e como elas devem operar, partindo do pressuposto de que fizemos uma opção pela democracia e que democracia é, por excelência, o regime do conflito, do antagonismo, da divergência.

Dentro deste quadro, o momento que estamos vivendo é aquele em que devemos refletir sobre essas questões e, de modo especial, como uma política de comunicação social possa comportar-se face a esse tipo de desafio.

Por outro lado, num processo democrático, precisamos partir do pressuposto de que a decisão não é só do Governo – é outra observação que faço, a partir de conversas com os próprios jornalistas. É também consequência de um processo que passamos a viver agora, mais recentemente, com a implantação daquilo que se chamou Nova República.

Na verdade, antes havia quase aquilo que poderíamos chamar de hegemonia do Poder Executivo. Uma crítica que sempre se faz aos regimes presidencialistas, de modo geral, crítica essa até certo ponto injusta – não porque eu seja presidencialista, mas é extremamente injusta – é a de que o sistema presidencialista ensinaria sempre um papel incontestável, hegemônico, hipertrofiado do próprio Executivo. Não sei se esta conclusão é muito certa. Se pegarmos os modelos clássicos de presidencialismo no mundo, vamos verificar que isso não é verdadeiro. Posso exemplificar com o sistema norte-americano, que, aliás, nos inspirou, porque importamos o presidencialismo com a Constituição de 91, por conta da influência que nesta Carta teve Rui Barbosa. Rui Barbosa transportou naquela fase, depois ele reviu no começo do século. Na fase em que Rui Barbosa reviu o Projeto da Comissão, antes de encaminhá-lo ao Congresso Nacional, fez transportar muito das instituições norte-americanas para o Brasil. Transportamos a Federação – éramos um Estado unitário; transportamos, de alguma forma, essa moderna composição do sistema bicameral e transportamos o sistema presidencial de governo, e outras coisas assim, inclusive o nome. O Brasil era até bem pouco tempo

Estados Unidos do Brasil, à semelhança do norte-americano, Estados Unidos da América do Norte. Transportamos o sistema presidencial de governo. Curiosamente, nos Estados Unidos o sistema presidencial de governo não quer dizer que dê hegemonia ao Executivo. Lá existe um Congresso forte, atuante, e o Judiciário é extremamente ativo. Não foi a Guerra Civil que fez a integração dos Direitos Sociais nos Estados Unidos. Quem a fez foi a Suprema Corte americana, aquelas decisões a partir, por exemplo, dos episódios de Salt Lake City etc. A força do Judiciário americano é reconhecida por todos. Paralisa, quando convém, a ação do governo, age independentemente de provocação e opera com toda a intensidade. Posso dar um exemplo mais recente, o episódio do Presidente Nixon. O Congresso não tem papel menor.

O problema no Brasil, não sei se é uma ótica minha também, não é que tenhamos um Poder Executivo forte. É que os outros – o Legislativo e o Judiciário – são fracos. Por isso, gera a sensação de que o sistema presidencial é um sistema que não convém ao País, sobretudo nesta fase de agora.

Ainda ontem, conversando com um congressista, ele me dizia – meira percepção dele, coisa ainda não muito decantável obviamente: “sinto que 90 ou 80% dos congressistas são parlamentaristas”. Respondi-lhe: “Será?”.

Naturalmente pode haver um pouco de exagero, porque todo mundo fica achando que o problema seria mudar o sistema de governo, sairmos do presidencialismo e partirmos para o parlamentarismo quando, na realidade, nem temos uma tradição parlamentar. O Ministro Paulo Brossard que me perdoe, ele nega este fato, mas não temos – acredito – uma tradição parlamentar, não chegamos, mesmo no Império, a ter um sistema parlamentar *stricto sensu*. Na segunda metade do século, tivemos algumas práticas parlamentares, poucas, mas sistema parlamentar, na minha opinião, nunca. Não vamos discutir agora, porque seria interminável essa discussão.

A República sempre foi presidencialista, desde 91. Tivemos um curtíssimo período de sistema parlamentar, conseqüente da renúncia de Jânio Quadros e de uma negociação política para que João Goulart tomasse posse. No entanto, não era um sistema parlamentar, era um arremedo. Tanto é que contam que Raul Pilla, o principal defensor do sistema parlamentar de governo, teria dito: “não foi este o sistema pelo qual lutei toda a minha vida, não foi para isso que lutei”, quando ele viu implementado aquilo que se chamou no Brasil de sistema parlamentar, que, assim mesmo, durou muito pouco, para podermos afirmar que tivemos um sistema parlamentar.

Considero que toda essa crítica contra o sistema presidencialista no Brasil – é o sistema que mais convém, *data venia* –, toda essa crítica, a meu ver, repousa no fato de confundirmos presidencialismo com hipertrofia do Executivo, com hegemonia incontestável do Executivo. Com a Nova República começamos a ver, e talvez nos ajude nos debates da Constituinte, que as coisas não são bem assim, que a administração, que o governo não é só Executivo, que governo não é sinônimo de Executivo e que, numa sociedade aberta e democrática, governo pressupõe também, e sobretudo, o Legislativo, ou Congresso, Parlamento, Dieta ou que nome se dê, e Judiciário.

É isso talvez que cause um pouco de perplexidade aos jornalistas, de modo geral, e também à opinião pública que, na verdade, os Srs. transmitem um pouco as perplexidades da sociedade. A sociedade começa a dizer: tudo

deveria estar nas mãos do Presidente. Todos esperam e cobram uma decisão do Governo, leia-se do Executivo, ou, de modo mais particular, do Presidente, quando, na realidade, numa sociedade aberta, numa sociedade democrática, a Presidência não é uma Presidência imperial, para usar uma expressão que se empregou com relação ao Governo de Roosevelt – a Presidência imperial. Não é bem assim. O Executivo tem sua parcela de responsabilidade, mas a decisão não é unicamente sua.

Isso faz com que tenhamos que refletir que determinadas decisões, pressupõem uma participação do Congresso, se pressupõe, conseqüentemente, a presença de outros interlocutores e não apenas o Executivo, tampouco só o Presidente da República. Isso faz com que freqüentemente estejamos sob a acusação de que o Governo não está decidindo, e todo mundo se volte para cobrar do Presidente tudo, até alguns setores informados da opinião pública. Daí essa generalizada – se posso dizer assim – febre do pacote. Todo mundo tem um pouco de pacotite, fica todo mundo cobrando para qualquer assunto que saia um pacote, que, de fato, é um negócio mais cômodo. Se alguém decide, resolve-se logo, e depois é até bom, porque se pode criticar também. Se não formos ouvidos, podemos criticar. Este é o problema.

Num processo democrático não pode ser assim. Lógico, algumas decisões terão que ser sempre fechadas, pela própria natureza e pelas implicações que possam ter, mas não quer dizer que deva ser uma norma ou uma lei.

O que tem havido – presumo – é que a decisão não está só conosco, por isso mesmo – não sei se é certo dizer isto –, não temos resposta para muitas questões. Antes todo mundo se acostumou obter do Governo respostas para todas as questões. Hoje ficou mais difícil, porque as respostas não estão apenas com o Executivo, ou – como friso – só com o Presidente da República. Essas respostas devem ser buscadas também em outras áreas e até em outros Poderes da República que compõem o Governo. Até devem ser buscadas numa instituição relativamente nova, que surgiu de forma mais nítida neste século – os partidos políticos.

Tenho dito sempre que, se Montesquieu fosse escrever hoje “O Espírito das Leis”, não teria falado sobre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, ou Benjamin Constant, por exemplo, quando escreveu a “Teoria sobre o Poder Moderador” – refiro-me a Benjamin Constant, escritor e político francês, e não o nosso Benjamin Constant Botelho de Magalhães – quando sugeriu o Poder Moderador. Se Montesquieu ou Benjamin Constant tivessem vivido hoje, certamente teriam concebido a existência dos partidos políticos, porque estes são canais indispensáveis de articulação governo-povo e de enlace entre os Poderes, sobretudo entre os Poderes Executivo e Legislativo. São também os partidos políticos instituições sem as quais o processo democrático não transcorre de maneira plena.

Então, há outros interlocutores, há outras personagens nessas decisões de governo, e isso nos leva ao desafio de procurar também respostas para os nossos problemas não apenas dentro do Executivo ou, repito, de modo particular, na Presidência da República.

É óbvio que temos, dentro desse quadro, um fato que também reputo

positivo: termos um Presidente da República que é um político com longa vivência quer no Executivo – tendo sido, inclusive, Governador do seu Estado – quer, sobretudo, no Legislativo, praticamente 20 anos de vida parlamentar, além de ter um bom nível cultural, uma boa base intelectual, é um político militante, como se diz, do ramo. Este, a meu ver, é um fato positivo e ajuda também a fazer com que se opere no nosso País a chamada transição, essa transição da qual a Constituinte talvez seja o ponto culminante, o ápice de todo o processo.

Certamente os Srs. estão tendo possibilidade de contar com muito maior volume de informações agora do que num passado mais recente. Certamente os Srs. poderão concordar comigo que têm sido muito mais frequentes as entrevistas – não falo entrevistas a nível de Ministério, falo entrevistas com o próprio Presidente da República –, tem havido uma liberação muito maior de informações, de notícias.

É lógico que o fato de o Presidente ser um político tem facilitado a ultrapassagem de certas dificuldades. Tem permitido fazer com que o jogo democrático seja implementado de forma razoável no nosso País e possamos estar, inclusive, num clima de muita tranquilidade, de muita paz, discutindo e votando uma nova Carta política para o País. Talvez uma tentativa, e espero que seja muito bem sucedida, no sentido de darmos estabilidade institucional à Nação, para que possamos ter um processo democrático consequente e perene e possamos livrar-nos da instabilidade que tem marcado a Nação, e construirmos, assim, as bases para o nosso processo de crescimento econômico, de transformação social, de realização integral das nossas aspirações.

Por fim, uma observação sobre aquilo a que chamaria a participação do cidadão. Talvez tenha um pouco a marca de uma proposta liberal, no sentido de que, na realidade, numa sociedade democrática, temos que partir do pressuposto de que o governo é apenas um agente da vontade do cidadão e, de modo mais específico, da vontade da maioria, sem que se negue o direito à organização do dissenso. Isto nos leva a dizer que, além de implicar uma maior presença de outros Poderes nas decisões do governo, esse processo importa também na presença da própria sociedade na discussão das grandes questões. Isto torna mais complexo o fato político. Então, não são apenas o Presidente e seus auxiliares, os Ministros etc., não são apenas os congressistas, não é apenas o Judiciário, é também a sociedade toda que, de alguma forma, participa do governo ou influi nas decisões do governo, e, dentro da sociedade, aquilo que Tocqueville, com propriedade, chamou de instituições intermediárias, isto é, aquelas instituições que, de alguma forma, representam amplos segmentos da sociedade e que, também de alguma forma, influem decisivamente na ação do governo.

Nesse espaço do cidadão, ocorre que, além de tornar mais complexa a decisão do governo, temos também de criar novos hábitos de como encarar, mais uma vez, as formas de como se tomam as decisões em nosso País. Se queremos que efetivamente tenham um mínimo de sintonia com a sociedade, de adesão, até de viabilidade na sua execução, precisamos fazer também com que a sociedade se engaje nesse objetivo. Isto é que se chama hoje, e é muito importante, democracia participativa.

Quando o Presidente, há cerca de um ano, lançou o Plano Cruzado, a grande marca foi essa participação da sociedade. Vemos aí quanto uma adesão social é importante para a execução de uma política correta. Se não há essa adesão, dificilmente as coisas caminham. É lógico que o Governo tem que trabalhar neste sentido, ninguém pode desconhecer, mas é fundamental que isso ocorra, para que essas medidas tenham um resultado positivo.

Nessa tomada de decisões, também não podemos deixar de encarar que elas se tornaram mais complexas na proporção em que o Governo também tem que olhar essa variável. A democracia representativa, não diria que está em crise, mas terá que ser aperfeiçoada, para assegurar maior participação de todos. Talvez tenha sido bastante quando as sociedades eram menos complexas e quando as aspirações eram, talvez, mais reduzidas. Hoje, esse desejo de participação não somente é legítimo, até é necessário, e se tornou possível com os mecanismos que o progresso científico e tecnológico colocou à nossa disposição. Essa revolução científica e tecnológica que vive o Brasil e o mundo está transformando hábitos, posturas e condutas políticas. Sob certo aspecto, essa Revolução Tecnológica terá uma significação muito maior sobre a sociedade – não sei se estou certo – do que a Revolução Industrial. Quando falamos em Revolução Tecnológica, falamos na ponta mais saliente dessa Revolução que é a informática, graças ao progresso da microeletrônica. Foi isso que levou, certa feita, Felipe González a dizer, num discurso perante o Parlamento espanhol, que estávamos nos umbrais de uma nova era.

Na proporção em que essa Revolução Tecnológica tão intensa, nos mais variados campos nos envolver a todos não sei até que ponto vai produzir novo tipo de relação governo-cidadão.

Só para argumentar, na época em que todos tiverem em casa um terminal de computador, por exemplo, e se puder fazer referendo em questão de segundos, isso poderia alterar os rumos da democracia representativa em favor da democracia participativa.

É apenas um exercício, não é também coisa para curto prazo, mas não é totalmente um devaneio ou um exercício futuroológico apenas.

Dentro dessa democracia participativa que temos que implantar em nosso País, e com justificadas razões, o problema de tomada de decisões ainda se torna mais complexo, porque exige que sejam observados múltiplos e variados fatores de todas essas questões.

Para concluir, espero que, no desenvolvimento dessas exposições, possamos melhor interpretar os nossos fatos e até dar uma melhor resposta do que temos como objetivo de Governo.

Na verdade, na proporção em que melhor nos habilitarmos para informar, isto não é apenas bom para o governo, é bom para a sociedade. A sociedade, até para que possa criticar, se o desejar, precisa saber exatamente o que o governo está decidindo, o que o governo está fazendo. Frequentemente recebemos críticas de decisões que não tomamos ou de medidas que não foram adequadamente interpretadas. Até quando a medida tomada tem uma certa repulsa popular, de alguma forma não teve aceitação, mas foi o jeito, explica-se. O grave é quando a medida tem uma repulsa ou não encontra o mínimo de solidariedade social e, na verdade, foi lida de forma dife-

rente de como foi adotada. Ora, se estamos numa sociedade aberta, democrática, e o cidadão vai nos julgar, inclusive, através do voto – a primeira e talvez a mais importante forma de participação –, se o cidadão vai nos julgar, vai julgar o Governo, é necessário que ele tenha condições de julgar com precisão o Governo. Isso, naturalmente, é algo que ele somente pode avaliar se tiver a boa informação na mão, porque ele não vai ter acesso às decisões, é impossível, numa sociedade de 140 milhões e nesta extensão territorial que tem o País, ele não vai ter acesso. Então, terá que ser sempre através da informação que o Governo venha a transmitir.

GETÚLIO BITTENCOURT – Se o Srs. têm alguma pergunta, o Ministro Marco Maciel está à disposição para respondê-las.

Pergunta – (Fora do microfone – inaudível)

MARCO MACIEL – Sua pergunta é muito oportuna e até muito prática, muito pragmática.

Se eu pudesse sintetizar, eu diria que, primeiro, mais integração. Isto é básico. Se estivermos mais integrados, teremos melhor resposta. Isto é fundamental. Noto que nem sempre há uma integração mais próxima, por isso que é muito bom este tipo de Encontro, porque propicia mais integração, mesmo porque no Governo, de modo geral, há aquilo que chamamos de zonas cinzentas, áreas em que interferem três ou quatro Ministérios. Se não houver essa integração, corremos o risco de estar freqüentemente gerando aquilo que se chama ruídos de comunicação. Na minha ótica, isto é básico.

Além disso, também muito importante é que o Governo tenha mais iniciativa no comando da notícia. Não sei se estou sendo claro. Se não informamos, se não expendemos os nossos pontos de vista, não tornamos públicas as nossas deliberações, sobretudo quando já estão em condições de serem liberadas, se não fazemos isso, certamente a notícia pode vazar de forma incorreta. Se temos uma decisão X, se não a liberamos, se não chamamos a imprensa e explicamos, pode acontecer que uma pessoa não habilitada, não autorizada, não competente, venha a dizer a um jornal, a um jornalista e aquilo saia no jornal de forma truncada. Então, é muito melhor quando tomamos a iniciativa, sobretudo quando o fato nos é desfavorável. Pode ser um fato que não seja bom para o Governo. Então, é melhor logo se antecipar e dizer: houve isso assim, assim...

Na proporção em que fazemos isso, tiramos muito do potencial de gravidade ou de dramaticidade que a notícia venha a ter. Quando não tomamos essa iniciativa, acontece que as coisas surgem sempre, como se diz na imprensa, como um furo e que aquilo é uma coisa muito grave etc. Portanto, é melhor quando o Governo toma a iniciativa, há mais comando sobre fatos e o comando sobre as versões, porque, como dizem os mineiros, “mais importante que os fatos são as versões”, aliás atribuem esta afirmação a Alckmim, mas, para confirmar o fato, ele disse que a frase não é dele, a versão é que foi dele.

Então, para que comandemos mais o fato e mais a própria versão, é necessário que tenhamos mais iniciativa. Hoje isto é fundamental.

Falta, poderia dizer numa palavra, no sentido positivo, mais agressivi-

dade. Precisamos ser mais agressivos neste sentido, trabalhar os fatos. sobretudo os fatos positivos, administrar eventualmente as dificuldades, os fatos negativos, sermos mais ofensivos, buscarmos mais espaço.

Se não me engano era Juracy Magalhães, que dizia: “quero banhar nos fatos e não nas manchetes”. Hoje é tal a importância da comunicação social que, graças, inclusive, a esses modernos veículos, tipo a chamada mídia eletrônica, sobretudo o rádio e a televisão, o importante não é só ganhar nos fatos, é ganhar também nas manchetes.

Petrônio Portella, para lembrar outra figura excepcional, um dos melhores homens públicos que tivemos neste século, na minha opinião, uma das melhores cabeças que o País já teve, dizia: “Eu não pretendo agredir os fatos”. E posso acrescentar: também não conseguimos agredir as versões. Depois de a versão estar na rua, por mais que expliquemos...

Então, temos que nos antecipar à versão, temos que dar a notícia, temos de ser mais agressivos, porque assim comandamos o fato e, se for o caso, comandamos a versão também. Esta segunda conduta é indispensável.

Terceiro, importante é a coordenação. Daí considerar o modelo que foi montado agora na Presidência o ideal. Vai ensinar se possa ter, de forma leve, uma coordenação. Coordenar é ordenar com. Não há subordinação. Se se for ver a raiz da palavra, fica muito claro.

É o que o Jornalista Getúlio Bittencourt vai fazer, e já está fazendo, e precisa da ajuda de todos, do Presidente até o cidadão do ponto mais afastado do território nacional. O que ele vai precisar muito é da colaboração de todos para que possa realizar essa coordenação e possamos eleger prioridades, e o Governo possa dizer: a prioridade é neste caminho, o esforço agora tem que ser mais nesta direção, o desafio maior está aqui etc.

Esta, a terceira e última observação que faço. E o mais é tudo aquilo que temos que fazer, ou seja, nos empenharmos, dar o que de melhor tivermos para que tudo dê certo, e trabalharmos, porque, evidentemente, sem isso nada se faz.

GETÚLIO BITTENCOURT – Mais alguma pergunta?

Pergunta – Poderá parecer redundante, gostaria de saber a opinião do ministro Marco Maciel, especificamente sobre a Empresa Brasileira de Notícias – A EBN, o que lhe estaria reservado neste contexto.

MARCO MACIEL – A mim me parece que é um papel extremamente importante. Talvez a EBN seja o maior ponto de apoio e de, me perdoo a expressão, irradiação que temos para executar a política de comunicação social. O Jornalista Getúlio Bittencourt, em algumas conversas que tem mantido com veículos de comunicação social do País, tem salientado a importância da EBN como instrumento para a difusão de notícias. Inclusive ele me fez um relato de uma palestra que fez recentemente, na qual deixou praticamente estabelecido que a EBN teria que ter um papel muito importante na alimentação dos noticiários. Então, considero muito importante esse papel da EBN. Aliás, é a própria base em que se apóia a política de comunicação social do Governo, porque a recém-criada Secretaria ainda não tem nem poros

nem terá, é uma coisa que falei, há cinco minutos, leve, meramente de coordenação, de superintendência das coisas.

Outro veículo seria a RADIOBRÁS, mas a RADIOBRÁS, de certo, tem um papel diferente do da EBN. A RADIOBRÁS é já a própria veiculação da notícia e cobre mais determinada parte do território nacional que era menos atrativa para a iniciativa privada, a Região Amazônica. Depois, a RADIOBRÁS atinge um público mais ou menos cativo e, de alguma forma, não tão amplo quanto seria ideal. A EBN talvez seja a coluna. Se duvidar muito, a coluna e as vértebras de todo esse processo.

Pergunta – No caso da EBN, que tipo de atitude seria mais aconselhável nessa fase de maturação da manchete, maturação das decisões do Governo? Não vai poder ficar fechada nesse período. Então, o que seria melhor nessa fase, para evitar boatos?

MARCO MACIEL – De fato, é uma indagação muito procedente e de resposta extremamente difícil, na minha opinião, para mim pelo menos.

A primeira coisa é termos sempre o que oferecer – vamos falar em linguagem muito direta – é trabalhar um pouco com aquilo que eu chamaria de um eventograma. Perdoem-me o neologismo, o que chamo eventograma é trabalharmos com fatos que, de alguma forma, o Governo já está habilitado a produzir. Sei, por exemplo, vamos dizer, em fevereiro, março, até uma parte de abril, que fatos positivos – quando digo eu, não estou personalizando que seja só eu, outras pessoas sabem, muitas outras pessoas sabem – uma série de fatos positivos que o Governo vai produzir nestes três meses. Pode até ser um espaço maior. Então, temos que começar a administrar esses fatos: preparar seu lançamento, sua divulgação, até criar o clima ou o anticlima para isso, etc. Enquanto isto, estamos gerando notícias. Segundo: administrar bem os fatos que ainda não podem ser totalmente divulgados. Aí é um trabalho de dia-a-dia e de caso-a-caso, para verificar, dado aquele fato, o que já pode ser liberado sem comprometer a decisão final, e sempre distinguindo daquilo que é uma mera intenção, uma mera opinião, de uma decisão. Sei que isso também é algo muito *flow*...

Pergunta – Ministro, há uma coisa que o Sr. tem falado e que bate muito na pergunta dele. No fundo, o que ele está dizendo é o seguinte: o que acontece, quando os técnicos, durante o processo que antecede à decisão, vão acompanhando tecnicamente as questões. É aquela coisa entre o técnico e o político que o Sr. falava. Aquilo não é decisão.

MARCO MACIEL – Este é um negócio ainda mais específico e já tivemos oportunidade de conversar.

Enquanto se estuda, quantas e quantas vezes até como mero exercício, pedimos a alguém: estude este assunto. Estuda, porque temos três ou quatro alternativas e é bom, se possível, ter todas à mão, até para poder optar pela melhor ou, numa hipótese mais difícil, a menos ruim. Na hora em que se está estudando isso, tenho a impressão de que é preciso ter muito cuidado na liberação dessa notícia, porque pode ser um mero exercício, até de uma forma

rigorosamente absurda, partindo de uma série de pressupostos que ainda não se deram etc. Então, é preciso ter cuidado com a liberação desse tipo de notícia, sobretudo quando ela sai não se dizendo claramente que se trata de uma idéia, que se trata ainda de um estudo. Frequentemente já sai dita que o Governo está decidindo, até atribuindo ao Ministro especificamente, ou atribuindo ao Presidente, ou, de forma impessoal, ao Governo como um todo, o que é grave.

É preciso ter muito cuidado. Depois que inventaram a xerox, não temos mais nada reservado. Precisamos ter muito cuidado com isso. Às vezes, até estudos, preocupa-me muito, e por isso acho que não é certo. Aí já não vejo a ótica do Governo, vejo a ótica do cidadão. Até não é certo na ótica do cidadão ser liberado certo tipo de notícia, porque leva o cidadão a uma conduta errada. Vamos admitir que estou para fazer determinada operação comercial e sai uma notícia errada, que baliza a minha conduta para um caminho que não é certo, e posso até ser penalizado com base numa informação incorreta. Estou dizendo uma operação comercial, mas pode ser de qualquer natureza. Até na opção de um curso.

É preciso ter muito cuidado com esse problema.

É frequentemente fazer avaliações. O Governo tem que se auto-avaliar sempre. As avaliações, sobretudo internamente, são de consumo interno, para verificar se esse é o melhor caminho: tal programa, é preciso fazer tais correções etc. É preciso ver o que é liberável nessa avaliação, porque, às vezes, são avaliações feitas a partir de uma ótica.

Quando era Ministro da Educação, uma vez me deparei com um tipo de avaliação feita por determinado órgão rigorosamente, pode ser até que a intenção tenha sido boa, mas absolutamente foi uma avaliação que viu apenas determinado ângulo da questão. A avaliação estava rigorosamente incorreta em muitos pontos, injusta nuns, generosa noutros etc. Observei que a avaliação realmente fora feita, é um documento já expresso, uma avaliação correta do programa, de seus objetivos. Se não é, por que divulgar?

Outro ponto que está um pouco na sua pergunta, mas que envolve tudo, é o problema da chamada credibilidade. Precisamos ter muito cuidado, até para não perder a credibilidade. É muito melhor dizer eu não sei, vou perguntar, desconheço, e, no fundo, pode ser até um ato que eu chamaria de não entendido e não aceito por alguns, e até um ato de humildade da parte de quem fala, mas é muito melhor dizer isso do que dar uma informação incorreta ou transmitir uma notícia ainda não devidamente decantada. Isso é ruim nas duas pontas, tanto para dentro quanto para fora do Governo. Aí o problema de ser acreditado é fundamental. Nesta faixa é fundamental. Não há decisão. Se há, não sei. Desconheço. As vezes, também, na pressão, e quantas e quantas vezes somos jogados sob pressão, há sempre a tentação de dizer.

O melhor, neste caso, é enfrentar pelo pior caminho: não sei, se alguém sabe, desconheço. "Se vai colocar alguma coisa, ponha que desconheço, acabou e ponto final".

Sei que esta sua indagação é um caso para ser examinado em cada hipótese mesmo. A pergunta é muito boa e exige o estudo de cada caso, uma reflexão.

Pergunta –...(inaudível) chegamos à conclusão de que o grande problema que enfrentamos com a imprensa diuturnamente é exatamente gerado por notícias que são veiculadas pelo segundo escalão do Governo contra as próprias estatais.

Pergunto a V.Exa., que coordena todos os Ministérios civis, como é que poderíamos agir para que essa imagem não só das estatais, que essas notícias parassem de ser veiculadas, que fossem veiculadas com responsabilidade, com credibilidade, como V. Exa. preconiza?

MARCO MACIEL – Quando me reportei ao problema da xerox, quis falar um pouco sobre este assunto, porque, na verdade, muitas vezes um estudo feito ainda para nível de segundo, terceiro, quarto ou quinto escalão, vem a furo antes de ter sido discutido, analisado. Geralmente a fonte que recebe a notícia também acha que a notícia é “quente” – para usar a expressão – e não a processa e libera. Às vezes aquilo pode ser uma enorme “barriga”, mas já ficou o dano. Também, freqüentemente há um vazamento de informações entre um órgão e outro. Quando aquele documento passa de uma instituição para outra, às vezes a outra instituição não se considera responsável pelo sigilo e deixa liberar. Estes, a meu ver, são problemas – vou usar uma expressão que talvez não seja a correta – são problemas políticos. Por isso, se deve exigir de quem estiver na chefia, no comando dessas instituições, procure exercitar o mais possível sua liderança, seu comando, porque, em última análise – não quero ser muito categórico – isso reflete um pouco falta de comando. Se a pessoa tem a instituição que dirige mais ou menos sob seu controle, tem a lealdade, tem a solidariedade, e se essa pessoa está bem, seu **staff** é bom, se ele compõe bem, se essa pessoa provê bem, se administra bem, se joga bem colado com o pessoal, aí é mais difícil. Não quero fazer nenhuma crítica, mas em muitos casos, reflete a falta de comando, de coordenação, de chefia, de liderança em si. Se isso vaza, se isso tem uma visão, deve-se a alguém que não está solidário nos objetivos, não está vestindo a camisa e não sente que aquele é o caminho correto. Isso exige reflexão de cada órgão. Saber como conduzir, como administrar, sem desconhecer a importância também do próprio responsável pela área de comunicação, na proporção em que ele se antecipa, em que ocupa o espaço, inibe, de alguma forma, um vazamento desse tipo de documento. Se tenho um contato mais próximo com a imprensa, se, enquanto chefe de comunicação social de determinado órgão, ocupo espaço mais diretamente com a imprensa, se freqüentemente alimento a imprensa de notícias e de informações se, em contrapartida, também ouço o que eles estão querendo sou capaz de transmitir o que eles estão querendo ouvir, naturalmente que eles não vão buscar canais paralelos, quase clandestinos, para obter a informação. Não sei se estou sendo claro.

Pergunta – ... Considero esta reunião uma das mais importantes que o Governo fez na área de comunicação social. Realmente é muito importante estarmos presentes e termos certo diálogo. Também é muito importante que...(inaudível) ... a idéia de que o Governo está mais ligado, está mais coordenado.

Venho de uma experiência de seis anos na Itália. Lamento que o Sr. não tenha mencionado o competente trabalho do governo de coalizão italiano, cinco partidos que, há anos e anos, ... (inaudível) ... Então, o brasileiro acompanhar o processo italiano, particularmente as inúmeras reuniões que se fazem a nível de governo, a toda hora, a todo momento, toda semana estão discutindo projetos, idéias, programas políticos. É algo que não vejo com muita habilidade no panorama político brasileiro.

Uma das maiores responsabilidades na área de comunicação... (inaudível) ... de Governo, esse tipo de trabalho colegiado ajudaria muito a transmitir uma idéia maior de união em termos de governo, especialmente quando se trata de um governo de coalizão.

Este, o primeiro aspecto que gostaria de obter a opinião de V. Exa. O segundo que pergunto: ã Sr. vê o trabalho do Governo num período em que o Congresso é Constituinte e ao mesmo tempo temos o trabalho ordinário. Isto piora, melhora ou não altera o trabalho... (inaudível)?

MARCO MACIEL — Meu caro Ney Curvo*, antes de mais nada, concordo integralmente com as suas observações sobre a Itália. Houve um tempo em que se dizia, um pouco jocosamente, que a Itália era um país em vias de subdesenvolvimento. Era uma versão crítica da Itália, que, na realidade, não corresponde aos fatos. E lembrou bem que, apesar de o sistema de governo ser sempre de coalizão, de coligação de forças, é um sistema que consegue operar.

Aliás, o Presidente Sarney, quando visitou a Santa Sé e a Itália, conversou com o Francesco Cossiga e lhe perguntou: quando muda o governo, quantas pessoas mudam? Ele disse: dezesseis. Por quê? Lá há uma administração profissional, um dos pontos indispensáveis para o sistema parlamentar. Então, as coisas andam, caminham. A Itália hoje exhibe dados muito positivos.

Vim de Campo Grande hoje de madrugada, vinha lendo um artigo em determinado periódico, sobre a Itália. Havia apreciações maiores, mas sobretudo sobre a Itália. O artigo era muito elogioso sobre o desempenho da economia italiana, que tem sido muito positivo. Confesso que realmente a Itália é um modelo em que as coisas têm funcionado. A Itália tem exibido pujança em muitos setores. Até eu diria, ao contrário do que se diz, o povo italiano está vivendo razoavelmente bem.

Por que não colegiar mais a decisão, por que não nos reunirmos mais? Concordo integralmente. Precisamos reunirmos mais. Até já transferi ao Jornalista Getúlio Bittencourt os elogios que fez pelo fato da realização desta reunião, ela já é algo importante para começarmos a nos reunir mais, é importante que se comunique a outras áreas e aos outros escalões do Governo e até que também tenhamos a noção de que estamos no mesmo barco. Parece que às vezes não se tem muito esta noção. Não adianta determinado setor ir bem se outro vai mal. Todos precisam ver que o Governo não será julgado desta forma. Nunca vi nenhum governo estrar para a história como um bom governo se não for capaz de, no seu conjunto, operar bem

* Ney Curvo, jornalista, Coordenador de Comunicação Social do Banco do Brasil.

a administração pública. Sou a favor e entendo que precisamos fazer um exercício e vencer até alguns preconceitos. Muita gente pensa que às vezes se reunir é perder tempo. Não é, a não ser que a reunião seja meramente para bater papo, o que também é uma coisa boa. Se a reunião for para discutir, deliberar, se ela for objetiva, tiver uma pauta adequada, pode ser uma forma de ganhar tempo e até de facilitar, tornar mais ágil, mais objetivo, melhor, o nível de decisão. É importantíssimo. Por isso, falo que a participação para ser boa tem que começar de casa. Não podemos defender a participação se não somos capazes de promover, intragoverno, essa participação, sobretudo porque sabemos que agora qualquer decisão tem que passar por tantos canais e há tantos órgãos no próprio Governo, pelo próprio gigantismo da administração pública, há tantos órgãos e até alguns tantos Ministérios que se interligam, inter cruzam, então, se não tivermos cuidado, podemos cometer erros.

A segunda parte da sua pergunta é este momento que estamos vivendo, o de Constituinte, uma Constituinte em circunstâncias excepcionais, no sentido de que ela se dá no País quando não ocorrem aqueles pressupostos que os especialistas em Direito Público dizem que são os pressupostos indispensáveis para uma Constituinte. Não nos estamos reunindo para organizar o Estado, o Estado brasileiro está organizado – bem ou mal –, nem nos estamos reunindo após uma revolução, uma guerra civil que tenha levado ao desaparecimento das instituições jurídico-políticas do País.

Então, sob certos aspectos, esta Constituinte se dá em circunstâncias muito diferentes das outras Constituintes que se operam no mundo e que se operaram no País.

Minha opinião: temos que distinguir bem as coisas. Os legisladores constituintes estão reunidos agora para discutir, votar e promulgar uma nova Constituição. Então, esta é a tarefa. Enquanto esta nova Constituição não estiver promulgada, estão em vigor a atual Constituição, suas leis complementares, intercalares, ordinárias e decretos. Os Constituintes, ao lado disso, vão ter a tarefa também de fazer e discutir a legislação ordinária, que, a meu ver, deveriam continuar a fazê-lo. Sob este aspecto, tenho tido uma opinião que, até certo ponto, está-se conformando, se bem que no começo me desse outra sensação, tenho tido a opinião de que as instituições devem continuar funcionando normalmente, inclusive o Congresso.

Quando digo normalmente, devo fazer um reparo: a Câmara e o Senado, a meu ver, devem continuar a funcionar, se bem que com as atividades reduzidas, extremamente reduzidas, para que se dê prioridade à Constituinte. Também essas instituições não podem desaparecer, porque têm um papel a cumprir, enquanto a nova Constituição não entra em vigor, enquanto não se estabelecer o novo ordenamento. Aquele papel nem é expressão minha, de foro de debates. Lembro sempre a frase de Raymond Aron, referindo-se à França, “o Parlamento é a palavra da nação, do país”. O papel de poder fiscal que o Congresso exerce, de acompanhamento, controle e fiscalização da administração pública. Por fim, aquele seu papel mesmo de legislação ordinária de algumas matérias que são importantes ou que são urgentes e que não podem deixar de ter uma manifestação, numa sociedade democrática, do Poder Legislativo – leis, projetos de lei, resoluções, até mesmo a aprovação de

embaixador, de um ministro do Supremo ou de um Tribunal Superior etc. É lógico que aí Câmara e Senado terão que ter as suas atividades substancialmente reduzidas a esse mínimo indispensável; aí tem-se que seleccionar, através das respectivas Mesas que foram eleitas, e foi muito bom a meu ver, as Mesas, devidamente eleitas, terão que seleccionar aquilo que deve ir para a Ordem do Dia etc.

Aliás, ao defender este ponto de vista, estou criando melhores condições para a própria Constituinte funcionar. Aí, sim, para que ela seja exclusivamente Constituinte, porque, se não acontecer isso, ela não vai ser exclusivamente Constituinte, termina sendo inundada por uma série de matérias que não lhe dizem respeito. É o que prevejo venha a acontecer, que até agora não aconteceu, graças a Deus, porque as coisas caminham certas. Na proporção em que o Congresso, Câmara e Senado, não cumpriram o seu papel numa sociedade que vive o seu dia-a-dia ordinário, normal, se a Câmara e Senado não cumprirem o seu papel, a tendência é que o legislador constituinte, que é também legislador ordinário — para isso também foi eleito —, vai deslocar a discussão desses problemas para a Constituinte.

Trocando em miúdos, quero dizer que aí vamos deslocar para a Constituinte o pinga-fogo. Não tenho nada contra o pinga-fogo, o pinga-fogo é fundamental, porque o recado que a pessoa tem que dizer são problemas relevantes que se passam no seu Estado, na sua região, ou algum assunto que ele quer reclamar, que ele quer elogiar, que ele quer levar ao conhecimento, que ele quer registrar. Se ele não tem o instrumento e tem a cobrança da sociedade, ele tende, então, a deslocar isso para a Constituinte, e ele vai querer fazer o pinga-fogo dele na Constituinte. Não é que ache isto certo, mas será inevitável. Já se ele tem Câmara e Senado funcionando, ele vai lá, dá o seu recado pelos seus canais normais e tem como processar esse seu recado, e reserva para a Constituinte os temas da Constituinte. Quando falo pinga-fogo, falo outras coisas também. Ele vai tentar fazer emendas ao Projeto de Constituição, para que, com base nisso, possa discutir ou pensar inserir na Constituição coisas circunstanciais, contingentes, conjunturais, quando, na realidade, isto não é matéria de Constituição.

Até estou defendendo a Constituinte e uma boa Constituição, quando entendo que este deve ser o caminho. Aliás, é isso que está no Compromisso com a Nação.

O pacto — e participei dele, àquela época fiquei até um pouco como redator —, o pacto entre o PMDB e a Frente Liberal fala que seria a convocação de uma Constituinte para elaborar nova Constituição. Não fala que é para discutir e votar a legislação ordinária, não fala que é para baixar atos, tomar providências, não fala nisso.

Depois veio a Emenda Constitucional que tomou o nº 26, se não estou equivocado, que também dá esse caminho. Houve até um substitutivo, do Deputado Flávio Bierrembach, que iria dar outro tratamento, que não foi acolhido.

Este caminho que está aí é o caminho certo, e esta é minha opinião.

Estando claro esse roteiro, não há por que haver perplexidade com relação à ação do Governo e à ação da Constituinte. Não vejo conflito, não vejo dificuldade nenhuma. Para mim, as coisas, nesta ótica, estariam mais

ou menos claras: o Governo tem que continuar operando, agindo como vem fazendo, e aguardarmos a conclusão da Constituinte. Em função da Constituinte, se muda o sistema de governo: não é mais sistema presidencialista, é parlamentarismo. É preciso saber quando, se estabelecer algum prazo, se é agora ou se é daqui a três, quatro, cinco anos, o que que fez, se acabou a Federação, se fez um Estado unitário... Aí vamos aguardar. Enquanto não for promulgada, continua a ação.

GETÚLIO BITTENCOURT – Vou pedir ao Sardenberg* para fazer uma última pergunta, a fim de concluirmos.

Pergunta – (Fora do microfone – inaudível)

MARCO MACIEL – Sua pergunta é muito boa, ainda bem que é a última, porque é muito complexa.

Faço duas observações: a primeira, como observou muito bem, certas questões vão ocorrer sempre, pela própria natureza de cada agente, de cada órgão. Por exemplo, entre os lembrados, há sempre uma disputa entre aqueles que estão na defesa e os que estão incumbidos de ir para o ataque, como acontece com o futebol. Então, os Ministérios que são de ponta estão querendo sempre mais munição, para poder atacar mais, mais meios para que possam mais realizar etc. Isto, a meu ver, é inevitável. Apenas devemos tirar esse caráter de dramaticidade. Temos de dar o justo tratamento à questão: o que se passa é isso, aí é um pouco abrir o jogo, o programa de estradas é tal, e, se for o caso, há possibilidade disso, mas a possibilidade de expandir dependerá de recursos adicionais ou não... Como lembrou no exemplo dos bancos, expandir mais o crédito rural ou industrial. Isso implica em exigir dos agentes do Governo um pouco de compreensão. Todos têm que olhar os dois lados da moeda. Quem está na ponta tem que olhar as dificuldades de quem está na defesa, e quem está na defesa tem que olhar um pouco as dificuldades de quem está no ataque, e tentar chegar a um justo meio termo e entender as coisas. Isto exige basicamente o mínimo de equipe, de solidariedade, de vestir a camisa de todos. É fundamental. Sei que não é fácil, mas é fundamental.

Segunda observação: quanto à coalizão, temos definido os pontos básicos nesse Compromisso com a Nação. Ainda anteontem à noite, o Dr. Ulysses dizia sempre: “Marco, freqüentemente consulto esse documento.” O Presidente Sarney diz sempre: “aqui é a minha Bíblia.” Ele tem em cima de sua mesa o Compromisso com a Nação. Tem a Constituição em frente, mas ao lado está o Compromisso com a Nação, as linhas básicas de ação.

Por fim, com relação a esta questão, temos que distinguir a nossa opinião da opinião do Governo. Isto é o básico.

Ontem dei uma entrevista em Campo Grande, à noite. Chegaram os jornalistas e me colocaram algumas questões. Eu disse: vou dar a minha opinião, Tenho o direito de opinar, tenho o direito de opinar enquanto cidadão, enquanto agente político e tenho o direito de opinar enquanto também um polí-

* Carlos Alberto Sardenberg, jornalista, Coordenador de Comunicação Social da Seplan.

tico que tem um partido. Agora, é a minha opinião, não é a opinião do Governo. Então, se colocado desta forma, as coisas ficam mais fáceis. No caso concreto, a minha opinião é esta, não estou dizendo a opinião do Governo. É importante deixar claro. O Governo depois pode até, sobre esta questão – é um exemplo – não ter uma opinião a adotar, que ao final, se for uma decisão que envolva a Constituinte, a Constituinte acolher, está muito bem. Ou o Governo pode ter uma opinião que não seja a minha, e eu tenha que acatar. Se não acato, tenho que pedir para sair. Isto é que vejo. Então, o caminho é este: distinguir sempre, quando não há uma decisão de Governo, a nossa opinião da opinião do Governo. Deixar claro isto para a opinião pública: é a minha opinião. Depois, se há uma decisão, temos que estar solidários com ela. Se não estamos, aí ninguém é obrigado a ficar.

É sob esta ótica que vejo a questão. Eu sempre entendo que essa é a melhor maneira de enfrentar os problemas e até de desidratar aquilo que se chama de crise. É dando esse tipo de tratamento. Sei que não é fácil na prática, mas o correto é fazer isso.

Neste tema mesmo específico, ontem dei uma opinião e disse que era a minha opinião. Eu não vi os jornais de Campo Grande hoje, não sei como a coisa foi colocada, mas fiz questão de frisar que estava dando a minha opinião sobre o tema parlamentarista e presidencialista. A minha opinião.

GETÚLIO BITTENCOURT – Agradeço ao Sr. Ministro Marco Maciel a presença.

MARCO MACIEL – Eu é que agradeço a oportunidade, e digo que concordo com Nei Curvo que isso é importante. Vai ser melhor ainda quando vierem os outros Ministros, que certamente vão poder trazer uma contribuição melhor do que a minha. É certa a opinião do Jornalista Getúlio Bittencourt, devemos tentar converter isso numa rotina, porque as coisas acontecem no dia-a-dia e não adianta ficarmos fazendo uma reunião uma vez ou outra. O ideal seria que esse tipo de integração ocorresse sempre.

Agradeço a paciência com que me aturaram.

AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NA NOVA REPÚBLICA

ALMIR PAZZIANOTTO

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
5 DE FEVEREIRO DE 1987

GETÚLIO BITTENCOURT – Senhoras e Senhores, pedi ao Ministro Almir Pazzianotto para vir conversar conosco hoje, porque uma das coisas mais perspicazes que ouvi sobre a Nova República foi ele quem me disse, quando eu trabalhava como repórter. Ele disse que na velha República os líderes sindicais ficaram importantes no Brasil quando aprenderam a começar greves. Ele achava que na Nova República os líderes iriam ficar importantes quando aprendessem a acabar com greves, porque, na velha República, eles não precisavam fazer o ciclo completo, pois a polícia fazia essa outra parte para eles. Agora eles vão ter que aprender a fazer. Isso tem a ver com o tema da redução do tamanho do Estado e com o aumento de importância da sociedade, que, em parte, o trabalho que ele estava fazendo, ao tentar montar mais uma vez, um pacto social no Brasil.

Passo a palavra ao Ministro Almir Pazzianotto.

ALMIR PAZZIANOTTO (Ministro de Estado do Trabalho) – Prezado amigo Jornalista Getúlio Bittencourt, Companheiros de Mesa, companheiras e companheiros do setor de comunicação do governo recebi com satisfação, e até com entusiasmo, a idéia de fazer uma exposição que nos permita enfrentar algumas dúvidas a respeito de área tão delicada e tão complexa como é a área de relações do trabalho, a área trabalhista, sob a responsabilidade, do Ministério do Trabalho. Por força da nossa Constituição e da Legislação, incumbe ao Ministério do Trabalho essa tarefa gigantesca, não sei se decifrável.

A área de relações do trabalho está basicamente condicionada a dois fatores: o primeiro fator, fundamental, é decorrente da situação global da economia; o segundo com poderosíssima influência, resulta do figurino institucional.

Qual a política contida na legislação trabalhista brasileira?

É inútil pensarmos que uma legislação resolve os problemas de relações do trabalho, os problemas de condições de vida de trabalhadores, quando a economia malogra, quando a economia é falida.

Examinemos, neste sentido, com esta preocupação, o panorama ao redor do Brasil e tomemos, como exemplo, o caso da Bolívia, que freqüentemente me ocorre, porque a Bolívia tem legislação e tem sindicatos de alguma maneira muito atuantes e tão fortes quanto nossos, combativos, e entretanto, a situação do trabalhador parece não evoluir. O quadro geral, as condições gerais da economia não o permitem.

Tomemos outro exemplo de um país sentimentalmente muito próximo: Portugal, país que passou por revolução democratizadora, ganhou uma nova Constituição que, em seu início, nos informa ser o regime é de transição para o socialismo; uma Constituição que assegura uma política de pleno emprego; que garante aos trabalhadores a possibilidade da opção por uma atividade, e encontramos portugueses espalhados nos países industrializados da Europa, submetidos a condições de vida muito difíceis, porque o mercado de trabalho local é bastante debilitado.

Tenho sempre preocupação com o quadro geral da economia convencido de que sou da importância da legislação, mas que por si só não resolve todos os problemas.

Ao falarmos em legislação, precisamos-nos lembrar que a nossa legislação continua tendo a sua fonte primeira, na velha Consolidação de 1943, chamada Consolidação porque apanhou um elenco já numeroso de decretos e decretos-leis do Governo Provisório de Vargas, sobretudo período entre 30 e 42, e concentrou tudo isso num texto único, que ambicionou ser um código e que, de fato, se fez Código, tanto que resiste à passagem do tempo.

A legislação, traduz o pensamento político do Estado, pensamento nem sempre expresso de forma clara, mas que está embutido nos atos governamentais. Essa legislação, de alguma maneira, diz que sindicato deve ser submetido ao Estado. O tratamento dispensado pelo Estado às organizações sindicais brasileiras, portanto, ora é paternalista e mais freqüentemente é autoritário. Neste sentido, Getúlio Vargas foi gênio e os seus colaboradores foram homens de raríssima competência.

Quando Getúlio Bittencourt se referiu a uma expressão minha, aludia ao seguinte: vivíamos uma grande greve em São Paulo no início da Nova República. Eu havia conversado com um dos dirigentes dessa greve. Havia-lhe telefonado e dito: companheiro, tenho ouvido algumas entrevistas, tenho lido as suas declarações, e sensação que você me dá é que me provoca, provoca o Governo para que decrete a intervenção em seu sindicato. Eu quero esclarecer-lhe o seguinte: nesta Nova República caberá ao dirigente sindical levar à sua assembléia as boas e as más notícias, porque o Governo não fará intervenções administrativas em sindicatos. A greve é um investimento de altíssimo risco, nem sempre promovida para alcançar vitória. Ela pode ser derrotada. A competência do dirigente sindical deve estar não apenas na organização do movimento grevista, mas deve estar também em saber quando encerrá-lo.

Isto que falo a respeito das greves se aplica a tudo, porque, ainda que a legislação continue sendo a mesma, uma vez que não tivemos oportunidade de reformulá-la em profundidade, a política mudou relativamente às organizações sindicais, patronais e de trabalhadores. É claro, que dada a organização sindical brasileira, a sua inspiração corporativa, quando falo em sindi-

catos, estou falando em sindicatos de trabalhadores e em sindicatos empresariais; quando digo que uma greve é um investimento de alto risco, digo que é risco para os empregados e é risco para os empresários; quando digo que ela pode ser derrotada, digo que ela também pode ser vitoriosa.

De sorte que um esforço muito grande que no Ministério do Trabalho todos realizamos, é no sentido de uma mudança radical da política, da maneira de ver o movimento trabalhista, o movimento sindical, consolidando-se uma prática que possa traduzir-se, no tempo oportuno, no momento adequado, em uma nova legislação.

Poderia aqui falar de férias, de horas extras, de descanso semanal remunerado. No entanto, esses detalhes não devem capitalizar a nossa preocupação, quando algumas questões fundamentais ainda não estão devidamente discutidas e resolvidas.

Qual a primeira questão fundamental que me coloco e que lhes coloco? A primeira questão fundamental é relativa à organização sindical, ou seja, de que forma o Estado se relaciona com as organizações de trabalhadores e de empresários. Ele se relaciona através de vínculos institucionais, colocando os sindicatos como manifestações legítimas do desejo de organização, da força de organização dos trabalhadores e dos empregadores?

O Estado deve entender sindicatos como manifestações legítimas da aspiração de organização dos trabalhadores e dos empregadores, na defesa dos seus interesses, dos seus direitos e das suas reivindicações.

A nossa organização sindical tem a inspiração corporativa que já mencionei. Por oposição, tenho proposto a organização autônoma dos trabalhadores e dos empregadores, inspirando-me nas linhas gerais da Organização Internacional do Trabalho, idéia essa que está refletida de maneira muito clara na Convenção nº 87, de 1948.

Acredito que, se não conseguirmos fazer com que trabalhadores e empresários sejam autônomos em relação ao Estado na sua organização, teremos falhado em nosso projeto democrático, ainda que esse projeto democrático venha a ser bem sucedido em outras áreas, como, por exemplo, na área da organização partidária.

Todos os problemas existentes na organização sindical, na nossa economia, se manifestaram de maneira muito viva, para um bom observador, durante as duas tentativas que o Governo realizou de obtenção de um entendimento, também chamado pacto. Pacto é palavra repudiada; mas é a palavra comumente empregada. Ninguém gosta do pacto, mas todos falam em pacto. Sou o único a defender, teimosa e ingloriamente, a palavra "entendimento", porque considero que o caminho para o pacto passa antes por um esforço de entendimento. Não considero possível um pacto com duração determinada nos moldes dos pactos espanhóis, por exemplo. Porque eu disse que toda essa problemática econômica e institucional se manifestou nas duas tentativas? Porque a primeira grande dificuldade enfrentada pelo Governo está na identificação de interlocutores — quem representa quem e o quê num país com dimensões como o nosso e com uma desorganização social tão evidente e com contradições econômicas tão manifestas?

Na verdade, todas as vezes que convidamos direções sindicais para um diálogo com o Governo, estamos convidando representantes das áreas in-

dustrializadas, das regiões mais desenvolvidas de São Paulo, do Rio de Janeiro, um pouco de Minas e do Rio Grande do Sul. Não vejo naquela mesa a presença do Norte e Nordeste, do Centro do País, das regiões que somente agora estão se expandindo. Sinto a presença unicamente das indústrias de ponta, dos trabalhadores das indústrias de ponta, dos trabalhadores das estatais. Curiosamente, das empresas de médio porte.

Não percebo naquela mesa a presença, por exemplo, da indústria automobilística, conquanto lá estivesse a FIESP. Por que? Em virtude do sistema sindical que impõe certa estrutura que não está de acordo com a nossa total realidade. Há uma organização sindical constituída por um somatório de pequenos bastiões, de pequenas casas-fortes, onde algumas pessoas praticamente se encastelaram e têm resistido a todo e qualquer esforço de renovação na área sindical.

Há alguns dias lembrava eu, que as transformações ocorridas na área política a partir de 1964 não se registraram na mesma intensidade na área sindical. Daí porque essa estrutura, tal como está organizada, tal como vem-se mantendo, dificulta muito um processo de entedimento que tenha uma abrangência muito ampla, embora sirva aos acordos localizados, aos pequenos acordos sindicais setoriais.

Não podemos acreditar na existência de grandes lideranças sindicais nacionais. Nem mesmo se somando todas as Confederações e todas as Centrais, nem mesmo estando presentes todas as Confederações e todas as Centrais, patronais e de trabalhadores, temos a segurança de estar tentando uma negociação com pessoas com representatividade suficiente e indispensável para assinar determinado documento e fazê-lo cumprir, ainda que durante período limitado de tempo.

Exatamente em virtude disso, tenho insistido muito, nestes últimos dias, na necessidade de uma revisão profunda dessa legislação.

Todas as Confederações, todas as Centrais incluem entre as suas reivindicações a autonomia e a liberdade, o que a um observador menos familiarizado com o problema poderia fazer crer que isto significa exatamente a defesa da idéia da autonomia e da liberdade. Não é, entretanto, assim. A idéia de autonomia que viceja entre as nossas organizações sindicais é de uma autonomia condicionada, limitada, estabelecendo-se, portanto, uma contradição essencial, porque ou há autonomia ou não há autonomia. Uma autonomia por exemplo, que dê ao governo, que atribua ao Governo o ônus de defender monopólios de representação, que dê ao Governo, através do Ministério do Trabalho ou de outro Ministério, a prerrogativa de fechar áreas, de estabelecer uma espécie de reserva de mercado, deixa de ser autonomia.

Autonomia significa o risco da pluralidade. Significa que a unidade tão necessária ao êxito da atividade sindical, enquanto instrumento e defesa das justas reivindicações dos trabalhadores, essa unidade não pode ser preservada pelo Estado, não pode ser garantida pelo Estado, precisa resultar da própria consciência dos interessados, isto é, serão os trabalhadores e patrões que deverão organizar as suas entidades sindicais e fazê-las suficientemente fortes, tanto no plano econômico quanto no plano político.

Estabeleço sempre um paralelo, que pode não ser totalmente correto,

rigorosamente apropriado, mas é didático e elucidativo, com a organização partidária. Se couber ao Governo a organização de partidos fortes e para que sejam fortes, se couber ao Governo limitar a existência dos partidos a um, dois, três ou quatro, deixou obviamente de existir liberdade de organização partidária.

Sãmos de um regime onde existiam dois partidos, e ambos fracos. Podemos caminhar para um sistema onde existiram 10 ou 12 partidos, e alguns fortes.

Da mesma maneira na vida sindical. A força da organização sindical emanará da competência das suas direções, das suas lideranças, categoria, do setor, tanto empresarial como profissional. Enquanto essa autonomia não existir, jamais saberemos se estamos ou não conversando com lideranças autênticas e fortes, capazes, portanto, de dar cumprimento a compromissos estabelecidos.

Poderia deixar esta questão, que já contém provocações suficientes para uma troca de idéias, e enveredar para outra, que é a seguinte: com essas organizações sindicais ou outras a negociação de um entendimento é válida? A tarefa a qual se lançou o governo é uma tarefa importante ou é destituída de qualquer significação? Foi apenas um projeto fadado previamente ao malogro, por razões substantivas? Entendo que não. Penso que a idéia do entendimento é válida nas circunstâncias atuais. Até diria que estivemos a um passo da obtenção do sucesso. Poderíamos ter chegado a um entendimento, poderíamos ter chegado ao pré-entendimento capaz de abrir perspectivas para um entendimento mais duradouro. Talvez nos tenha faltado a necessária experiência, habilidade, até, quem sabe, um pouco mais de paciência. Não vejo uma maneira melhor, nesta altura dos acontecimentos, de o Governo enfrentar as difíceis e delicadas questões econômicas que tem pela frente e as questões sociais que delas decorrem, se não tivermos algumas regras capazes de orientar, de maneira razoável, essa eterna disputa entre salários e preços.

Entendo que, tal como as coisas hoje se afiguram, teremos um período muito difícil. Mesmo com o acionamento sistemático do gatilho, que já se iniciou, teremos uma perda progressiva de salário real, uma perda progressiva de poder aquisitivo e isto nos pode causar dificuldades sérias no terreno político, porque, é claro, não existindo organizações sindicais nacionais fortes, o setor trabalhista vai-se comportar um pouco ao sabor das suas emoções e poderá ir à rua freqüentemente, em movimentos reivindicatórios intensos, aos quais o Governo terá dificuldade de responder, se não conseguirmos restabelecer a normalidade econômica com alguma rapidez.

São estas as considerações, porque entendo que muito mais proveitoso, muito mais motivador, muito mais interessante será o debate.

Muito obrigado.

GETÚLIO BITTENCOURT – Estamos na fase de perguntas ao Ministro.

Pergunta – Sr. Ministro, V.Exa. falou sobre a questão da administração, a respeito do pacto. Creio que houve falta de maior divulgação, de troca de informação em torno desse entendimento, para que pudesse ter obtido su-

cesso maior do que o alcançado, em relação ao trabalho oficial de informação do Governo.

ALMIR PAZZIANOTTO – Tenho dificuldade de avaliar. Parece-me bastante objetivo que essas informações eram numerosíssimas. Todos os dias os jornais, as televisões, nas emissoras de rádio estavam repletas de informações, de notícias, de comentários e de interpretações. Há certa dificuldade que o profissional de imprensa compreende melhor do que ninguém: há fatos que não podem ser imediatamente divulgados. Fica um pouco a critério das partes estabelecer esses limites – o que pode, o que não deve –, sob o risco de a precipitação das informações dificultar o desdobramento das negociações.

Creio que a opinião pública foi bem abastecida. Impressão de leigo.

Pergunta – No final o Sr. disse que faltavam, talvez, regras para orientar os entendimentos. Que regras o Sr. citaria, por exemplo?

ALMIR PAZZIANOTTO – Uma questão fundamental – não sei se é exatamente isto que o Sr. está me perguntando – ao longo desse processo, eu sentia que para os trabalhadores e para os empresários muito importante era conhecer qual a previsão relativa à inflação. Questionou-se até se era possível antecipar alguma coisa a respeito. Não estou querendo dizer tabelar a inflação, mas se ter uma idéia aproximada para que patamar ela vai evoluir, que níveis ela pode alcançar. Sem isto ficou um pouco difícil falar a respeito de salários e falar a respeito de preços. Esta foi uma dificuldade que enfrentamos durante todo o tempo.

Pergunta – O Sr. não diria que faltou apoio e informação de outros setores do Governo?

ALMIR PAZZIANOTTO – Tenho impressão de que não. É difícil informar também o que não se sabe.

Pergunta – Ministro Almir Pazzianotto, o Sr. destacou que o caminho para o pacto social tem que passar pelo entendimento. Acredito que a premissa é válida. Vejo duas ordens de entedimento: entedimento a nível de Governo, que chamaria endógeno.

Parece-me que está havendo falhas nesses dois entendimentos. Onde o Sr. detectaria essas falhas e qual seria o papel reservado à comunicação para dirimir ou ajudar esse entedimento?

ALMIR PAZZIANOTTO – A primeira dificuldade que tivemos foi no tocante à fixação da política salarial: seria ou não alterada? Essa incerteza, mesmo depois de eliminada, pairou durante muito tempo sobre a mesa de negociações: qual a política salarial? Quais as perspectivas de mudança dessa política salarial? Se vier a ser alterada, em que direção?

Segunda: qual a política de preços?

Terceira: qual a política de mensuração das mudanças de preços, isto é,

qual o índice de custo de vida? Finalmente, como compatibilizar salários e preços?

Eu me permito falar um pouco aqui, nesta explicação, para lembrar que no Brasil a questão salarial tem sido um equívoco dos trabalhadores e das suas organizações sindicais. Os sindicatos nunca discutiram a inflação. Na melhor das hipóteses, discutiram os índices, debateram índices: se tal índice está correto, se tal índice está equivocado, se tal índice foi manipulado, se foi maquiado, se foi expurgado. A inflação nunca foi discutida pelo movimento sindical brasileiro, pelos vários movimentos sindicais brasileiros, como também os sindicatos têm tido uma preocupação restrita relativamente a reajustes salariais. Parece que eles se esqueceram de que salários e preços cometeram um casamento indissolúvel e esse casamento indissolúvel resiste a qualquer emenda constitucional. Não há divórcio possível entre salários e preços.

A figura da corrida entre salários e preços, tem um significado, um sentido, mas não é totalmente correta. Na verdade, eles estão numa gangorra. Quando um sobe, o outro desce.

Ora, nessa negociação, pela primeira vez colocamos o Estado, patrões e empregados, ainda que com precárias representações dos três lados, dos três vértices, colocamo-los para discutir essas questões de forma inter-relacionada: o papel do Governo, o papel dos empresários e o papel dos trabalhadores. Também o Governo não fica alheio, imune, impermeável a essa questão salários e preços. Por que? Porque não só ele sofre como causa sofrimento. Ele também é agente gerador da inflação. Poderíamos dizer que ele é um dos agentes geradores de inflação. Se é o preço que provoca a inflação, se é a inflação que provoca o preço, a discussão tem um significado muito importante para as academias, mas aqui para nós o importante é saber que, havendo inflação, há aumento de preços; havendo aumento de preços, há recalque de salário; havendo recalque de salário, tem-se perda de poder aquisitivo. Quanto mais elevada a inflação, mais elevados e mais rápidos os aumentos, menos eficazes os reajustes, que, entretanto, não podem deixar de existir. Não significa que, porque o reajuste, histórica e economicamente, não é a medida mais adequada, podemos desproteger a classe trabalhadora. Daí a insistência com que defendemos, o Governo, vários Ministros defenderam, a imprensa, defendeu, até o empresariado em determinado momento defendeu, a persistência da escala móvel do salário.

Pergunta – Ministro, com relação a essas nuvens que pesaram sobre a representatividade das lideranças sindicais, não teria sido mais fácil ir aos Estados atrás dessas lideranças? Não evitaria a ausência de normas no Nordeste? Além da Missão Brossard, da Missão Pazzianotto?

ALMIR PAZZIANOTTO – Tentei.

Pergunta – Disse o Sr. que, em determinado instante esteve a um segundo do acordo. Poderia o Sr. especificar um pouco melhor? Quando teria sido? Por que?

ALMIR PAZZIANOTTO – Tentei ir aos Estados e fui a alguns; mas é impossível ir a todos. Na medida em que eu fosse aos Estados, eu esquentaria um interesse cada vez maior nas Federações, nos sindicatos e eu acabaria nem indo a todos os Estados nem conversando aqui no Distrito Federal.

O Brasil tem 5 mil sindicatos de trabalhadores.

Não é uma verdade matemática esta afirmativa de que estivemos muito próximos do acordo. Os empresários ofereceram um realinhamento linear de 25% sobre os salários, sobre os preços tabelados CIP e SUNAB em 28 de fevereiro de 86, e admitiam que se dessem tantas gatilhadas quantas fossem necessárias para fechar o circuito na área salarial, isto é, todos os salários poderiam ter 25%. Ou o reajuste de preços seria feito em 20% – acredito que haveria possibilidade e a gatilhada em 20%, ou o reajuste de preços seria de 25% e o gatilho também seria de 25%. Adicionado a isso o fato de que o governo faria a revisão do salário-mínimo e que as negociações prosseguiriam normalmente nas respectivas datas-bases, como está na lei, teríamos aberto a possibilidade de um prazo de 90 ou 120 dias, dentro do qual toda a reordenação da economia seria feita com as partes vivendo um momento de trégua. Então, seria um pré-entendimento a caminho do entendimento, o qual seria, negociado, na verdade, nesse período de 90 ou 120 dias.

Esta foi uma proposta formal. Teríamos de discutir detalhes. Por exemplo, produtos novos lançados posteriormente a 28 de fevereiro não teriam os seus preços realinhados; produtos que tiveram seus preços realinhados com autorização governamental acima dos 25% permaneceriam; produtos que tiveram seus preços majorados ilegalmente retrocederiam e casos especiais seriam analisados. Nesse período, faríamos a composição da nova cesta básica, expurgando produtos e serviços que necessariamente não precisam figurar nessa cesta básica, e são muitos, e examinaríamos o comportamento de preços e salários, para tentarmos depois uma medida mais prolongada e mais profunda. A dona-de-casa apanharia a tabela de 28 de fevereiro de 1986 e simplesmente jogaria 20% ou 25% em cima e teria o novo preço e com certa segurança de estabilidade. É claro que foram apresentados argumentos em contrário, ninguém se levantou de imediato e aplaudiu calorosamente a proposta. Foram apresentados argumentos em contrário etc., mas este é o processo de negociação, examinar a inflação, verificar. Se não chegou a ser feito, porque, então, a idéia não era boa. Hoje, vista à distância, já me parece que teria sido uma boa idéia.

Pergunta – Não é bem uma pergunta. É uma dúvida.

Sua palestra passa uma sensação de pessimismo. O Sr. não acredita no pacto formal assinado. Teria que passar por um entendimento que, como o Sr. dizia, – falhou e esse entendimento é muito difícil de ser feito agora, pelo jeito, porque não há representatividade tanto das entidades patronais quanto dos empregados. O Sr. projeta também pessimismo daqui para frente no que tange à perda de salário, de capacidade real do salário, o Sr. projeta greves inevitáveis.?

Estou certo, no entendimento de minha análise? Por outro lado, o que a Constituinte poderia fazer para isso?

ALMIR PAZZIANOTTO – Este Auditório talvez nos induza a uma posição pessimista. Estou muito distante dos Srs. (Risos) Senti-me entrando na Confederação Nacional dos Bancos. (Risos) Não tenho o hábito de falar nesta posição, me sinto muito mal, longe, acima.

A idéia que quero transmitir aos Srs. é a seguinte: se insistirmos em remendos, não vai dar certo. Creio que, sobretudo nessa área sindical, estamos no momento exato de partir para mudanças históricas e profundas. Este é o papel da Constituinte, isto é, ela precisa acertar o alvo no que concerne às questões das relações do trabalho e das relações entre o Estado e o mundo do trabalho.

Duas idéias vou deixar aqui: primeira, a Constituinte precisa votar o princípio da autonomia sindical. Precisa colocar isto de forma cortante, incisiva. Romper totalmente com o modelo vigente e dar uma volta de 180 graus. Segundo, a Constituinte precisa abandonar o princípio da concentração da legislação na esfera federal, fazendo com que à União, ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo fiquem atribuídas as responsabilidades de uma legislação básica, harmoniosa, evidentemente, com certas garantias essenciais que a Constituição deverá alinhar, mas deixando aos governos estaduais certa competência, uma margem de atuação, para que haja algum entrosamento e certa distribuição de responsabilidades.

Como temos um sistema, uma política, uma filosofia e uma legislação praticamente desde 1930, percebo que há certo temor de ruptura, o receio de enfrentar o desconhecido. Precisamos olhar para o que se passa nos outros países, nos países de industrialização avançada, desenvolvida, de movimento sindical atuante, competente e até unificado, e tirar desses países algumas inspirações.

A médio e longo prazo sou muito otimista. Para os próximos dias imagino vamos ter dificuldades. É uma questão de olhar um pouco a história do nosso desenvolvimento. No longo prazo temos tido sempre muito sucesso, apesar dos graves erros em que incorremos na área social. No longo prazo vamos estar muito bem sucedidos. Entretanto, para os próximos dias, diria para os próximos meses, vamos enfrentar algumas dificuldades. Como sói acontecer, essas dificuldades acabam recaindo predominantemente em alguns Ministérios; entre os quais, pesadamente, incluo o meu.

Pergunta – Em primeiro lugar, concordo com o Ministro, quanto à idéia de que talvez fosse mais agradável e menos formal se tivéssemos conversando mais proximamente, embora concorde também que alguns Ministros possam não concordar com isso.

O Ministro Almir Pazzianotto já falou os vários aspectos desta pergunta que pretendo formular, mas gostaria de ter, talvez, uma idéia de generalização. A pergunta é a seguinte: em que medida o Ministro, que conhece vários ângulos da questão sindical, da questão trabalhista, das questões conflitivas entre capital e trabalho, em que medida esse impasse de hoje seria fruto de um impasse estrutural, objetivo, e em que medida seria fruto de um impasse subjetivo?

O Sr. já falou sobre dois aspectos. Gostaria de saber, na sua visão do pacto social, no caso, em que medida cabe uma questão objetiva, estrutural,

e em que medida uma questão da competência das pessoas?

ALMIR PAZZINOTTO – Objetivamente vivemos num país pobre. Eu trouxe aqui alguns exemplares de um trabalho que fizemos no Ministério, que se chama “Brasil, Indicadores Sociais e Econômicos”. É um documento que, lido atentamente, mostra tanto o nosso crescimento quanto a persistência da pobreza entre nós. São muitas as variáveis que precisam ser consideradas – variáveis do tipo crescimento populacional, distribuição da população, a urbanização dessa população, a sua concentração em determinadas regiões metropolitanas – e aquilo que está em cada um de nós, todos temos uma aspiração muito latejante de mudança de padrão de vida.

Um pouco brincando, um pouco seriamente, disse um dia que vivemos num país cuja renda per capita é de cerca de 1.800 dólares, mas aspiramos a um padrão de 5 mil dólares, que é a renda da Espanha, da França etc., o que não é pedir demais. É justo. Sucede que essa transformação, essa passagem não é simples e não é suave. Exige muita dedicação, muito trabalho. No caso brasileiro, exige, entre outras coisas, não só a eliminação de um déficit muito grande, com a criação, hoje já se fala de 2 milhões de novos empregos a cada ano. Quando negociamos esse entendimento social, para as lideranças sindicais é como se estivessem negociando aumento de salário, redução da jornada de trabalho. Eles vêm à mesa exatamente com esses objetivos: viemos aqui para ganhar mais e para reduzir a nossa jornada, aumentar os períodos de descanso, e assim por diante. e não é isto que estamos negociando, o objeto é outro. O objeto da negociação é manter as conquistas, para evitar que elas se percam. Quem sabe nos faltou competência nessa negociação para dizer isso de uma forma contundente, clara. Talvez, se se dissesse isso, a negociação sequer ter-se-ia iniciado. Realmente não sei qual teria sido a nossa falha. Algumas conheço, outras não consegui apreender.

Na negociação com os trabalhadores, a sensação que tenho, é que eles foram lá para negociar aumento de salário, tanto é que um deles pediu quarenta e seis por cento de aumento geral, o que é obviamente impraticável “a esta altura do campeonato”.

Lutamos contra o que os Srs. chamam de dados estruturais e com dificuldades subjetivas, porque não acredito que a negociação ter-se-ia iniciado se se dissesse claramente: olha, os Srs. precisam comparecer, para não sofrer prejuízos imediatos, precisam dispor-se a negociar exclusivamente a manutenção, a preservação de um patamar atingido, para que não haja um novo recuo.

Pergunta – O Sr. tem alguma expectativa com relação à atuação da comunicação do Governo em busca desse entendimento com a sociedade, com os trabalhadores?

ALMIR PAZZIANOTTO – Muito grande, não só na questão do processo do entendimento como em todas as atividades do Ministério do Trabalho, em relação a tudo aquilo que o Ministério do Trabalho tenta realizar. Por que? Porque imagino estar tentando conseguir, com o apoio do Presidente Sarney, indiscutivelmente, com o seu estímulo, com a sua orientação,

dar ao Ministério do Trabalho uma presença, uma participação e uma projeção muito diferentes. Eu gostaria que o Ministério do Trabalho fosse – não por mim, porque tenho nítida consciência da minha transitoriedade; o Ministério foi criado em novembro de 1930, significa que já tem 56 anos, e posso ficar lá não sei quanto tempo e o Ministério do Trabalho continua –, gostaria que o Ministério do Trabalho fosse o mais importante no conjunto dos Ministérios, porque ele trata da questão mais relevante, a questão do trabalho, das reações entre o Estado, o trabalhador e o empregador. Considero que tudo é feito em função disto, porque o trabalho é o motor do desenvolvimento. Não quero dizer que os outros Ministérios são menos importantes, mas o Ministério do Trabalho tem que estar sempre numa posição de primeira grandeza.

Tenho recebido um apoio muito forte da imprensa. O Ministério em geral, tem recebido um apoio muito forte da imprensa. Por outro lado, também tem recebido cobranças muito sistemáticas, muito incisivas, como se pudéssemos operar, nós, isoladamente ou não, transformações súbitas, instantâneas. Considero que, se fossem súbitas e instantâneas, não seriam duradouras. Elas precisam ser mesmo meditadas, precisam ser discutidas, precisam ser mudanças decorrentes de um trabalho muito intenso, muito constante, muito determinado, para que, através disso, se descubram os verdadeiros e os melhores rumos.

Esta questão, por exemplo, que a imprensa discute tanto, do salário-mínimo deveria ser 4.800, deveria ser 5.000, deveria ser 8.000; de acordo com o DIEESE. Isto não tem a menor importância. Precisamos saber em termos reais como estabelecer um salário-mínimo e defendê-lo, preservá-lo e temos que dar ao salário-mínimo a sua verdadeira finalidade de um salário de admissão de uma mão-de-obra não qualificada em seu primeiro emprego. Não é um salário de toda a vida. Quando me dizem: veja aí, o trabalhador, pai de família, tem 10 filhos e ganha salário-mínimo... alguma coisa está errada. Ou ele foi muito precoce, começou gerar filhos com oito anos e agora tem dezoito anos e tem 10 filhos, ou é um homem de 40 anos que ganha salário-mínimo. Alguma coisa está errada, porque um homem de 40 anos não pode ganhar salário mínimo. Não é apenas discutir o valor nominal do salário-mínimo. A imprensa precisa descobrir outros aspectos do salário-mínimo, para discuti-los. Esse papel deveria ser cumprido de forma precursora pelo setor de comunicação do Governo.

GETÚLIO BITTENCOURT – Uma última pergunta, Ministro.

Pergunta – Volto ao pacto, fazendo uma pergunta da seguinte maneira: o pacto foi levado tecnicamente. O Sr. falou tecnicamente sobre os salários, sobre as reivindicações dos trabalhadores e dos sindicatos. Os sindicatos tem posições políticas muito fortes. O pacto não deveria ser levado através de uma negociação política muito mais ampla, inclusive através também do meio político, do Congresso, e, dentro desse aspecto mais amplo, o envolvimento, aí sim, da economia, dos salários, devido à posição, que é real, tem uma posição política forte, podem, talvez, até concordar com a parte técnica, mas politicamente não concordar com o entendimento do Governo?

ALMIR PAZZIANOTTO – O Sr. sabe que um Ministro recebe uma incumbência, recebe uma missão razoavelmente delimitada. A missão que recebi foi esta de conversar com os trabalhadores e com os empresários, na busca de um pacto que, na verdade, seria um período de armistício entre pessoas que não se estão combatendo, mas entre as quais existem profundos desajustes no terreno dos interesses, dos objetivos. Recebi esta incumbência com tempo bastante limitado.

Considero imprescindível que o Congresso discuta este assunto, que o discuta desde as suas causas mais remotas, começando pela discussão da inflação, pela questão dos salários, ou se saber se o governo vai carregar mais nos salários, ou mais numa política assistencial, se vai distribuir salários ou se vai distribuir leite, se vai distribuir salários ou se vai distribuir caderno.

Essas coisas são importantes e se constituem num tema permanente. Nem depende de o Governo levantar a discussão. Uma bancada, uma liderança, um deputado, um senador.

O ano de 86, neste sentido, foi pobre, porque foi um ano eleitoral. Os Srs. sabem, com razões suficientes e que não precisamos aqui reexaminar, os deputados e senadores fizeram campanhas políticas em 86, e se não tivessem feito não teriam voltado, não teriam eleito seus governadores, o Governo não teria base política. Tivemos que conviver com um ano eleitoral. Este ano vamos ter que conviver com a Constituinte. É claro que o Congresso precisa aprofundar a discussão da questão econômica, estabelecendo a sua interligação com a questão política, sintetizando em medidas políticas as decisões que toma na área econômica ou que toma relativamente à matéria econômica.

Fui encarregado de uma questão pequena no conjunto geral. Não fui encarregado de discutir juros, de discutir dívida externa, de discutir reforma agrária, reforma urbana. Fui encarregado de discutir como é que podemos, no momento difícil, quando a inflação ameaça – e agora já não é uma ameaça apenas –, quando a inflação recrudescer, como fazemos com salários e preços, e se fazemos alguma coisa. Até podemos não fazer nada, deixar que as coisas sigam livremente o seu curso, uma vez que os trabalhadores, total ou parcialmente, tenham a garantia do salário móvel e do seguro-desemprego. Mas a questão é rigorosamente permanente. Em qualquer Parlamento do mundo a questão econômica é discutida com o maior empenho e com a maior energia.

Pergunta – O Sr. tinha mencionado no início que é difícil realizar no Brasil um pacto nos moldes do firmado na Espanha, o Pacto de Moncloa. Por que? Seria pela falta de interlocutores válidos, de expressão nacional, na área sindical, enfim, em todas as áreas?

ALMIR PAZZIANOTTO – Primeiro, porque a Espanha viveu uma situação muito diferente da nossa. A Espanha na verdade, fez mais de um pacto. Fez o primeiro pacto, os Acordos de Moncloa, depois fez o chamado Pacto Marco Interconfederal, que era de natureza trabalhista, ao qual têm-se seguidos pactos anuais.

A organização sindical espanhola é muito diferente da nossa, e a organização empresarial espanhola também é muito diferente da nossa. A Espa-

nha é um País muito mais homogêneo do que o nosso e com uma tradição de atividade sindical e de atividade política extremamente distinta também.

Procurei ler atentamente aqueles acordos, aqueles pactos. São excepcionalmente complexos, porque entram na área tributária e na área financeira, não se limitam à questão salarial, à questão de preços. Jamais imaginei que poderíamos, num primeiro momento, num segundo ou num terceiro, elaborar documentos daquela envergadura. Teríamos que nos limitar a coisas muito simples e nem assim conseguimos.

Eu teria o maior interesse, o grande desejo de dar continuidade a esse esforço, de continuar a me reunir com as direções sindicais, com as direções empresariais, mas reputo fundamental que essas direções sindicais reconheçam a necessidade de uma mudança nas suas estruturas internas, para que possam sentar-se, possam comparecer munidas de representatividade. É preciso ainda que as direções sindicais admitam dois pontos: o Estado é muito forte – ainda que debilitado por problemas econômicos e por problemas políticos, o Estado sempre é muito forte; segundo, a conduta das organizações sindicais, com a de um partido político, não pode ser pautada exclusivamente pela ameaça do emprego da força. Devem ameaçar com o emprego da competência, ou, por outro lado, devem aprender a combinar de forma inteligente, esses dois fatores: competência e força, porque é por aí que as suas bases acabarão avaliando o seu desempenho.

As organizações sindicais brasileiras correm o risco, antes de mais nada, de perder credibilidade nas suas bases, se não reconhecerem; em primeiro lugar, que o Estado é muito forte, e, segundo, o que move o Estado é a atuação competente do seu interlocutor.

GETÚLIO BITTENCOURT – Mais alguma pergunta?

Pergunta – Ministro, vou insistir na questão que o Sr. falou, das normas para o debate, para o entendimento. No início da sua alocução, o Sr. falou muito em normas para entendimento e agora cita sempre que as lideranças sindicais precisam ser mais competentes.

No debate, pelo que acompanhamos, de imprensa, houve muita reclamação, que, enquanto se discutia o ato com o Sr., outras decisões estavam sendo tomadas: a questão do aumento etc. Essas normas não incluiriam também uma atuação mais conjunta na esfera do Governo que realmente é forte?

ALMIR PAZZIANOTTO – O Sr. coloca uma questão extremamente sensível. Não acredito que o Governo tivesse adotado as medidas que adotou se não tivesse necessidade, porque é impraticável ignorar totalmente as leis que regem a economia. Tínhamos uma paralisia econômica no País, motivada pela insistência na manutenção de um congelamento que havia deixado de existir. As grandes organizações comerciais e industriais estavam aflitas no tocante à necessidade de um novo regramento. Algumas dessas lideranças empresariais importantes chegaram a nos dizer, a mais de um Ministro – isto foi por volta do dia 28: o de que precisamos é que o Governo nos diga como tirar uma nota fiscal na próxima segunda-feira. A nota fiscal é um documento essencial da empresa, no comércio ou na indústria. O cidadão que ven-

de aço, que vende automóvel, que vende brilhantina, que venda cafiaspirina, tira nota fiscal. Então, havia essa insistência: como tirar uma nota fiscal, isto é, que preço cobrar? Houve até quem dissesse: hoje o empresário tem mais medo do delegado da SUNAB do que do delegado de polícia, temerosos que se encontravam os empresários de serem autuados, com os nomes publicados etc., por infração a essas regras da economia.

Os Srs. sabem que os trabalhadores, a partir de determinado instante, e isto está no seu último documento, exigiam congelamento, a manutenção do congelamento de preços o que não é agir com competência, pois estavam comprando com preços já alterados e as suas fábricas estavam parando. Não há como enterrar a cabeça na areia e fazer de conta que aquele problema não existe.

Então, acredito, estou certo de que o Governo, as autoridades econômicas do Governo modificaram preços premidas por uma força real e inelutável.

Agora, se o Sr. me perguntar se isso me ajudou, só posso dizer que não.

Pergunta – A minha pergunta é se isso foi colocado na mesa de negociação, se o governo vai ter que fazer determinados reajustes.

ALMIR PAZZIANOTTO – É evidente. Tanto isso foi colocado, que contei aos Srs. que por parte dos empresários surgiu uma proposta de realinhamento de preços da ordem de 25%. A questão estava lá colocada. Como fazer esse realinhamento? Caso a caso, item por item, setor por setor ou de forma generalizada? Esta questão esteve presente desde o primeiro dia de negociação. Por quê? Porque mostrei o inter-relacionamento salários-preços.

GETÚLIO BITTENCOURT – Se entendi bem o espírito da questão do colega, o vazamento de um início de descongelamento atrapalhava ou ajudava. A primeira impressão das pessoas é que atrapalhava. A minha impressão é que podia ajudar mais ou menos no sentido de que o Sr. podia pôr na mesa o fim do recolhimento do Imposto Sindical, para estimular as pessoas a negociar. Como a história do corte.

ALMIR PAZZIANOTTO – Todos sabiam que esta não era uma negociação por um pacto, algo para nos levar a um acordo que vigorasse durante um ano. Todos sabiam que estávamos em busca de um espaço para que o governo pudesse respirar em clima de entendimento. Do que vínhamos? De uma tentativa de greve geral no dia 12 de dezembro e de um movimento aqui, em Brasília, no dia 27 de novembro. Sabíamos que não poderíamos entrar em fevereiro ou março com uma situação insegura, mesmo porque o congelamento, na melhor das hipóteses, vigoraria até fevereiro. Havia uma pressão de elevação do salário-mínimo, havia a discussão sobre se o gatilho fica ou não fica, houve o Cruzado II. Então, a sensação era de que um dos nossos problemas capitais era o tempo. Por quê? Porque os preços estavam pressionando, havia uma crise de abastecimento. Não se encontrava mais nada para comprar. O empresário não encontrava produtos para comprar para

levar para a sua fábrica e utilizar na montagem, na fabricação, e assim por diante. Por isso, algo que nos levasse ao entendimento de 90 dias, daí, então, poderíamos negociar com mais vagar, visitando os Estados, conversando com os governadores, com os constituintes, e assim por diante.

Uma série de problemas estavam colocados naquela mesa, e um dos maiores era exatamente o problema do tempo.

Quando não foi mais possível controlar, o Governo realinhou os preços de eletrodomésticos, e isso tornou-se um fator real ou pretexto – nunca saberei exatamente – para interromper-se, ainda que momentaneamente, a negociação.

Pergunta – Ministro, coloco a seguinte questão: a CUT se identifica como PT, a CGT, presidida por um membro filiado ao PMDB, e essa terceira entidade sindical que participou, a CUT não participou, mas houve uma terceira entidade sindical, até que ponto esse relacionamento com os partidos políticos pode interferir?

A segunda: o entendimento não se fez e a partir de ontem o governo estabeleceu uma nova política de ajuste de preços. Como é que fica agora a política salarial?

ALMIR PAZZIANOTTO – Não acredito que a existência de um relacionamento entre Centrais Sindicais, sindicatos e partidos políticos por si só seja um fator positivo ou negativo. É um dado da realidade, que precisa ser levado em conta e administrado. Exceção feita aos sindicatos americanos, não conheço tão bem todos os países, todo movimento sindical tem alguma interface partidária. Na Espanha tem e não impediu. É muito difícil um movimento sindical, uma organização sindical não ter uma interface partidária.

Quanto à política salarial, hoje ela está baseada em dois dispositivos: um, o Decreto-lei nº 2284, que assegura a livre negociação de salários; outro, o referente à escala móvel, que protege o salário contra o desgaste toda vez em que essa perda atinja 20%.

A questão fundamental da política salarial e da política econômica é, a meu ver, que os aumentos salariais não podem ser repassados nos preços. Esta é uma questão básica, muito pouco discutida e deficientemente entendida. Se entrarmos num processo inflacionário, a tendência do salário é perder poder aquisitivo, mesmo que temporariamente. Se conseguimos uma estabilização da economia, a tendência é o aumento real dos salários, por força da própria expansão econômica. O salário acaba sempre ficando condicionado, como disse logo no início, ao quadro geral.

Hoje vamos manter essa legislação, nem vejo como mudá-la. Creio que não teria nenhuma chance de aprovação no Congresso um projeto de lei extinguindo a escala móvel ou restringindo a livre negociação.

Pergunta – Da sua exposição, pairam algumas dúvidas: primeira, por que não se pensou num pacto, num entendimento, numa trégua, quando foi lançado o Plano Cruzado? Vou usar aqui uma condição, como jornalista. Lançou-se o Cruzado I, que foi ficção para este País, mas foi o momento em que se chegou, até mesmo por uma imposição do Governo, naturalmente ao que entendemos por um pacto nacional. Foi uma ficção muito bonita em ter-

mos de dizer que havia terminado com uma das coisas de que mais o País gosta, que é a inflação. O Sr. disse muito bem, na sua exposição, que os sindicatos e as organizações sindicais brasileiras nunca consideraram a inflação. Realmente é verdade nas negociações salariais. Ninguém é contra a inflação neste País. No momento em que se propagou que a inflação teria terminado, por que não foi o momento que o Sr. teria entrado com o pacto social? Em termos econômicos, a sazonalidade estaria ali para lançar o pacto social. Esse pacto social, essa idéia só surgiu depois do lançamento das medidas que acabaram com aquele sonho maravilhoso. Foi o chamado Cruzado II. Eu me lembro, estava no Palácio do Planalto, numa reunião, e admirei muito a sua postura em sair de peito aberto, defendendo, para uma conversa franca com os trabalhadores, conversa franca essa que eu achava que devia ter acontecido desde o início, para dizer à Nação a verdade sobre tudo, que era um momento de conciliação nacional, para recuperar a economia, para colocá-la nos devidos lugares.

O Sr. acha próprio que nesse período em cima de greves em dezembro, em janeiro, meses em que, por cuja sazonalidade, a economia brasileira para, foi o momento adequado para o Sr. lançar o pacto social? Não houve uma coordenação, uma política econômica neste sentido? Sobre isto que eu queria a colocação de V. Exa.

Outra questão: já que o Sr. coloca aí o problema da inflação, se o Brasil reencaminhar para o reconhecimento de que temos que ter inflação, temos que ter os instrumentos para neutralizá-la, porque não temos investimentos adequados internos, temos um Governo que é mais patrão do que Governo para as empresas estatais, e o Sr. mesmo admitiu isso, na questão da negociação, que o Governo é um formulador de inflação neste País, o Sr. não acha que aqui poderemos ter o início de um pacto melhor, mais bem estruturado, mais real, mais definitivo?

ALMIR PAZZIANOTTO – O Dr. Tancredo Neves, em campanha, falou no pacto social, que um dos seus objetivos seria a celebração do pacto social. Não tinha sido eu ainda mencionado para Ministro, naquela fase inicial, chegaram às minhas mãos todos os documentos espanhóis. Alguém me levou a São Paulo e me disse: estude isto aí que vamos fazer um pacto social. Achei tudo muito interessante.

Depois, o Presidente Sarney tentou em agosto e setembro de 85. Lembro-me até de um editorial do **Jornal do Brasil** sob o título “Pacto Vazio”. Ninguém acreditou na possibilidade de um pacto àquela época. Um pacto àquela época seria impraticável, porque os trabalhadores vieram conversar comigo várias vezes e o seu objetivo maior era a trimestralidade e a redução da jornada, o que, obviamente não estava nos planos do Governo, que tentava levantar barreiras contra a inflação.

Com o Plano Cruzado celebrou-se aquilo que todos consideram um pacto decretado. O período do Plano Cruzado não foi tão tranquilo assim como hoje me querem fazer crer. Pode ter sido tranquilo em outras áreas. Eu não parei um dia. Tivemos, acredito mais de 2 mil greves e ameaças de greves gerais, e grandes greves setoriais, mesmo com toda a situação favorável criada com o Plano Cruzado. Muitas vezes fui interpelado: “Ministro, expli-

que como é que estão acontecendo essas greves?" Eu apresentava como explicação ninguém menos do que o grande "guru" do capitalismo moderno, que é o Lee Iacocca, leitura obrigatória dos nossos executivos. Lee Iacocca mostra que, quando os Estados Unidos conheciam períodos de grande expansão econômica, quando a indústria automobilística estava vendendo muitos carros e, portanto, ganhando muito dinheiro, os movimentos grevistas e as campanhas reivindicatórias aumentavam, porque o trabalhador quer participar desse ganho.

Fico pasmo diante da perda de memória do nosso pessoal. Não havia clima para pacto no momento do Plano Cruzado. Se eu convocasse os trabalhadores, eles iam-me pedir aumento de salário, de 20, 30, 40%, como obtiveram sem pacto. Para que pacto para eles, se estavam ganhando mais salários? Quem é que, numa situação dessas, iria pensar a longo prazo: bom, estamos ganhando agora, mas podemos perder em 87?

Fiz uma análise de greves ocorridas em São Paulo, relacionando as empresas. A maioria delas eram decorrentes da disputa de funcionários. A rotatividade de mão-de-obra foi promovida pelos empregadores. Uma ameaça de paralização numa empresa qualquer já redundava num aumento de salário de 10, 20%, 17% e redução de jornada de trabalho. Teria sentido eu chamar, a essa altura do campeonato, o pessoal que estava lá na Av. das Nações Unidas, na Zona Sul, na Zona Leste, na Zona Oeste e propor: Vamos fazer um pacto aqui, para os Srs. não terem aumento de salário, para segurar um pouco, senão vai explodir o consumo, vai faltar mercadoria, no fim do ano vai haver excesso de demanda. eu dizia era dentro do Governo para os meus colegas: prestem atenção em novembro. Por quê? Por razões óbvias mudança de estação, vamos sair o inverno para o verão, campanhas salariais de grandes categorias; compras de fim de ano e 13º salário. Prestem atenção que alguma coisa vem por aí.

Hoje não haveria clima para entendimento, em outubro do ano passado. Vivia-se a situação de outubro do ano passado, e não se viva a situação de março e 87.

Está explicada a primeira parte.

Pergunta – A segunda parte, a questão do reconhecimento da população, justamente nessa época a sazonalidade, à que o Sr. muito bem se referiu agora, desse pacto fixado no final do ano, que, a meu ver, não tem muita oportunidade agora. Não tinha e não tem. O Sr. inclusive, citou o exemplo da Espanha, o exemplo da Itália. Os processos lá são muito demorados, não se chega a nenhum pacto em dois ou três dias.

ALMIR PAZZIANOTTO – Quarenta e oito horas.

Aos Srs. que são da área de comunicação – vou fazer um registro, que não é, de forma alguma, acusação ou desabafo. Fiz a primeira reunião. Terminada, a imprensa publicou que houve um fracasso, porque não tínhamos chegado a um acordo. A imprensa, dizia, depois de cada reunião: fracassou –, como se essas coisas pudessem ser feitas em questão de minutos. Primeiro, as pessoas precisam ser apresentadas. As pessoas se sentaram lá e ninguém se conhecia. Primeiro é preciso saber quem é quem, com quem estamos

falando. A bancada dos trabalhadores tinha mais ou menos 60 pessoas, e mudava todos os dias. Então, não poderia jamais ser colocado para a opinião pública que foi um fracasso, porque não deu certo a primeira reunião, a segunda reunião, a terceira reunião. Depois de seis meses, se não chegássemos a um entendimento, sim. Tínhamos contra nós o fator tempo, porque a inflação se manteve muito estável de março até setembro; depois passou para 3%, daí pulou para 7% ou 8% – não tenho números – e já pulou para 13%. Tinha razão, de certa forma, a imprensa ao dizer fracasso, por força da pressão, mas não tem razão ao imaginar que um entendimento dessa amplitude pode ser conseguido num espaço de 15 dias.

GETÚLIO BITTENCOURT – Ministro, fazemos votos que o Sr. possa voltar, para conversar conosco.

ALMIR PAZZIANOTTO – Basta convidar-me e me dar outro local. (Risos).

Muito obrigado a todos.

AS INFORMAÇÕES NA PROTEÇÃO DO ESTADO

IVAN DE SOUZA MENDES

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
6 DE FEVEREIRO DE 1987

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – (Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informação) – Transmitirei aos Senhores algumas idéias sem nenhuma preocupação didática. É apenas uma transmissão de idéias para permitir aos Srs. conhecer, mais ou menos, a maneira de atuação do Serviço Nacional de Informações.

Tendo que dar um título a esta minha conversa, seria “As Informações na Proteção do Estado”. Esta é a nossa preocupação, o trabalho do SNI, em essência, visa a proteção do Estado.

É preciso, inicialmente, uma definição de termos, porque usamos informações, a palavra é informação, no sentido oposto ao que se usa na comunicação oficial. A informação oficial é a informação que vai do Governo para a sociedade. A informação que manipulo, que trabalho é a que vem da sociedade para o Governo. A palavra é a mesma, mas com sentido oposto, porque a informação oficial visa a difundir as ações do Governo. Usamos a informação sob um conceito técnico, que é universal, e, para facilitar o entendimento, a língua inglesa chama de *intelligence*, é a inteligência.

O que é a informação para nós no conceito técnico? É o conhecimento seguro sobre um fato ou situação que possibilite decisões corretas das autoridades do Governo. Esta é a informação: saber realmente o que houve, o que se passou, para que o Governo tenha elementos seguros de decisão. É diferente, certamente, do que os Srs. fazem nos órgãos de comunicação do Governo.

Para aproveitar o ensejo, vamos definir também o que usamos muito e pode até ter um entendimento diferente da opinião pública – o conceito de contra-informação. Dentro da informação, como sendo o conhecimento de um fato para possibilitar decisões, a contra-informação é o conjunto de medidas que visa prevenir e neutralizar as atividades de informações adversas, porque estamos sempre sendo acompanhados pelas forças que querem opor-se ao Governo, interna e externamente. A contra-informação é aquela atividade que visa a neutralizar essas atividades de informação adversas ao Governo.

Com esta definição do termo, vou, agora, conceituar o que chamo de proteção do Estado, de maneira muito simples, e diz muito respeito ao trabalho da imprensa.

Verificamos, vemos no dia-a-dia na leitura dos jornais hoje – não só no Brasil como em todas as democracias – quase um paroxismo na veiculação das informações. A sociedade e a imprensa querem o Governo ao ar livre, absolutamente exposto à fiscalização, à observação, ao jogo de interesses da sociedade, das diferentes forças que fazem a sociedade. Isso dificulta, e muito, o trabalho administrativo, porque tira a serenidade dos homens que tomam decisão. Tenho a opinião de que o trabalho administrativo do Governo tem a sua privacidade. Enquanto se trabalha, enquanto se elaboram as decisões, os estudos que conduzirão às decisões, o Governo tem direito à privacidade das suas atividades. Ele não tem direito de negar à sociedade as informações sobre as suas decisões, sobre as suas atividades. Ele não pode omitir depois de elaboradas, porque tem a obrigação de informar ao público o que ele faz. É por isso que estão aqui os Srs., é isso o que os Srs. fazem: informam à sociedade as ações do Governo.

É importante, então, conciliar essas necessidades antagônicas: a proteção à privacidade do trabalho administrativo com a obrigação de difundir os atos do Governo, porque, durante o trabalho de elaboração de decisões, durante os estudos que conduzirão a decisões, a atos, decretos, atos administrativos, há muito entrecchoque de opiniões, isto é salutar. Justamente no confronto de opiniões diferentes, desde que com o conhecimento preciso dos objetivos do Governo, é que se obtêm boas decisões. Isso não pode ser perturbado pela permanente presença de pessoas que só querem perturbar, só querem saber das coisas e dão as verdades parciais, as meias verdades, que são terríveis para a compreensão dos fatos da administração, para a compreensão dos fatos políticos.

De modo que considero muito importante haver uma conciliação entre a obrigação de informar com a proteção à privacidade da administração. Aos jornalistas, aos homens de imprensa não deve ser dado o direito de se sentarem ao lado da minha mesa enquanto estou trabalhando. No entanto, têm o direito de saber o que decidi, para informar ao público.

Esta, a primeira idéia que deixo à meditação dos Srs. E o faço dentro de um conceito pessoal que tenho da relevância do papel da imprensa nos regimes democráticos. Sem uma imprensa livre o regime democrático não funciona, porque é muito importante que a sociedade conheça o que o Governo faz. Conheça, no momento certo, da forma certa, aquilo que o Governo faz. O papel da imprensa, que os Srs. são a interface da autoridade administrativa com a imprensa, é relevante, pela difusão, pela crítica, pela apreciação dos atos dos agentes da administração, pela contribuição ao aperfeiçoamento das práticas democráticas. Dar conhecimento das opiniões, dos atos, das autoridades públicas. Isto facilita a prática democrática.

A imprensa muito contribui para a proteção à liberdade dos cidadãos contra a prepotência do Estado, porque a imprensa vigia, e o Estado, então, não pode abusar da sua força contra o cidadão que, muitas vezes, é inerte diante da força do Estado. A imprensa também contribui fundamentalmente para prevenir o desrespeito ao cumprimento das leis.

Por tudo isso, é extremamente importante o papel da imprensa no regime democrático, e aumenta, em muito, a responsabilidade dos homens de imprensa, porque eles devem ser fidedignos nas suas manifestações, devem transmitir a verdade acima de tudo. Do contrário, estarão desservindo à democracia.

Com estas considerações, agora entro propriamente na atividade do meu Serviço de Informações e, de maneira muito simples, dizendo aos Srs. o papel do Serviço de Informações é a primeira linha de defesa do Estado contra as pressões, sejam pressões exercidas do exterior, sejam exercidas no interior do País. Ainda mais, é a primeira linha de defesa contra as pressões internas contra a organização e o funcionamento do Estado. É pela informação, é pelo conhecimento antecipado de todas as pressões que se exercem contra o Estado que facilitamos ao Governo a tomada de decisões, não só as decisões corretas, depois de análise de todos os fatores envolvidos, como também decisões oportunas, porque a informação chegada fora do tempo não serve para nada.

Os Serviços de Informações existem em todos os países, em todos os regimes, seja nos regimes democráticos, seja nos regimes totalitários.

O que caracteriza e marca a atuação do nosso Serviço Nacional de Informações é que ele atua dentro de um espírito de respeito às leis, de respeito aos direitos dos cidadãos. Esta é a diferença fundamental entre a atuação dos Serviços de Informações nas democracias e nos regimes fechados.

A atividade de informações é muito ativa. Na leitura do Velho Testamento são freqüentes as referências ao emprego de agentes de informações, desde os tempos bíblicos. É uma necessidade que vem com a constituição do Estado. Moisés usou informantes. Em numerosos outros fatos narrados na Bíblia, vemos a presença dos homens de informações, dando as informações para os grandes líderes da História tomarem as suas decisões. O nosso Camões, em "Os Lusíadas", mais de uma vez faz referência à atividade de informações. Quando Vasco da Gama desembarcou na Índia, fugiu de uma cilada — se não me engano foi em Calecuti —, porque mandou homens de informações antes para verificar quais eram as intenções do sultão.

Então, esta é uma atividade absolutamente necessária à proteção do Estado. Infelizmente, é uma atividade sujeita a muitas críticas, a muitas incompreensões. Isto ocorre no Brasil, exacerbado pelo período de transição política, vivemos, há pouco, num regime democrático, mas de índole autoritária, em que as informações atuavam de maneira muito tranqüila. Hoje as informações trabalham num regime de muita turbulência. Essa turbulência é natural, é saudável e procuro adaptar-me a ela, porque é necessária à constituição de uma verdadeira democracia em nosso País.

Neste período de transição — é o que quero transmitir aos Srs. —, temos tido a preocupação de mostrar a importância e a necessidade de que o Governo disponha de informações e que os órgãos de informações do Governo atuem num quadro de respeito às leis e de respeito aos direitos dos cidadãos. No entanto, com toda esta minha postura e com este comportamento do meu Serviço, estamos diariamente sujeitos a incompreensões, a críticas, devido ao entrelaço de interesses que há na sociedade.

Procurei, no início da minha atividade no Serviço Nacional de Informações, abrir-me muito ao contato com a imprensa. Os jornalistas da nossa Secretaria de Imprensa são testemunhas. Recebo regularmente, quase todas as semanas, jornalistas, com quem converso, com quem troco opiniões, com quem apresento preocupações, porque isso é importante para que o Serviço seja compreendido e importante para que os jornalistas se informem a respeito do nosso trabalho.

Depois desse período inicial de abertura muito ampla para a imprensa, procurei diminuir esse contato, fazendo-o de maneira menos freqüente, porque a atividade de informações deve ser discreta, deve-se processar de maneira discreta. Não quero também que pensem que estou buscando popularidade, que estou buscando ser uma pessoa conhecida. O chefe de informações não deve ser um homem conhecido. Procurei, então, conciliar a necessidade de mostrar o que é o Serviço de Informações no regime democrático com a descrição que é básica para a atividade dos Serviços de Informações.

Também nesse primeiro período procurei ampliar o relacionamento do Serviço com as autoridades públicas e as autoridades políticas. Estou sempre pronto a receber as pessoas que desejam falar comigo, trocar idéias e sempre sou franco e sincero nas minhas opiniões, nas minhas apreciações. Sempre procuro enfatizar, da parte do Serviço Nacional de Informações, de todos os seus componentes, respeito aos valores democráticos. Temos que respeitar a lei, agir dentro da lei e, com um comportamento firme, assegurar a proteção do Estado.

São pouco conhecidas do grande público as atividades de informações adversas. São adversas aquelas que são contra os objetivos do Governo.

Temos no País, como qualquer nação os tem, agentes de países estrangeiros que atuam aqui, que buscam informações sobre a nossa evolução política, a nossa evolução econômica, os nossos objetivos, os atos do Governo, procurando a busca de informações técnicas da indústria, as potencialidades do comércio. Isso ninguém vê, é uma atividade eminentemente sigilosa, eminentemente discreta. Temos que vigiar e proteger os órgãos públicos dessa ação, constante e insidiosa. Espião não existe só nos romances nem só existem nos outros países. Existem também aqui, no Brasil. Essa presença nos obriga a uma permanente vigilância, a um permanente apuro dos nossos processos de trabalho, porque hoje os recursos da eletrônica põem à disposição da espionagem, das informações, poderes incalculáveis. O nosso Serviço tem que estar acompanhado dessa modernização da atividade, para cumprir a sua missão.

Em termos de conceituação, de caracterização do que faz o Serviço de Informações, é isto que deixo à consideração dos Srs.

Antes de passarmos ao período de debates — combinei com o Jornalista Getúlio Bittencourt responder às perguntas que os Srs. queiram fazer —, destaco a importância dos valores éticos na atividade de informações. Trabalhamos sob a permanente preocupação da seriedade, de princípios éticos, balizando a atividade de informações. Considero que a qualidade fundamental de um homem de informações é o caráter, tem que ser um homem sério, porque, se ele não tiver seriedade, se ele não tiver caráter firme, isso

ocorre sempre em todos os serviços de informações, ele vai usar as informações para outros fins que não a proteção do Estado. Quem lê a imprensa frequentemente vê notícia de agentes de informações que passam de um lado para outro, é o uso indevido de informações, porque esses agentes, esses homens de informações são homens sem caráter.

Há um lema que cito muito aos meus servidores. Só agora, depois da II Guerra, é que tivemos informações num sentido amplo, porque antes praticamente as informações militares é que predominavam. O Chefe do Serviço de Informações na Alemanha na I Guerra Mundial dizia: "O Serviço de Informações é a atividade para nobres. Entregue a outros, desmorona". É uma profunda verdade que inspira o nosso trabalho no Serviço Nacional de Informações.

Finalmente, destaco a afinidade que há entre o trabalho da imprensa e dos órgãos de informações.

A imprensa como no início procurei acentuar, também tem que pautar o seu comportamento, as suas ações em valores éticos apurados, tal a relevância que a imprensa tem no regime democrático.

De modo que, apesar de trabalharmos quase em sentidos opostos – a imprensa para difundir, e nós para captar –, temos que ser inspirados pelos mesmos valores éticos, pelas mesmas preocupações com a grandeza do Estado e com a prevalência dos valores morais no nosso trabalho.

Esta a minha contribuição para este Seminário, de maneira muito simples. Tenho consciência das minhas limitações. Mais do que isto os Srs. não agüentam. Estou à disposição para responder as perguntas que quiserem fazer.

Pergunta – Qual seria o destino imediato e a perspectiva de trabalho das Assessorias de Segurança e Informação nas empresas públicas?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – As atividades de informações no Brasil estão organizadas de forma sistêmica. De modo que temos órgãos de informações no Governo Federal, no governo central, assessorando diretamente o Presidente; temos nos Ministérios, assessorando diretamente os Ministros de Estado; e temos nas empresas públicas. Todas com o mesmo objetivo: contribuir com informações seguras e oportunas para as decisões das autoridades a que servem.

A incompreensão em relação a essa finalidade das informações, que julgam que as Divisões de Segurança e Informações e as Assessorias de Informações das empresas são órgãos de espionagem do SNI dentro das empresas, resultou na dificuldade com que elas trabalham, dificuldade que neste Governo se acentuou muito. Algumas operam de maneira muito difícil e muito precária, porque não são compreendidas pelas autoridades.

Devemos persistir nisso. Propugno, em contato com Ministros de Estado, acentuar que os homens de informações que servem ao seu Ministério são deles, para servir a eles, e buscar, através do funcionamento sistêmico das informações, as informações de que necessitam. Essa organização deve permanecer. Não há idéia de extinguir as Divisões de Segurança e Informa-

ções nem as Assessorias das empresas, porque elas são necessárias. Se o administrador descuidar de obter informações, poderá, com frequência, tomar decisões falhas, por falta de informações.

Pergunta – O Sr. falou em valores éticos, em questões de tarefas tanto do Serviço de Informações como de imprensa. O Sr. fez uma comparação que me parece muito correta, porque a imprensa tem informações para colocar ao público e o Serviço de Informações tem para se municiar contra o público. Então, gostaria que o Sr. esclarecesse um pouco mais sobre este ponto.

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – O seu conceito não é bem correto. Municiar-se contra o público, não. O Serviço de Informações não é contra o público, não é contra a sociedade. Este é um conceito errado, se me permite, e perigoso, porque isso é que gera as incompreensões e cria as dificuldades que enfrentamos. O Serviço é para servir à sociedade. As informações da imprensa são para o público, para serem transmitidas. As informações que procuro são aquelas que vêm da sociedade para que o Governo saiba o que se passa e possa tomar decisões corretas. Então, nossa informação não é contra o público, não é contra a sociedade, absolutamente. Frequentemente é contra o corrupto. Este deve incomodar-se com as informações, porque se as informações mostrarem que ele está roubando, que ele está fraudando o Estado, ele poderá ser penalizado. Ele não quer saber que aquilo que ele faz seja conhecido. As informações incomodam aos agentes de espionagem estrangeiros. As informações incomodam aqueles que queiram subverter a ordem pública, que queiram derrubar o governo constituído, que queiram mudar o regime democrático. Estes se incomodam, estes reagem.

Pergunta – Só para complementar. Até que ponto, nós, que somos profissionais do Governo, profissionais de informação ao público do Governo, podemos divulgar as informações que o Serviço Nacional de Informações tem? Essa falta de acesso às informações, que têm neste plano, dificulta um pouco a nossa tarefa.

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – As informações que tenho não são para o público, são para possibilitar as decisões do Presidente da República.

Pergunta – Mas podem orientar também os seus funcionários.

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – Nisso aí somos punidos. Quando as informações que recebo, que coleteo, que processo, que analiso, que controlo, são de interesse do Ministro de Estado, elas são transmitidas ao Ministro de Estado por ordem do Presidente. Quando o Ministro de Estado sabe de um fato, tem uma informação que é de interesse de

seu Ministério, de seu público interno, da sociedade, ele difunde. Não são escondidas. Não há esse fechamento, porque temos difusão da imprensa.

O Sr. tocou num ponto interessante. A imprensa trabalha sob uma pressão terrível de tempo, porque, se há uma coisa volátil, é a informação. Uma coisa que é importante hoje, amanhã deixa de ser, e não posso trabalhar de maneira apressada. Tenho que levar ao Presidente informações seguras, para ele não tomar decisão errada. O meu trabalho é um pouco mais lento. Compreendo e desculpo muitas vezes as informações falsas que há na imprensa, por causa da pressa. O ideal seria também que a imprensa pudesse processar e verificar: isso não é verdade, estou difundindo à opinião pública uma coisa errada. O difícil, então, por parte da imprensa, se quer ser confiável, se quer ser veraz, quer ser precisa, ela deve procurar checar o máximo possível as suas fontes de informações. Só posso levar ao Presidente informações comprovadas. Do contrário, posso induzi-lo a um erro grave.

Pergunta – Sr. Ministro, existe ainda a necessidade de haver Assessorias de Informação em universidades, pois em algumas do Nordeste ainda existem, embora na portaria do Ministro tenham sido eliminadas.

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – A necessidade da Assessoria de Informações quem deve sentir mais é o titular da universidade. A universidade é um ambiente difícil, reconhecido, turbulento. A juventude estudantil, agitada, não tem lógica. O universo de opiniões, de tendências é muito diversificado e torna a vida na universidade muito difícil. Se o reitor de uma universidade não quer, não precisa de informações sobre o que se passa na sua universidade, ele não usa. Ele pode até cancelar e depois ele vai pagar, vai sentir. Ou, então, não vai pagar nunca, não vai perceber, talvez, a falta que lhe faz as informações no processo.

As universidades mais ... (inaudível), como foram sempre um campo de luta ideológica muito forte, há informações quase que agora exclusivamente no campo ideológico, e isso é muito sensível, muito difícil, há todo esse clima que hoje em dia chegou até o Nordeste a invasão de uma Assessoria. Aí é uma história muito longa, de erros de parte a parte, de incompreensões de parte a parte, que, espero, com o tempo e com o pleno funcionamento da nossa democracia, que desejo seja uma democracia saudável, autêntica, veraz, isso vá desaparecer, embora nunca desapareça totalmente, porque é da mudança da sociedade, do choque desses interesses.

Pergunta – Ministro, o Sr. tocou num tema que, junto com a inflação, é tema que escutamos praticamente cotidianamente, a questão da corrupção. Atribui-se, inclusive, ao SNI, recentemente, o poder de veto, que o Sr. foi ao jornal esclarecer, uma personalidade.

Essas acusações que de vez em quando se fazem na imprensa contra o SNI, de que não estaria alertando o Governo que alguns titulares de órgãos públicos são corruptos, procedem ou as informações não chegam a tempo de a autoridade tomar a decisão?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – O nosso Serviço Nacional de Informações atua simultaneamente em quatro campos: primeiro, a atividade no exterior, buscando o mais longe possível informações sobre fatos e situações que possam afetar o Estado brasileiro; segundo, atuamos dentro do País contra os elementos estrangeiros que aqui procuram atuar contra os interesses do Governo brasileiro; terceiro, atuamos dentro do País contra aqueles nacionais que querem subverter a ordem pública, querem derrubar o Governo, querem alterar a nossa organização institucional; quarto, ainda atuamos no campo da administração pública, particularmente contra os desvios de comportamento das atividades públicas.

Esses quatro campos de atuação são muito amplos, exigem uma organização muito grande do Serviço de Informações, e não temos, o País ainda não estruturou o seu Serviço de Informações plenamente para atender a todas essas decisões. Essa parte de corrupção, não é só o SNI que tem obrigação de controlar a corrupção. Absolutamente. É obrigação de cada administrador vigiar. Temos uma estrutura no Tribunal de Contas, temos uma estrutura de controle interno em cada Ministério destinada a verificar a exatidão do comportamento dos administradores públicos. O SNI, quando detecta e acha uma forma de ... (inaudível) são denúncias que recebemos de funcionários que se escandalizam com o abuso, através da imprensa, procuramos processar e dar as informações possíveis ao Governo.

Ressalto que a obrigação de combater a corrupção não é só do SNI. É mais dos administradores públicos, de cada um dos administradores do Poder Público. Quando chegam ao nosso Serviço, transmitimos aos responsáveis pelos órgãos atingidos. O que cabe ao Serviço é informar.

A sua pergunta que o SNI veta, vetou nome na ocasião, o Sr. deve se lembrar, eu desmenti, porque o SNI não veta, o SNI dá a informação. A decisão decorrente da informação é da autoridade pública, ela é que vai responder.

Pergunta – Ministro, as informações colhidas pelo SNI são muito diferentes das publicadas pela imprensa diariamente, em termos nacionais?

Pergunta – Permita-me complementar a pergunta.

Quais são os critérios ou formas de avaliação da veracidade da informação da imprensa e o serviço de divulgação e os meios que ele tem para verificar essa veracidade de informação?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – As informações que o SNI colhe não são publicadas na imprensa, são levadas ao Presidente, são levadas através do sistema de informações aos Ministros de Estado. A imprensa é que atribui ao SNI muitas coisas que o SNI não faz.

Pergunta – Não foi bem este o objetivo da pergunta. Se as informações colhidas pelo SNI são muito diferentes, se são algo diferente das publicadas pela imprensa.

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – A imprensa é outra fonte de informações. O SNI tem uma fonte muito importante. Nem sempre as informações são rigorosas, são corretas. Até pela pressa, como eu disse. Na maioria dos casos elas conferem.

Aqui, por exemplo, peguem o jornal de ontem, a respeito de um negócio de fonte, a interpretação de que o Governo quer acabar com fonte, não sei como chegaram a essa coisa, até mesmo meio cômica: o Governo vai secar a fonte. Diz aqui também: “Ainda hoje falará o Ministro Pazzianotto e amanhã o General Ivan de Souza Mendes, que defende uma relação aberta, mas controlada entre o Governo e os meios de comunicação de massa”. Tudo bem, acho muito importante. Agora vem: “O General tem-se notabilizado em preparar relatórios denunciando, de um lado, uma tendência esquerdizante dos jornalistas”. Nunca fiz relatórios dizendo isto. Que há jornalistas de esquerda, há, mas que me tenha notabilizado em preparar relatórios, não sei. Acho que o Presidente não pensa isso, não.

Diz aqui: “De outro lado, há uma postura excessivamente crítica” – quer dizer, preparei o relatório denunciando a tendência esquerdizante – “e uma postura excessivamente crítica dos meios de comunicação”.

Se o meio de comunicação não critica o Governo, não está cumprindo uma de suas missões.

No início falei que um dos papéis da imprensa é apresentar críticas a atos do Governo.

Pergunta – O Sr. é que tem sido criticado por isso.

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – Publicam que preparo relatórios denunciando a postura excessivamente crítica dos meios de comunicação. Pelo contrário, acho que a imprensa tem o papel de comunicação, de criticar, dar a informação.

Eu não desminto notícia de imprensa, nunca, porque não adianta.

Eu não sou contra a crítica da imprensa hoje, amanhã o jornal diz outra coisa. Assim, se desminto, não faço outra coisa, porque são muito freqüentes as notícias parcialmente inverídicas, tendenciosas sobre minha pessoa, palavras minhas que não disse. Mantenho a postura de ficar calado. De modo que, se os Srs. querem fazer um juízo a meu respeito, não aceitem assim de graça qualquer coisa que um jornal atribua a mim, porque pode não ser verdade. Pode ser uma interpretação capciosa de um companheiro de equipe.

Pergunta – Quais são os critérios de avaliação que o Serviço tem para a veracidade das informações publicadas na imprensa? Quais as normas que o Serviço usa para verificar a veracidade da informação, para levá-la às autoridades?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – Temos toda uma estrutura de buscas de informações, de análises de detalhes, para processar, para comparar.

Não sou fiscal da imprensa. O SNI não está lendo todos os jornais para dizer: isso aqui é mentira, isso não é. Só me interessam os assuntos relevantes que impliquem decisão do Presidente da República. Se a imprensa disse uma coisa falsa, cada um que use como quiser. Só tenho... (inaudível), materialmente possível. Só devo interessar-me em acompanhar, estudar as decisões sobre assuntos relevantes que impliquem decisão final do Presidente. E assim também no âmbito do Ministério, as suas Divisões de Segurança e Informações. O SNI, pode estar subjacente a esta pergunta, não é fiscal da imprensa. A própria sociedade julga tudo que ela faz.

Pergunta – Ministro, o SNI, quando criado, foi buscar algum modelo externo? A inspiração foi buscada onde? Ou é uma fórmula nacional de serviço?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – Os Serviços de Informações, em todos os países, são muito semelhantes. Permanentemente estudo as atividades dos Serviços de Informações existentes e adapto-as ao nosso programa de atividades.

O Serviço de Informações é eminentemente nacional, porque trabalha dentro do ambiente cultural que é o nosso e que não é igual a de nenhum outro país. Usamos técnicas muito semelhantes, porque todos usam – a CIA, o MI-5, é o serviço francês, o CBE, a KGB. Os processos, os meios, os recursos são mais ou menos idênticos. Agora, a maneira de usá-los, a maneira de elaborar a informação é muito dependente da cultura de cada país. O nosso Serviço de Informações, o primeiro embrião foi de 1927. O nosso apareceu, como primeiro órgão, em 27. Já vem daquela época, porque havia necessidade de o Governo se informar. Antes do Serviço Nacional de Informações, que se criou em 64, havia na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional um Serviço Federal de Informações, que foi praticamente o órgão antecessor do SNI, como existe hoje. Inspiramo-nos praticamente na elaboração de todo o Serviço.

Pergunta – Lógico que a técnica de formação é a mesma. Nessa fase de transição para a democracia, estaria havendo ou houve alguma reciclagem para a democracia, de cabeças, de métodos, de agentes? Nessa fase de transição para democracia, houve situações diferentes?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – Não é bem reciclagem. Poderia até dizer reciclagem, mas procurei acentuar a ... (inaudível) e disse isto: o Serviço de Informações nosso trabalhou, nestes últimos 20 anos, de maneira muito folgada, porque não tinha muita pressão em cima dele como temos agora, e isso implica mudança de comportamento de determinados serviços, e estamos permanentemente ressaltando as novas condições ambientais de trabalho.

Pergunta – Ministro, isto que o Sr. disse “de maneira muito folgada” seria à vontade?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – “De maneira muito folgada”, não carreguem muito na interpretação. (Risos)

Não se dava muita atenção, não se tinha muita preocupação. Hoje, pelo contrário. Hoje eu tenho. Embora não desminta as notícias, mas eu me preocupo e procuro, de maneira adequada, esclarecer.

Pergunta – Existe uma reivindicação por parte de alguns setores da sociedade, no sentido de ter acesso às informações, cada cidadão ter acesso às informações que os órgãos de segurança têm relativas à sua pessoa. Qual a posição atual do Governo com relação a esta questão?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – A posição atual do Governo é a posição de respeito à lei. Há uma lei que diz que os arquivos onde estão as informações não são passíveis de divulgação. Estamos num país sério e o Serviço Nacional de Informações é um órgão oficial e uma entidade que podemos chamar de Serviço Secreto do Governo brasileiro. Ora, se tudo que o serviço secreto tem guardado é do conhecimento do público, não é mais secreto. Então, há necessidade realmente de que as informações existentes nos arquivos do Serviço sejam protegidas, inclusive porque na técnica normal de informações tudo que chega aos órgãos de informações chamamos de ... (inaudível), é uma coisa que registramos para depois comparar. Então, há diferentes casos. Um fato sobre uma pessoa isoladamente não tem valor. A maioria são falhos. Agora, é do contexto, é da análise, é do processamento que se chega à informação. Se o Governo permitir que um registro que existe no arquivo seja de conhecimento público, é até sujeito à interpelação judicial, porque é vedado. O Governo vai trabalhar depois de muito ter trabalhado. E tem que ser esse serviço secreto. Há pouco tempo li no **Time** uma reportagem sobre problemas enfrentados pela CIA nos Estados Unidos. O título da reportagem era “Serviço não muito Secreto”, porque tudo estava indo a público, e isso não pode, senão o serviço deixa de ser secreto. Por causa dessa responsabilidade que tem o Serviço de manejar dados sobre pessoas, empresas ou situações, é que é tão importante que o homem de informações seja um homem de caráter firme, porque ele trabalha com dados muito importantes para a vida do cidadão e para a vida da Nação.

Queremos, com a nossa concepção de democracia, abrir isso, é um suicídio. Hoje em dia vemos constantemente, em jornais e revistas americanas, particularmente nos Estados Unidos, a preocupação que têm as autoridades públicas contra a excessiva abertura do Estado à pesquisa em relação às informações. O paraíso para os agentes da KGB são os Estados Unidos, em vista do Estado muito vulnerável à proteção de suas informações. Na Inglaterra não ocorre isso. É uma democracia multisecular.

Pergunta – Na realidade, uma das atuações do SNI é a identificação de informantes no exterior. Qual o procedimento do SNI que o governo adota nos casos de identificação desses informantes, porque eu me lembro de ter lido notícia recente de que o Governo teria descoberto esse tipo de agentes no País.

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – Serviço de Informações. Isso não é para ser divulgado. Se alguma vez houve isso, e já houve, e... (inaudível). Há, inclusive, nessa atividade de informações, certa compreensão recíproca, pegou um espião, vai embora, o outro não chia. (Risos).

Pergunta – O Sr. teria dito, no início de sua palestra, que a imprensa teria acesso às decisões do Governo. Antes disso nada. Eu lhe pergunto se o cidadão, se a nossa sociedade teria condições de se defender ou fazer um tipo de pressão para que uma decisão que poderia ser errada, quer dizer, a sociedade talvez não concordasse com aquela decisão do Governo, porque sabemos que no nosso País as leis não são muito... (inaudível). Se o Sr. acha que a imprensa não deve ter esse acesso às decisões antes de formalizada, que tipo de mecanismo a sociedade poderia usar?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – ... o Governo formaliza as suas decisões por ato administrativo. São leis que saem do Congresso Nacional, são decretos, portarias, todos os atos administrativos normais das diferentes autoridades públicas.

O que eu quis ressaltar é que hoje sentimos uma preocupação da imprensa de estar vigiando, quase que querendo sentar ao meu lado para saber o que eu estou escrevendo. Não eu, mas o diretor de uma repartição. Durante a elaboração dos atos administrativos há... Não é uma coisa... (inaudível).

Não, também não é tanto assim. Temos que chegar na prática. Reajo, acho que está errado, é a excessiva tendência de que a administração seja toda ela exposta. Aí não há tranquilidade para trabalhar. As decisões tomadas passionalmente, tomadas sob receio de reações de imprensa, sob receio de opinião pública, sob receio de críticas, não são válidas. Tem que se ter um mínimo de tranquilidade... (inaudível)

O Governo não pode é esconder.

Pergunta – Ministro, complementando mais ou menos esta questão, o Sr. falou, no início da palestra, do papel do comunicador do Governo, o Sr. disse que ele deve conciliar o dever de informar com essa privacidade do governo, enquanto... (inaudível)

Sabemos que isso quase nunca é possível, porque o Sr. considera, e mesmo falou nisto, que as decisões são tomadas por 10 ou 15 pessoas do 1º e do 2º escalão e, com interesses naturalmente conflitantes, há o interesse de vazarem a informação. O papel do comunicador, então, fica um pouco... (inaudível).

Que papel o SNI teria de identificar esse tipo de vazamento, de neutralização, essa possível informação que vai prejudicar o papel. Teria que informar o decreto, informar a portaria, o ato já formalizado em nome do Governo. A exceção foi o Plano Cruzado, que realmente pegou o pessoal de surpresa, e não vazou nada. Mas normalmente não é assim. Que papel tem o SNI de identificar esse tipo de coisa, para neutralizar?

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – Este é o dia-a-dia da administração. O SNI não pode estar acompanhando cada um desses vazamentos, porque cada autoridade pública, cada Ministério tem o seu órgão de informações, tem as suas normas de trabalho. Ele mesmo deve-se prevenir. O SNI só vai interferir quando o vazamento, quando a notícia é de grande relevância para os objetivos do Governo. Do contrário, são falhas da administração que podem diluir-se em pouco tempo. A não ser que o Governo determine, e de alguma maneira tem acontecido isso, procurar detectar o risco de vazamento de uma notícia muito importante. Vou dar um exemplo chocante: se o Governo resolve fazer uma desvalorização cambial, suponhamos. Esta notícia, se o Governo viesse a tomar, teria que ser secreta até a hora de ser tomada, senão há os efeitos sobre o mercado financeiro, e isso é que tem que ser protegido.

Então, há muitas decisões do Governo que realmente afetam interesses, criam problemas, devem ser protegidas. Se o Governo não tem êxito nessa proteção, ele cria problemas para si mesmo. Por isso que falo tanto na conveniência da necessidade de proteger a privacidade da administração. O Plano Cruzado foi exemplo único. O Governo tomou uma decisão da maior importância, da maior oportunidade, do maior alcance, sem que a imprensa e a sociedade soubessem antes da hora devida.

GETÚLIO BITTENCOURT – Ministro, vamos fazer a última pergunta.

Pergunta – O Sr. disse que o SNI reúne informações para orientar decisões do Governo. Uma vez cumprida essa finalidade, não seria o caso do SNI oferecer essas informações à imprensa, enfim, facilitar a sua divulgação? Lope de Vega já dizia: a verdade não é que se envergonha, senão estar no público.

Gen. Ex. IVAN DE SOUZA MENDES – Isso não acontece de se esconder a verdade. Depois que a informação permitiu a decisão, ela perdeu o valor. Então, para que vou botar... (inaudível). Não há necessidade.

A informação é uma coisa extremamente volátil. Depois que evaporou, não serve para mais nada. Depois que o Governo decidiu, de que adianta eu dizer: olha aqui, eu disse para o Presidente fazer isso, mas ele não fez. Disse ao Presidente esse fato e ele disse que não...

Já que estamos finalizando e tenho outras atividades a fazer, agradeço a atenção e peço desculpas se não atendi plenamente à expectativa dos Srs. Peço que reflitam um pouco sobre os conceitos que eu disse, porque eles traduzem a maneira como estamos cuidando para servir ao Governo do Presidente Sarney, para servir à consolidação da democracia em nosso País e para permitir que o Brasil se consolide, como já é, como uma potência expressiva no concerto mundial das nações.

Muito obrigado. (Palmas)

**A PROPOSTA
DE COMUNICAÇÃO
DE TANCREDO NEVES
E SEU GOVERNO**

MAURO SALLES

**AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
09 DE FEVEREIRO DE 1987**

MAURO SALLES (Publicitário, fundador e conselheiro da Salles/Interamericana de Publicidade) – Getúlio Bittencourt pediu-me que falasse sobre a proposta de comunicação de Tancredo Neves e seu governo.

É bom lembrar que seu governo não era um projeto que já tinha acabado. Uma parte estava em início de implementação, outra parte era apenas a definição de algumas diretrizes que iriam ser materializadas.

O esquema do Dr. Tancredo Neves se baseava em algumas preliminares. Primeira: a imagem do Presidente e seu governo deviam estar sintonizadas. Lembrem-se de que viemos de um governo autoritário para um governo democrático e algumas das experiências do governo autoritário mostravam que tinha sido possível no Brasil essa mágica de haver uma imagem positiva do Presidente e negativa do Governo, e uma imagem positiva do Governo e negativa do Presidente.

O Dr. Tancredo não achava que isso pudesse ser compatível com o regime democrático e com a proposta pessoal dele. Segunda: evidentemente, a nova comunicação, qualquer que ela fosse, deveria ter alguns sinais claros que mostrassem que ela refletia a Nova República, que ela refletia a transição democrática. Terceira: também nisso se deveria procurar profissionalizar, ou seja, a execução da política deve ser profissionalizada, dever-se-ia prestigiar os jornalistas profissionais na área de comunicação, os homens de relações públicas, as empresas profissionais na área de comunicação. E a razão é muito simples: o amadorismo também na comunicação não dá certo. Estava chegando ao poder não apenas uma equipe que vinha a ser o símbolo da mudança do regime autoritário para um regime democrático, mas uma equipe que tinha chegado a isso profissionalmente, com competência profissional. Lembrem-se que, em plena campanha Tancredo, quando num debate indireto com Maluf, o Maluf subestimou a chegada do Tancredo como candidato e disse: “mas o Tancredo foi um perdedor e eu sempre venci, ganhei isso, ganhei aquilo, fui eleito isso, fui eleito aquilo”. A resposta do Tancredo foi uma linha só: “mas agora você vai enfrentar profissionais!” Este conceito, que era válido para a política, era válido para a comunicação.

Tancredo e, neste caso, não era só Tancredo, Sarney também – lem-

brem-se de que boa parte da formulação dessas diretrizes de poder eram feitas no famoso café da manhã no apartamento de Tancredo, às 7, 7:30 da manhã, todos os dias, e os frequentadores assíduos desse café, além dos dois carregadores de pastas — eu e Aecinho —, os frequentadores assíduos eram o Dr. Sarney, o Dr. Marco Maciel, o Senador Affonso Camargo. Nessas conversas uma das coisas que tinha ficado claro é que Tancredo dizia, e Sarney também dizia que o poder tem uma liturgia. A liturgia do poder tem a elevada capacidade de simbolizar objetivos e propósitos políticos, portanto, não podemos desprezar a chamada liturgia do poder como uma forma básica de definição de uma comunicação.

Quarta preliminar: democracia não é sinônimo de desordem, nem de desorganização, nem de falta de hierarquia. Antes mesmo da mudança do poder já havia alguns colegas jornalistas, por exemplo, que achavam que iam ter mesa ao lado da mesa do Chefe da Casa Civil, com plantão permanente dentro do banheiro do SNI, que, evidentemente, a porta do gabinete do Presidente da República não seria mais fechada por um ajudante-de-ordem qualquer, porque o jornalista ia entrar; os publicitários pensavam a mesma coisa; os pofticos pensavam a mesma coisa. O que ia ser esse Palácio do Planalto como antítese do que era antes, a descrição era de uma desordem absoluta, de uma absoluta incapacidade de operar, porque a prioridade democrática seria a comunicação. Sim, comunicação; desorganização, falta de estrutura, não.

Quinta preliminar: a comunicação democrática tem que ser entendida como uma via de mão dupla. O Governo tem um extraordinário poder de emitir notícia, mas precisa também exercitar o seu extraordinário poder de refletir notícia.

Essa era uma grande diferença entre o governo democrático e o governo autoritário. O governo autoritário só se preocupava em emitir notícia. Pouco se lixava em refletir notícia, o que vinha, a volta da informação não era levada em conta, a não ser por uma concessão muito especial e não como parte do processo.

Estas preliminares, e talvez algumas outras, começaram a se refletir mesmo na própria campanha. Quando fui designado Coordenador de Comunicação da campanha do Dr. Tancredo, logo que foi informalmente lançado no Palácio Bandeirantes, houve um susto muito grande. Não sei se se recordam, ninguém se lembrava de que o Mauro Salles tinha morado com o Tancredo, que vivia com a família do Tancredo, que tinha uma relação pessoal muito especial com Tancredo, e se lembravam do Mauro Salles que tinha ajudado o Sr. Figueiredo a fazer um filme chamado “João, o brasileiro”, dê a mão para o João, dentro do processo de abertura, que tinha ajudado Petrônio Portella no processo de abertura, então, a xiitagem não achava que o “seu” Mauro pudesse pousar naquela gaiola. E como é que se enfrenta isso? Houve muita fofoca, inclusive o famoso episódio de um político que foi levar ao Dr. Tancredo as 32 razões pelas quais o Sr. Mauro Salles não podia ser o responsável pelo processo de comunicação, estava municiado, inclusive, com a ajuda carinhosa de alguns colegas meus de agência de propaganda, que não pensam exatamente como eu e se sentiam ameaçados. Tancredo viu tudo e teve a frase que o Zózimo publicou: você acha isso tudo? — Acho. — Mas há um la-

do que você não sabe: em primeiro lugar, o Mauro é meu amigo, aliás, é quase meu filho. Af acabou a fofoca, o sujeito achou que não valia a pena prosseguir.

Houve algumas preliminares no meu trabalho. Primeira, embora sendo jornalista e publicitário, estabeleci a preliminar de que assessor não fala. Totalmente sintonizado af com Tancredo e Sarney. Significava que eu falava o dia todo com os jornalistas, mas eu não era citado jamais. Não é que eu tentasse esconder-me atrás da informação, mas é que deixei claro que não era minha missão ser um falador profissional.

Está af a Ledinha,* por exemplo, que acompanhou a campanha toda, falávamos duas, três vezes por dia. Ela trabalhava no **O Estado de Minas** e nunca divulgou uma única frase do Sr. Mauro Salles.

A definição de que o assessor tinha que ser apenas um instrumento de trabalho para aquela missão específica do Presidente e que não lhe cabia falar, não significava que não tivesse que ter um assessor que falasse. Essa missão era claramente definida nas mãos do Sr. José Augusto Ribeiro, que era o Assessor de Imprensa. Este, sim, esse era o profissional de falar em nome do Presidente, explicar as coisas, no caso, do candidato de início e que tinha auxiliares. O Carlos Marchi era o falador, orador número 2. Quando José Augusto, no final da campanha e depois por razões de família, não quis ficar em Brasília, apesar de todos os apelos — nunca vi tanto apelo, a começar pelos colegas, nós, e depois o próprio Presidente —, a convocação do Antonio Brito foi feita dentro das mesmas preliminares, quer dizer, ele seria o porta-voz e ele sabia já, agora, então, pela experiência de José Augusto, que não havia nenhum risco de uma competição com o Sr. Mauro Salles, que, embora chefe e superior operacionalmente na missão, não falava, não competia. As áreas eram muito claramente definidas, e esta é outra lição: em comunicação as áreas têm que ser claramente definidas.

Para ajustar a realidade a essas preliminares, foram usados alguns artifícios. Lembrem-se que durante a campanha havia uma entrevista diária do Dr. Tancredo e era um pouco tentativa de organização, uma bela zorra diária ali no Comitê, onde não havia espaço, se colocou um microfone um pouco melhor, levantou-se cadeira, porque o Tancredo não era exatamente uma pessoa alta. Não chegava a ter a **performance** do Getúlio Bittencourt mas de qualquer forma, 3 cm de diferença no máximo. Também na rua ele era entrevistado. Levou pelo menos uns três ou quatro socos de microfones na campanha, um deles cortou o lábio. Aliás, já é uma tradição. A diferença é se se corta o lábio ou se se corta o supercílio. O Sarney já cortou o supercílio, o Tancredo foi o lábio. Tem espaço para mais cortes, vocês estão vendo.

Usamos a eleição para definir a mudança de conceito, a mudança de liturgia. Meu primeiro tiroteio sério com a imprensa foi a partir da véspera da eleição. O Dr. Tancredo, que falava o tempo todo, com todo mundo, de repente não falava mais. Como não era ele, porque tinha que ser simpático, a culpa era do Sr. Mauro Salles. Caiu todo mundo em cima de mim, cacetes monumentais, pressões, gritos. Tancredo tem que falar! Como, agora que

* Lêda Beatriz Guedes, jornalista, Assessora da SECAF.

ele está eleito, vai ser eleito amanhã, não fala! E foi eleito e não fala! No dia da eleição, quando acabou de ser eleito, distribuímos, então, a convocação e as regras para uma entrevista coletiva, que ia ser no Congresso Nacional. Foi outra pancadaria! Foi uma entrevista cujas regras foram emitidas ditatorialmente pelo Sr. Mauro Salles e o Sr. José Augusto Ribeiro. Não tão ditatorialmente assim. Evidentemente não tínhamos consultado o Comitê do Palácio do Planalto, mas tínhamos consultado alguns profissionais e havia a experiência que eu tinha tido no exterior, o Britto tinha tido no exterior, e estabelecemos regras claras, algumas tão óbvias que até achamos graça da reação hoje. Por exemplo: I – correspondente por veículo credenciado; II – limite de tempo para a pergunta; III – se o local vai ser iluminado por uma iluminação única, não há por que usar **flash**, não há por que usar ponto de luz. Se dentro do local vai haver microfones claros e sistema de som unificado, não há por que haver o entrevistador da televisão e, enquanto fala, está no meio. Essas coisas todas, colocadas com clareza, e algumas novidades, em termos de Brasil: horário para começar, 11 horas em ponto; horário para acabar, meio-dia e meia; noventa minutos de entrevista; ao vivo. A confusão foi o mais geral. Fizemos uma comissão e fomos ao Dr. Ulysses Guimarães para protestar contra esse abuso, porque, além de outras coisas, havia a grande dúvida: I – quais são os privilegiados? Os credenciados que acompanharam a campanha?; II – os credenciados do Palácio do Planalto, ou os comentaristas políticos?

Um pouco de engenharia permitiu, evidentemente, começar privilegiando os credenciados na campanha, que tinham acompanhado o Dr. Tancredo o tempo todo; II – os credenciados do Palácio do Planalto, e usamos a memória, usamos o sistema utilizado na Casa Branca antes da imaginação, se usa a memória –, o jornalista convidado. O Presidente da República nos Estados Unidos, além dos credenciados, convida para a sua entrevista coletiva um número ilimitado de jornalistas. Então, o Sr. Castello Branco, o Sr. Villa-Boas Correia, o Sr. Cláudio Abramo, o Sr. Leonardo Mota, os principais editores políticos mais conhecidos, inclusive eram das relações do Tancredo e do Sarney, não esperaram ser inscritos pelos seus jornais, foram convidados. Foram inscritos ao todo na entrevista sessenta e poucos jornalistas, todos fizeram as suas perguntas e coube em uma hora e meia.

Outra novidade: Presidente da República, e ele era um Presidente eleito, não dá direito a tréplica, a não ser que queira, quer dizer, não vai haver bate-boca entre o candidato e o jornalista. O jornalista vai fazer uma pergunta, o Presidente a responde como quiser. O jornalista não tem direito de perguntar de novo, a não ser que o Presidente o permita. Isto existe na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Itália, mas o Brasil, que não tinha entrevista coletiva nenhuma, na primeira não podia haver isto.

Outra briga, outra comissão que foi ao Dr. Ulysses e ao Dr. Sarney. Novamente finquei pé, porque, evidente, essas regras – eu não era tão bobo assim – tinham sido aprovadas, antes de emitidas, pelo Dr. Ulysses, pelo Dr. Sarney, pelo Dr. Marco Maciel e pelo Dr. Affonso. Evidentemente desmentamos, era só o Mauro que está fazendo, e eles diziam: não, não vi bem essas regras, certamente ele está fazendo o melhor esforço! Mentira pura, boa mentira, mentira política positiva. Deu certo. Todos se lembram o que foi

aquela entrevista coletiva, foi uma mudança de ar no país com uma entrevista. Evidentemente que tinha um craque sentado ali. Nada ali foi acidental. A entrevista era do Presidente da República eleito. Ao seu lado estava quem? O vice-presidente eleito, Sr. José Sarney, que não era entrevistado. Ao seu lado estava o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, que não era entrevistado e o Sr. Marco Maciel, representando o PFL, e que não era entrevistado. Ou seja, o ritual político estava ali. Só não estava sentado à mesa o Coordenador de Comunicação, o Sr. Mauro Salles, que tinha organizado, não tinha lugar nenhum, estava num canto, nem coordenou a convocação, quem o fez foi José Augusto Ribeiro, porque esta era a missão do Assessor. O Coordenador tinha que ser sombra, isto fazia parte do processo. Não era atitude de vaidade positiva nem atitude de humildade negativa, falsa. Não, era um projeto operacional. Funcionou tão bem, todos os que tinham protestado vieram dar parabéns, a imprensa toda celebrou isso como uma mudança. Na viagem, que se iniciou pouco depois, Tancredo concedeu cinco entrevistas coletivas como essa, em cinco países diferentes, com regras muito próximas, apenas privilegiando, em cada país, a imprensa local, como era de se esperar; todas ao vivo, todas com transmissão e todas com horário de começar e acabar. Quando voltou, já no Galeão, apesar da confusão, foi possível fazer uma entrevista também com microfones certos, sem todo mundo pular em cima, sem microfone batendo na cabeça. Deu na Fundação Getúlio Vargas mais uma entrevista coletiva, quando anunciou o Ministério, exatamente dentro das mesmas normas, dentro das mesmas regras. Ou seja, em menos de dois meses, um Presidente deu sete entrevistas coletivas, mais que o total de entrevistas coletivas desde 1964. E o País não caiu por causa disso, mas mudou a cara do País.

Aqui mesmo, em junho de 85, depois de todo o trauma da eleição, o Sr. Presidente José Sarney fez a sua entrevista coletiva, usando formato muito aproximado, e com resultado igualmente positivo.

É evidente que, com a doença e a morte de Tancredo, o projeto todo desarrumou, como era de se esperar. Antes disso, já havia algumas providências não visíveis – a das entrevistas, a da liturgia da nova mudança, eram providências visíveis. Primeira, qual era o formato administrativo que se esperava viesse a ter a comunicação no Governo do Dr. Tancredo? O Dr. Tancredo quis: I – definir claramente uma chefia, atribuindo-me essa missão; II – O tempo todo falou que ia dar essa chefia a nível ministerial e usou, por sugestão de Francisco Dornelles e José Hugo Castelo Branco, uma experiência americana, um título chamado Secretário de Assuntos Extraordinários, que existe na Casa Branca, “Secretary of Extraordinary Affairs”, cuja missão foi definida em uma linha no decreto criando esse cargo, aliás assinado primeiro pelo Tancredo e depois pelo Sarney – tenho duas cópias desse decreto –, que diz claramente: “O Secretário de Assuntos Extraordinários assessorará o Presidente e cumprirá as missões que o Presidente designar”. Então, não precisa dizer mais nada, é assunto extraordinário aquilo que o Presidente achar que deva ser, não tem mais do que essa linha.

Essa Secretaria, o pensamento original, era que viesse a coordenar os assessores especiais – de economia, de política social etc. – e a área de comunicação. A área de comunicação, no entanto, já tinha sido definida, ia

responder esta Secretaria com duas Divisões: uma Secretaria de Imprensa, formato, a meu ver, que foi adotado agora com o Frota Neto; o Assessor pessoal de Imprensa do Presidente da República e uma Secretaria de Divulgação, que teria que controlar a área de relações públicas, publicidade, promoção e divulgação legal do Governo, que, de início, ia ser o Leonel Paiva e hoje, curiosamente, essa mesma divisão foi adotada pelo Presidente Sarney, voltou com Getúlio Bittencourt cuidando desta área, embora com nomes um pouco diferentes.

Evidente que para mim, conhecido como homem de publicidade, de agência grande, jornalista, amigo do Presidente, dormi no apartamento dele, e essas coisas todas, de um lado, fui recebido como uma benesse, de outro, fui recebido como um extremo risco. Os coleguinhas de agência de propaganda estavam muito assustados comigo, embora a Salles não tivesse feito a campanha sozinha, trabalhou com dez agências, agências voluntárias, e quinze dias antes da posse do Presidente Tancredo, acertado com ele e com o vice-Presidente Sarney, convoquei, em pequenos grupos, as principais agências brasileiras, para dizer apenas uma coisa muito simples: I – vai ser mais ou menos assim o formato; II – a Salles Interamericana, que vocês conhecem e que tem pouco mais de 3% de contas federais, não participará, não disputará, não conquistará nenhuma conta do Governo Federal enquanto Tancredo estiver na Presidência. Ou o Salles exercer qualquer tipo de função. Então, os respiros de alívio foram bastante óbvios, porque essa tradição de nepotismo e de vantagem negocial, por força do poder político, era uma das heranças do sistema autoritário. E até nisso tinha que ser diferente. Era um sacrifício para a minha agência, aparecia maior do que era, porque nunca foi uma agência de muitas contas de Governo. O ano em que tive mais, embora sempre fosse uma pessoa com muito trânsito na área do Governo, o ano que tive mais cheguei a 7%. Quando comecei a campanha do Dr. Tancredo, baixou de 3% para 2%, e agora, no Governo Sarney, estou indo muito bem, estou com 1,5%. Justamente porque tenho amigos! Não me estou queixando, não acho que tenha que ser diferente.

Isso tranquilizou os coleguinhas e permitiu que avançássemos nas outras coisas que pretendíamos dizer e fazer.

Em termos de propaganda, qual era o nosso objetivo? O nosso objetivo, em primeiro lugar, era torná-la mais límpida, ou seja, vamos partir para os processos de concorrência simplificada, possivelmente um credenciamento centralizado no Palácio do Planalto, válido para todo o Governo Federal, permitindo, por um processo de descentralização, que as várias estruturas do Governo Federal fizessem a sua seleção, da qual poderiam participar apenas as agências credenciadas – e as agências seriam credenciadas não pela cara dos seus diretores, mas por exigências mínimas de capital, de gente operacional, de estúdios, de um mínimo de informação, para evitar que dois publicitários amigos de um ex-ministro, ou de um ministro, ou de um governador, se sentassem num botequim e fundassem uma agência que, no ano seguinte, passasse a ser a segunda do Estado. Sempre se faz a segunda, porque a primeira “dá na pinta demais”. Então, é sempre a segunda. Essa jogada não dava para fazer mais...

Este era o objetivo, criar a obrigação de um sistema qualquer de con-

corrência, adaptado à realidade brasileira, porque, como a Lei da Propaganda não permite competição quanto a preço, ela tem uma estrutura, e vocês sabem muito bem, diferente do normal do Decreto nº 200, não se tem que estar competindo na base de quem oferece o saco de cimento mais barato.

Havia necessidade de limitar concentração de contas por agência. Este era o nosso objetivo, quer dizer, podem disputar todas, mas nenhuma agência pode ter mais de tantas ou quantas contas de tal ou qual porte, para evitar os latifúndios das contas de governo, que não são saudáveis sob nenhum aspecto.

Havia a idéia de se exigir o mínimo de representação em Brasília. Não é justo que vá uma agência de São Luís do Mato Dentro querer administrar aqui uma conta federal, sem ter de Brasília a não ser a noção de qual é o aeroporto onde se desembarca.

Havia uma área, já um pouco mais controvertida, era minha intenção gradativamente eliminar o chamado espaço gratuito que o rádio e a televisão, por consenso, ainda herdado do sistema autoritário, dão ao Governo Federal, os chamados 10 minutos de comerciais. Tinha tido já conversas com o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a ABERT, para, de início, reduzir esse tempo para a metade, 5 minutos e, depois, baixar 1 minuto por ano, até sua eliminação completa.

Estes eram os objetivos que estavam na raiz das negociações e das conversas. Possivelmente, na sua implementação, pelos pequenos exemplos do que deu tempo para fazer antes da posse do Governo, seria neste sentido que se caminharia.

Fazia parte do projeto a Comissão Consultiva, que foi implementada posteriormente pelo Governo Sarney, e várias coisas que se tentou implementar dentro desse processo não eram propriamente novidade no nosso debate.

Havia, no entanto, uma intenção muito clara de definir o Governo sem personalismo, sem tentar fazer culto à personalidade, definir o Governo como de responsabilidade do Presidente. O Governo seria não o Governo da Nova República, não o Governo da abertura. Seria o Governo Tancredo Neves.

Com a morte de Tancredo, o Presidente Sarney me honrou com o convite para que eu permanecesse, para que eu ficasse, já que o Ministério todo estava ficando, por que eu me ausentava, tendo eu sido companheiro dele também. Por mil razões lhe disse: primeiro, aquilo que eu vivia dizendo era necessário que eu provasse, eu não era uma pessoa que tem vocação da prestação de serviço público dentro do serviço público. Sou uma pessoa que tem uma vocação de prestação de serviço público em qualquer área em que eu esteja trabalhando. Sou um empresário, para mim era um sacrifício pessoal, mas eu não queria colocar como sacrifício pessoal, colocava como uma honra e uma alegria, vir trabalhar com uma pessoa, além do processo político de abertura, cujas afinidades pessoais eram evidentes, que é o caso do Tancredo, que vinha de uma amizade com o meu pai, desde o Dr. Getúlio Vargas. Por mais ligado que seja ao Sarney, não era o mesmo tipo de relacionamento. Mais do que isto, eu não era conhecido como um homem do Sarney, e era preciso que o Governo Sarney tivesse cara de Governo Sarney.

Então, sendo eu pessoa mais ligada a Tancredo no contato com a imprensa, curiosamente telefonei, alguns dias depois da morte do Tancredo, para o Presidente Sarney, pedindo-lhe licença para, pela primeira vez, suspender uma campanha publicitária. Disse-me: “O que há?” – “Não, Presidente, o Banco do Brasil está fazendo uma campanha, está aí nos jornais hoje, anúncios de um quarto de página, com a foto do Tancredo, depois de morto, promovendo a imagem do Tancredo, acho que, por mais respeito, por mais carinho que tenhamos ao Tancredo e que devamos promover a sua imagem, isto é altamente contraproducente. Temos que promover agora o Governo Sarney. Não é nenhum desrespeito à imagem do Tancredo, mas é o destino, ele morreu, está enterrado há uma semana. Então, não há por que promover.” O Sarney virou-se para mim e disse: “Mauro, mas a única coisa que acho estranha é por que é você que tem que me dar esta informação? Evidentemente diz que não falou comigo, que não sabe de nada, mas tome as providências.” E evidente, sem nenhuma maldade, falei com a própria agência MPM e com o próprio presidente do Banco do Brasil. As intenções tinham sido as melhores possíveis, mas não interessava. Era preciso marcar o Governo Sarney.

Nesse processo de informação, sabíamos algumas coisas, nem sempre as pessoas sabem, justamente por serem óbvias demais. Primeiro, não há comunicação sintonizada sem administração sintonizada. O melhor bode expiatório para uma administração não sintonizada é pôr a culpa no bispo ou pôr a culpa na comunicação. Segundo, em comunicação também não há resultado sem custo. Desconfiar muito do chamado apoio gratuito. Gratuito em qualquer sistema, gratuito não só em relação a dinheiro, gratuito sem revelar claramente o interesse do apoio. Se um jornal quer apoiar determinada coisa é porque ele crê apenas? Então, vamos saber qual é a sua crença. Ou é por um interesse específico? Então, vamos saber qual é o seu interesse. Os interesses necessariamente não têm que ser interesses espúrios, mas é preciso que sejam interesses claros.

Outra grande verdade, e esta vale para a iniciativa privada, vale para o Governo, vale para tudo: propaganda não pode andar na contramão da notícia. Quem achar que vai consertar a notícia negativa com a propaganda positiva, dança. Quem achar que vai multiplicar uma pequena notícia positiva por uma propaganda arquivilionária, quando o fato não tem o valor arquivilionário, também dança.

Propaganda e comunicação gratuita, comunicação paga e comunicação gratuita são dois pólos de um sistema sintonizado, não podem estar em dissonância, não podem estar desafinados.

Outra coisa que também sabíamos – e vocês sabem melhor do que eu: a máquina oficial, na maioria das vezes, é uma complicação pouco eficaz. De vez em quando vemos uma notícia, uma campanha brutal de 15 milhões de cruzados para promover não sei o quê! Quinze milhões de cruzados não é nada em termos de comunicação paga, em nível nacional. Uma agência do porte da Salles veicula, só de clientes privados por mês, ao redor de 80 milhões de cruzados. Nenhum dos clientes da nossa Agência aparece como candidato a ministro ou a presidente da República. Estão apenas vendendo margarina, automóvel, papel higiênico...

Uma campanha como, por exemplo, a da Sears nessas duas últimas semanas, é com mais de 20 milhões de cruzados, para sete cidades só, e não houve na rádio, e não houve na revista. Só um pouco de televisão, de jornal, e não se teve de atender a compromisso político nenhum. Se se escolheu a TV Bandeirantes e não a TV Manchete, não se tem que aturar o telefonema de A ou de B, que todos sabemos que chega.

Outras regras básicas que presidem a comunicação oficial não diferem das regras básicas que presidem a comunicação privada. Um anúncio complicado de governo é tão ruim quanto o anúncio complicado de qualquer cliente. O anúncio brilhante e criativo de governo é tão bom quanto o anúncio brilhante e criativo do privado. A notícia bem escrita, o **release** bem escrito, a informação, o **background** bem colocado para o governo tem igual valor. Então, não vamos imaginar que é possível operar na área oficial com regras menos rígidas. “Não, isso aí você está caprichando, se fosse para a Ford, tudo bem, mas, afinal é só o IBGE, e não me encha o saco!” Não é. O leitor é o mesmo, o público-alvo é o mesmo. As dificuldades a superar às vezes são maiores. Então, por que as regras são diversas?

Outra preliminar que sabemos, sabemos até hoje, cada vez mais sabemos, o Presidente da República não pode ser o fiscal do que o Governo diz do Governo. Então, parece, ao ser eleito, o Presidente da República, além das suas missões constitucionais, há três ou quatro itens que não estão escritos na Constituição, mas estão escritos na cabeça das pessoas que transam a área da comunicação do Governo: o Presidente da República fica encarregado de controlar a comunicação do que os seus ministros estão dizendo em seu nome ou em nome de qualquer outra coisa, e estes, por sua vez, em nome do Presidente, ficam encarregados de controlar o chefe de seção que fala em seu nome, e, evidentemente, assim vamos até o “Aspone”, até o “Bozó” da administração federal, cujo erro de comunicação tem que ser cobrado do Presidente da República. O Presidente da República faz chover, mas não tanto. Então, o processo é de delegação de responsabilidade. Por isso que não há como num regime democrático se admitir a centralização absoluta do processo de comunicação. É centralizado quanto a diretrizes? Sim. É centralizado quanto a finalidades? Sim. É centralizado quanto às regras básicas operacionais? Sim, porque define padrões de governo. A partir daí a sua execução é descentralizada. Cada um de vocês que têm uma responsabilidade no setor de comunicação social do Governo tem uma dupla delegação: uma delegação do seu Ministro ou do chefe da sua autarquia, que os designou e os convocou, mas têm uma delegação direta do sistema de comunicação do Governo, seja do Sr. Frota Neto, para uma área, seja do Sr. Getúlio Bittencourt para outra, que falam em nome do Presidente da República. Essa dupla delegação não é impossível de administrar. Pelo contrário, se bem entendida, é relativamente fácil de administrar, porque ela cobra muito pouco daqueles que a entendem. Só cobra muito daqueles que ou não a entendem porque acham de bom tom não querer entender. Também há isso. Há muitos setores na administração pública, inclusive na área de comunicação social, em que estão implantados ainda alguns vice-reinados – evidentemente não me estou referindo a nenhum dos presentes, não sou uma pessoa indelicada nem to-

talmente impolítica. Vocês certamente conhecem alguém não presente aqui que comanda ainda hoje um vice-reinado qualquer que veio, talvez até do tempo em que o Dr. Getúlio Vargas fundara a siderúrgica. Ainda existe.

Sabíamos também que há um vício antigo na comunicação oficial brasileira, vício esse que foi multiplicado brutalmente no período autoritário: confundir projeto com realização. Temos uma crise, anunciamos o projeto e está resolvida a crise, porque o anúncio do projeto é cobrado com solenidade no Ministério, no auditório, a reunião no Palácio do Planalto, o discurso direto do Presidente da República, a publicação na íntegra, três notinhas em colunas, um **Swan**, dois **Informes-JB**, um no **Correio Brasiliense**... E quanto à realização? Dane-se a realização? Tomara que esqueçam, porque, evidentemente, quando a hora chegar daquela realização, o nosso coleguinha já estará tão entretido com outra promessa, que não tem tempo para cuidar da realização. Então, esperar-se que anunciar projetos seja a mesma coisa que anunciar realizações, é uma das grandes estimuladoras da confusão na comunicação social.

Outra coisa que sabíamos: no processo democrático de comunicação, seria preciso conviver com o **lobby**, conviver com os grupos de pressão, que não se manifestam apenas na mesa de cabeceira do Presidente da República nem nos escaninhos do Congresso Nacional, manifestam-se em todos os segmentos da administração pública e conhecem melhor do que ninguém a importância do segmento da comunicação. Há muita estrutura de **lobby** que não quer falar com o ministro, quer falar com a área de comunicação do ministro, porque acha que por aí pode governar até o ministro, e algumas vezes até "governar" indiretamente.

Sabíamos que isto tudo seria necessário ter em mente na hora de implementar um processo de comunicação, e eram dificultadores da comunicação.

De outro lado, conhecíamos alguns facilitadores da comunicação. Por exemplo, se Governo e iniciativa privada, nos milhões de objetivos de suas áreas, conseguissem descobrir os objetivos sintonizados – todo mundo tem interesse em produzir? Tem; todo mundo tem interesse em criar empregos? Tem; todo mundo tem interesse numa nova obra? Tem; todo mundo tem interesse numa realização positiva a mais? Tem – então nessa área Governo e iniciativa privada podem cooperar também na comunicação, seja na comunicação gratuita, seja na comunicação paga. É uma experiência internacional de comunicação. No mundo todo vale, por que não valeria também no Brasil?

Sabíamos também que os assessores de comunicação, que, além da parte burocrática pesada que cada um de vocês têm, convivem com duas missões: uma missão formal, de suporte ao jornalismo, de suporte às estruturas de publicidade, de aprovar coisas, divulgar, produzir notas oficiais, informes oficiosos; e a missão informal, a ponte de comunicação, o **off**. Inclusive uma interpretação distorcida de uma dessas reuniões aqui, diz-se que o Governo estava proibindo o **off**. Esta era uma novidade absolutamente formidável. Não há como proibir. Em primeiro lugar, o **off** é mundial. Diga-se de passagem, aliás, conheço poucos tão bons em **off** como o Dr. José Sarney. Não é de hoje. É um rei do **off**. Nisto ele dava surra no Tancredo, que

ficava muito chateado. Tancredo, para o Dr. Sarney, nessa perda de longe.

O **off** não significa a divulgação irresponsável. Pelo contrário, o **off** pode ser um instrumento absolutamente responsável de trabalho. Durante 8 meses, na campanha do Sr. Tancredo, só fiz **off**. Posso até ter errado algumas vezes, mas acho que a média das coisas que fiz foi positiva, houve um saldo positivo. Foi positivo em relação ao candidato, que era o objetivo maior, e foi positiva em relação ao relacionamento do candidato com os jornalistas que o acompanhavam, que eram parte; e, terceiro, a mim pessoalmente foi positivo, porque me granjeou amizades. Não fiz no trabalho nenhuma inimizade, não comprei nenhum adversário ferrenho. Pelo contrário, saí da campanha com algumas pessoas de que passei a gostar e ter a intimidade delas, e que passaram a me respeitar e me aceitar justamente pela forma de trabalhar.

Não estou querendo usar o meu exemplo para dizer que sei fazer, não, é apenas para mostrar que este é um processo válido, positivo se a pessoa conhecer os seus limites.

Evidentemente morreu Tancredo, Sarney assumiu a Presidência, o Brasil ficou com outra cara, por mil razões, pelo trauma, sobretudo, e o Presidente Sarney, muitas das coisas ele fez, aquilo que tínhamos ajudado a planejar. Por exemplo, toda a sua liturgia. Sarney não usa jaquetão e aquela atitude só porque gosta de usar jaquetão e atitude. Todos conhecemos Sarney de camisa esporte, muito mais informal. Ele entendeu que essa é uma liturgia necessária, ela não o distancia das pessoas, mas coloca nas pessoas a visão da sua autoridade. Ele conhece comunicação, tem idéias próprias. Realmente teria sido muito mais fácil assessorar em comunicação o Dr. Tancredo Neves, que conhecia menos, do que o Dr. Sarney, que conhece muito mais.

Não estou aqui para falar do Dr. Tancredo, mas evidentemente que o processo que viveu o Brasil, o Plano Cruzado, a coisa que não deu certo, a coincidência das eleições, estão tornando o processo de comunicação alvo de uma série de questionamentos que só em parte lhe cabem. Mas uma parte cabe aos próprios analistas da comunicação, que talvez não tenham entendido que no processo democrático debate e decisão são dois estágios de um processo do Governo. O fato, por exemplo, de alguns ministros, sobre determinado assunto, tenham idéias divergentes, necessariamente não significa desordem administrativa, não significa falta de autoridade. Não é proibido que duas organizações do Governo tenham sobre o mesmo assunto posições divergentes. Em absoluto. Isso existe nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, e é estimulado nesses países. Enquanto se está na administração do chamado templo do debate, enquanto as idéias estão amadurecendo na opinião pública, é justo que o **lobby** sobre essas idéias comece pela própria administração federal, que esse **lobby** seja explicitado. Antigamente essas divergências eram feitas no terceiro ou no quarto andar do Palácio do Planalto e em sigilo. E nós, "papa ovos" da comunicação, do lado de fora esperávamos apenas resultados. Então, vinha sempre unânime. Resultado unânime só em ditadura mesmo, e às vezes, porque depois do **glasnost** nem isto. **Glasnost** é o Petrônio Portella que reencarnou em Gorbachev. Direitinho, até a cara! Já perceberam isso? Inclusive, outro dia estava lendo um artigo do

“The Economist” que dizia que no último discurso do líder, na abertura soviética, ele tinha falado 15 minutos sem dizer absolutamente nada. Eu disse: ainda está perdendo para Petrônio, porque o Petrônio falou uma vez 30 minutos sem dizer nada. Então, o formato fez escola, mesmo por inspiração dos deuses.

Enquanto há debate, enquanto o momento é o do debate, enquanto não se chegou à decisão, as estruturas de comunicação do Governo têm todo o direito e até o dever de: I – ampliar esse debate; II – procurar influir sobre ele.

Não acho que haja nenhum problema de dois assessores de comunicação de dois Ministérios que estão com idéias diferentes sobre uma forma de realizar alguma coisa, cada um fazer o seu trabalho abertamente, jogando no pleno, jogando no todo, para procurar influir no debate. É parte do processo democrático de comunicação. Quando se chega a uma linha de decisão, aí vale como é na empresa privada, ou seja, a decisão lhe conflita moralmente, peça demissão e vá para casa. Se não lhe conflita, se apenas prevaleceu a idéia do outro sobre a sua, acate e ajude a executar. Aí a estrutura de comunicação tem que funcionar sintonizada ao máximo, para explicar a decisão, para promover a decisão e para defender a decisão. Separar o debate da decisão é uma missão que vocês, cada vez mais, podem, até nas conversas informais com os jornalistas, procurar chamar a atenção para este ponto. Não é conflito, não é o Governo brigando com o Governo, não. É que está na hora ainda do debate. Agora, se se está na hora da decisão, quer dizer, haver ministros que pensam diferente sobre o gatilho, é democrático, se não há uma decisão. Se há uma decisão, aquele que não concorda, se não acha que pode cumpri-la, pega o seu boné e vai para casa e leve junto os que pensam com ele. Estávamos destreinados para a democracia, esta separação entre debate e decisão – a meu ver – não está clara ainda.

É evidente que o processo democrático exige que se procure o consenso, que se busque o consenso no mais das vezes. Neste ponto, Getúlio Bitencourt inclusive estava lembrando, Tancredo mais de uma vez disse que nas coisas institucionais ele ia fazer o possível para buscar o consenso. Ele juntava comunista com latifundiário, juntava igreja com índio, fazia qualquer coisa, para tentar o consenso, em relação às coisas institucionais – a linha da instituição da Nova República. Ele dizia naquela época, e disse mais de uma vez na frente do Sarney e do Carlos Marchi, e acredito que não era um pensamento só dele, tanto não era só dele que na hora em que esse pensamento teve que ser traduzido num discurso – isto muito internamente aqui, que foi aquele discurso da Nova República, que acabei sendo o coordenador-geral da redação, foi talvez o único discurso do Tancredo, dos cerca de 28 ou 30 discursos escritos do Tancredo, 3 foram coordenados pelo Mauro Santayanna – e aliás, os três do Mauro Santayanna foram brilhantes e talvez os mais importantes: o da eleição, o da candidatura na convenção e o da despedida do Governo lá em Minas Gerais. Nesses 3, além do Mauro como coordenador, estivemos eu, José Hugo e o Dornelles, se não me engano, como assessores de última hora na leitura final, mas praticamente o texto básico final foi o do Mauro. No discurso da Nova República, houve duas reuniões finais. O texto

foi escrito por mim, em cima das três conversas que tive com o Dr. Tancredo, inclusive a expressão Nova República surgia de um final de uma carta de Afonso Arinos – e isto é reservado –, porque Tancredo tinha pedido sugestões para esse discurso a várias pessoas, inclusive ao Afonso Arinos, que mandou apenas uma carta dizendo que não tinha o que sugerir, que Tancredo sabia bem, desde que ele viabilizasse as idéias que tinha, certamente ao final estaria criando uma Nova República. Foi a última palavra da carta de Afonso Arinos. Então, peguei esta palavra e transformei no tema do discurso, e esse discurso, no final, teve duas reuniões de revisão, todas duas com Sarney, Marco Maciel, Afonso Camargo, Ulysses Guimarães e Tancredo. E foi o discurso das linhas institucionais. Estava claro no pensamento do Tancredo que aquilo em que ele não conseguisse o consenso institucional certamente teria que ser resolvido pela Assembléia Nacional Constituinte. Em coisas institucionais.

Em termos de administração, também estava claro para ele que: I – buscaria o consenso enquanto possível; II – decidiria com as suas estruturas partidárias se consenso não fosse possível; III – jamais se negaria ao que ele chamava “a grande solidão do poder”, que é a responsabilidade que tem o Presidente de decidir sozinho em cima das suas convicções, mesmo que elas sejam contra tudo o que lhe foi trazido, se ele está absolutamente convencido das suas convicções.

Então, esta separação: I – da busca do consenso e transferência da responsabilidade à Constituinte quanto às coisas institucionais; e II – a busca do consenso e assumir a responsabilidade pessoalmente quanto às coisas administrativas, isso estava muito na cabeça do Dr. Tancredo e acredito que faz parte de uma religião da qual o Presidente Sarney também professa, que é isso que o temos visto fazer.

Agora alguns comentários. A experiência que tive, antes, na preparação do Governo e, depois, no tempo em que mesmo no Instituto do Coração ainda estava trabalhando com o Sarney e os dez dias que ainda fiquei aqui, mostrava muito claro que o Governo não conhece a sua máquina administrativa, superestima ou subestima poderes, quer dizer, ou acha que pode demais ou acha que pode de menos. O Governo também não conhece a sua máquina de comunicação social e, curiosamente, às vezes o Governo não conhece nem o sistema de comunicação social do País. Pouca gente sabe que o Brasil tem 32 milhões de aparelhos receptores de televisão, 130 emissoras e que o brasileiro já assiste, em média, a 6 horas por dia de televisão. Pouca gente sabe que há 50 milhões de aparelhos de rádio receptores no Brasil, há 1.300 emissoras emitindo rádio todo dia, pouca gente sabe que a televisão já alcança 65 a 70% do potencial da população e o rádio vai de 80 a 85%. Visto pelo outro lado, significa que há 30% da população brasileira que não têm acesso à televisão de nenhuma forma, e pelo menos 15% que não têm acesso ao rádio de nenhuma forma. Pouca gente sabe até na área de comunicação que temos 450 jornais diários, mais ou menos 1.100 semanários e mensários, umas 900 revistas e com tudo isso só 30% da população têm acesso à mídia escrita, ou seja, há 70% dos brasileiros que não lêem nada, há 15% de brasileiros que não ouvem nada e uns 30% de brasileiros que não vêem televisão em nenhuma circunstância.

As informações sobre o valor regional e nacional da mídia também são muito escassas, mesmo nas áreas de comunicação. É muito fácil o sujeito saber o que porta **O Globo**, **O Estado de S. Paulo**, a **TV-Bandeirantes**, mas quando o sujeito começa a saber qual é a importância da **Tarde**, qual é a importância do **Zero Hora**, ou do **Diário de Pernambuco**, ou do **O Povo**, do Ceará, **A Crítica**, **O Liberal**, esta informação regionalizada e certos fenômenos da mídia que são menos brasileiros e menos cariocas, como, por exemplo, a força do jornal de bairro na cidade de São Paulo... Se eu disser que **A Gazeta de Pinheiros** tem maior circulação do que a **Última Hora** do Rio de Janeiro, só que todo mundo já ouviu falar na **Última Hora** do Rio de Janeiro e ninguém nunca ouviu falar n'**A Gazeta de Pinheiros**, e que ela está num bairro cujo poder aquisitivo médio por leitor é cinco vezes maior do que o poder aquisitivo médio do leitor da **Última Hora**, e que o poder de influência, quer dizer, o número de pessoas leitoras d'**A Gazeta de Pinheiros**, que são gerentes ou diretores de empresas ou diretores de sindicatos **versus** os que são gerentes ou diretores de empresas ou diretor de sindicato, de um jornal do tipo de **Última Hora**, isso funde a cuca. Então, há profissionais que não conhecem essa verdade.

Neste momento, essa troca de informações que Getúlio Bittencourt e o Governo estão fazendo com vocês, permitindo que bisbilhoteiros de fora, como eu, venham trazer um pouco da sua experiência, mostra que há um esforço de crescer, de tornar mais eficiente a máquina, de eliminar deficiências maiores. É bom lembrar que ainda estamos convivendo com algumas dúvidas conceituais graves. Por exemplo, o que é propaganda de Governo? A propaganda legal, o edital do Banco Central é propaganda? A venda de CDB do Banco do Brasil é propaganda? A promoção da solução final dos problemas da SIDERBRÁS, de que tomei conhecimento pela imprensa, e espero não seja verdade, é propaganda institucional? Tudo isso são formas de propaganda, mas são totalmente diferentes quanto aos seus objetivos. Os serviços e produto, a obrigação legal e a mensagem institucional são três caminhos de propaganda paga de Governo que se regem por regras diferentes, por objetivos diferentes, necessidades diferentes e obrigações diferentes. E a divulgação gratuita? Qual é esta? A notícia, a entrevista, a informação básica, o memorando? Há gente que não sabe quais dessas são gratuitas. O número de vezes que vi e que, às vezes, tenho notícia ainda hoje da chamada nota oficial que saiu numa entidade qualquer e que o sujeito telefona para o jornal e diz assim: se não der para sair como notícia, vamos mandar como matéria paga. Quer dizer, ele produziu o mesmo texto e acha que serve para as duas coisas: serve para comunicação gratuita e serve para comunicação paga. Ou está ruim como comunicação gratuita ou está ruim como comunicação paga, ou o cara não sabe para o que serve.

Evidentemente quando é aquela comunicação dizendo que S. Exa., o diretor da autarquia, em missão de estudos, foi a Paris, fica duro sair como comunicação gratuita, porque a moçada não é tão besta assim... Vocês já viram que não há missão de estudo a qualquer lugar da Europa que não passe por Paris... Pior do que publicitário. Há a velha história do Oto Lara Rezende, que, quando o filho dele, o André, do Cruzado, estava em Boston, o Oto Lara era assessor do Dr. Roberto, e o Dr. Roberto era convidado para uns

troços aí e tinha que fazer uns discursos no exterior e o encarregado era o Oto Lara. O Oto Lara só tinha uma exigência: ia para qualquer lugar representar o Dr. Roberto Marinho, mas era via-Boston. Então, havia a seguinte viagem: ia a Buenos Aires, para representar o Dr. Roberto Marinho na Associação de Emissoras da América Latina. Então, a passagem emitida era Rio/Nova Iorque/Boston/Lima/Buenos Aires/Rio. Tem que ir a Dusseldorf, tudo bem, não há problema. Era Rio/Hamburgo/Dusseldorf/Londres/Boston/Rio. Na empresa privada se pode fazer isso e transformar num folclore, mas na empresa pública isso tem acontecido e não é folclore, é desrespeito pela missão oficial e pelo dinheiro público.

Estamos todo dia agora vendo os Constituintes querendo falar na remoção do entulho autoritário, eu gostaria muito de remover o entulho promocional. Vocês já se deram ao luxo de botar numa pilha os folhetins, as revisinhas de Ministérios, autarquias e empresas públicas, salvo as honrosas exceções aqui presentes, para ver se algum deles vale alguma coisa do ponto de vista de comunicação que não seja publicar fotos brilhantes da autoridade? O que também pode ser pelo pitoresco. Havia, na antiga **Gazeta Esportiva** de São Paulo – quando é empresa privada, se acha engraçado – um sujeito chamado Carlos Joel Nelly. Era um careca, que era o diretor da **Gazeta Esportiva**, e eu era do **O Globo**, eu era chefe de redação do **O Globo**, e o Ricardo Serran era chefe da seção de esportes, e todo dia 31 de dezembro havia um bolo esportivo no **O Globo**, sentava toda a redação para saber quantas vezes o Carlos Joel Nelly ia sair na edição de 1º de janeiro da **Gazeta Esportiva**, que era edição de São Silvestre. Então, havia o bolo esportivo: 32 vezes, 27 vezes... Eu me lembro que uma vez ganhei um radinho do bolo esportivo, ele tinha saído 35 vezes. Ele saía ao lado do primeiro colocado até o 35º colocado na São Silvestre. Agora, há muito Carlos Joel Nelly em publicação de Governo e Estado por aí – federais, estaduais, municipais, interesparciais... Entulho promocional. Será que não dá para ajudar a acabar com esse entulho?

Meus amigos, estamos todos diante da necessidade de criar uma sociedade aberta. Uma sociedade aberta parte do respeito ao cidadão, do respeito aos grupos, legitimando as pressões, as reivindicações, e respeito a uma estrutura, a uma instituição em formação que é a República brasileira, que vai ser definida pela Constituição.

Temos que eliminar os vícios antigos, quer dizer, achar que política é mão única, as vozes dos predestinados – que eles é que tinham razão, o público nunca tinha razão. Devemos lembrar que o Governo tem necessidades, tem necessidades políticas para mostrar que valeu a pena politicamente ele ter chegado ao poder, valeu a pena o eleitor ter contribuído para que ele chegasse ao poder, e necessidades administrativas pelas quais a comunicação facilite as ações do governo, que permitam que ele mostre que valeu a pena ele ter chegado ao poder.

Estamos na área da comunicação lidando com três elementos muito complicados. O primeiro: a informação e a divulgação, que precisam ser claras, precisam ser límpidas e precisam ser objetivas. Segundo: compreensão dessa comunicação – estamos envolvidos no processo de convencimento, temos que ser advogados das causas que defendemos. Terceiro: o processo

da participação — temos que motivar as várias áreas a participar do processo, para que não sejamos, nem no Governo que Tancredo sonhava, nem no Governo que Sarney está realizando, nem no Brasil da nova Constituinte, não sejamos os juízes do sim e do não.

Muito obrigado. Estou às ordens para responder às perguntas.

Pergunta — Que distância você vê do projeto que ajudou a estruturar no Governo do Dr. Tancredo e o projeto ora em execução pelo Presidente Sarney?

MAURO SALLES — São muito mais distâncias adjetivas do que conceituais. Você viu que lembrei que a estrutura que foi decretada pelo Dr. Tancredo, e pelo Sarney, assinado por ele, para vigir comigo, com o Britto, com o Marchi e com o Leonel, curiosamente é quase a mesma estrutura que tem hoje, quer dizer, separar debaixo de uma responsabilidade maior, e ambas ligadas ao Presidente, o processo de imprensa no Palácio do Planalto, a imprensa do Presidente da República, do processo de comunicação do Governo, porque em toda a história de SID, de SECOM, as várias siglas, esta área tem sido o grande ponto de fricção, porque, como as exigências de um assessor do Presidente da República, assessor de imprensa, não têm hora, não têm organização, o Presidente chamou, ele tem que estar lá, a prioridade passava a ser isso, e o processo de comunicação, como estrutura, como engrenagem, como divulgação, acabava ficando off. Então, este era o objetivo. Sarney pensou nisto desde o início, mas teve dificuldades. Vemos que tentou manter o Britto, que entendeu as minhas razões, mas tentou manter o Britto. Tivemos, eu e Fernando César uma conversa encantada, tentando convencer o Britto a ficar como assessor de imprensa do Presidente, e Fernando César seria um secretário extraordinário encarregado de coordenar as coisas, mas não como porta-voz. Essa coisa não funcionou.

Então, como toda política depende um pouco das pessoas que as implementam, e evidente, o Presidente Sarney teve a enfrentar a catadupa dos acontecimentos, ou seja, todo o processo inicial da doença de Tancredo, depois o processo da morte, depois a afirmação do seu Governo que trabalhava com um Ministério que não tinha cara de José Sarney. Essas coisas todas influíram, interferiram no processo de comunicação. Portanto, as dificuldades são muito mais adjetivas do que de conceito. Não acredito que tenha espendido aqui um único conceito que conflite com as idéias do Presidente Sarney, inclusive de justiça. Uma boa parte das definições tinham sido feitas sintonizadas com ele. Até conversava mais com ele sobre comunicação do que com o Tancredo, inclusive porque ele entende muito.

Pergunta — Ouvi atentamente a sua exposição. Realmente para quem lida com comunicação social e para quem lida com jornalismo, você abordou alguns pontos essenciais nesta nossa vida da República. Você lembrou bem da organização da primeira entrevista do Presidente Tancredo Neves, que mostra justamente o contrário do que você disse. Não há liturgia de poder na República. Não há liturgia, porque não temos instituições. As instituições são pessoas. Vivemos, da República para cá, um

tumulto geral em termos institucionais, em termos de que é isso, que a Constituição é aquilo.

O Mauro Santayanna fez o Presidente Tancredo Neves dizer uma das coisas que acho que o Tancredo, como pessoa, não diria nunca na vida; foi no discurso da eleição dele, para justificar o não revanchismo: "Pátria não é passado". Tancredo era mineiro. Realmente, para nós, mineiros, Pátria só é passado, Pátria só é tradição. É essa falta de tradição no Brasil que faz com que a liturgia do poder não dê oportunidade sequer que uma transmissão da instalação de uma Constituinte apareça aos olhos do público com uma regularidade normal, como se fosse na Inglaterra, que, entretanto, proíbe a televisão no Parlamento.

Então, gostaria de conversar com você sobre isto. Ao organizar o serviço de comunicação de uma entrevista coletiva, que você organizou tão bem, o jornalista não tem nenhuma responsabilidade. O jornalista quer saber da informação, tem que lutar por ela. Nossa vida é esta. Se não existe a organização do poder, o problema é do poder; se não existe o fluxo de informação normal, o problema é do poder; se as pessoas que assumem o poder acham que só devem dar informação quando ela é boa, quando ela é favorável e não querem conversar quando a desgraça se abate, então, seu pronunciamento, ficou muito claro que o problema não é só da comunicação. É o problema da falta de liturgia do poder, e isso é que precisamos lutar.

Da outra vez – permitam-me narrar uma experiência própria –, da outra vez que estive no Banco Central, cheguei lá e a sala de imprensa era junto à porta do Gabinete do Presidente, justo aquilo que você disse sobre o que os jornalistas queriam do Presidente Tancredo Neves, era junto à porta do Presidente do Banco Central. O jornalista usava a divisória e falava: "ô Amadeu Aguiar, preciso falar com você". Era isso. Num cubículo ficavam os jornalistas. A primeira providência foi organizar isso aí, foi arranjar um lugar para a assessoria de imprensa, para a sala de imprensa.

O problema da comunicação no Brasil, como você ressaltou muito bem, é este, de se conservar uma tradição, de se respeitar uma liturgia, que não respeitamos nunca, e que Pátria, felizmente, é passado.

MAURO SALLES – Você tocou em três ou quatro pontos que preciso esclarecer. Em primeiro lugar, logo pelo pitoresco – eu me lembro do episódio, e estou vendo a Ledinha ali, vou citar e ela vai achar graça. O Tancredo, às vezes, chegava ao apartamento comigo, com o Aecinho, e ele mesmo fazia questão de usar o chaveiro. Vamos chegando aí e vamos ver se a Ledinha já chegou! A Ledinha era o símbolo do jornalista que estava lá às 6 horas da manhã, às 7, estava às 8, e cumpria sua obrigação de tentar ao máximo a informação. Ou era a Ledinha ou era o Jorge Bastos Moreno, do **O Globo**. Esses dois eram a sarna da permanente presença amável justa ao Dr. Tancredo, e estavam cumprindo a sua missão.

Quando falei da liturgia, não disse que ela já existe. Há necessidade de que ela exista. Como toda liturgia, é estabelecida, há uma cerimônia. Baseado nas linhas do passado, você faz a sua liturgia. Não há nada mais litúrgico do que a Igreja Católica. A liturgia das eleições dos papas e da forma como os papas tomavam posse, era uma liturgia conhecida: começava a eleição na

Capela Sistina, depois a posse era uma parte na Capela Sistina outra parte na Nave da Igreja de São Pedro. Vocês se lembram que a mudança da liturgia para uma extrema simplificação, mas para uma beleza de televisão espetacular, foi feita quando começou a morrer papa de quatro em quatro semanas, e que foi feita na Praça de São Pedro. Vocês se lembram que o beija-mão dos cardeais ao novo papa passou a ser uma cerimônia pública. É uma coisa de uma liturgia incrível, de uma organização incrível, sem nenhuma pompa, mas com toda a pompa. Os cardeais passaram a usar apenas um único crucifixo pendurado, a roupa era absolutamente igual, e é uma liturgia redefinida, reescrita para a nova realidade da comunicação e, portanto, assistida, à primeira vez, por 500 milhões de pessoas, logo de cara, na abertura dos trabalhos.

A liturgia é algo que pode ser definido, ela tem que ter o seu simbolismo. O que ela simboliza?

A liturgia que se procurou naquela entrevista, a liturgia com o Sr. Sarney sempre composto, fazendo o possível para não aparecer o contrapé, o fotógrafo não está mais presente quando começa a comer num banquete, porque não há liturgia que resista àquela forma. Não há, pode estar de casa... Isso no mundo todo. Então, por que não no Brasil?! É preciso que o cara fique com a teleobjetiva de 250mm esperando apenas que o Presidente abra a boca para ter aquela foto do vexame?! Não. Então, a liturgia tem que ser feita. Ela vai valer e vai prevalecer na medida em que for realista. Se você tentar impor uma liturgia irreal, não funciona. A liturgia realista, uma liturgia adequada à realidade, adequada a uma demanda potencial, funciona até em escola de samba. Joãozinho Trinta esclareceu isso, quando mudou o carnaval e enfrentou a batalha dos intelectuais tradicionalistas, e meteu aquela frase que liquidou com a história, dizendo: "pobre gosta de luxo, quem gosta de miséria é intelectual". Não sei se se lembram desta frase, quando ele defendeu a nova liturgia do carnaval carioca.

Isso quanto ao conceito da liturgia. Se não existe, que se estabeleça, como um reflexo daquilo que se quer comunicar. Se se quer comunicar que a Presidência da República é o mais alto Poder, ela é sinônimo da própria Nação, é mais do que uma pessoa, ela ultrapassa essa pessoa, então que se estabeleça isso e se procurem os meios acessórios para ajudar a definir isso. Isto vale também para os ministros. Um ministro de Estado é uma personalidade pública, um governador de Estado é uma personalidade pública. Tem que ter a sua liturgia, tem que ter a sua regra mínima. Um presidente do Banco Central, a mesma coisa.

Você está absolutamente certo no que falou. Apenas colocaria uma dúvida, com todo o respeito, a duas coisas que você disse: primeiro, e esta coloco com absoluta clareza, que o Mauro Santayanna colocou uma coisa para o Dr. Tancredo dizer! Ah!, Doutor... Quem conviveu com o Dr. Tancredo, por mais intimidade que tivesse, era muito difícil fazer uma brincadeira dessas, de tentar botar na palavra dele o que ele não pensava. Em segundo lugar, não me lembro desta frase com este contexto. Talvez a minha lembrança esteja distorcida, mas que me lembre a frase dele – e Tancredo era um homem que cultuava o passado o tempo todo – a frase dele não era esta, tenho a impressão de que era "Pátria não é só passado", acho que tinha uma restritiva, mas não era dizer não é passado, não eliminava. A frase dele não

tinha a dureza, pelo menos que me lembre, que você colocou. Não era este pelo menos o espírito do que ele dizia.

A necessidade de ordem — voltando — no processo de comunicação é absolutamente vital e o jornalista não é contra o processo de ordem. Se não há nenhuma ordem, então é guerra, e ele vai buscar em todos os seus limites. Se vai chegar aqui um ministro de Estado para falar e ninguém diz nada, é evidente que o locutorzinho da Rádio Pan-Americana vai botar o microfone dentro do bolso do homem, vai dar um... Outro dia houve uma cena do Marco Maciel falando, apareceu na televisão e ficou até engraçado, porque, de repente, só se viam os microfones. A coisa estava tão eficaz que não se via mais o indigitado. Nos Estados Unidos e na Europa, por exemplo, hoje, nas entrevistas de autoridades, com apoio dos comitês, nenhum profissional chega a menos de 2 metros da pessoa. Então, sabem o que aconteceu? Todas as emissoras têm microfone de distância. Não sei se já viram em filmagens internacionais aqueles microfones longos, o sujeito fica daqui projetando, para poder colher a voz. Por que? Porque não se chega a menos de 2 metros. Por que isso acontece? Porque alguém estabeleceu uma regra, impôs a regra dos dois lados, inclusive a autoridade. Aqui, no Brasil, também é muito comum mandar o assessor de imprensa organizar, vai ser assim e tal, o sujeito chega, e quando vem aquele jornalista amigo, o primeiro cara que é atropelado, na hora, é o assessor de imprensa. Então, o assessor fica com uma cara de bobo completo, absolutamente desmoralizado, e evidentemente não há uma segunda vez. É a chamada última tentativa de organizar uma entrevista que ele faz, porque ele é superado, porque os jornalistas que estão nesse tipo de guerrilha todo dia sabem da sua importância e sabem da importância da autoridade. No episódio da famosa entrevista no Congresso, o Sr. Cláudio Abramo, que é meu amigo pessoal, chegou lá e disse assim: como é que é? A ordem é sorteada e sou o 33º? Não vou entrevistar, não vou fazer a pergunta e estou voltando para São Paulo. Eu não deixei ninguém dizer isso a ele, não, saí lá de cima porque eu estava no cantinho, fui para o final do recinto da Câmara e disse: Cláudio, lamento muito que você faça isto, você é meu amigo, você é profissional. Se você não foi identificado, você não vai estar na entrevista e não vai ser substituído, e eu lamento. E entrei... Evidentemente aí entra o lado mineiro. Sou pernambucano, mas acabei, primeiro, de dar a afirmação da autoridade e imediatamente chamei o Heráclito Fortes, que é meu amigo, Fernando Lyra, que era meu amigo, Antônio Britto, José Augusto, vão lá convencer o Cláudio que não é com ele esse negócio. E quando chegou a hora em que o Cláudio Abramo foi chamado, ele foi lá e fez a pergunta dele, tudo direitinho, depois saímos para almoçar juntos. Quer dizer, se não se fizer a afirmação de autoridade, dança! Também só podia fazer isso porque sabia que o Tancredo ia cumprir. Se fosse fazer isso e o Tancredo não cumprisse, só fazia uma vez. Na segunda, já está todo mundo pulando no poleiro da entrevista, ia dar a mesma desordem.

Pergunta — (Fora do microfone — Inaudível)

MAURO SALLES — A separação entre a divulgação gratuita e a divulgação paga é essencial. Na divulgação paga, o interesse maior a

prevalecer é daquele que a está emitindo, quer dizer, está colocado na divulgação paga tudo aquilo que eu, que estou emitindo... Um anúncio da Ford, que vai ser pago, a Ford vai dizer que o motor tem 45 cavalos, porque ela acha que aquilo é importante. Na divulgação gratuita, tenho que raciocinar em função do interesse específico do leitor, do público destinatário. Quanto mais coisas eu consiga dizer o que é do interesse do leitor, o jornalista que vai ler aquilo, administrar e decidir sobre aquela publicação, vai manter.

Adjetivo não cabe em divulgação gratuita, coisas acessórias não cabem em divulgação gratuita. É a questão da ótica, é a ótica.

Na divulgação paga, administro o que vai sair. Sou juiz do que vai sair, juiz único. Então, sai com a vírgula, com o ponto no local que eu queira e da forma que eu queira. Na divulgação gratuita, não. Vou fazer o máximo de esforço para transformar aquilo mais interessante possível, o mais glamoroso, o mais possível de acordo com a necessidade do jornal, para que ela valha. Então, numa não compito com ninguém e na outra compito. Na divulgação gratuita compito com o dia. Digamos, às vezes tenho uma notícia que está ótima, mas naquele dia aconteceu alguma coisa e ela não entrou por falta de espaço. Se fosse paga, entrava de qualquer maneira. Então, a diferença é esta.

O SR. GETÚLIO BITTENCOURT – Uma última pergunta.

Pergunta – Os órgãos de comunicação do Governo têm assessorias que fornecem informações. Não é qualquer EBN, que funciona como agência de notícias dos órgãos do Governo. No caso da RADIOBRÁS, é um órgão já de ação, não é só de divulgação. É mais de divulgação, não é de distribuição de um material da informação.

Nessa nova estrutura com a SECAF, como é que fica a posição da RADIOBRÁS? Sempre é previsto, como até hoje, e foi citado na abertura do Seminário, a RADIOBRÁS é uma empresa voltada para levar comunicação para o meio do mato, para a Amazônia, para... (inaudível)

Continua valendo essa posição ou mudou?

MAURO SALLES – Evidentemente esta resposta vai ser dada pelo Getúlio. No entanto, eu poderia dizer duas ou três coisas em relação tanto à RADIOBRÁS como à EBN. A missão da EBN é de agente divulgadora de notícias. Está claro estatutariamente. Era a antiga Agência Nacional. Meu irmão Apolônio foi o presidente que fez a transformação da Agência Nacional para a EBN. Por acaso acompanhei o trabalho e conheço bem a engrenagem da EBN. Cada vez mais, para ser uma agência de notícias, e que não seja, evidentemente, a sua missão principal a divulgação das áreas, das estruturas do poder oficial, mas não é divulgação única, ela supre a inexistência de agência de notícia no Brasil, levando um noticiário que não seja só o noticiário informal, mas ela tem que ser uma agência de notícia, o primado tem que ser da notícia. Não é só porque o Governo quis divulgar a informação. Às vezes, o Governo quer divulgar uma informação que não é notícia e é o terror do jornalista da EBN, que tem que transformar a coisa que não é notícia em notícia. O grande drama da EBN, neste caso, é o drama da sua

estruturação, além do drama de como levar aos milhares de veículos de comunicação essa informação, é o drama do abastecimento da notícia. A estrutura de comunicação dos ministérios nem sempre dá muita bola para a EBN. Não respeita os horários da EBN. São 6 horas da tarde e um assessor de comunicação grita: olha, dá para meter isso aí na "Voz do Brasil" daqui a pouco? Ou: estou convocando uma entrevista coletiva para as 6 e meia da tarde de hoje. Você faz uma rede de rádio!

Há uma mecânica, há uma dinâmica. Na minha agência não deixo nenhum cliente privado fazer qualquer reunião com a imprensa depois de 3 horas da tarde. No Governo Federal só começa às 3 horas da tarde. Mas evidentemente é um outro país. O país em que o trabalho é outro. Fazendo às 3 horas da tarde, tenho uma máquina estrutural dentro da própria agência. Quando fui divulgar uma notícia da Autolatina, uma noticiazinha da fusão da Volkswagen com a Ford, duas empresas pequenas, de interesse financeiro monumental, além dos quatro telexes na sala, eu tinha oito telexes na Volkswagen, oito telexes na Ford disponíveis, e tinha toda uma mecânica de profissionais levando o auxílio dessa notícia para o Rio, São Paulo, Belo Horizonte. Eu tinha, pelo menos, em cada uma das quinze maiores Capitais, um profissional de alto nível dando suporte. Uma notícia de uma empresa. O Governo Federal não tem essa máquina. Vamos ser realistas, não tem e não pode pagar essa máquina. Mas pelo menos que tente fazer o troço antes de 3 horas da tarde.

Não há ministro de Estado que resolva entender isso. Ele promete ao assessor, quando chega no dia seguinte, são 6 horas da tarde, ele tem a grande notícia! E dane-se a Maria Angélica! O problema dele ele já resolveu, já deu a notícia. No dia seguinte a imprensa não repetiu... (Risos). Como se pode governar neste País, se, quando fazemos uma coisa bacana como esta, não sai em lugar nenhum?! O **Jornal Nacional** nem bola, nem na edição local de Campo Grande, aquela que vem antes, só para o interior de Mato Grosso... Só para se ter uma média.

Ficaram dizendo que ia sair no **Jornal da Globo**. O **Jornal da Globo** à noite, há um resumo no meio, para engupir os trouxas, e há um troço que vem às 2 horas da manhã, depois do fim do filme. É para pegar a turma de trabalhador que começa acordando antes da enchente, a turma que já dormiu. Então, a culpa é da comunicação. A culpa é de vocês, assessores, todos incompetentes. Há um ano ou dois, estive com a organização lá num ministério que é uma desgraça. O cara diz que é irmão do Roberto Marinho, dorme com o Nascimento Britto, é primo do João Sayad e tem relações espúrias com a família Bloch. Nem assim saiu nada. Como é que posso confiar nesse profissional?! Só porque a minha notícia foi às 8 horas da noite ele está dizendo que não dá para sair. Como é?! Não pode. Os jornais precisam corrigir o seu sistema de trabalhar. Como pode um jornal fechar tão cedo?! Ou, então, o jornal de domingo. A notícia que é solta sábado. Ele resolve cumprir as coisas só sábado às três horas da tarde. Aí se vai convencer os caras que para jornal de domingo o horário é diferente. Eles não aceitam.

Vocês são incompetentes e vão permanecer incompetentes, lamentavelmente, porque a turma não está treinada para isso.

A RADIOBRÁS é um filhote de Britto. Ela tem algumas missões na campanha. Entre a campanha e a posse, usamos a RADIOBRÁS na divulgação. Ela fez as imagens até para as outras televisões das coisas de que foi preciso fazer **pool** na viagem. Ela faz esse tipo de serviço, mas tem um lado de possuir emissoras na área de cá e tem áreas na Amazônia. A RADIOBRÁS ainda tem uma situação jurídica complicada entre as suas várias missões. Mas uma coisa que estava prevista, e acredito, pelo que li das declarações, a intenção da SECAF não é colocar a RADIOBRÁS nem a EBN como subordinadas dela. Elas continuam nos seus Ministérios, subordinadas a seus Ministérios e exercendo as suas funções. Apenas vão trabalhar, como estão trabalhando ou procurarão trabalhar as assessorias, sintonizadas quanto aos objetivos de comunicação, mas sem nenhuma ingerência operacional. Se o Getúlio Bittencourt fosse tentar essa ingerência, eu, como amigo dele, ia recomendá-lo: vamos morar em Itaparica, tenho um amigo trancado lá em Recife, bom para tomar férias. Essas coisas são muito mais agradáveis do que ficar levando bordoadas aqui em Brasília.

GETÚLIO BITTENCOURT – Muito obrigado, Mauro. Muito obrigado a todos.

A OPINIÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO

CARLOS MATHEUS

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
11 DE FEVEREIRO DE 1987

CARLOS MATHEUS – (diretor do Instituto Gallup de Opinião Pública) – Tive o prazer de ser convidado para falar nesta manhã, sobre Opinião Pública através da Informação, tema bastante amplo, bastante complexo.

Tudo que eu posso dizer aqui inicialmente, talvez seja mais enriquecido por aquilo que os Srs. possam trazer de contribuição, através de perguntas. Portanto, pretendo deixar um tempo para debatermos e questionar estes pontos que tenciono levantar preliminarmente. Além do mais, não tenho a menor resistência, a menor oposição que me interrompam, que me perguntem, à medida em que eu vá falando, se quiserem colocar questões, dúvidas, ou mesmo contestar o que tenho a dizer.

Com relação ao tema propriamente dito, a questão da informação, a relação frente a opinião pública e a informação é extremamente próxima. É evidente que não existe opinião pública sem informação. As pessoas efetivamente formam a opinião a partir daquilo que lhes informam. Em toda a sociedade, em todo grupo social, o primeiro passo para a própria formação da coesão da sociedade está na informação. A informação é uma espécie de laço inicial que aproxima as pessoas. As pessoas tentam comunicar-se procurando saber o que está acontecendo com as outras. Na conversa informal entre duas pessoas, dois amigos que se encontram, o primeiro passo é a troca da informação. Quando pergunto: “como vai você? como vai a sua vida?” busco uma informação do meu amigo, exatamente para me reconstituir sobre a vida dele, passar as informações da minha vida e, a partir daí, começamos a recriar ou a criar laços de amizade, laços de interesse comum. Então, a informação é o ponto de partida.

Em qualquer sociedade, numa pequena comunidade ou numa grande cidade a informação circula livremente e é uma espécie de traço de coesão social. As pessoas começam a viver em comunidade quando começam a se comunicar e a se informar a respeito daquilo que se está passando, quem é cada membro, quem são os demais. Portanto, a informação é um elemento que circula dentro de todo o grupo social, para estabelecer essa coesão.

A informação é também uma forma de nos atualizarmos com relação à sociedade. Quando a informação existe, automaticamente criamos em nós os

conceitos a respeito da sociedade e aquilo que sabemos da sociedade se transforma, na cabeça de cada um, em julgamento. Portanto, ao sabermos do que se passa, também começamos a fazer juízos, julgamentos. Podemos dizer que começamos a construir valores comuns. É a partir da informação que os valores sociais se formam e é a partir dos juízos de valor que brotam as ações. As pessoas só agem depois de ter alguns juízos de valor em comum e só agem a partir de informações referenciais firmes.

Quando não existe a informação segura ou quando não existe a informação verdadeira, a sociedade tende a se desequilibrar.

Portanto, como ponto de partida, devo dizer que a informação é o próprio elemento que costura, que dá sedimentação, que dá unidade a uma sociedade.

Inversamente, a falta de informação faz com que as pessoas se desgrem da sociedade. Uma pessoa desinformada tende a ser marginalizada dentro do grupo. Há pessoas, inclusive, que, pelo fato de estarem desinformadas, acabam até sendo rejeitadas pelo grupo. A falta de informação é exatamente aquilo que faz com que a pessoa não se integre. Conseqüentemente, a informação é o próprio elemento pelo qual as pessoas se aproximam ou também o elemento pelo qual as pessoas se afastam.

Estou dizendo isto apenas para mostrar a importância, ou, mais do que isto, a necessidade da informação. Nós, em sociedade, necessitamos de informação. A informação é consumida por uma sociedade da mesma forma como consumimos o ar e o alimento para a sobrevivência física. Assim, dentro da sociedade, a nossa forma de respirar é a absorção contínua de informações, ainda que sejam informações do tipo “nada aconteceu de novo, as coisas continuam como estão”. Aliás, a maior parte das informações que temos são desta natureza: são informações pouco emocionantes, pouco surpreendentes. São informações que apenas confirmam continuidade da situação social presente.

Entretanto, são exatamente as informações surpreendentes que criam as fases de mudança ou de alteração dentro do corpo social. São estas informações inquietantes que tocam em valores mais profundos e produzem movimento, alteração ou modificação da sociedade. É por isso, por exemplo, que os jornais só conseguem maior interesse pelas suas tiragens quando anunciam crimes. Por que um crime vende tanto jornal? Crime vende jornal exatamente porque as pessoas que comprem jornal, encontram no crime, uma referência à sobrevivência física e ao problema profundo que é o problema da morte de cada um. De alguma forma, está relacionado com o valor da vida. É em função disto que aquela informação desperta maior interesse.

A informação tem também graus ou diferentes níveis de percepção.

Pretendo falar aqui mais diretamente sobre a relação entre a informação oficial e a informação informal, porque é dentro deste quadro que se processa o desenvolvimento da opinião pública numa sociedade de massas.

A questão da circulação da informação na sociedade me faz pensar sobre todo o processo pelo qual a informação no Brasil se fez ao longo da História. Para entendermos melhor como isso aconteceu, talvez valha a pena até fazermos um pequeno retrospecto da nossa História e lembrar, por exemplo, como se deu o processo de informação entre o poder e o povo. Até 1500

não havia História no Brasil, simplesmente porque os índios não escreviam a sua História. O primeiro momento em que se fez História no Brasil foi quando se escreveu uma carta ao Rei, além-mar, contando como era a terra e o povo. A primeira carta, de alguma forma, foi a primeira informação, a informação enviada da terra ao centro do poder. Os que aqui chegavam mandavam ao rei de Portugal uma carta, comunicando-lhe aquilo que estava acontecendo na terra. Daí por diante, estaria visto um dos traços marcantes da nossa História: a relação da informação oficial com a realidade passou a ser uma informação de dois sentidos, em dois níveis. O primeiro nível seria a informação vertical dirigida ao poder, comunicando o que se passava, e o segundo nível, a informação horizontal, que se refere àquilo que efetivamente acontecia. Nem sempre a informação vertical e oficial coincidiram com a informação horizontal e real.

Durante muito tempo, no Brasil Colônia, foi sempre necessário relatar ao rei o que era a terra, o que era o povo, como se vivia, o que se fazia. Evidentemente, nem tudo era relatado, como também nem tudo era enviado ao rei. Enviaram o ouro, mas não todo o ouro. Enviaram as informações, mas não todas as informações. E também o que voltava eram ordenações, as leis, as normas remetidas de fora para serem obedecidas na terra descoberta. Essas normas eram seguidas na medida do possível, mas nem sempre. Dependendo das condições, eram ou não seguidas. Ao longo da História do Brasil Colônia, a relação entre o poder e o povo, pela distância em que se encontravam um do outro, foi surgindo o que chamamos “o Brasil oficial” e “o Brasil real”. Com muitas mudanças, ela ainda permanece até hoje. O Brasil oficial é o Brasil da Corte, o Brasil mostrado ao rei. Hoje, é o Brasil mostrado ao poder. O Brasil real, o Brasil é aquele que o povo vive em sua vida de comunidade, em cada cidade, em cada grupo social, nas suas relações de trabalho. E aqui estão configurados os dois sentidos na comunicação: o sentido horizontal e o sentido vertical.

Recentemente, numa pesquisa que fizemos, perguntamos: como é que você faz para ficar sabendo o que se passa no mundo? Foi surpreendente verificar a grande quantidade de respostas como esta: fico sabendo conversando com outras pessoas, além de ler jornal ou assistir televisão. “Conversando com outras pessoas” foi a resposta de 70% da população brasileira, enquanto 90% citaram televisão e 60%, os jornais. Que significa isto? Significa que as pessoas depuram a informação vertical que recebem através de um processo horizontal de comunicação. Não basta que a informação venha de cima para baixo através dos canais, dos meios de comunicação. É necessário também que a informação circule horizontalmente, e que as pessoas conversem entre si a respeito daquilo que ouviram, daquilo que receberam. Nessa conversação horizontal, nessa relação horizontal da conversação efetiva-se a circulação da informação. Aí, efetivamente, começa o processo formador de opinião. Enquanto é recebida verticalmente, a informação é apenas a ordem que chegou do reino, de além-mar, ou do poder. É a informação vertical que chega. Esta informação vertical terá que passar por uma revisão, ou por uma digestão, feita a nível de comentários, a nível de conversas e da troca de opiniões. É a partir desse momento que a informação oficial se torna efetivamente formadora de opinião. Nesse momento, nesse processo de circula-

ção horizontal da comunicação, começamos a perceber de que maneira as pessoas absorvem ou recebem a informação e, muito freqüentemente, de que maneira a própria informação se transforma ou adquire conotações diferentes, à medida em que vai adquirindo novas versões. Uma notícia qualquer a respeito de um ato de governo só é efetivamente formadora de opinião quando relatada por alguém que leu um jornal ou ouviu a notícia pela televisão e relata a alguém, ou seja, a partir do momento em que se horizontaliza.

Esse processo de horizontalização da informação é o momento mais vivo da notícia, o momento vivo da informação. É o momento em que começa a ser trabalhada pelos valores sociais, alterada pelas expectativas e movida pelos interesses sociais e não pelos interesses dos emittentes da informação.

O processo de comunicação no Brasil se faz, evidentemente, através de canais, que têm que ser necessariamente canais de comunicação de massa. No Brasil, somos hoje 130 milhões, somos um país extenso e de grandes dimensões. Conseqüentemente, para sabermos o que se passa neste Continente que é o Brasil, precisamos de meios de comunicação com vasto alcance territorial. Os meios de comunicação de massa são inevitavelmente necessários.

Entretanto, a opinião pública só existe no Brasil efetivamente a nível local. A nível nacional, a opinião pública também existe mas apenas por força da aspiração de manutenção da coesão territorial. É, porém, na cidade e no município, que as pessoas sabem efetivamente quem são os seus governantes. Sabem o que se passa na cidade, conhecem os problemas, sabem julgar o poder – no caso, o prefeito – com maior acuidade porque existe maior relação entre a informação oficial e a real. O que se diz e que acontece na vida da comunidade estão absolutamente integrados. Já a nível estadual e a nível federal, esse processo não ocorre da mesma maneira. Existe toda uma decantação mais demorada e os próprios meios de comunicação, pela maneira como atuam, têm menor relação com a realidade.

A nível nacional, gostaria de discutir como os meios de comunicação chegam ao povo, como atuam e até que ponto atuam no processo de formação de opinião.

Para tomarmos como referência inicial do que se faz, partir do nível de penetração dos vários veículos de comunicação: 92% da população brasileira têm aparelhos de rádio e 90% dispõem de um aparelho televisor. Só 25% têm poder aquisitivo para comprar regularmente um jornal ou uma revista.

Pergunta – (Fora do microfone – inaudível)

CARLOS MATHEUS – Claro, tem acesso ao aparelho no seu domicílio. É a mesma coisa com relação ao rádio, ele tem acesso ao rádio, pode ser o rádio da casa.

A compra do jornal representa 25%. Colocado em termos do que significa a penetração do veículo, as pesquisas que temos mostram, por exemplo, que 64, 65% assistem diariamente a programas de televisão, e 45%...

Pergunta – (Fora do microfone – inaudível)

CARLOS MATHEUS – Este baixo consumo da informação impressa

decorre dos níveis do poder aquisitivo e também de escolaridade da população. Os textos dos jornais e das revistas são feitas para um público de classe média ou alta. Quem compra efetivamente um jornal ou uma revista é quem tem dinheiro e nível de escolaridade para isto.

Pergunta – Nesse dado será que não está sendo colocado também a questão do acesso?

Intervenção – Pode ser em termos, talvez, de acesso. Há as revistas semanais e as revistas de lazer.

Nessa pesquisa da Fundação realmente a população que consome uma revista figura nesta cifra.

CARLOS MATHEUS – Não estou falando só na revista noticiosa. Uma pessoa pode ler um jornal sem ter comprado ou pode receber o jornal.

Esse dado mede apenas o poder aquisitivo da população adulta como capacidade de poder comprar um jornal, ainda que seja uma vez por ano. Não estou falando ainda de compra diária. A leitura diária está nestes dados aqui de baixo. Lêm o jornal diariamente, segundo uma pesquisa nossa, 15% da população lê algum jornal em algum lugar do Brasil diariamente. Significa que, se uma notícia for divulgada em todos os jornais do Brasil num único dia, atingirá 15% da população adulta. Estou falando ainda só da população adulta e urbana, não da rural.

Pergunta – Deve ter sido em São Paulo?

CARLOS MATHEUS – Não. É Brasil, é uma pesquisa de nível nacional.

Intervenção – Seriam 2 milhões de exemplares com acesso a 100 leitores. Mais ou menos isto.

CARLOS MATHEUS – Seriam 15% de 80 milhões da população adulta urbana. De 80 milhões, 15%, teríamos aproximadamente 10, 12 milhões de pessoas. Os jornais – acredito – podem cobrir 4 milhões, talvez, de exemplares, ou 4 milhões de unidades vendidas no total. Multiplicado por 3, fica em torno de 10 a 12 milhões de pessoas.

(Projeção)

Esta é uma comparação. O perfil desses vários veículos é bastante diverso, bastante diferente entre si. Na população brasileira temos 13% com instrução superior e sua leitura diária de jornal representa 36%. Já a revista semanal 30%, e a televisão e o rádio em torno de 12 a 13%, ou seja, o rádio e a televisão são os que têm maior penetração nas classes de menor nível de escolaridade.

É mostrado aqui sob a forma de classes sócio-econômicas. Então, vemos claramente a maior presença do jornal nas classes A e B, vindo a revista

em segundo lugar. Quanto mais classes C e D, mais vemos a penetração do rádio e da televisão. Os veículos de comunicação no Brasil são seletivos em função do poder aquisitivo.

Isto me leva a retomar o raciocínio que eu vinha desenvolvendo no início. Esses meios de comunicação, além de passarem pela seletividade econômica e de escolaridade passam também pela questão da credibilidade.

Recentemente fizemos uma pesquisa sobre a credibilidade das instituições, perguntando se podemos acreditar em tudo o que se diz, se podemos acreditar em parte, se podemos acreditar muito pouco ou não podemos acreditar em nada daquilo que certas instituições divulgam. Vejam os dados com relação à imprensa e à televisão. A imprensa, aqui são entendidos os jornais e revistas, a imprensa escrita. A maioria da população disse que se pode acreditar muito pouco ou não se pode acreditar. As diferenças são bastante pequenas com relação a rádio e televisão. Desses dados com relação a rádio e televisão, comparados com outras instituições, temos estes índices. Este é apenas um resumo bastante sucinto. Aqui são medidas doze instituições. Temos seis instituições com credibilidade positiva e seis instituições com credibilidade negativa. Por exemplo, a Igreja, os professores e os médicos são profissões. Como instituições, têm maior credibilidade, ao passo que empresários, políticos, Congresso e propaganda comercial são os de menor credibilidade. E a imprensa se situa no lado negativo, ou seja, no lado da não credibilidade.

Pergunta – Como se mede essa credibilidade?

CARLOS MATHEUS – Por aquela pergunta que mostrei acima: pode-se acreditar sempre; pode-se acreditar na maior parte do que dizem; pode-se acreditar muito pouco ou não se pode acreditar nunca no que dizem.

Intervenção – Aí distribui pelo veículo.

CARLOS MATHEUS – Não, aí estamos falando imprensa, jornais e revistas, televisão, professores, médicos, governo, propaganda.

Intervenção – O entrevistado dá essa fonte.

CARLOS MATHEUS – Mostramos uma lista de instituições e ele fala: nos professores, podemos acreditar sempre, não pode acreditar nunca etc.; nos médicos, nos políticos e assim por diante.

Intervenção – Deve ter sido antes da morte do Tancredo essa dos médicos.

CARLOS MATHEUS – Houve uma queda, mas não tanto.

Pergunta – Esse dado é de dezembro?

CARLOS MATHEUS – Sim. Os últimos dados que tenho são de dezembro de 86. Dados nacionais.

Depois fizemos outra pergunta: se você encontrasse a mesma notícia comunicada de maneira diferente no rádio, no jornal e na televisão, em qual dos veículos você acreditaria mais? É a televisão: as pessoas acreditam mais na televisão do que no jornal ou no rádio.

Pergunta – Há alguma explicação? É por que se joga a fonte direta ao telespectador?

CARLOS MATHEUS – Há várias explicações possíveis. Eu pretendia ir um pouco além delas, mas as explicações mais próximas são: em primeiro lugar, porque a televisão tem um contato, diário, gratuito e doméstico com a maior parte da população. Em segundo lugar, a televisão simultaneamente é visual e auditiva. São obviamente razões que tornam a televisão mais real. Por fim, pela própria influência que a televisão tem, na medida em que é vista muito frequentemente em grupo, ou seja, raramente as pessoas assistem à televisão sozinhas. Por exemplo, um noticiário é assistido por duas, três pessoas, e elas comentam as notícias que recebem, ao passo que jornal, rádio e a imprensa escrita são recebidos individualmente.

Estas são explicações mecânicas ou operacionais. Levarei essa análise um pouco mais adiante, porque a minha questão é a seguinte: na medida em que a informação é importante e as pessoas necessitam da informação, e na medida em que a informação precisa passar da sua verticalidade para a sua horizontalidade, como entender essa baixa credibilidade da imprensa? Esta é a questão.

Pergunta – Só queria colocar ainda em cima deste gráfico que o rádio ainda é hoje o veículo de comunicação que atinge o maior número de pessoas, atinge vulto maior. Por que ele aparece como menor na credibilidade da notícia?

CARLOS MATHEUS – Esta é também uma razão meramente operacional e não está diretamente associada à qualidade das notícias veiculadas. A notícia se transformou num hábito. O rádio é só auditivo. Esta é uma explicação fácil de dar. Já a televisão mostra a cena. A segunda razão é esta: o rádio é muito pulverizado, podendo haver credibilidade em uma emissora, mas não em outra. O rádio não está associado basicamente à comunicação da informação, à transmissão de informação. Só se transforma efetivamente em meio de comunicação de informação de primeira mão quando ocorrem fatos muito marcantes e não há tempo de a televisão alcançar. Atualmente a televisão já consegue equiparar-se ao rádio, em termos de simultaneidade.

Intervenção – Aqui em Brasília foi eleito um Senador que era de rádio e um que era de televisão não foi.

CARLOS MATHEUS – São injunções eleitorais.

(Projeção)

Quero chegar a esta última transparência e depois retomarei as idéias: perguntamos também à população brasileira — esta é uma pesquisa de nível nacional por regiões — se acha que os jornais e revistas publicam as notícias com fidedignidade ou não. As respostas foram estas: publicam os fatos exatamente como aconteceram, só 6%; distorcem às vezes, 52%; sempre distorcem 36%. Ou seja, a grande maioria da população vê a imprensa escrita com suspeita. Esta é informação que realmente pode parecer surpreendente, mas que merece toda uma reflexão. Vejam ainda esta outra pergunta: você acha que os jornais e as revistas estão mais preocupados em informar à população sobre o que acontece ou em defender interesses políticos e econômicos de pessoas ou grupos? A resposta da maioria é esta: 57% acham que a imprensa escrita defende interesses de pessoas ou grupos.

Este me parece um quadro de atitudes muito importante com relação à mídia nacional. Eu não seria capaz de dizer se isso é muito diferente em outros países, mas, no nosso contexto, me parece é ponto de partida para uma reflexão.

Os meios de comunicação fazem parte daquilo que podemos chamar a relação vertical entre o poder e a população. Portanto, os meios de comunicação estão mais próximos do poder do que da população. Os meios de comunicação representam, de alguma forma, o próprio poder, o próprio país oficial comunicando-se com o país real, ou, se fosse colocado em termos de Brasil Colônia, a relação entre o rei e a Colônia. Dito de outra forma, a comunicação vertical é percebida sempre sob suspeita. Tudo dependerá da maneira como a população vá decantar aquela informação, a ponto de verificar sua credibilidade.

Toda informação é automaticamente recebida sob uma forma de depuração quanto à sua credibilidade. Essa depuração, evidentemente, se faz no seu sentido horizontal, ou seja, na medida em que as pessoas conversam ou se comunicam a respeito das notícias que recebem, é a partir desse momento que elas efetivamente começam a acreditar, a definir se acreditam ou não nas informações que recebem.

Isto me leva a dizer que, embora exista uma grande tendência a se acreditar que os meios de comunicação formam a opinião pública, tenho mais propensão a afirmar que a opinião pública tende, permanentemente, a colocar sob um crivo de credibilidade, ou de veracidade, ou de análise crítica, tudo aquilo que recebe para saber até que ponto essas informações são efetivamente verdadeiras. Não se poderá dizer que nunca a informação levou a opinião pública a julgamentos errôneos, mas a própria opinião pública, ao longo do tempo, tende a ir buscando, pela própria análise dos fatos, a verdade que poderia estar por trás da notícia.

É clássico o exemplo da opinião pública americana com relação à guerra do Vietnã. É sabido que no início da guerra do Vietnã a grande maioria do povo americano era favorável ao envio de tropas. Ao longo da guerra, a opinião pública norte-americana passou a ser predominantemente contrária. Então, que aconteceu? No início da guerra, foi passada à opinião pública uma versão da guerra muito diferente daquilo que a realidade dos fatos veio

a mostrar ao longo do tempo. À medida em que novos fatos vieram sendo trazidos, a opinião pública foi mudando.

Pergunta – Não lhe parece que os novos fatos foi a derrota na guerra, foram as derrotas sucessivas? Se a guerra tivesse sido ganha, a opinião pública teria motivação.

CARLOS MATHEUS – Não é só o ganho, a vitória ou a derrota. Foi também como a guerra foi conduzida, o que ela representou em seu desenrolar... Não é uma questão de ganhar ou perder, e sim em nome do que se fazia aquela guerra. Aparentemente se fazia aquela guerra em nome da defesa da liberdade do mundo. Esta foi a versão inicial. O mundo livre está em perigo. Na realidade, descobriu-se, ao longo da guerra, que o envio de tropas era uma forma de opressão. Era portanto, o inverso. Esta, a verdade que veio à tona ao longo da guerra. O povo estava lutando, pela sua liberdade e não o inverso. Esta constatação mudou a opinião pública norte-americana.

Na nossa História também tivemos vários casos em que os fatos divergiram das versões oficiais, gerando mudanças de opinião, ao longo do tempo. A própria experiência do Plano Cruzado foi um exemplo desse tipo. O lançamento do Plano Cruzado, não apenas pela maneira como foi feito, também pela coincidência que tinha com expectativas anteriores da população conquistando uma alta credibilidade inicial. Ao longo do ano de 86, vimos que essa credibilidade veio caindo. Não caiu só em dezembro. Em dezembro foi apenas o desfecho. A confiança no Plano Cruzado foi declinando ao longo do ano, a partir do momento em que os fatos foram contestando aquilo que havia sido apresentado inicialmente.

Assim, o próprio processo de informação gera um processo formação e mudança da opinião pública. Como a opinião pública critica a informação que recebe? Observando a realidade que a cerca. Não adianta informar algo que não coincida com a realidade. Qualquer notícia, por mais bem comunicada que seja, precisa ter uma referência com a realidade em que as pessoas vivem. É esta coincidência com a realidade que dá efetiva credibilidade à notícia.

Dizer, por exemplo, que o custo de vida não subiu e os preços estarem mais altos, é inapelavelmente recebido como uma informação inverídica.

Temos visto, ao longo dos últimos anos, várias tentativas de comunicação por parte dos órgãos governamentais, procurando passar à população determinadas idéias e determinados conceitos. Muito freqüentemente, estes conceitos e estas idéias não chegam sequer a ser recebidos por sua falta de coincidência com a realidade social.

Um caso que observei bem foi a campanha que o Governo do Estado de São Paulo fez em 1983/84, no início do seu período de mandato. Havia um clima de crise e de pessimismo. Decidiu-se fazer uma campanha sobre o tema: "São Paulo é maior que a crise". Este tema pretendia levantar o otimismo da população e pretendia gerar uma atitude de confiança, de respeito com a ação governamental. Foi feita, inclusive, uma pesquisa inicial, em que se tentou aferir a adequação deste tema, e descobriu-se que ele não estava adequado ao momento. Mesmo assim, acharam que a pesquisa estava super-

ficial, e a campanha foi veiculada. A campanha teve um malogro imediato, gerando reações, críticas e comentários negativos. A própria imprensa começou a criticar. Enfim, o resultado é bem conhecido: a campanha não chegou sequer a ser totalmente veiculada, pois a parte final foi suspensa.

Foi feita uma pesquisa para saber o que tinha se passado. Descobriu-se, em primeiro lugar, que as pessoas não entendiam o motivo daquela frase, naquele momento e qual era a intenção do Governo. Em segundo lugar, a frase era inverídica. A verdade era o inverso: a crise é maior que São Paulo, e não São Paulo maior que a crise. Por fim, ainda questionavam: por que gastar dinheiro, tentando convencer as pessoas de uma coisa que não é verdade?

Estes e outros casos que tenho observado, nas tentativas de comunicação do poder oficial com o povo, parecem revelar certa imaturidade por parte dos comunicadores oficiais a respeito de como se deve realizar essa comunicação. Parece-me que há uma tendência a achar que aquilo que determinamos grupos que cercam o governo pensam é o que a grande maioria deseja ouvir. Há uma tendência a se buscar persuadir, como se o meio de comunicação, pela sua própria força, fosse suficiente para transformar em verdade aquilo que não coincide com a realidade.

Por fim, há uma tendência atavicamente autoritária no processo de emissão da comunicação. Assim como o rei mandava ordens à Colônia, ainda os governantes brasileiros mandam informações que estão na sua cabeça, por achar que é aquilo que o seu interlocutor, o povo, deseja ou espera ouvir.

No mundo do marketing, instaurou-se sempre o princípio de que é necessário, para que haja uma venda, que o produtor tente descobrir aquilo que o comprador deseja comprar. No campo da comunicação, isto se aplica integralmente, ou seja, só conseguimos falar a alguém quando conseguimos adivinhar o que o nosso interlocutor deseja ouvir. Se dizemos apenas aquilo que nos interessa, poderemos ser ouvidos ou não. Frequentemente, aquilo que dizemos apenas porque nos interessa dizer sem ser o que o nosso interlocutor quer ouvir, seremos facilmente esquecidos pelos nossos interlocutores, se é que seremos ouvidos. Inversamente, dizer aquilo que a população deseja ou espera ouvir, isto sim, é o importante, na comunicação. No processo de comunicação governo-povo, é importantíssimo descobrir o que a população deseja saber a respeito do governo. É claro que existe uma necessidade profunda de saber o que o governo está fazendo. E diria mais: quando o governo não comunica o que está fazendo, a população tende, naturalmente, a supor que o governo nada está fazendo. Portanto, a comunicação é necessária, mas também tem que ser necessariamente adequada àquilo que a população deseja.

Ontem, por exemplo, estava na televisão uma comunicação do Governo sobre participação comunitária. Parece-me que, no momento atual não é isso que a população deseja ouvir. A população deseja ouvir o que vai acontecer com o Plano Cruzado, com o custo de vida e com a inflação e o que o Governo está fazendo para isso. É isto que a população deseja saber, agora, porque isso tem direta relação com sua problemática atual, com a relação de preços e salários, e que é hoje o grande tema, a grande inquietação da população brasileira. Falar sobre comunidade é falar sobre algo fora do con-

texto, fora do campo das preocupações. Isto me lembra certo tipo de campanha que muitos prefeitos de muitas cidades costumam fazer, do tipo: "Ajude a melhorar a sua cidade". Melhorar como? Por que? Que se pretende? Com que intenção? De que pretendem me convencer? Ou estão simplesmente gastando dinheiro? Não se diz como, não diz por quê.

Há uma necessidade profunda da população de saber como está sendo governada. Quer saber o que está sendo feito, quais são as propostas, os objetivos e o que vai acontecer. Há necessidade de saber o que o Governo está fazendo. As pessoas têm um interesse enorme nisso. No entanto, muito freqüentemente, a partir do momento em que as informações chegam a respeito daquilo que se passa no Governo, o que se entende é algo muito diferente daquilo que o próprio meio de comunicação mostra. Por exemplo, como é que a população vê o Congresso? As pesquisas que já fizemos mostram que, em geral, existe um descrédito profundo em relação ao Congresso, em todo o Brasil. São os políticos, aqueles grupos minoritários que tentam se apoderar do poder e se beneficiar dele, a serviço próprio. É assim que a população vê o Congresso e os políticos. Quando os políticos divergem, será que a população entende que eles estão divergindo porque estão lutando pelos interesses da população? Não. Eles estão divergindo (pensam) porque estão lutando por interesses pessoais, para tirar mais vantagens uns em relação aos outros. Raramente as pessoas entendem divergências até ideológicas como divergências efetivamente de interesse público. Muito freqüentemente entendem tratar-se de divergências de interesse puramente financeiro.

Mais do que isto, toda vez que a informação é transmitida sem que coincida com aquilo que a população espera, a informação imediatamente se torna suspeita. "Eu quero ouvir isto do Governo, o Governo não fala disto e vem falar-me de outra coisa. O que ele pretende com isto? Estão querendo ou me enganar ou estão gastando dinheiro à-toa, ou estão tentando beneficiar alguém?" Este é, parece-me, o motivo mais profundo, mais real, que está na base dessa falta de credibilidade da imprensa que mostrei agora. Ou seja, a imprensa, os meios de comunicação, de um modo geral, compartilham desses interesses, são parte do processo de comunicação oficial: são como que complementos ou desdobramentos do próprio poder. São vistos assim pela população. Muito freqüentemente, quando a comunicação se faz, deixa de levar em conta o interlocutor e, mais do que isto, os segmentos em que está compartimentada a população. Muito freqüentemente, a linguagem usada para publicar não leva em conta a quem aquela comunicação se dirige, ou a quem aquela notícia interessa. Ainda existe uma falta de percepção de que a população brasileira tem segmentos — segmentos econômicos, segmentos de escolaridade, segmentos de acesso ao poder, segmentos de acesso à informação.

A capacidade que as pessoas têm de criticar a veracidade da informação, por mais que seja depurada pelo nível de escolaridade de cada um, é uma capacidade mais ou menos presente em todas as pessoas. A diferença está no nível de realidade em que cada um vive e também no nível de adequação que cada informação pode ter à realidade em que cada um vive. É uma realidade social presente, viva e todo o processo de comunicação, para que consiga efetivar-se, precisa, antes de mais nada, falar ao interesse do

interlocutor. É a partir do momento em que determinada notícia se dirige ao interesse específico de determinado grupo que aquele grupo vai prestar mais atenção. Há inúmeras notícias que passam totalmente despercebidas, são notícias de interesse nulo ou muito baixo. Portanto, a notícia, ao ser recebida, é automaticamente ou seletivamente classificada em função do interesse que tem para cada interlocutor. Selecionamos as notícias que nos interessam. A própria leitura de jornal que fazemos é assim. Jamais lemos integralmente um jornal. Nunca alguém consegue ler um jornal de ponta a ponta. Lemos seletivamente os assuntos que nos interessam. A mesma coisa acontece com as notícias de televisão: as notícias que não são de interesse são esquecidas imediatamente ou sequer as pessoas lhes dão qualquer atenção.

Mais do que isto, as notícias e as informações que chegam passam por um processo de absorção quanto ao seu significado e quanto àquilo que elas efetivamente comunicam, seja pela clareza da linguagem, seja pela capacidade de se ajustarem ao contexto de realidades em que elas se situam. Só no momento em que uma notícia diz respeito a uma coisa que me interessa, que me comunica com clareza o que efetivamente se passa, a informação começa a gerar comportamentos e mudanças de opinião.

Estendi-me muito em relação a estas reflexões mas a minha idéia principal, é a de que no Brasil ainda falta muito a ser feito no sentido de adequação da informação à população. Uma das primeiras coisas que precisariam ser feitas neste sentido é superar este conceito de que a força do veículo torna verdade aquilo que convém comunicar. Aquela famosa frase de que uma mentira freqüentemente divulgada se transforma em verdade, é mentira. Acredito que nenhuma mentira, em nenhum meio de comunicação, se transforma em verdade ao longo do tempo. A verdade sempre tende a vir à tona e também isto é verdade no plano da opinião pública. A opinião pública é constituída de pessoas com semelhante capacidade de julgamento. Podem ter diferenças de nível de instrução, mas têm igual capacidade de julgamento. Dificilmente alguém, por muito tempo, aceita uma mentira por verdade, se esta mentira não coincidir com a realidade que vive.

Em resumo, todo o processo de comunicação passa por este crivo de veracidade. A comunicação comercial, como vimos, é a que tem menor credibilidade, porque obviamente é uma comunicação interessada: "quero dizer que o meu produto é bom, porque quero que você compre o meu produto", mas todo processo de comunicação precisa ser ajustado inevitavelmente ao interlocutor. Ninguém pode falar algo de interessante ou de interesse para outra pessoa se não souber o que essa outra pessoa deseja ouvir. O primeiro passo indispensável para todo processo de comunicação, seja comercial, seja político, seja econômico, seja de relação entre povo e poder, todo processo de comunicação precisa passar por essa etapa inicial: "que o povo deseja ouvir? que as pessoas desejam receber de informação? Só esta informação terá a capacidade de despertar interesse, despertar predisposição de compreensão e, conseqüentemente, despertar uma atitude favorável, uma atitude de apoio ou de adesão.

Pediram-me deixasse meia hora para o debate. Gostaria de não ficar apenas no monólogo.

Pergunta – Há um deputado do PMDB que sugeriu ao Governo que, quando um assunto não estiver agradando, é melhor mudar de assunto. Pelo que você está dizendo, não adianta mudar de assunto, se as pessoas estão interessadas naquele assunto que não está agradando.

CARLOS MATHEUS – Quando o assunto não agrada, cabe a arte do político, procurar saber o que o povo quer saber. Nada nos ensina mais do que acompanharmos um processo político-eleitoral. Vivemos sempre em períodos não eleitorais, nos quais se estabelece uma distância muito grande entre povo e Governo: o Governo lá em cima (eu diria além-mar, como na época do Brasil Colônia) e o povo lá embaixo, convivendo com a realidade, com o dia-a-dia do País. O povo vive mais próximo da realidade mas não tem uma visão global. Então, é necessário que alguém tenha a visão global e esta visão global cabe a quem está no poder. Porém, entre o poder e a população persiste, ou vem persistindo, ao longo dos anos, um imenso vácuo. E os períodos eleitorais de repente, surpreendentemente, reduzem essa diferença. De repente, a população, o eleitor sente que, com o seu voto, tem condições de influir sobre o poder. Então, o povo tenta aproximar-se e, inversamente, também o candidato tende a se aproximar do povo. É neste momento que se estabelece uma maior identificação. Sabemos que, muito frequentemente, há candidatos que conseguem entender mais, pela convivência que têm com a população, o que se passa na população e, em decorrência, procuram ajustar-se mais à expectativa daquilo que o seu interlocutor quer ouvir.

Pergunta – Não há aí dois conceitos contraditórios, o conceito da verdade e o conceito do que as pessoas querem ouvir. Nem sempre as pessoas querem ouvir a verdade, nem sempre a verdade é o que as pessoas querem ouvir. Então, no caso dos Estados Unidos, que o Sr. tão bem enfocou, creio que os americanos, principalmente a classe média americana, têm o orgulho norte-americano pela liberdade, quando eles poderiam ouvir os americanos que estavam no Vietnã para salvar o mundo do perigo comunista, etc. Na verdade, a imprensa, através de fotos, como o da aquela menina com os ferimentos da bomba, trouxe uma realidade completamente diferente.

Até que ponto esses dois conceitos não estão contraditórios?

CARLOS MATHEUS – A noção de verdade...

GETÚLIO BITTENCOURT – Acrescento só uma coisa ao que ele disse. A frase é de Goebels: “a mentira repetida mil vezes, se torna verdade”. Tornou-se verdade para os alemães durante muito anos. A verdade repetida mil vezes, era uma mentira, virou verdade e levou o país à guerra. Por outro lado, há também uma frase de Lincoln: “pode-se iludir alguma parte do povo durante algum tempo, pode-se iludir – são três versões questões –, mas não se pode iludir todo o povo durante todo o tempo”. No entanto, é certo que se pode iludir uma grande parte do povo durante algum tempo.

CARLOS MATHEUS – Isto não nego. Realmente acredito que se possa.

Pergunta – Minha colocação foi outra. Não é uma contradição em termos?

CARLOS MATHEUS – Há certa dificuldade de se definir o que seria a verdade social. Estava implícita em sua pergunta esta questão. O que é verdade para a maioria da população, pode ser verdadeiro mesmo, mas depende de vários aspectos. De qualquer forma, a nível de opinião pública, a nível de população, a nível de massa, a nível de sociedade, é verdade a realidade que cada um vive, essa verdade diária que se tem concretamente. Se o preço subiu no supermercado, aquilo é verdade. O resto pode coincidir ou não com isto.

Há outros tipos de informação que não têm confronto com a realidade. O contexto concreto é a referência, a meu ver, para a maioria da população, e é em função disso que ela julga o que é verdade e o que não é verdade. Quando se sai do campo concreto e se ingressa no terreno das ideologias, das abstrações, dos conceitos ou das teorias, as coisas ficam um pouco mais complexas. O intelectual pode afirmar que determinada teoria é verdadeira, e o intelectual, que é adversário dele, dirá que é falsa.

Pergunta – Matheus, o seu argumento de que é difícil enganar as pessoas em relação ao cotidiano delas é um argumento de sociedades que estão em paz. Os exemplos que tivemos de sociedades que foram enganadas se referem a sociedades que estavam em guerra. Podemos ver o exemplo da Alemanha na guerra.

CARLOS MATHEUS – É verdade. Nos períodos de paz, acredito que seja até mais fácil enganar do que nos tempos de guerra. É claro que a mentira do nazismo durou pouco, pode ter durado 4, 5 anos, ou 6 anos. A do Vietnã durou até mais. Acredito, sim, que há certos tipos de mentiras que são passadas a nível de comunicação de massa nos períodos de paz e que tendem a persistir e perdurar até por algum tempo. Entretanto, a partir de determinado momento, o próprio processo de evolução da opinião pública vai gerando a revisão dos fatos e a depuração da verdade. Isso não significa, conseqüentemente, que eu esteja dizendo que nenhuma informação mentirosa possa influir na formação da opinião pública. Sempre pode ocorrer. Só acrescentaria a isto o fato de que a informação será tanto mais acreditável, tanto mais aceita com credibilidade, quanto mais coincida previamente com aquele campo de realidade que a população conhece. Af, sim, temos um campo de credibilidade mais estável.

Pergunta – Muito interessante sua observação.

Há um estudo recente de Mathias Calderoni, em que faz uma análise de juízo de fato e juízo de valor. As verdades no momento seguinte. Por exemplo, a crença no mitraísmo, que deu origem à nossa crença atual no deísmo cristão, passa por uma série de revisões históricas, e a verdade substanciada

na divindade máxima: Pai, Filho e Espírito Santo, hoje está totalmente em descrédito. A própria Igreja está fazendo uma revisão. E mesmo todos daqueles valores que a Igreja defendeu. No entanto, foi verdade, os teólogos do Catolicismo discutiram isso durante séculos e séculos, e provaram que isso também passa pelo campo da física, da química etc. Mesmo porque, na medida em que evolui o pensamento, a informação e a carga científica das civilizações, esses valores são revisados.

Então, a verdade pode ser verdade para nós hoje e pode não ser amanhã.

A população crê nisso, na medida em que não entra em confronto com os seus valores. Isso tudo está no quadro de juízo de valores da população. Trabalhamos com uma margem relativa, o governo também, e os políticos também. Existe aquilo que é o juízo de fato, inquestionável. Por exemplo, se eu digo que tenho hoje uma taxa de inflação de 12% e as pessoas me indicam isso, passo a acreditar em 12%. Se digo que a pessoa morreu com tantos tiros, aqueles tiros são contados ali pela necropsia e indica aquilo. É o juízo de fato.

Coloco agora como um desafio: até que ponto podemos trabalhar com verdades relativas, tipo juízos de valor, sem que isso fira a imagem do governo? O governo tem uma margem, um espaço no juízo de valores para atuar.

Em termos de pesquisa de opinião, qual seria a margem desse teto? Como o Governo pode errar e corrigir no momento seguinte, sem que isso lhe afete a credibilidade, uma vez que ele também trabalha com verdades relativas no juízo de valor?

Pergunta – Esta discussão sobre verdade pode-se prolongar o dia todo. Na realidade, a verdade é uma construção histórica. Então, a discussão que devia ser colocada aqui não leva a nada. Este, meu ponto de vista.

Retomando a questão metodológica, pergunto aos Srs.: na construção do objeto, e o que se propôs construir, o que pensa a população? Pergunto: qual é o instrumento mais eficaz? Se é a arte de interpretar a realidade que é feita pelos políticos, jornalistas e, às vezes, pelo próprio Governo, ou se existem métodos que nos aproximam mais do que pensa a população, ou que a população está sem a realidade completa da informação?

CARLOS MATHEUS – Evidente que existem métodos, mas eu gostaria de iniciar pelo começo da questão.

Não se trata de defender a verdade, mas simplesmente de justificar por que introduzir a questão que como foi colocada não estaria levando a nada.

Quando estamos tratando de opinião pública e poder, estamos tratando de realidades e não de teorias. Não estamos discutindo teorias ou crenças. Estamos discutindo a realidade social, concreta, a sobrevivência física de cada pessoa ou da própria coesão da sociedade. Essa sociedade, que precisa continuar sobrevivendo fisicamente e precisa continuar convivendo, enquanto coesão social. Esta sociedade precisa de informações reais, verdadeiras, para que possa saber a que se ater.

Aqui não podemos colocar em dúvida se a questão da verdade é acadêmica ou não. O problema de introduzir aqui a questão da informação significa trazer a questão sobre haver o direito ou não à verdade, o direito ou não do poder de alterar, pela informação, uma verdade conhecida. É aí que residem toda a questão e todo o nosso campo de possibilidade de discussão. Neste ponto é que chegaria à sua questão mais concreta. Como se pode estabelecer essa relação de veracidade entre povo e Governo? A veracidade também é perceptível. Por mais que alguém queira mentir, essa mentira é perceptível, quando alguém se comunica com alguém. No processo da comunicação é perceptível perfeitamente a sinceridade e a falta de sinceridade. Passado isso para os termos de relação povo-governo, até que ponto um governante pode ser percebido como sincero ou não? Isto a opinião pública julga e eu acredito no julgamento que ela faz.

Inversamente, é claro que um governante não precisa necessariamente se ater apenas àquilo que a maioria deseja que ele fale. Claro que não. Também não vamos estabelecer ou instaurar a ditadura das maiorias. É necessário se estabelecer uma relação, se restabelecer a relação povo-poder como uma relação dinâmica: uma relação em que o povo deseja ouvir a verdade, ouvir o que o poder está fazendo, e o poder dizer ao povo aquilo que o povo deseja ouvir. Estabelecer-se pelo menos o vínculo, em função de elementos comuns. Creio ser possível isto. Eu diria que isto é perfeitamente possível. Numa pequena cidade de 5 mil habitantes, tenho absoluta certeza de que o prefeito desta cidade, se está efetivamente interessado em governar a cidade, conversando com esses habitantes, ou conhecendo a vida da comunidade, sabe o que essa comunidade quer. Não precisa de nenhum instrumento científico desenvolvido nem de uma pesquisa para saber o que essa pequena comunidade de 5 mil habitantes deseja. Já num país de 130 milhões, certamente são necessários elementos mais sofisticados, e eles existem e podem ser utilizados. Ou seja, é possível a um Presidente da República ou a um Governador de Estado saber o que a população deseja que se faça, e procurar ajustar-se, na medida do possível, a esta necessidade. Até mesmo para se recusar a fazer aquilo que certas maiorias desejam, se tiver ele uma outra visão da realidade e for capaz de provar que aquilo que a maioria deseja não é aquilo de que a maioria precisa.

Intervenção — Uma observação. Essa questão, embora aparentemente acadêmica... (inaudível) Evidentemente um corte estático da realidade me parece verdadeiro. No descompasso entre a informação e a realidade, evidentemente a informação acaba sendo levada muito a sério.

Se identificarmos o processo de interação que existe entre a informação e a realidade, é uma via de duas mãos. Assim como a realidade pode desmentir a informação, a informação, ao longo de um processo, acaba até alterando a realidade. Temos aí o exemplo da televisão, que pasteurizou este País todo, e está interferindo nas realidades locais nos mais distantes pontos deste País, alterando o próprio cimento de coesão social, que são os valores, estes estão sendo alterados de uma maneira brutal, a ponto de colocar em risco a própria sobrevivência daquele grupo, enquanto grupo.

Neste sentido, talvez, aquilo que eu tenha colocado, que é preciso saber o que o povo deseja ouvir, esta é uma colocação meio arriscada, nos remete para uma política demagógica, possivelmente...

CARLOS MATHEUS – A demagogia está em quem faz e não em quem recebe.

Intervenção – Exato. Mas é este o risco.

Queria observar que, na verdade, num processo histórico, essa interação deve ser vista como uma via de duas mãos, porque a informação, evidentemente, tem um poder brutal, e é através da informação que tudo se organiza e se articula.

CARLOS MATHEUS – Essa questão da demagogia está na própria origem da questão que eu levantei, ou seja, toda informação falsa é demagógica. E ao longo de toda a História sempre houve demagogia. A Grécia, que inventou a palavra, inventou também a palavra...

Intervenção – Como observou um companheiro aqui atrás, nem sempre aquilo que é a realidade dos fatos é simpático. Numa crise, como a que o País vive hoje, se o Governo, através da sua máquina de comunicação, procurar agradar a população, seremos (inaudível). Só para tecer o exemplo concreto, a realidade.

CARLOS MATHEUS – Sim, quando digo a realidade da crise, essa realidade da crise pede o quê? Pede a solução da crise, ela não pede agrados ou soluções demagógicas. Pede a solução da crise.

Intervenção – Aí é que está o ponto que tenho impressão de que está causando certa discussão: dizer as coisas que agradam e dizer as coisas como elas são.

CARLOS MATHEUS – Se fui mal entendido, deixe-me repor esse ponto, que acho fundamental. Perdoem-me. Se fui mal entendido nesse ponto, é importante que eu recoloque a questão.

Quando eu digo que o governante deve ajustar-se àquilo que a população deseja ouvir, não quero dizer agradar a população. Muito freqüentemente um governante será bem recebido quando disser verdades duras ou quando ele for cruel em mostrar a dificuldade de uma situação. Nos meus vinte anos de experiência de observação da opinião pública, ainda não vi nenhum governante ser capaz de chegar à televisão, como fez, por exemplo, Churchill na guerra, e dizer: a situação é difícil e precisamos nos unir para enfrentá-la. Ao contrário, os governantes sempre procuram dar só as boas notícias. Inclusive é uma distorção.

Vejam bem: a verdade consiste, às vezes, em dizer que a situação é difícil e que só com sacrifício será possível superá-la, desde que se saiba como superá-la. A função do governante é esta e a população sabe disso. Cada cidadão é incapaz de, sozinho, resolver os problemas do país. Por isto, delega

a alguém o poder para isso. Desde que alguém que está no poder, tem que ser capaz de dar a solução.

Intervenção – Apenas uma observação.

Há uma diferença entre a verdade e a veracidade. Então, o governante precisa ser verdadeiro, e não veraz. Aí é que está o ponto da questão. Ser veraz não quer dizer ser verdadeiro. Pode-se transmitir uma informação que é veraz, que o povo acredita, e que não seja verdade, e a longo prazo vai-se mostrar que não era verdadeira. Isso é que é necessário. Então, que se dê a verdade, e não apenas a veracidade.

CARLOS MATHEUS – Quando digo a verdade, estou dizendo que a população quer saber efetivamente o que se está passando. A informação é repetida porque faz parte de uma necessidade de informação verdadeira, de saber a verdade do que se está se passando, porque poucas são as pessoas, embora existam, que preferem iludir-se. Por outro lado, a necessidade da adequação a isso não significa – posso até repetir –, não significa apenas dizer que a situação é boa, apenas dar boas notícias. Dar a má notícia muitas vezes pode significar exatamente a tarefa mais importante, ou seja, dar a má notícia significa que estou sendo verdadeiro, acredito que a verdade é mais importante do que a simples arte de comunicar ou de comunicar bem. É comunicar com sinceridade.

Pergunta – (Fora do microfone – inaudível)

CARLOS MATHEUS – Só não tenho porque não conheço nenhuma experiência recente em que eu tenha medido o efeito de dar más notícias por parte de algum governo. Conheço historicamente. É coisa meio antiga. O exemplo mais conhecido é o do Churchill, ao dizer: a situação é essa, é difícil, mas, diante disso, precisamos fazer tais e tais coisas. Então, nesta hora, consegue recobrar a coesão social, a confiança no governo, o esforço e até certo desprendimento.

Intervenção – De repente, está aí na nossa cara. Qual é o problema do governante? Não dizer a verdade. O que está acontecendo no campo de pesquisa? Está comprovando exatamente o que o Sr. disse. As pessoas estão convencidas agora de que o Presidente está começando a dizer a verdade, que não está mais mentindo. A relação em tudo isso e o prestígio dele não faz uma mesma linha, é uma linha inversa. Mas as pessoas acreditam muito mais nele, porque ele parou de mentir.

CARLOS MATHEUS – E o grande problema do Nixon foi que ele não chegou a dizer a verdade.

Intervenção – De repente, é até capaz que o Reagan se saia bem, porque interpretou bem o papel que a cultura americana gosta de se mostrar a ferida. Afinal, foi mostrar a ferida, secar a ferida e curar a ferida. Reagan é um exemplo perfeito disso.

CARLOS MATHEUS – Isso não é só um problema da cultura americana.

Intervenção – Mas nos Estados Unidos é muito forte, em termos de cidadania. Não é torcer pelo governo, é que para o cidadão americano a verdade é fundamental, seja ela qual for.

Eu não acho que o Vietnã passou a ser verdade por causa da imprensa. Não. O Vietnã passou a ser verdade porque as pessoas começaram a voltar de lá aos pedaços, ou a não voltar. Então, de repente, dentro de casa se perdia um filho, um marido, um irmão. Morreu, por quê? Não foi só a imprensa que mostrou o que mostrou o que estava acontecendo. A coisa estava dentro de casa.

O Irãgate é o nosso Churchill de agora. O problema não é que a questão é inútil e quer ir embora. Há uma discussão filosófica de verdade.

Também está implícito na sua liberdade dizer o que é a verdade. Está na sua filosofia discutir isto também, o que é verdade. Os filósofos estão discutindo a vida inteira, e também é uma colocação.

No nosso caso, é uma questão de verossimilhança. É verossímil? Acredito. Por exemplo, o Sr. Fernão Bracher caiu por quê? Brigou com o Funaro? Por que levantou as taxas de juros ou por que ele é incompetente? Alguém tem que dizer por que, ou porque não é nenhuma das três coisas. É pergunta de mau humor, mas se quer a verdade.

Isso é uma coisa também muito importante na vida da gente, por exemplo, como é que fazemos com os nossos filhos. Você diz para o seu filho: eu vou sair e já volto, quando você vai voltar cinco horas depois, é evidente que ele não vai acreditar nunca em você. E é uma coisa do cotidiano, do dia-a-dia. É uma relação muito semelhante. A opinião pública não tem nada com os filhos. Ele pode medir muito bem isso. Então, no caso do nosso trabalho, concordo inteiramente com o Sr. Tem de ser sincero nessa relação. Nunca vai-se enganar, nem com o brasileiro, que é altamente... Não vai conseguir enganar.

CARLOS MATHEUS – Sempre observei, no meu trabalho com opinião pública, a imensa distância que existe entre povo e governo ao longo dos anos. Uma imensa distância.

O que se passa dentro do Governo e aquilo que a população vive, são quase como que duas margens de um rio, e raramente se vêem. A população não sabe o que se passa no Governo e acaba fazendo, inclusive, fantasias, ou suposições, ou construindo idéias muitas vezes pouco nítidas a respeito do Governo. Inversamente, o Governo também desconhece muito daquilo que se passa no campo das expectativas da população e, conseqüentemente, o processo de comunicação se dá, muitas vezes, de maneira distorcida, exatamente porque não se tem a direção e não se tem a referência. Também em decorrência disso, quando, de repente, uma informação chega, por exemplo, do Governo ao povo, muitas vezes chega sob uma forma mítica. O último exemplo de construção mítica do governo no Brasil tivemos com a figura de Tancredo, que, em dois meses, se transformou num mito antes de morrer. Quando morreu, nem se fala. Por quê? Porque, naquele vazio de informação

que a população tinha do poder, se construiu na figura dele uma promessa certamente muito maior do que todas as forças que ele tinha para executar. No entanto, a população acreditou enormemente.

Intervenção – E entrou o fator emocional.

CARLOS MATHEUS – Eu diria, que aconteceu com o Plano Cruzado também isto. Vejam bem, durante 10 ou 20 anos, fazíamos pesquisas e sabíamos o que a população desejava, desejava eleições diretas. De repente, toda aquela aspiração, aquela carência, aquela forma de aproximação desemboca na figura de Tancredo e passa a ser uma espécie de desaguadouro de todo um processo que não era de um ano ou dois. Era de muito mais tempo.

O processo do Plano Cruzado foi a mesma coisa. Transformou-se também em certo caráter mítico, ou seja, as pessoas passaram a superdimensionar o êxito do Plano Cruzado, dado que, durante 20 ou 30 anos de inflação a população permanentemente viveu sempre a realidade do desajuste do seu poder aquisitivo com relação aos preços. De repente, chega alguém e diz: agora vão crescer juntos, os preços e os salários.

Intervenção – Na realidade, da máquina de remarcar. Não esqueça.

CARLOS MATHEUS – Quando o Presidente disse isto, criou-se uma superexpectativa de que aquilo fosse verdade. Pela falta de informações anteriores, etc. De qualquer forma, foi o que aconteceu.

A expectativa foi muito alta e a frustração foi grande. O que aconteceu na Argentina não foi a mesma coisa. Depois do Plano Austral, houve efetivamente um aumento de expectativa, mas na queda, com as dificuldades da implantação do Plano Austral, as proporções foram menores do que no Brasil. Por quê? Certamente porque lá há mais acesso à informação diária, mais senso da realidade do que é o poder e provavelmente dos limites do poder mudar a realidade do país.

Esta distância é o fator que gera esses grandes momentos de euforia e esses grandes momentos de depressão.

Pergunta – Ainda uma pergunta. Voltando àqueles dados que você apresentou, os resultados da pesquisa. Foram feitos com a população urbana?

CARLOS MATHEUS – Sim, com a população urbana brasileira.

Pergunta – Você teria alguns dados da população rural?

CARLOS MATHEUS – Muito pouca coisa. Regularmente não fazemos pesquisa na área rural. Só num caso ou outro, mas não tenho dados mais re-

centes. Sobre mídia principalmente, não.

Pergunta – Não tem nenhum projeto para ser feito no meio rural?

CARLOS MATHEUS – Não.

Pergunta – Entre o povo e o Governo existem os meios de comunicação. Frequentemente ouço de pessoas do Governo – e é nossa função, a maior parte de nós aqui ouve – os governantes, os administradores que estão no Governo se queixando de que os meios de comunicação realmente não formulam as perguntas do povo. São pressionados os administradores não sei porquê. Por que eles perguntam isto? Não é mais interessante o que estamos fazendo? Ninguém sabe disso. A minha pergunta: estatisticamente, nesses estudos de opinião pública, quanto realmente representam os meios de comunicação oficial, os desejos, a informação? Esta distância que há entre o povo e o governo muitas vezes passa por desinteresse.

CARLOS MATHEUS – Vejo a imprensa brasileira numa situação muito complicada e muito difícil, porque, para o povo, a imprensa é um instrumento do poder e para o poder a imprensa é uma espécie de porta-voz do povo, ela está-se posicionando como uma espécie de canal do poder, como porta-voz daquilo que a população deseja do Governo. Por que essa é uma posição difícil? Porque faltam referências. Chega um repórter e diz: “o povo quer que o Ministro diga isso” e pode não ser, pode ser aquilo que o repórter diz. O que estabelece a diferença entre o que é a opinião do repórter e o que é a opinião que ele diz representar? Por isto, digo que é complicado, porque não existe mensurador para isso.

Pelo menos é melhor que haja dois repórteres do que um só, que haja três jornais do que dois. Quanto mais diversificada for a imprensa, quanto menos concentrada, mais poderá representar as diferentes posições da sociedade.

Pergunta – No caso, foi colocado que a imprensa está numa situação difícil. Creio que podemos considerar também que os institutos de opinião pública se situam nesta posição, uma vez que o problema da falta de credibilidade na imprensa também está na falta de credibilidade nos institutos de opinião pública.

Como o Sr. vê esta questão?

CARLOS MATHEUS – Se a sua questão de credibilidade tem a ver com eleições? Será isto? O que mais?

Pergunta – Não. Seria uma manipulação de dados.

CARLOS MATHEUS – Mas junto à opinião pública foi feita uma pesquisa de que a imprensa se situa numa posição... (inaudível).

Será que não foi feita pesquisa para se saber a posição dos institutos de opinião pública em relação ao ... (inaudível)

Os institutos de opinião pública não têm por finalidade formar a opinião pública, nem necessariamente informar. Poderiam informar. Eles deveriam ser mais um dos canais de expressão da opinião pública. Não o único. Não deveria haver um único instituto de pesquisa de opinião pública. Não deveríamos ter uma PESQUISOBRA, por exemplo, que expressasse a opinião oficial do povo. Seria um risco. Da mesma forma, os institutos de pesquisa devem ser tanto mais numerosos quanto possível, para que as interpretações individuais sejam sempre confrontadas. Por fim, a questão da credibilidade nos institutos é uma questão de tempo e de experiência, dependendo de quem os utilize ou de como eles sejam utilizados. A credibilidade desses institutos foi questionada recentemente, por questões meramente atípicas, como, por exemplo, as situações de coincidência ou não do vencedor em uma eleição. Aliás, isto existe no mundo inteiro: acertar por 2% a mais ou 2% a menos o vencedor numa eleição significa credibilidade ou não credibilidade, ou acertar a maioria das eleições dá credibilidade. Não vem necessariamente do acerto de uma eleição a uma credibilidade, e sim da boa conduta ética do pesquisador. Há uma série de aspectos que estão envolvidos nessa questão da credibilidade.

Só para concluir, o problema da credibilidade nos institutos de pesquisa é apenas uma parte de todo o processo de credibilidade que a sociedade precisa construir na sua relação com o poder. Neste sentido, quando dizemos credibilidade, falamos que toda sociedade vive fundada, baseada em inúmeras crenças. Acreditamos que o Presidente deseja o bem do País, o Presidente acredita que a população deseja o bem do País, e daí para frente... Acreditamos nas pessoas, acreditamos nas relações que temos uns com os outros. Acreditamos que o piloto que vai dirigir o nosso avião é competente, e daí para a frente. Tudo isto são crenças com as quais vivemos. Uma pequena quebra nesta confiança evidentemente rompe a sensação de segurança, rompe a estabilidade, mas mostra novamente a necessidade de se retomar a questão, e se reconstruir a credibilidade. A perda da credibilidade só leva à necessidade da sua reconstrução.

Obrigado por me terem ouvido, obrigado pelas perguntas.

O PAPEL DO PORTA-VOZ

FROTA NETO

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
13 DE FEVEREIRO DE 1987

FROTA NETO (Porta-Voz da Presidência da República) – Fui convidado pelo nosso colega Getúlio Bittencourt para falar sobre o papel do porta-voz na Nova República.

Fiz umas anotações e vou falar pouco, para dar margem, inclusive, para que debatamos sobre o relacionamento nosso, as tecnologias e as técnicas, o trabalho que fazemos, a Secretaria Especial e a Secretaria de Imprensa, na assessoria direta do Presidente, na parte de imprensa, e o trabalho que vocês fazem, ajudando a que encontremos o melhor resultado possível.

Primeiro, começarei nos situando, nós da Secretaria de Imprensa e os demais órgãos do Governo aqui, do Palácio do Planalto. Somos, apesar de dois anos já de Governo, uma equipe em gestação. Ainda estamos formando uma equipe; um trabalho que não é fácil de ser feito e que depende, em grande parte, do apoio que, felizmente, não tem faltado, seja do Gabinete Civil, seja do Gabinete Militar e também dos Ministros da Casa e do SNI, porque o nosso trabalho, apesar de centralizado na pessoa, na figura e na entidade mesma do Presidente da República, envolve toda a Casa, todo o Palácio do Planalto. Então, estar afinado, receber apoio e a adesão dos três Ministros da Casa é muito importante para nós, caso contrário, derraparíamos muito nas curvas, e mesmo com esse apoio, muitas vezes derrapamos. Assim, isso é mais do que fundamental, e eles nunca faltaram com esse apoio. O Gabinete pessoal do Presidente e da parte da Ajudância de Ordem também. Eu os chamo, assim, uma espécie de sistema de relojoaria, que permite que a Casa funcione a contento. Vocês de fora não sabem como é importante aquele trabalho que os ajudantes-de-ordem desempenham no avanço da agenda do Presidente, no relacionamento nosso inclusive, da Secretaria de Imprensa e do Comitê de Imprensa com o Presidente da República. Tudo isso é uma montagem, é uma espécie de arquitetura que não é muito visível, mas é fundamental na atividade de articulação nossa com os jornalistas de fora do Governo.

Ainda duas palavras para terminar essa introdução. Primeiro, homenagem ao Fernando César M. Mesquita, que permitiu que este trabalho todo da Nova República fosse possível. Foi o Fernando que conquistou esses es-

paços, muitas vezes de arma em punho, não muito gentilmente, como é do temperamento dele, mas sempre com muita coragem, com espírito voltado para a defesa da liberdade da Imprensa, da liberdade de trânsito no Palácio do Planalto, que, às vezes, até nos perturba. E quando não adequadamente usado nos permite advertir: “um dia vocês ainda vão-se arrepender por não saberem usar essas conquistas”. Portanto, é preciso fazer este destaque, que a secretaria de Imprensa tem um antes e um depois de Fernando César, pelo menos no meu conhecimento, pois, antes de trabalhar no Governo, cobria o Palácio do Planalto, para o **Correio Brasiliense** e a **Folha de São Paulo**.

O segundo é uma saudação ao nosso Getúlio Bittencourt, a quem tive a honra de conhecer na **Folha de S. Paulo**, a quem respeito muito como um dos mais brilhantes jornalistas brasileiros, e não só o respeito, mas com quem tenho uma sintonia perfeita. Mesmo quando vocês não nos vêem juntos nos momentos de crise – porque nós que trabalhamos no Governo vivemos em permanente tensão de crise, vocês devem sentir isso – tenho com ele uma perfeita sintonia, um profundo respeito e não haverá brecha nem fissura no nosso trabalho, isso vocês podem ter certeza, vocês que trabalham também em Governo. Destaco esta homenagem ao Getúlio, porque é dele que depende o sucesso do meu trabalho e o êxito do trabalho de vocês. Tenho total e perfeita certeza de que ele está correspondendo.

Agora falemos sobre nós. Jorge*, que preparou a minha agenda, o meu plano, situou no primeiro ponto “**O fato e o Comentário**”, a ênfase no fato, do ponto de vista de Secretário de Imprensa que funciona, às vezes, como porta-voz do Governo.

Destaco ainda que no trabalho da Secretaria de Imprensa somos a parte visível, mas a Secretaria Especial é que torna possível todo esse mecanismo. É claro que esse resultado não vai aparecer da noite para o dia, é um trabalho de formiga. É um trabalho de arquitetura, que não é só técnica como política também. Grande parte do nosso dia, está expedido em contatos com gente do Governo. Há resistência dentro do Governo ao nosso trabalho. Somos sempre vistos como penetras, como pessoas que forçam a barra. É gente que trabalha em certa situação de comodidade, que incomodamos um pouco. Getúlio é que está propiciando a criação dessa estrutura que permita avançarmos, ou seja, dar uma unidade.

Durante muito tempo, por falta de informação, a imprensa estava acostumada a trabalhar em cima do comentário, da especulação, do diz-que-diz, um pouco de ficção às vezes, talvez, e, de repente, na medida em que o Governo se abre, se fortalece, num sistema de tentar comunicar-se com a sociedade e dizer: estou fazendo isso, há esse choque entre o fato e o comentário.

Como funcionário do Governo na Secretaria de Imprensa, a nossa função básica é evitar o comentário – o Jorge colocou muito bem – e dar ênfase ao fato. A nossa função se circunscreve, no máximo possível, em dizer assim: está havendo isso, não está havendo. Não cabe ao Secretário de Imprensa elaborar sobre política. Ele não tem esta função. Ele tem uma função, úni-

* Jorge Luiz de Souza, Jornalista, Sub-Secretário de Articulação Operacional da SECAF, organizador do Seminário.

ca e exclusivamente, executiva. Inclusive no dia em que tomei posse aqui, na Secretaria de Imprensa, colocava a distinção entre o Fernando César e o que seria o futuro Secretário de Imprensa. Fernando é parte do Governo. Eu me coloco como um funcionário do Governo. Então, não governo. Sou um auxiliar do Governo na função de governar – o Secretário de Imprensa. Não compete ao Secretário de Imprensa ficar comentando, ficar ajudando o Governo a fazer política. Para isso há os profissionais que fazem a política. Ao Secretário de Imprensa, como profissional, compete circunscrever-se, única e exclusivamente, à delegação da missão que ele tem. E ele tem uma missão muito conclusiva na função, no Governo Sarney, que é um Governo com características típicas de um momento muito atípico da sociedade brasileira. Aí recorro, mais uma vez, ao auxílio que o Jorge me deu da pauta, que ouvir é mudar. É o Governo que se voltou de repente para a sociedade. E aqui faço um pequeno histórico do meu entendimento sobre este processo de mudança, do processo que deságua agora nessa relação nossa da imprensa oficial com os demais veículos de comunicação.

O processo de transição da democracia brasileira, fosse qual fosse o sistema anterior, iniciado no Presidente Geisel e desaguando no Presidente Figueiredo, permitiu que a sociedade brasileira fosse num crescendo de mobilização popular – a abertura, a distensão, o gradualismo, diferentes tipos de aproximação de uma sociedade que não é organizada – muito infantil ou ingenuamente organizada – tentando manifestar-se através de determinados tipos que, em alguns momentos, assumiram até idéias e características de Estado corporativo. Eram as instituições não partidárias, não políticas, que tentavam assumir e se expressar política e partidariamente, e chegou-se ao momento das **diretas-já**, aquela necessidade de a sociedade participar do processo político sem canais próprios de expressão. Então, houve a frustração. A emenda não passou, a sociedade se manteve mobilizada, houve uma cisão dentro do partido majoritário do Governo, dentro da facção hegemônica política dentro do Governo. Essa cisão permitiu a formação da Aliança Democrática. Houve a eleição do Presidente Tancredino Neves e do Vice José Sarney, com a sociedade ainda altamente mobilizada, numa energia política muito próxima da capacidade tolerável do fússível, ao nível máximo de tensão, e o destino soprando, a morte do Presidente eleito. Recordo-me da imagem que o Presidente Sarney fez num discurso dele, que aquela chama que estava sendo preservada acesa, uma espécie de anteparo – não sei dizer bem –, um sistema que evitava muito a ventania da proximidade da chama, ela bruxeleando, e aquela expectativa da Nação traumatizada, porque estava muito politicamente envolvida num processo de desaguar suas energias e sempre, a cada novo capítulo, em vez de realização, uma frustração. Isso permitiu que toda a imprensa, que esteve colocada a reboque dos acontecimentos, tentasse aproximar-se para sintonia com a sociedade. Perceberemos bem, se observarmos as manchetes dos jornais ou os noticiários de rádio e de televisão, que a imprensa esteve retardada face aos acontecimentos. A sociedade estava muito mais à frente, o Congresso Nacional um pouco atrás também, e aquela necessidade imediata de se chegar onde estava a sociedade, onde estava a mobilização popular.

A mobilização, que tinha começado nas diretas, ficou ali naquele processo traumático da sociedade no momento da morte de Tancredo, no momento da sucessão. O Governo sofreu com essa expectativa da sociedade em busca de uma sintonia — a sociedade querendo uma ação de governo que ela entendesse e que dela participasse. Tivemos, então, um momento que considero muito mais político do que econômico — o Plano Cruzado. O Plano Cruzado, no meu modo de entender — pode haver contestação da parte de vocês, e gostaria depois de ouvir —, obteve mais êxito porque havia uma mobilização da sociedade em torno de um ideal político, do que pelo próprio receituário econômico. Do ponto de vista econômico, é um plano ingênuo, comum, simples, já testado em outras economias, em sociedades que enfrentaram problemas semelhantes. O fundamental, na adesão de participação da sociedade, é que o Plano Cruzado sintonizou com o momento em que a sociedade queria manifestar-se, mostrar ao Governo que estava do lado dele, mostrar ao Governo que precisava dessa sintonia para fazer a travessia do momento de dificuldade política, de transição democrática. O Plano Cruzado sofreu dificuldades. O Governo sabia que ia enfrentá-las. É uma questão de administração da economia. Não se faz milagre na economia. A mobilização da sociedade continuou. Sentimos momentos de relativa frustração com relação àquilo, não porque o Cruzado tenha tido motivos de dificuldades, mas sim porque a sociedade quer sempre um pouco mais, até se identificar na busca de uma liderança coletiva da sociedade com ela mesma.

Tivemos, então, eleição da Assembleia Nacional Constituinte, uma eleição que foi mascarada, de certa maneira, porque se deu ao mesmo tempo com a eleição dos governadores estaduais. Assim, não foi nitidamente Constituinte. Houve ao mesmo tempo eleição majoritária estadual e uma eleição nacional.

Acredito que continua havendo aquela expectativa criada na campanha das diretas. Apenas pode ter seguido traçados diferenciados, ou tangentes, ou mesmo alguns atalhos, mas é uma mobilização que vai continuar e cujo desembocar vai depender muito do resultado do produto final que a Constituinte, que a Assembleia Nacional der à sociedade, o pacto entre a sociedade brasileira e o Estado brasileiro, um Estado que precisa modernizar-se, um Estado que precisa voltar a ter uma visão do conjunto social, porque a sociedade hoje está muito mais moderna do que o Estado. Hoje as relações de produção, a tecnologia implementada no Brasil, todo o processo político, todo o processo da relação política, partidária, de comunicação está atrás das relações sociais e das relações econômicas. Então, uma dificuldade muito maior, aquilo que o Presidente coloca, que o nosso problema não deve ser visualizado dentro da dimensão econômica e sim da dimensão política, é porque, de repente, temos necessidade de contar com partidos políticos. Não há democracia moderna sem partidos políticos. No Brasil, aquela tradição de 46 que se perdeu no meio do caminho, se tenta restaurar agora e que ainda não se redefiniu. O perfil ainda não é bastante claro.

Poderíamos colocar a nossa função na Secretaria de Imprensa como uma espécie de gestão de um binômio frustração-esperança constante, quer dizer, nossa disputa é contínua com essa busca de espaço de evitar a frustração da sociedade, de fazer com que a sociedade mantenha aquela imagem

que o Presidente citou, daquela vela acesa, que é uma responsabilidade coletiva, não é uma responsabilidade só de Governo, mas de toda a sociedade.

Nesse processo, é muito importante aquela dimensão de ouvir. Não apenas tentar comunicar-nos com a sociedade, como de captar a essência mesma da função, das expectativas, das reivindicações do social, que busca muito mais. Na visão de Governo, ela tem o Governo como alavanca do processo de modernização, e o Governo precisa correr mais aceleradamente, e nossa função na área de imprensa é – sei que não é fácil, temos resistência dentro da nossa própria chefia – fazer com que esses caminhos sejam abertos com relativa velocidade, para permitir que a sintonia se restabeleça.

Outro tópico, ainda dentro do agendário, é a repercussão no Legislativo. De repente, num processo político, que era centralizado quase totalmente no Palácio do Planalto, com a Assembléia Nacional Constituinte se desloca para o outro lado da rua, se desloca para as duas cumbucas que são o Congresso Nacional.

A imprensa, que esteve a reboque, tenta, numa velocidade que lhe permita, como que ajudar a dirigir o processo. A imprensa, de repente, tenta ganhar um colorido muito político, para, inclusive, fechar o **gap** que teve no momento em que ela se atrelou muito ao econômico, em que ela deu muito espaço – inclusive é a tese de mestrado do Aylé Sallassié* –, esse crescimento da imprensa econômica de 64 para cá, em que a imprensa política interpretativa, a imprensa de informação e de análise da vida da sociedade teve muito pouco espaço. Uma das características da imprensa brasileira é refletir muito nas suas páginas e nos seus informativos o mundo oficial, e pouco a comunidade, a sociedade. Se vocês mensurarem por centímetros, vão encontrar que há muita gestão de Governo na informação e pouca gestão da sociedade, da comunidade, na relação de imprensa.

Como a imprensa teve essa diferenciação e essa dificuldade, o Congresso Nacional busca ser aquilo que, numa linguagem um pouco mais machucaniana (só para recuperar o pobrezinho que está abandonado, está quase no esquecimento) aquele tambor em que, de repente, todas as críticas, todo o volume de uma sociedade no binômio frustração/esperança tenta repercutir. Como toda instituição coletiva, as falhas, as deficiências e as dificuldades emergem muito mais facilmente, ela é vista com muita fragilidade, uma instituição que nós do Governo, nós do Executivo temos que fortalecer, temos que ajudar a fazer crescer, porque a vida democrática, a preservação do Executivo como instituição democrática depende muito do fortalecimento do Legislativo – funcionando e se fortalecendo. Fazer e ajudar, sem tentar ajudar a governar, mas cada um fazer a sua parte, como outro dia numa discussão no 3º andar, o General Ivan de Souza Mendes olhou para uma pessoa e disse: gostaria que pelo menos cada um cumprisse o seu papel. Quer dizer, não tente invadir o espaço alheio, tente cumprir bem a sua atividade.

Então, se cumpríssemos bem e tentássemos cumprir bem a nossa missão, eu acho que já ajudaria bastante a fazer com que as instituições se fortaleçam a cumprir a nossa atividade. E nisto que se coloca o jornalismo na função oficial.

* Aylé Sallassié, Jornalista, da Assessoria de Imprensa do IBDF.

Antes farei uma diferença, não sei se é doutrinária, se existe, mas na minha cabeça existe. Separo bem Governo e Estado. Por exemplo, o Ministro Rui Nogueira* é funcionário do Governo, mas é também do Estado. O pessoal militar é funcionário de Governo, mas é funcionário de Estado. Considero-me só funcionário do Governo, porque, na hora em que terminar o período do meu serviço junto ao Governo Sarney, deixo a máquina burocrática. O funcionário de Estado tem um compromisso mais permanente com as instituições, enquanto que o funcionário de Governo que desempenha uma função de confiança tem um compromisso muito mais próximo de ser fiel, além das instituições com a figura com que ele trabalha. Não sei se faz sentido na cabeça de vocês, mas na minha faz. Tenho uma responsabilidade direta com as pessoas para quem trabalho, enquanto que outros têm com as instituições de modo mais permanente. Nesta relação é que surge o grande problema do jornalista que trabalha para a função oficial. É comum ouvirmos dos nossos colegas que desempenham ou trabalham em assessoria dizerem: assim: trabalho para o Estado, o Estado é que me paga! Quer dizer, o Estado, figura abstrata, como, se no momento em que ele aceitou a missão, ele tivesse virado uma figura suprema, estivesse fora de certas exigências e obrigações. Até permitiu que o Alexandre Garcia criasse uma figura que me ajudou bastante, quando entrei na RADIOBRÁS: "o microfone amarelo ataca novamente." Uma das características típicas que visualizamos no processo da função do jornalista oficial é que ele se sentiu obrigado a ser o mais rude, a fazer as perguntas... Nem era o conteúdo da pergunta, era a verbalização da indagação de modo mais duro, desafiador, pautando as demais empresas. Havia como que um pouco de encabulamento em trabalhar para o Governo. Eu brincava muito, dizia às vezes: não estou pedindo para você fazer nada, só quero que você se comporte igual aos outros jornalistas de todas as outras emissoras. Há o encabulamento de certos colegas em trabalhar para o Governo, mas, ao mesmo tempo, querem continuar trabalhando para o Governo. Querem renunciar à parte de serem Governo, como se fosse possível dissociar uma função da outra. Claro que temos várias funções: somos cidadãos, temos a obrigação de ser honestos, temos a obrigação de ser sinceros, mas temos obrigação também de ser fiéis ao repertório do nosso ideário, ou, então, mudar de ideário ou mudar de posição. Não compete ao jornalista um julgamento além da função dele como ente social. Se quer fazer política, ele se candidata. Se quer fazer... Ele tem os canais próprios. A sociedade democrática moderna é isto mesmo, é cada um buscar o seu leito próprio. O que não pode é você evitar funcionar como membro do governo, simplesmente porque está encabulado de ser Governo. Renuncie ao papel de encabulamento ou renuncie à função para a qual foi trazido. É nisso aí que sentimos muita dificuldade de entrosamento e de integração. É como se existissem vários governos ou várias funções de Estado dentro do mesmo Governo. Não há, por exemplo, ainda, apesar de ter melhorado bastante, uma integração suficiente e necessária entre Secretaria de Imprensa, SECAF, EBN, RADIOBRÁS, para não falar nas assessorias de Ministérios, que são universos totalmente desvinculados da relação de Executivo. Quando trabalhávamos na

* Ministro Rui Nogueira, Diplomata, Chefe da Secretaria Especial de Informação do MRE.

Secretaria de Imprensa, antes de agosto a Inaê* fez todo um projeto, fazia reuniões, fez toda uma tentativa, mas sempre sentimos dificuldade. É normal que aconteça isso, porque cada Ministério tem seu projeto, cada Ministro, como entidade política e partidária, tem seu projeto político-partidário, mas em algum ponto da pirâmide, da relação de poder, é preciso que nos entendamos e trabalhem articuladamente. Se isso não acontecer, vai gerar dificuldades para o trabalho do Getúlio, e toda dificuldade que surgir no trabalho do Getúlio termina repercutindo em dificuldades na Secretaria de Imprensa. Então, todo o desentrosamento que acontecer nas assessorias de imprensa, na EBN e na RADIOBRÁS, termina atingindo, de alguma maneira, o Poder Executivo como um todo, quer dizer, a função de Governo, e porque a função de Governo é muito associada à função social, termina gerando algum tipo de seqüela na relação do Governo com a sociedade.

É muito importante – e creio que o Getúlio está trabalhando nesta direção – que nos afinemos. Não é que ele vá intervir ou vá atuar, mas que atuemos de uma maneira coordenada, aqui, na Secretaria de Imprensa, sempre dizemos que há um trinômio. Brigamos sempre com a Segurança, o Cerimonial, sempre há essa disputa, porque queremos preservar o espaço dos jornalistas, e eles têm as regras deles. Então, é uma negociação. Cada solenidade, cada evento tem essa negociação. É possível e é necessário que cada coordenadoria de Ministério, cada coordenadoria de empresa estatal na área de comunicação, em todos os momentos continuem negociando. É preciso que parte da nossa filosofia seja a negociação. Eu chamaria muito a atenção, porque isto os ajuda, é fundamental esse processo. Vejam como o processo é difícil – e aqui faço até um apelo, como ex-Presidente da RADIOBRÁS. Os Ministros não privilegiam muito os órgãos oficiais. É muito mais fácil conseguir um Ministro dar uma entrevista para uma emissora de rádio, para uma emissora de televisão ou para um jornalista não da área oficial, do que para as da área oficial. As áreas oficiais são muito rejeitadas. É apelo que faço ao pessoal de assessoria, para fazer aquela negociação junto ao Ministro, mostrar que dentro do Governo – é claro que há menos audiência –, mas não é o caso da EBN. A EBN é uma potência nacional. Incomoda, porque é potência nacional. O Ministro tem mais espaço, usando o Governo, de manter a linearidade, quer dizer, a comunicação que ele quis fazer chegar ao final, em vaso capilar, como ele emitiu do que se ele privilegiar certas áreas de comunicação. Se ajudássemos a que fossem tratados os colegas de EBN e RADIOBRÁS, em cada Ministério, no nível de profissionais iguais às outras agências de informação, de notícia ou de difusão de produção de notícia, aí já melhorava o comportamento desses colegas que são encabulados de trabalhar para o Governo ou de estar segurando uma “latinha amarela” ou uma caneta da EBN, porque é muito importante esse processo de integração, que depende da valorização, que os Ministros, que as autoridades de Governo respeitem o profissional que cumpre uma função dentro da máquina da administração.

Finalmente, para não tomar muito mais tempo de vocês, uma questão que coloco mais para desfazer aquela idéia de que Governo é parcial, que

* Inaê Amado, Jornalista, Assessora da Secretaria de Imprensa.

estamos sempre não isentos, de que a divulgação oficial sofre certos traumas.

Toda informação tem um conteúdo ideológico. Tem um objetivo, tem uma finalidade, senão é nula, é antientrópica.

Dentro do Governo Sarney, a ideologia que estamos buscando – o Getúlio a ela já deve ter-se reportado – é essa idéia da transparência, da credibilidade e da busca da veracidade dos acontecimentos. De alguma maneira, atuamos também na pesquisa, naquela tentativa de estabelecer uma sintonia entre o que a sociedade está reclamando que não está muito correto ou que precisa ser submetido à crítica, e aquilo que o Governo deve atingir como objetivo final, porque a intenção de Governo, a intenção do Presidente Sarney, da equipe do Presidente Sarney, a intenção da SECAF e da SID é acertar. Se nós, por alguma situação, não estejamos, total e adequadamente, na visualização correta, cabe a vocês nos ajudar a apontar as nossas falhas. Quando nos comunicamos ou tentamos dar informação, a nossa busca de informação é a busca de informação correta, transparente e veraz. Toda informação, volto a dizer, por mais que se queira, é uma visão de uma faceta da sociedade.

Para não ficar muito no corre-corre, – só para dar um sinalzinho de erudição – recomendaria o mito da caverna. Quando estávamos estudando a metodologia científica foi mostrada esta visão, a visão da aproximação. Quanto mais próximo de um acontecimento, quanto mais próximo de uma realidade se está, menos situação do geral se tem. Muitas vezes é a maneira de encarmos com aproximação maior a realidade que faz com que as outras informações pareçam pouco verazes. Na realidade, quanto mais distanciamento, maior visão geral, mas se têm mais sombras, porque mais variáveis intervêm no processo de comunicação.

Antes de me submeter ao debate, se vocês fizerem alguma indagação, devo dizer que, da nossa parte, da parte de Governo, da parte do Getúlio e minha, vocês vão sempre encontrar essa tentativa de trabalhar em equipe – não vamos abrir mão dessa tentativa de trabalhar em equipe – e esquecer essa função da Secretaria de Imprensa de um sujeito porta-voz da Presidência. Não, eu sou um Secretário de Imprensa que tenta fazer uma ponte entre o Gabinete e o Comitê de Imprensa. A minha função é muito mais do dia-a-dia, do pára-choque do dia-a-dia, e a formulação das políticas de comunicação está muito mais entregue ao Getúlio. Só em alguns momentos, quando definido, é que atuamos como porta-voz, mas no dia-a-dia não. É a Secretaria de Imprensa igual a uma assessoria de imprensa dos demais Ministérios.

Pergunta – Na prática já cubro o Palácio para a EBN já há uns seis anos. Então, já conheço as várias situações, diferentes uma das outras.

Na prática, não existe esse canal de vaivéns, EBN-RADIOBRÁS, RADIOBRÁS-EBN, Secretaria de Imprensa-assessorias de imprensa. A nossa situação é um pouco delicada, porque não temos o mesmo nível das empresas capitalistas, por questão de salário, de estrutura.

Na prática, na verdade não funciona. Por que não funciona essa ida, vaivém, essa mistura? Poderia até dar um exemplo. O Presidente deseja que saia toda a íntegra na “Voz do Brasil”. Ele falou com o técnico de som. Eu digo: foi aqui, foi lá, no meio, em cima do fato concreto.

FROTA NETO – Vamos pegar esse problema.

Realmente, quando cheguei à RADIOBRÁS havia um distanciamento muito grande. A primeira coisa que fiz foi colocar um telefone direto lá na EBN para o Rui Lopes, e hoje o Presidente da EBN se comunica direto com o Presidente da RADIOBRÁS, com toda a rede da EBN. Hoje há maior integração entre a EBN e a RADIOBRÁS.

Uma empresa tem que abrir espaço para outros canais de comunicação. Por exemplo, quando a RADIOBRÁS entrevista alguém de maior repercussão, deve levar aquelas informações para a EBN distribuir. A mesma coisa em sinal contrário vai acontecer. Felizmente este episódio que você está dizendo já soube por informação anterior.

O Presidente comunicou ao Secretário da SECAF essa determinação, que, por sua vez, a transmitiu ao Presidente da EBN. Na oportunidade em que já estava gravado o Presidente da EBN já tinha tomado conhecimento dessa determinação, por volta – para ser preciso – das cinco e meia da tarde. Assisti, inclusive, quando o Secretário da SECAF disse que o Presidente tinha tomado essa decisão. Acontece que, na hora em que estava gravando, o Presidente pegou carona, esquece, porque uma coisa importante – vou até sublinhar, por ser importante – é que o Presidente respeita muito o trabalho da imprensa, ele se volta muito para isso, ele cuida muito disso, ele nos cobra. Ele não perde oportunidade. Por exemplo, ontem aconteceu um episódio até meio chato, porque o Presidente disse: quero todos os atos do Palácio do Planalto transmitidos pela RADIOBRÁS. A emissora existe para isso, é emissora de Governo, é agência de Governo. Montamos, por questões de filigrana de posição que a Câmara ficasse numa posição que prejudicaria a imagem do Presidente e mesmo não tendo mais nada com a RADIOBRÁS eu disse que entre o trabalho bem feito e um trabalho mais ou menos bem feito era melhor renunciar. Se você tinha condições de fazer um trabalho bem feito porque, se formos fazendo concessão, vamos terminar fazendo um trabalho mal feito e o culpado não ia ser quem organizou a solenidade, ia ser o técnico da RADIOBRÁS. Isso é que precisa que fique firme, termos condição de resistir. Garanto-lhes, vocês contam com o Getúlio e contam comigo para essa vontade de resistir, porque todos trabalhamos para o mesmo Governo e com a mesma finalidade, de fazer com que o Governo se comunique o melhor possível com a sociedade, quer dizer, abrindo espaços para a EBN, abrindo os espaços para a RADIOBRÁS, abrindo os espaços para o jornalismo oficial, e para o jornalismo privado.

Pergunta – (Fora do microfone – inaudível).

FROTA NETO – Muito boas as suas observações, porque batem justamente com uma das angústias nossas.

Na RADIOBRÁS, quando cheguei, até há uma história lá, a RADIOBRÁS é uma escolinha para o setor privado, no bom sentido, é claro, porque o profissional quando atinge certa dimensão, o setor privado vai lá no mercado e se abastece, uma das funções pelas quais a empresa foi criada.

Esse dossiê de que você fala e que resultou desse seminário coordenado pela Inaê Amado de que tínhamos falado há pouco, é um dos dossiês que

está com o Getúlio. A guerra tem várias frentes. Também no setor privado, o avanço sempre tem resistência. O Executivo conta com dificuldades de introduzir inovações, porque todo organismo é resistente à mudança, é resistente à inovação.

Ainda mais, a questão de salário é um dos pontos focais, mas há a própria questão do nível hierárquico em que certas assessorias estão. Há assessores que têm mais acesso aos ministros, há outros que não têm nenhum acesso ao ministro, há assessorias que nem existem. Se pegássemos, como modelo, por exemplo, um setor, as três Forças Armadas, elas estão melhor organizadas do que qualquer Ministério a nível de assessoria de comunicação. Então, se seguirmos este modelo, introduzir esse modelo dentro do setor civil, é muito importante, porque a máquina da comunicação vai atuar mais. O Getúlio está com o dossiê resultante daquele seminário. Como vemos, o seminário não se perdeu, porque o avanço da administração pública conta com dificuldades. Não quer dizer que amanhã surja isso, mas há uma intenção, há uma filosofia, há uma diretriz de introduzir essa mudança. Por isso é que o trabalho dele tem que contar com o nosso apoio e com a nossa total adesão, porque é uma maneira egoísta, até mesmo, de nos beneficiarmos. É aquilo que eu falei: cada vez que o trabalho da SECAF for atingido, todos estaremos sendo atingidos. O Getúlio vai contar com muitas resistências, é preciso ficar isso bem claro. E é normal que ele conte, já lhe disse: Getúlio, endureça sua pele, porque vem chibatada aí. E cada pancada que ele sofrer, não é só ele que estará sofrendo, não, é toda a estrutura de comunicação do Governo, porque é uma função nossa trabalhar em equipe. Ou vamos trabalhar em equipe ou o nosso trabalho não vai ser bastante suficiente, e, inclusive, nos qualifique profissionalmente, pois não quero terminar minha atividade profissional nesse exercício. Isso aqui, como eu disse a vocês, é uma função que muito me honra, trabalhar com o Presidente Sarney é uma das questões mais fascinantes, e diria que já estou ficando velho, mas para mim foi um ponto fascinante, se a tivesse, da minha biografia. Difícilmente vou atingir um ponto de trabalhar com uma pessoa que tenha um magnetismo, uma questão que faz com que sejamos não só um funcionário, mas um adepto, porque ele valoriza o nosso trabalho, ele tem uma dimensão de história, ele tem uma intenção de acertar que nos obriga, inclusive, a trabalhar para acertar. É isto. Temos que ajudar no nosso nível, ou seja, fazer, cerrar fileira junto ao Getúlio, para fazer com que ele avance. Somos aquele estilo romano da quadratura, ele no centro e nós avançando. Vai-se sofrer pancada, mas se ele não avançar, também não vamos avançar. Portanto, o êxito da missão dele será o êxito da nossa missão. Vai ser difícil, mas há os projetos, há a filosofia.

Pergunta — Estamos falando sobre problemas que vivemos no nosso dia-a-dia, mas quem realmente tem vivido, quem realmente tem transmitido certa orientação seria aqueles a quem servimos como jornalista oficial ... (inaudível) A questão está sendo dirigida para nós, mas problema que estamos sabendo e estamos com eles convivendo há muito tempo. Você tocou muito bem como é a nossa missão, bem como o fez Getúlio no início, dizendo os

objetivos. No entanto, ela está sendo direcionada para as pessoas que sabem o que estão vivendo, e não para as que deveriam saber o que vivemos.

FROTA NETTO – Temos primeiro que conquistarmos os Srs. para uma função de influenciar as pessoas que não conhecem esse trabalho. Se se pegar a agenda do Getúlio, daqui a pouco ele vai engordar um pouquinho, porque todo dia ele está lá fazendo a cabeça de algum ministro, de alguma autoridade de Governo. Sei que você está-se referindo a eles, aos nossos chefes. Ele está fazendo esse trabalho. Só que você não muda o vetor de uma vez. Há um pólo magnético chamando a bússola para aquela direção e temos que fazer uma inflexão. Esse trabalho de formiga não pode ser coletivo, e nem temos condição. Não adiantava reunirmos os Ministros e dizer: “ô, Ministros, que tal vocês valorizarem a gente!” E os Ministros falam: “vão para a China!!!” Por quê? Porque os Ministros têm um projeto político. Quando eles se integram no Governo, têm uma função política. Eles refletem os interesses regionais, eles refletem os interesses dos grupos que os indicaram. É preciso que não percamos esta idéia. Eles são função de Estado, mas, na função Governo, têm uma estrutura política por trás deles, resguardando os interesses deles. Não é fácil fazer a cabeça dessa gente. Temos que preservar os interesses políticos deles, os interesses e as necessidades de sobrevivência, uma das leis do próprio comportamento humano, tem-se que sobreviver como indivíduo e como espécie. Então, eles têm essa necessidade de sobrevivência. Esse trabalho de conquista deles para a filosofia de ação do Governo, o Getúlio está fazendo no dia-a-dia. E não tenho condição de asseverar, mas cada vez que você ligar para aqui e ele não chegou às 3 e meia, é porque ainda está no cafezinho tentando minar resistências dos ministros de Estado. Desde o primeiro momento, mesmo antes de ser nomeado, ele já estava fazendo essa função, que é difícil, porque eles estão já em determinada velocidade. Estamos no segundo ano de Governo. Os interesses estão mais cristalizados. É muito mais fácil mudar o vetor no início do processo de solidificação dos interesses de grupos do que quando já há certa cristalização de intenção. Esse trabalho está sendo feito, garanto a vocês. O público externo, o segundo quadro do organograma, não está sendo esquecido.

Pergunta – (inaudível)

FROTA NETTO – **Data venia**, como diria nosso amigo Verywell, com a devida permissão do Getúlio, porque vou incursionar na área dele, o sonho da SECAF é justamente isto. O setor estatal é muito mais poderoso do que a administração direta, mas ao mesmo tempo é muito mais difícil de certa disciplina. Notamos, por exemplo, que os próprios ministros têm dificuldades na gestão da administração direta com relação à administração indireta, porque é uma máquina que tem mais flexibilidade, que tem uma estrutura mais volátil, ela permeia o tecido social com muito mais facilidade.

Essa sua manifestação de boa vontade conosco foi bem acolhida pelo Getúlio, ele está ali bem feliz, está em estado de graça. Inclusive, tem-se que

amiudar os contatos da administração indireta com a área ministerial a que pertence e conosco, porque vocês são, inclusive, a parte positiva da gestão pública. As pessoas estão sempre atirando seta contra o ministério, atingindo: burocratas, intransigentes, não fazem nada etc. etc. O funcionário público tem sempre uma imagem, ele não recuperou o prestígio da fundação Estado/Governo. O conceito de cidadania está sendo restaurado no Brasil, o conceito de funcionário público ainda não teve toda a dignidade instaurada, mas o funcionário estatal, que brilhou em determinado momento – porque houve um tempo em que não era pejorativo ser tecnocrata, agora está melhorando outra vez, houve uma fase de deságio da função tecnocrata –, a máquina estatal é bem-vista. A PETROBRÁS, por exemplo, é uma empresa orgulho de toda a sociedade, de toda a nacionalidade brasileira. Esse prestígio, essa força tem que ser capitalizada, eu não digo só para Governo mas, para noção de Estado mesmo. É uma parte positiva que tem que ser recuperada. Aí cabe um trabalho. A nossa intenção é fazer isso. Não é fazer com que haja dois governos ou dois Estados, ou um Estado dentro do Estado, que a administração indireta seja isolada da administração direta, porque a tendência natural dela é cortar a amarra, a administração indireta navegar por ela, e o processo de disciplinamento, que não é coercitivo, mas tende a ser, de ponto de vista de diretriz, ele tem que existir porque favorece a estrutura de comunicação do Governo. Outro dia eu estava lembrando, por exemplo, que poucos brasileiros sabem que o Ministério da Marinha tem, em Angra, um dos melhores laboratórios de pesquisa de oceanografia do mundo. Outro dia eu estava até combinando, vamos levar um bocado de jornalistas lá para ver, porque a turma vê muito a Marinha só como Armada, não vê a Marinha fazendo trabalho de pesquisa científica, de produção, de alternativa da biotecnologia. Cada área de Governo tem aspectos ainda não revelados, que nos compete trabalhar em cima deles, e usar, inclusive, a estrutura de difusão da EBN, da RADIOBRÁS, para gerar esses serviços, no caso da Amazônia, no caso da RADIOBRÁS pouca gente conhece a dimensão da função social disso tudo, e o setor estatal, inclusive, financiar essas operações, que, de outra maneira, não poderiam ser feitas pela administração direta.

Pergunta – Frota, retomando um pouco o enfoque... (fora do microfone – inaudível).

FROTA NETO – É boa a sua observação.

Fiz uma proposta, quando o Getúlio chegou, de trabalho, e o Getúlio está examinando. Na reestruturação da SID, fala: “o adjunto para empresa estrangeira credenciado em Brasília atua em sintonia com o Ministério das Relações Exteriores”. Um dos itens dizia: “**briefing** semanal para os correspondentes estrangeiros com o apoio do gabinete pessoal do Presidente da República e do Itamaraty. Esse contato ampliaria a presença brasileira, notadamente sabendo-se que em Brasília estão credenciados treze jornalistas dos mais importantes órgãos e agências estrangeiras”.

O Presidente não pode estar também falando muito formalmente, há aquelas entrevistas corta-relâmpago, porque é parte da constituição da ima-

gem do Presidente. Ele tem dado acesso geralmente a pessoas que vêm de fora. A nossa idéia era levar com ele o Embaixador Ricupero, que é o assessor da área internacional, para esse contato com o pessoal. E diria mais, colocaria dentro desse balaio a EBN. Ontem estava discutindo com o Getúlio, a RADIOBRÁS pode cobrir metade do mundo nos programas radiofônicos, e a tendência da EBN é ter um serviço internacional mais difuso, além da língua portuguesa, porque todo o País tem, que não é necessariamente a EFE. Muita gente acha estranho a EFE, pensa que não há nenhum contato com o governo espanhol, que a **France Press** não tem nenhum contato com o governo francês. Todo o governo tem uma agência que ajuda a construir a imagem dele no exterior. Não apenas esse contato com essas treze cabeças que fazem realmente. Aqui estão, as mais importantes agências de notícias do mundo têm sede em Brasília. Ontem mesmo estava aqui o Walter Souto Mayor, da UPI e a Suzana Hayward da **Associated Press**, conversando sobre aquele negócio do Banco Central. Realmente eles precisam de mais carinho, como de mais carinho precisa o nosso pessoal da EBN e da RADIOBRÁS. Precisam de um tratamento à altura da importância deles, porque eles ajudam a fazer notícias. Como geralmente faltam boas notícias para eles darem, só pegam os picadinhos negativos. Por exemplo, no carnaval, já sabemos que eles somam todas as mortes naturais acontecidas no Rio de Janeiro, mais as mortes de tráfego, mais as mortes de facada e dizem: "Carnaval violento no Rio". Uma cobra que caiu do corpo de Monique Evans, vão dizer assim: "Cobra desfilando no asfalto..." É natural isso, porque os países que não se manifestam, que não criam estruturas de dimensão de comunicação, a comunicação será sempre negativa. Então, temos que cuidar da imagem de governo internamente, mas também externamente, porque isto facilita a presença do Brasil no mundo. O Brasil hoje é um país que tem uma presença muito importante e que precisa ser cultuada no mundo. O Itamaraty pode ajudar-nos nessa tarefa. E aí pedir também: Ricupero, ajuda lá, fala com o Presidente, para não ficar só com a agente a força, porque a agenda dele já é multíssimo carregada.

Pergunta - O relacionamento da RADIOBRÁS com o Presidente. Muitas vezes não é fácil esse trânsito de informações entre a RADIOBRÁS e os órgãos do Governo. A RADIOBRÁS é uma empresa que divulga a Presidência e tem dificuldades. Está melhorando, melhorou sensivelmente depois que você foi Presidente da RADIOBRÁS e agora está funcionando na Secretaria de Imprensa. Informar exatamente, obter as informações básicas para se estruturar o trabalho de cobertura. Isto em relação a transmissões de soleidades e de viagens. É um trabalho muito árduo de ficar lá atrás, anunciando uma coisinha.

Então, de que forma que poderia ser facilitado o trânsito dessa informação?

FROTA NETO - Sempre vai haver essa dificuldade, porque a agenda do Presidente, até certa data, é reservada, porque ela pode ter uma conotação política e pode ser de interesse da assessoria política do Presidente que tenha, pois, além de chefe de Estado e chefe de Governo, ele tem a função

política que é parte da função – papel dele. Então, há uma parte de dificuldade. Por exemplo, quando você vai viajar, tem problema de hotel, problema de reserva de vaga em avião. Estamos estudando maneiras de fazer que não apenas a RADIOBRÁS e a EBN tenham mais facilidade, mas todo o conjunto da imprensa tenha – e neste ponto vocês tratados como parte do conjunto da imprensa. É nossa intenção. Sabemos que, quanto mais facilidade vocês tiverem, mais espaço vamos ter nos acontecimentos. É importante para nós que trabalhamos aqui, no Planalto, fazer com que isto aconteça. Nem sempre você tem essa facilidade de data. Mas sempre que possível, por exemplo, as datas de março, todas, já liberamos. Isso não significa dizer que não possa ter uma alteração, como aconteceu de fevereiro para março, que possa haver a inclusão de algum item de agenda porque depende muito da visão política do Presidente. Há um compromisso nosso de trabalho de facilitar essa atividade, não só porque vocês trabalham com o Governo, mas porque a imprensa, como um todo, precisa ter mais espaço, porque isso nos ajuda.

Pergunta – Em relação a determinadas atividades e solenidades programadas no caso de Carajás, quando recebeu o Presidente Alfonsín lá. Sete horas dando cobertura.

FROTA NETO – Inclusive outro dia estava conversando com o Getúlio, e vamos fazer um estudo sobre esta questão. Nos Estados Unidos todos os eventos da Presidência levam em consideração o **deadline** dos jornais mais importantes de televisão das três cadeias. Quando estava em Genebra, uma solenidade foi marcada para as 11 horas da noite, para pegar o fuso dos jornais de TV americanos. Nossa intenção é fazer isso. Agora, vocês têm que entender que nós também, como vocês têm resistência, também temos resistência, não é fácil. Mas devagar... Todo ato solene no Palácio não pode ser muito tarde do dia. O caso de Carajás já tem uma dificuldade pelo próprio local etc. O ideal seria que a RADIOBRÁS tivesse uma miniportátil para emitir de onde estivesse, ajudaria na comunicação. Os jornalistas tivessem mais facilidade de fretamento de avião, de hospedagem etc. Tudo isso é um processo de conquista.

Pergunta – Sobre isto mesmo, Frota. A questão do horário deve ser mesmo uma preocupação. Houve um tempo em que nos pautamos pela entrada do **Jornal Nacional**, até às oito horas tinha-se que fazer.

FROTA NETO – O ideal são 6 horas.

Pergunta – Aí começamos a brigar muito para que algumas coisas, mesmo que se atendesse direitinho à **Rede Globo**, também se atendesse à **Rádio Nacional** e à **Voz do Brasil**, que entra às 7 horas. Então, começamos a explicar para as pessoas que a **Voz do Brasil** é um programa que entrava no País inteiro, que é obrigatório e que todas as rádios transmitiam a **Voz do Brasil**, que isto significa um público muito grande.

É preciso reforçar essa idéia junto às assessorias ministeriais e junto ao Palácio do Planalto, para que as pessoas se lembrem que às 7 horas há um

programa de rádio e que não custa nada, e que pega o País inteiro e sai antes do **Jornal Nacional**.

FROTA NETO – E que atinge uma população que o **Jornal Nacional** não atinge.

Estamos negociando com o Comitê de Imprensa um **deadline** para liberação de atos. Acontece, às vezes, de os atos oficiais saírem muito tarde, e já desci ao Comitê e não encontrei mais nenhum jornalista. Estou tentando negociar com o Bartolomeu Rodrigues, o Presidente do Comitê, o seguinte: a partir de determinado horário, se sair um ato, guardo, para liberar no dia seguinte. Claro que vai sair no **Diário Oficial**, a turma vai pagar um preço dentro da redação, mas vai depender desse compromisso do Comitê. O ideal é termos um limite de horário – a não ser em situações excepcionais, um fato não previsto, uma política... O preço da gasolina, vocês sabem, que não pode sair dentro de um **deadline** normal, porque há fuso horário, posto no Amazonas que fecha mais tarde, há aquele problema todo. Há eventos que não podem ter um horário mais dentro da função do trabalho. Vamos dar um exemplo concreto: o caso dos preços mínimos – o ideal, eu e Jorge discutimos –, não tivemos tempo para preparar. O ideal seria que aquilo tudo sísse elaborado, preparado, num pacote bem feito e tudo. Resultado, saiu em cima de uma série de eventos pesados politicamente e não tivemos o espaço e a importância que os preços mínimos da agricultura teriam, notadamente no momento em que se articulava uma manifestação como a que houve em Brasília. Há intenção, estamos negociando com o Comitê. Precisamos da aceitação do Comitê, porque a turma de jornal, e vocês que são jornalistas sabem disso, é muito sensível. Faz-se uma coisa comboa intenção, e dizem: “lá vem querendo manipular-me, querendo cercear-me, querendo fazer alguma atividade antidemocrática”, quando, na realidade, é se fazer um acerto de sintonia.

Intervenção – Você citou os Estados Unidos há pouco. O Ivan Nogueira sabe do meu entusiasmo, quando voltei da viagem com o Presidente Sarney, sobre como eu vi como funciona a assessoria de imprensa, especificamente um ministério, e eu vi como é feita a coordenação com a presidência. É claro que eles têm meios e têm até máquinas para fazer essa coordenação. De qualquer maneira, vi como eles abrem espaços para os comunicadores, os chefes de assessoria de imprensa dentro do ministério. Todos os departamentos, eles vivem muito voltados para a imprensa. Todos os departamentos têm obrigação, cada departamento tem uma pessoa encarregada de informar ao assessor de imprensa sobre a matéria e os assuntos que ele deve levar para obter instruções superiores. Uma vez obtida do Secretário-Geral ou do Ministro essa instrução sobre o que ele deve dizer à imprensa sobre aquele assunto, há uma coordenação feita a nível da presidência. A determinada hora, se não me engano às 11 horas da manhã, através daqueles aparelhos eles fazem uma coordenação, por exemplo, segurança internacional – Departamento de Estado, Casa Branca, Conselho de Segurança Nacional. Enfim, conforme o assunto, o tema, eles fazem uma coordenação matinal antes do ... Mas isso exige uma tecnologia também. Impressionaram-me muito duas coi-

sas: a obrigação de cada departamento dentro do ministério de ter alguém deva obrigatoriamente responder ao setor de imprensa, dar material, não para dar opinião, mas dar material, dados, para que ele obtenha, então, do seu chefe, ou ministro, se for o caso, e, depois, uma coordenação a nível de presidência. É muito importante. Sei que os Estados Unidos, no momento, com o Irãgate, etc., não são bem citados, mas a coordenação é muito importante.

FROTA NETO – Há uma intenção nossa, dentro dessa idéia de trabalhar em equipe, etc., mas gostei muito dessa idéia de telefone, Getúlio, tem um aqui que fala com quatro. O sujeito da tecnologia disse que tem até interesse em fazer isso para o Governo. Temos intenção de trocar idéias, de manter uma área informada sobre a outra. Quando eu trabalhava aqui, até agosto, tínhamos uma reunião das quartas-feiras. Era o Marquinho*, o Jorge, o Sardenberg e eu, justamente para evitar: Frota, o Jorge disse isso, isso; Jorge, o Frota disse isso e isso. A turma de imprensa joga um contra o outro. Tínhamos a obrigação de nos consultar permanentemente. O Marco da Fazenda, o Jorge do Banco Central, o Sardenberg do Planejamento, e eu aqui no Palácio. Na área econômica, que era, naquela fase, mais turbulenta, mais difícil de articulação, nunca cáfamos nessa casca de banana. Além dessa reunião, fazíamos consultas diárias sobre qualquer questão. Quando um ministro falava aí, o Marco dizia: o meu ministro disse isso, isso e isso. Prepare-se aí. Já fui surpreendido com um cara dizendo assim: o Frota disse isso e isso, naquela época que descongela, não descongela etc. Tínhamos esse esquema, que era importante, o Itamaraty fez muito isso também. Quando saem aquelas declarações, vamos informar a coisa. É preciso que isso se gere como rotina de trabalho nosso.

Pergunta – Quero falar sobre um problema que você conhece muito de perto, a parte de publicidade, principalmente para a RADIOBRÁS, uma empresa que tem auxílio do Governo, mas vive praticamente do que ganha comercialmente, ela batalha comercialmente num campo muito difícil. É um problema muito grande que a RADIOBRÁS consiga o patrocínio do próprio Governo. Hoje a RADIOBRÁS tem sérios problemas de equipamentos e uma série de coisas, mas ela só pode equipar-se e cobrir o próprio Governo bem, ela só pode produzir programa para o próprio Governo, para os ministérios, como deve fazer, e gerar esses programas, como ela pode fazer, para todo o Brasil, desde que as assessorias de comunicação social usem essa máquina da RADIOBRÁS, que hoje está montada com capacidade.

Até que ponto essa barreira que existe para que cheguemos a essa renda de sobrevivência para a empresa que trabalha, a empresa não possa ser quebrada?

FROTA NETO – Já há manifestações concretas, contratos para a RADIOBRÁS, justamente a partir da ação de Getúlio, que negociou, até direto com o Presidente da República, o patrocínio para a RADIOBRÁS. É claro que outros órgãos do Governo manifestando-se sem precisar de solicitação

* Marco Antonio Brandão, Diplomata, Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Fazenda.

tão urgente, é melhor. Outro dia a RADIOBRÁS precisou mandar uma equipe lá para Porto Velho, o Ministério da Aeronáutica cedeu um avião. Há manifestações de carinho já pela empresa.

Intervenção – Posso dar um exemplo palpável, do Itamaraty. A rádio internacional nossa é a rádio mais potente do mundo atualmente, 250, e falamos em cinco idiomas. Não há uma coordenação. Talvez pudesse haver uma coordenação e, talvez, um estreitamento, um relacionamento e uma ajuda para que pudéssemos manter esse esquema, que é um esquema muito profissional.

FROTA NETO – Quando estava lá na RADIOBRÁS e fui visitar o Embaixador Paulo de Tarso, e pedi a ele. O Fernando, da Revista **Brasil**, inclusive vai fazer divulgação da programação da RADIOBRÁS etc. Claro que o Itamaraty, enquanto administração direta, tem certa dificuldade de orçamento, ele pode ajudar através de apoio público. A Mendes Júnior, uma empresa que tem serviços fora do Brasil, tem na fronteira que é atingida, é fazer gestões para financiar etc. Também a RADIOBRÁS tem que se desinibir e invadir o mercado, não agressivamente, para disputar com o setor privado, porque, inclusive, pode gerar descontentamento do setor privado de telecomunicação e isso é mais importante no momento em que se tem uma Assembléia Nacional Constituinte, cujos temas básicos serão as comunicações hertzianas. Não digo que a RADIOBRÁS seja autofinanciada, mas é importante que ela reduza a sua dependência do Tesouro, pela simples dimensão de ser uma empresa estatal que tem condições de fazer isso, porque tem serviço. Acredito que já há uma boa vontade neste sentido. Mas vocês tem que ir mais. Por exemplo, Ministério do Interior. A RADIOBRÁS, no fundo, é a emissora da Amazônia Legal. O Ministério do Interior não tem patrocínio lá, mas garanto que, se você chegar com uma proposta para o Ministro Ronaldo Costa Couto, ele arranja financiamento, porque há a SUFRAMA, o BASA, uma série de organizações dentro da área. É preciso sair dessa visão imobilista para uma visão mais mobilista, sem também se transformar numa emissora comercial. A RADIOBRÁS é função – é preciso vocês não perderem esta noção, estou longe, mas peço ao Getúlio para puxar a orelha de vocês – a RADIOBRÁS é uma agência do Governo. A função de vocês é veicular Governo. Vocês não podem perder essa noção – e com boa qualidade, diga-se de passagem.

Intervenção – Isto aí está perfeito.

O problema é que talvez certos órgãos do Governo têm que tomar consciência de que a RADIOBRÁS, por mais que ela se esforce comercialmente, ela cumpre, por determinação da própria Presidência, tarefas gratuitamente para o setor privado. Isso custa dinheiro e na hora da discussão orçamentária os outros órgãos têm que estar comunicados de que são exigências do Governo, para facilitar essa discussão. As próprias coberturas de viagens internacionais do Presidente, pouca gente sabe que, por exigência da Presidência, cedemos gratuitamente essa imagem para o Brasil inteiro para a rede privada. Na hora em que vai discutir o orçamento com a SEPLAN, ou

com outro órgão do Governo, têm que saber que há certo limite na eficiência de auto-sustentação. Esse tipo de problema a RADIOBRÁS vive muitas vezes. Prestamos serviços.

FROTA NETO – Olha o PIS aí, gente, eu contribuo!

Pergunta – A RADIOBRÁS está querendo reduzir os gastos. Achou-se um jeito de – A EBN também, de receber dinheiro de uma forma. Haveria alguma forma. Melhorar o salário.

FROTA NETO – Já existe. O Rui Lopes já descobriu.

Intervenção – Uma observação, talvez uma contribuição.

Para que pudéssemos ganhar essa guerra e pudéssemos realmente avançar, como o colega do Itamaraty falou, é que essa possibilidade de avançarmos um pouco na capacitação maior, de modernização dos nossos serviços, essa comunicação, essa integração da parte do Banco Central, da SECAF, juntos com as cabeças do sistema que são os ministérios, simplesmente por falta, acredito, até de certa iniciativa, de certo esquecimento, porque montar-se hoje esses sistemas de comunicação direta e esse tipo que existe lá nos Estados Unidos, em que se pode fazer uma conferência com várias pessoas, é só utilizar a EMBRATEL, que ela dispõe disso. Temos aqui um representante da EMBRATEL. O Palácio poderá modernizar-se e ajudar a modernizar o ministério, é só usar hoje a tecnologia que a EMBRATEL dispõe e se desconhece até de que dispõe.

FROTA NETO – Sabia de um telefone que dá comunicação até quatro.

Registro que, minha época em que estava na RADIOBRÁS, a EMBRATEL foi de uma gentileza tão grande que sobrou até para a EBN.

Talvez até depois a EMBRATEL nos possa ajudar a montar esse sistema de comunicação-conferências. Vocês têm condição.

Pergunta – Aqui, dentro do Brasil, a Thomas Jefferson nos chama para ir discutir...

FROTA NETO – É televisão por telefone.

Pergunta – É um campo que a EMBRATEL pode fazer.

Aqui, dentro do Brasil, estão fazendo a propaganda deles com a nossa imprensa, por que não podemos se temos condições de trabalho. Se eles têm condições de fazer, nós também temos.

O pessoal da RADIOBRÁS falou... (inaudível). Realmente o Governo brasileiro ainda não se imbuíu da potência que tem na mão e está totalmente ... (inaudível) ...

FROTA NETO – Há muitos órgãos de Governo que têm estúdios, não vou apontar quais, porque não é boa política, mas quem ouviu vai falar, têm melhores estúdios do que a RADIOBRÁS, de televisão e de rádio. Mas

me desculpem. Fui apanhado na armadilha: vim falar sobre a Secretaria de Imprensa, e terminei falando em defesa da RADIOBRÁS e EBN. As assessorias de comunicação têm uma função muito importante no fortalecimento disso, porque, na medida em que vocês fortalecerem esses dois veículos que têm realmente um potencial fantástico. A EBN atinge 1.500 jornais. Nós, de Brasília, estamos muito viciados em percebermos o Brasil a partir do eixo Rio/São Paulo. O Brasil é alguma coisa mais ampla e mais complexa do que essa função de comunicação do eixo das grandes potências Rio/São Paulo. A EBN ajuda nisso, é um espaço na difusão da informação muito importante, e a RADIOBRÁS cobre uma parte que não tem um poder aquisitivo muito grande, a parte da Amazônia Legal, mas tem uma função política estratégica fundamental para o futuro deste País. E à noite, que é uma boa hora e boa conselheira, ela cobre o Brasil todo e cobre boa parte do mundo. Com exceção de um pequeno triângulo na Ásia, o resto ela cobre o mundo todo.

Finalizando, agradeço a vocês a paciência. No que depender de mim, vão sempre contar com a minha ajuda, tenho certeza de que do Getúlio também, e o Palácio do Planalto é feito de vidro justamente para isso, para facilitar as pegadas de vocês no nosso trabalho.

Muito obrigado e bom dia para todos. (Palmas)

A MELHOR FORMA PARA A UTILIZAÇÃO DO MATERIAL DENTRO DA EDIÇÃO

TONINHO DRUMMOND

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
16 DE FEVEREIRO DE 1987

TONINHO DRUMMOND (Jornalista, diretor da TV Bandeirantes em Brasília) – Antes de mais nada, agradeço pela gentileza do convite que me foi feito para lhes falar. É um contato para mim enriquecedor, porque sou dos que pensam que a televisão hoje não viveria sem a informação, sem a contribuição de todos os Srs., porque se apresentam, inseridos que são, nessas fontes ricas do Governo, onde se produz hoje um material que é a própria essência de todo o material usado nos telejornais.

Gostaria de dizer a vocês sobre o óbvio, mas é indispensável o óbvio, quando se trata de falar de um veículo que é a própria catedral da obviedade – a televisão. Peço-lhes desculpas, porque eu gostaria fundamentalmente de ouvi-los e de sentir a sua preocupação, para que, na medida das minhas limitações, das minhas possibilidades, eu pudesse responder às questões que porventura tenham no relacionamento com televisão.

Algumas coisas podemos dizer, para facilitar esse caminho, esse fluxo de informações que vocês têm com relação ao veículo. Um deles, sugeriria aqui como uma preocupação fundamental para o melhor aproveitamento material de cada setor de vocês, é considerar o caráter nacional ou local da informação.

Bem sei que falando aqui para pessoas que têm funções de responsabilidade no Governo Federal, quase todo o material que vocês têm é de interesse nacional, mas é um material que pode também ser muito melhor utilizado quando o interesse local ou regional puder ser destacado. Tendo em mãos um material de interesse nacional e que necessariamente tenha interesse nacional, por ser do Governo Federal, mas que possa ser utilizado com muito mais tempo e com muito mais profundidade se for localizado nas televisões sediadas nos centros regionais onde a repercussão necessariamente será maior, vocês devem usá-lo regionalmente. Essa preocupação de caráter nacional e local da informação nasce hoje como um dever para todo o pessoal que lida com televisão, embora eu confesse aqui que por parte das televisões ele é muito pouco observado. É muito comum, e é ruim, que vocês, assistindo a um jornal em rede nacional, se deparem com uma notícia que muitas vezes tem um interesse se esgo-

tando na comunidade que lhe deu origem. Este é um vício, é um erro que as televisões ainda cometem com muita frequência, mas desse erro pode ser retirada uma observação, uma orientação para quem tem o dever de ampliar o número de pessoas atendidas pela informação que vocês possuem. A partir do momento em que no Brasil, pelas facilidades da tecnologia moderna, a televisão começou a alcançar todo o País, poucos são aqueles que se preocuparam em fazer em rede nacional a informação verdadeiramente nacional. Isto tem criado algumas dificuldades, porque, quando se coloca a nível nacional uma informação, o próprio telespectador a legitima no ar. Quando é uma notícia, como eu disse, cujo interesse se esgota ali onde ela está sendo gerada e é colocada em rede nacional, essa notícia, muitas vezes, pode ter o sentido de uma provocação, de um **lobby** ou qualquer outro vício que se queira anotar nessa informação.

Vou dar um exemplo: a notícia de uma frustração de safra no Paraná, se essa frustração produziu resultado realmente que atinge toda a produção nacional ou que afete verdadeiramente o setor, é uma informação nacional e deve ser veiculada. Caso contrário, colocada para o Ceará, Pernambuco ou para a Bahia, pode ter um sentido de **lobby** muito forte. E muitas vezes cometido de uma forma mais ingênua, sem efetivamente esse caráter lobbista a que me referi.

Continuando sobre o óbvio, como disse, falarei agora sobre o problema da concisão da informação que for preparada pela própria televisão.

É lamentável que o comunicador deixe o seu ministro ou a sua fonte descalçada muitas vezes com relação a esse veículo. Desculpem-me dizer, mas sei que não é culpa de vocês, é muito mais dos atores, no caso, que não se preparam convenientemente para o uso desse veículo.

A concisão é fundamental para que seja resguardado o interesse do ator neste caso. Muitas vezes, para se falar uma frase direta, para se colocar objetivamente determinado assunto, faz-se um rodeio, faz-se um palavrório que evidentemente será cortado e será prejudicado no momento da edição. O próprio Pompeu de Souza, que há muitos anos acabou com o nariz de cera, criou o **lead**, foi um dos responsáveis, e tenho a biografia dele neste enorme feito, na minha opinião, lamentavelmente o Pompeu, quero dizer isto pessoalmente a ele no primeiro dia em que o encontrar, ele, na televisão, diariamente ressuscita um nariz de cera. Evidentemente, você se coloca nas mãos de um editor que muitas vezes é incapaz de reduzir ou de atingir o núcleo do seu pensamento, a essência do seu pensamento, para levá-lo ao ar.

Dizia o Deputado José Bonifácio, a respeito, velho amigo do Rui Lopes, que está ali me ouvindo. José Bonifácio um dia me disse que detestava falar para a televisão. — Por que Deputado? — Porque vem sempre uma pergunta idiota, uma pergunta imbecil, respondo com outra idiotice, com outra imbecilidade, e mais tarde lá vocês tiram a idiotice do repórter e fica só a minha no ar! É rigorosamente certo, é rigorosamente correto. Evidentemente ao brincar com essa situação, ele criou um fato que realmente dá o que pensar. Muitas vezes o repórter faz uma pergunta idiota, ela é retirada depois e fica somente a idiotice do outro. Isso é rigorosamente correto.

Como evitar isso? Todas as vezes em que alguém tiver que dar uma entrevista para a televisão, tem que parar para pensar exatamente o que quer dizer, reduzir isso a uma frase curta, objetiva, direta, para que o seu recado seja o mais puro e mais ajustado ao seu pensamento e ao seu interesse.

Além da concisão, diria, como sugestão, que há necessidade de se falar no local mais interessante para os objetivos daquela reportagem. Televisão é a alma e a imagem sobretudo, é a que fica. Não se deve, não se pode falar sobre um problema da seca no Nordeste ou da abundância de uma colheita sentado num gabinete. Na medida em que se puder levar o interessado, o ator — vamos chamá-lo novamente assim — para a cena onde se está desenvolvendo o assunto a que ele se refere, é tremendamente melhor para o aproveitamento em televisão. A entrevista de estúdio é sempre neutra, entrevista de blá-blá-blá, uma entrevista de conversa, e, evidentemente, terá o seu tempo reduzido no aproveitamento da televisão. Inevitavelmente. Muitas vezes uma reportagem que pode ter garantido um minuto, um minuto e meio no noticiário, em rede nacional, de qualquer emissora, terá que ser reduzida a vinte, trinta segundos, se a imagem estiver empobrecida pelo local onde está sendo gravada. Esta me parece uma sugestão fundamental para se aumentar o tempo de aproveitamento, de utilização do material que se queira colocar.

Outra sugestão que faço: procurar levar a matéria já editada. E não é difícil hoje, porque hoje em todos os órgãos mais importantes deste País há pessoas que já são familiarizadas com edição e com o veículo. Antigamente podia ser mais difícil. Eu me lembro bem da minha experiência. De cinco anos para cá já se sente hoje a presença de pessoas que conhecem o veículo, já espalhados por todos os ministérios e os principais órgãos do Governo Federal em Brasília.

Essa edição facilitaria tremendamente, porque evita a interferência de uma terceira pessoa no processo, essa pessoa que está distante do fato, no tempo e no espaço, muitas vezes, e que muitas vezes vai ter que ajustá-la ao tempo e ao interesse do veículo. Isso pode vir já feito, pode vir já preparado, para que não haja essa interferência, não haja prejuízo para o interesse de quem dá a entrevista.

Outra sugestão: a escolha do momento certo, para a tentativa de melhor aproveitamento do material. É muito comum ver-se em Brasília pessoas marcarem uma entrevista coletiva, no momento em que está acontecendo um fato mais relevante na cidade. Tem sido freqüente muitas vezes. Evidentemente, que no dia em que se tem um fato jornalístico importante, ou seja, um anúncio de medidas na área econômica ou qualquer assunto relevante que esteja, porventura, acontecendo, é desinteressante tentar levar o Sr. Ministro para uma entrevista coletiva, que, evidentemente, será prejudicada. Isto vale também para o aproveitamento nos jornais, não só para a televisão. Talvez principalmente para a televisão, porque se luta com o problema de deslocamento de pessoal e de máquinas, de equipes. Às vezes com poucas equipes, com duas, três equipes, tem-se que selecionar exatamente tudo o que se vai fazer naquele dia. Então, a escolha do momento, a escolha da hora são preocupações que devem estar presentes para quem busca maior espaço em televisão.

Um fato acontecido na parte da manhã para a televisão, evidentemente, é uma vantagem para o ator de forma fantástica. Não há nada pior do que um material longo, extenso, produzido às 3, 4 horas da tarde, quando não se tem tempo para uma edição correta, para uma interpretação melhor das palavras, do sentido das declarações com as quais se está tratando. Evidentemente que sai prejudicado. Há certos fatos – e já vi muitos – que, embora acontecidos às 5, 6 horas da tarde, podem ser deixados para a manhã do dia seguinte.

Essa escolha de horário é fundamental, e ajuda, de forma enorme, a penetração em todos os veículos.

Outra observação – e aí envolve os jornais. Muitas vezes vejo a procura de uma televisão para rebater ou para comentar, às vezes, um assunto publicado no jornal naquele dia, muitas vezes uma crítica.

Usar-se a televisão para rebater uma crítica de jornal é um contra-senso. Muitas vezes se espalha para o Brasil inteiro uma notícia que estaria reduzida a uma região, muitas vezes a uma cidade. É rigorosamente desinteressante para a televisão abrir espaço para esse tipo de política, dificilmente se encontraria até boa vontade para esse tipo de atuação. Digo isto porque são muito frequentes pedidos neste sentido.

Quem é quem na redação também me parece fundamental. Vale a pena uma visita à redação de televisão para uma conversa, para uma observação, para saber as pessoas que podem e que devem valer-se do material que vocês têm na mão. Facilita a vida de vocês e a nossa também. Muitas vezes é comum, a pessoa ter uma informação importante para passar que é passada por caminhos menos naturais dentro da televisão. Então, o editor-chefe de cada jornal é aquele homem que está com a obrigação de fechar aquele material naquele momento certo, tem o seu **deadline**, saber desses horários, viver um pouco essas aflições. Nenhuma televisão se negaria hoje a quem quer que queira ter conhecimento da sua rotina do trabalho, quem é quem e quem pode realmente acionar uma equipe no momento certo ou mesmo produzir uma nota no momento adequado.

Para quem cuida da comunicação social e tem esse dever, sugiro que não se atenha apenas aos telejornais. A televisão não é só telejornalismo. Com isso quero dizer que há programas que são dirigidos a determinados segmentos da sociedade e podem ser aproveitados para uma informação, quando esta é orientada para determinado segmento, seja dirigida à mulher, ao trabalhador rural ou ao próprio empresário. São vários programas que, não sendo um telejornal, são, muitas vezes, a melhor escolha, o melhor caminho para uma informação setORIZADA.

Conhecer o texto em que será inserida uma entrevista também é uma obrigação fundamental. Muitas vezes uma pessoa é chamada a dar uma entrevista para a televisão, para compor determinada reportagem, e dificilmente qualquer pessoa de uma televisão se negaria, aliás, nem pode deixar de informar o verdadeiro sentido da utilização daquela entrevista, para que se peça a entrevista, aquela palavra, aquele depoimento. Isso evitaria para vocês certos constrangimentos, como é o caso, por exemplo, de uma reportagem, uma ampla reportagem sobre a falta de remédios, e ouve-se a autoridade e ela diz: não há falta de remédios! – Desculpe-me, mas não há remédio. E a reportagem mostra farmácias, farmacêuticos, pessoas de vários segmentos da

população dizerem: há falta de remédio. Então fica uma palavra isolada dentro de uma reportagem, e evidentemente cheira como uma informação mentirosa e falsa.

Esse desencontro, entre a autoridade e a população — e a televisão tem mostrado isso com uma frequência enorme —, muitas vezes nasce da desinformação. É um voo cego que a autoridade faz, quando simplesmente atende à televisão por atender, sem a preocupação e saber exatamente em que sentido, como será inserida aquela declaração. Nenhuma televisão se negaria a dizer abertamente do que se trata, porque a declaração, porque a solicitação de entrevista.

Outra observação: a divulgação de números numa televisão. O número na televisão só é importante e só tem sentido quando se anuncia o índice da inflação, quando se anuncia o número de mortos, mas jamais no interesse do entrevistado, jamais para dizer que o Banco Mundial liberou 4 milhões de dólares para obras no Nordeste. Não quer dizer rigorosamente nada na cabeça do telespectador, até porque ele acha pouco. Ele sabe que o Brasil deve 100 bilhões, e 4 milhões de dólares é uma idiotice. Na verdade, essa mesma informação poderia ser dada, por exemplo, são tantos milhões de dólares para a construção de tantas casas ou de tantos açudes. Transcodificar isso, transformar o número em alguma coisa realizável na cabeça do telespectador. Foram milhões e milhões e milhões de dólares nos últimos anos anunciados desta forma. Não tem alcance, não tem sentido, não é digerido pelo telespectador esse tipo de informação.

Volto a dizer, dentro ainda do tema que foi proposto. **A Melhor Forma Para a Utilização do Material Dentro da Televisão**, saúdo aqui, como uma das boas coisas que existem no sistema de comunicação do Governo, o trabalho da EBN e da RADIOBRÁS como suporte para as televisões privadas do Brasil.

O material da EBN tem sido para todas as televisões uma fonte fantástica para o seu trabalho de pauta. Aliás, à própria pauta preparada pela Empresa, que geralmente chega bem cedo às redações, tem sido uma contribuição inestimável para o trabalho das televisões.

A mesma coisa a RADIOBRÁS, principalmente quando ela evita a marca, evita o selo que identifica a origem, a RADIOBRÁS. Pelo que vejo, já desapareceu o selo novamente. Durante o pouco tempo que fiquei lá, uma das minhas primeiras preocupações foi realmente retirar esse selo, exatamente para não inibir a utilização do material, até porque também me parece que para os objetivos da RADIOBRÁS, que são os objetivos do Governo, melhor a não caracterização do material, o que a RADIOBRÁS produz no seu dia-a-dia, e há lá uma equipe valorosa no jornalismo, sempre houve gente boa, a RADIOBRÁS tem sido um celeiro na formação de profissionais de televisão, bons profissionais já saíram de lá e bons profissionais ainda existem lá. É um material que tem sido muito utilizado. Na medida em que não tenha essa marca e na medida em que não tenha essa identificação de origem, o aproveitamento será bem maior.

Coloco-me à disposição de vocês para alguma pergunta. Peço desculpas pela obviedade da minha conversa, sobretudo pela pobreza da fala. No

entanto, há um interesse e há uma disposição, na medida do possível, de colaborarmos para o trabalho de vocês, que é muito da base do nosso trabalho.

Pergunta – Dentro dos objetivos do Governo, a televisão é sua função.

Uma consulta. Impressionaram-me muito as entrevistas de autoridades na porta do elevador. Há uma informação freqüente desse tipo de comunicação.

Você acha que isso tem a ver com o temperamento brasileiro, com algum procedimento interno nas televisões do Brasil? Como é que você avalia esse fenômeno?

TONINHO DRUMMOND – É o resultado de concorrência, até de certa liberdade de imprensa, que felizmente hoje vivemos. Concorro. É muito desconfortável para o entrevistado e é muito desconfortável para o entrevistador. Se isso pudesse acabar, todos nós ganharíamos muito. Talvez pudesse terminar se as autoridades também tivessem um tempo que pudessem dar à televisão ou ao jornal. Inclusive esse assunto que você colocou é delicado, porque envolve também o direito que a autoridade tem de falar ou não naquele dia. Com o tempo isso vai desaparecer, na medida em que se estabelecer esse vínculo, essa franqueza de parte a parte, aquela franqueza de quem tem a coragem de pedir e o outro, de dizer se vai dar ou não aquela entrevista. Na medida em que se disponha, ele deve procurar, em vez de dar a entrevista na porta do elevador, um local em que, inclusive, possa coordenar melhor as idéias que vai expor. Realmente é lamentável ser surpreendido com o microfone na sua frente. Sei que é desagradável. Se durante o dia ou se em momento antes acontecesse o diálogo franco, aberto, de quem pede e de quem tem o direito de conceder ou de negar, facilitaria muito e evitaria esse tipo de concentração. Essa concentração na porta às vezes é maior, é mais intensa num dia em que se tem um assunto fortíssimo e, muitas vezes, se precisa voltar para a redação com aquela informação, ou com uma gravação, ou com uma fala daquela autoridade.

Num dia desses, em que a própria autoridade sabe que vai ser solicitada, por que ela não se antecipa? Então, ela manda: eu vou ter que perder 10 minutos lá embaixo, porque vão-me chatear. Então, vou fazer isso, vou perder 5 aqui em cima, porque resolvo o problema. Em 5 minutos ele resolve o problema. Até porque não existe pergunta difícil nem pergunta ruim. Existe uma resposta mal dada. Geralmente o que fica é a resposta mal dada. É aquilo que disse José Bonifácio: o sujeito faz uma pergunta idiota, respondo com outra idiotice e vai para o ar só a minha idiotice.

Se a pessoa pudesse antecipar, resolveria o problema.

Intervenção – é possível acabar com essa pergunta de elevador, enquanto no nosso sistema de governo, no mais das vezes, existe um ateparo que atrapalha o acesso à autoridade. E atrapalha pelo simples prazer de atrapalhar. Conheço isso, porque tenho tempo de repórter e estou agora no “Globo no Ar”. O que acontece é isto, o ministro torna-se inacessível. Num momento importante desses em que está prestes a sair um

pacote ou qualquer coisa e o jornalista tenta um acesso ao ministro, em 90% dos casos o ministro não toma conhecimento de que está sendo procurado para dizer alguma coisa, porque há gente atrapalhando no meio do caminho. E o que o repórter faz? Ele tem que chegar com a matéria no seu jornal. Ele tem que correr para pegar o ministro saindo de casa às 7 horas da manhã, saindo da festa, da missa, no elevador. É preciso que, na estrutura do poder, se tenha consciência, há um bocado de burocratas aí que só servem para atrapalhar, inclusive criar problema para a autoridade, criando um fosso entre a autoridade e o repórter.

TONINHO DRUMMOND – Há ministros e ministros, porque há ministros que têm maior abertura e há outros que não permitem nem que o assessor entre na sala para dizer que a imprensa está lá fora.

Pergunta – ... (inaudível)

TONINHO DRUMMOND – Acredito que isso realmente possa acontecer, ou melhor, tenho certeza de que acontece. Como eu disse, há ministros – aliás, quase a maioria – inibem muito os homens de imprensa.

Pergunta – ... (inaudível)

TONINHO DRUMMOND – Lamentavelmente é.

Intervenção – ... E o pior é que não se ouve a resposta da pessoa. Então, muitas vezes, faz-se uma segunda pergunta, que já estava preparada, e é desnecessária, porque na resposta da autoridade já veio aquela resposta.

TONINHO DRUMMOND – Este é um problema que realmente ocorre. Pouco se pode fazer quanto ao despreparo, quanto à ignorância. Sei que as televisões se preocupam muito com isso. É um problema sério. Evidentemente que faz parte também um pouco do jogo da própria vida profissional de todos nós. Os bons vão-se destacando e os idiotas tomam o caminho dos idiotas que acabam na rua mesmo. Fico irritadíssimo com esse tipo de coisa, durante toda a minha vida profissional, a pessoa não se preparar para a entrevista que vai fazer. O jornalista, o repórter tem a obrigação de entender e falar sobre coisas que ele não sabe, sobre as quais não pode aprofundar-se. No entanto, tem o dever de se preparar.

Costumo dizer que no jornalismo, de modo geral, a coisa mais difícil na profissão é a pergunta. A pergunta é a base do sucesso ou não da vida profissional de uma pessoa. A pergunta pressupõe conhecimento, pressupõe certo envolvimento naquele assunto. Se se estiver envolvido num assunto, se estiver bem informado sobre aquilo e se a pergunta for correta, pode-se sair com uma manchete do seu jornal ou com uma notícia excepcional do interesse do País e da população a que se tem o dever de servir. A pergunta idiota não leva a nada. Pode uma grande autoridade, um chefe de Estado ser colocado à disposição de um jornalista, se as perguntas forem óbvias, ele fica

três horas entrevistando e jamais terá uma matéria que mereça destaque no jornal ou na televisão.

Portanto, a pergunta é fundamental, e este tem sido o grande problema da televisão, sobretudo, porque a televisão expõe. No jornal as perguntas idiotas ficam na cesta da redação, não são aproveitadas.

Pergunta — ... (inaudível)

TONINHO DRUMMOND — Defendo a tese de que há determinados setores que têm que ser cobertos por profissionais de longa experiência. Mas aí vem todo o outro lado do problema. Por exemplo, no Palácio, no Congresso, não tem sentido ter pessoas inexperientes, e muitos veículos têm, lamentavelmente.

Pergunta — ... (inaudível)

TONINHO DRUMMOND — Realmente ocorre, quando se fica muito tempo em determinado setor. O interesse também estava dirigido para determinada situação, para determinado momento, e dificilmente encontrasse ali alguém com a preocupação e com a leitura dos problemas do ... (inaudível) Lamentavelmente.

Pergunta — ... (inaudível)

TONINHO DRUMMOND — É difícil. Se não conseguem resolver esse primeiro problema de que nós falamos aqui, da pergunta apropriada, imaginem que caminho longo temos que percorrer até encontrar um profissional com essa formação, com essa visão geral para identificar um problema como o que você acaba de citar.

Pergunta — Quanto à utilização do material jornalístico ... (inaudível), a televisão, gostaria de colocar o desperdício que acontece na produção desse material para a televisão. Desperdício que falo é dos critérios que são adotados no aproveitamento do material a nível da nossa realidade. A nossa realidade não tem a mesma importância que as outras realidades de outros países. Por exemplo, está acontecendo algo fundamental para o País e se limitou a alguns segundos de edição, e uma greve de estudantes na França teve 5, 7 minutos. Sabemos que isto é uma organização externa, enquanto que profissionais que têm qualidade dentro do governo, 5, 6, perguntas que os próprios assessores já colocaram, dizem aqui, temos o nosso texto, fazemos uma grande entrevista, e chega, para fazer no outro dia, enfim, largam um segundo do material a ser editado.

Gostaria de saber de você como é que está funcionando isto, qual a participação, pois há um grande empecilho.

TONINHO DRUMMOND — Há duas observações, pelo que entendi da sua pergunta. A primeira, quanto à utilização. São critérios de

editorial. No caso dessas últimas manifestações, inclusive as televisões brasileiras deram com muito destaque e, pelo que entendo, deram no tempo certo, não houve preocupação se minimizavam ou maximizavam o problema. Jornalisticamente foi dado o tratamento correto.

Quanto à outra parte, a queixa de muitas vezes as pessoas dizerem: pouxa, tomaram meu tempo, vieram, ouviram e utilizaram mal! Isso cai um pouco dentro daquela observação que fiz a respeito de se ajustar uma imagem melhor para aquele assunto de que se vai tratar.

Evidentemente o aproveitamento de uma matéria de um Ministro da Agricultura que fala sobre a safra, sobre o recorde de determinada safra, se ele falar no local, se ele for lá para o meio do trigo, se ele for a qualquer lavoura, aqui, por exemplo, sai com ele aqui no cerrado, na primeira plantação pára e faz a entrevista lá, tenho certeza absoluta de que o espaço garantido é muito maior. Quando se vai para dentro de um gabinete para falar, já empobreceu a imagem terrivelmente, e ali, é claro, se vai perder no tempo, por mais importante que seja a fala desse Ministro ou os números que ele vai anunciar. Quando se pode compor áudio e vídeo, neste caso o benefício para o entrevistado é fantástico, é maravilhoso.

Muitas vezes também decorre da fala pior ou melhor do entrevistado. O entrevistado em televisão tem que se preparar para a entrevista de televisão. Ele tem que buscar sintetizar numa frase o seu pensamento. Vou dar um exemplo. Se você está no seu gabinete e lhe dizem: está aí fora uma equipe de televisão que quer falar com o Sr. O sujeito pode dizer: vou receber ou não vou receber. É aquilo que já conversamos. Desde que vai conceder, pergunta qual é o assunto, qual é a entrevista, ou o assessor já informou. Muito bem, vou-me preparar para isso. Ele vai-me perguntar sobre isso e vou reduzir isso em uma frase. Então, ele já facilita enormemente o trabalho do editor que está lá na emissora. Chega aquilo, o sujeito diz: vou suar tranquilamente. Quando se tem uma fala toda complicada, toda cheia de voltas e chega à emissora aquilo faltando meia hora para o jornal ir para o ar, não há nem tempo de tirar dali a essência. Transforma aquilo numa nota. Aí o sujeito diz: tomaram o meu tempo e o locutor leu uma nota a respeito do assunto. Às vezes não há nem como retirar. Já vi esse problema. Não há como retirar daquela fala em que o sujeito falou por 10 minutos, não há como retirar dali a essência do que se precisa.

Esse problema do local onde levar o entrevistador é fantástico. É preferível perder um tempinho maior. Se o assunto for de muito interesse, se for uma coisa programada, estudada, é parte de uma campanha, lançamento de uma campanha, de um movimento etc., faça no local fora do gabinete. Gabinete e televisão são duas coisas que não combinam.

Pergunta – ... (inaudível)

TONINHO DRUMMOND – O tratamento com a televisão exige. A televisão tanto elege como derrota. Ela pode ser um veículo fantástico para resolver um problema de administração, ou pode agravar outra situação irremediavelmente.

O exemplo que dei da pessoa que desconhece o contexto da reportagem e fala simplesmente por falar, e desmente os fatos que estão sendo mostrados, às vezes, naquela reportagem, aí ... — Está faltando carne. — Não, não está faltando carne. Há um açougueiro dizendo que está, a dona-de-casa dizendo que está... Aí fica difícil. Aí é preferível não ter sido feito nada.

Pergunta — Neste final de semana estive entrevistando um francês, que me salientou um aspecto curiosíssimo: sempre nessas brigas de rua há um perigo. As PMs sempre atiram para o alto, nunca atingiu ninguém.

Então, entre o apresentado e o resultado sempre há uma distância. Este é trabalho que tem de ser feito. Isso me faz lembrar, da Bolívia, em 76 houve quase um massacre da população, o exército, por duas noites, fechou muitos bairros e matou boa parte da população. No outro dia saíram dois jornais. Um oficial dizendo assim: o exército atirou para cima, sem nenhum ferido. O jornal de oposição colocou: entre os bolivianos, em duas noites, morrem 35 mil... (Risos)

Vemos, assim, o resultado das colocações da imprensa mesmo, e como o pessoal ... (inaudível)

TONINHO DRUMMOND — O fato e a versão.

Pergunta — ... (inaudível)

TONINHO DRUMMOND — A propósito, uma informação a respeito do badernaço aqui. Na sexta-feira falava com um amigo meu, que estava em Londres. Esse amigo estava “corujando” por satélite todo o noticiário da TV soviética, e ele me disse: como está Brasília? — Tudo bem. — Mas rapaz, acabei de me lembrar muito de vocês todos, dos amigos todos. Por quê? — Porque estou vendo aqui a TV soviética, estou acompanhando aqui uma geração da TV soviética por satélite, e acabo de assistir todo o movimento aí na Praça dos Três Poderes. — Gente prá burro, que imagens lindas... Então, eu disse: olha, das duas uma, ou a abertura soviética está muito maior do que estamos imaginando aqui no Brasil, ou, então, eles estão tratando o Caiado como um perigoso líder camponês. A TV soviética abrir esse espaço para alertar-se de Brasília realmente ... Deve ser a abertura lá que é muito grande. Eu disse a ele: com certeza posso garantir uma coisa, é a primeira vez na vida que as telas da União Soviética mostram essa concentração de proprietários. Com certeza nunca teve... Ainda mais lá.

AS ALTERNATIVAS BRASILEIRAS NO FIM DO SÉCULO XX

MÁRIO ALBERTO

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
18 DE FEVEREIRO DE 1987

MÁRIO ALBERTO DE ALMEIDA (Jornalista, Diretor de Redação da Isto É) – Discutirei algumas das coisas vazias que tenho debatido com Getúlio Bittencourt, há muitos anos, como tentarmos compreender as transformações do nosso Brasil. Muitos de vocês têm sido colegas meus de tantos anos e com alguns de vocês certas idéias também já compartilhei. Como não tenho o hábito de falar assim, provavelmente algumas coisas de que vou falar podem ficar incompreensíveis, aí vocês mencionam e tento explicar melhor.

Começarei com dois ou três paradoxos. O Getúlio gosta de paradoxos, e é uma das minhas diferenças com ele. Ele gosta de paradoxo como um fim de uma conversa e acho que os paradoxos podem ser alguma coisa interessante para se começar a fazer uma reflexão.

Estávamos discutindo outro dia – primeiro ponto – na **Gazeta**, a revista, o que devemos fazer daqui a algumas semanas quando vier o Melchior para lançar a tradução do seu livro sobre Lacan, que o **Financial Times** considerou um dos dez livros mais importantes de 1986. Então, pensando para cá, pensando para lá, nos veio a indagação: qual é a capacidade de um brasileiro de pensar alguma coisa que está fora do Brasil, que tem um alcance universal? Foi assim que o livro começou a ser tratado por muitos de nossos colegas em vários órgãos de imprensa, quando, da edição inglesa, saiu o comentário do **Financial Times**. Temos uma tradição de introspectado, que é do mundo novo. De repente, vem um sujeito que faz esse livro sobre um problema da psicologia e tem um alcance lá fora que não sabemos muito bem, porque Lacan é mal conhecido no Brasil. Temos ou não capacidade? Aí começamos a refletir: o brasileiro é capaz de pensar alguma coisa fora que tenha alcance universal? Vamos tirar Bernardo Vasconcelos, que fez o Código Penal de 1830, uma obra que ele fez sozinho em Ouro Preto e que depois foi copiada na Alemanha, na época do Bismarck, pelo Kaiser. Vamos pegar uma coisa mais recente. Bernardo Vasconcelos é um exemplo disso, é possível sim. Depois, fechando os olhos, temos Gilberto Freyre, Josué de Castro, Celso Furtado, o Embaixador Melchior. São quatro. Melchior agora. É uma coisa que tem uns cinquenta anos. É muito ou é pouco? Estou tirando

quem faz música, quem faz coisas que são compreendidas no mundo. Estou pegando a reflexão sobre o que na América se diz **non-fiction**, quer dizer, um pensamento mais exato possível na Sociologia ou na História etc.

Acho que é pouco. O fato de haver outros antes de Melchior, às vezes relutamos em lembrar, e é bom lembrarmos que houve outros casos antes, até mais influentes do que Melchior, em nível restrito, num horizonte muito estreito da Psicologia. Josué de Castro produziu um **best seller** que faz trinta anos que é lido no mundo todo, foi ele o sujeito que descobriu que o problema da fome ia muito além das fronteiras dos mocambos de Salvador.

Então, a primeira coisa que fixarei, para pensarmos, é que temos uma soma de conhecimentos de tantos países, pela imigração, olhamos tantas coisas do exterior, seja na televisão, na leitura ou nas traduções, e dificilmente conseguimos produzir alguma coisa que saia como peça de reflexão, além do que é nosso lugar. Isto não é bom nem ruim. É uma primeira observação.

Um primeiro paradoxo, somos um País do novo mundo e vivemos introspectados. A América foi assim tanto tempo também.

A segunda questão que coloco: muitas vezes os fenômenos estão acontecendo de maneira subterrânea e absolutamente incompreensíveis na bruma. Os melhores mecanismos de detecção não funcionam. Em geral, com todos os defeitos, quem detecta melhor é ainda a imprensa. Existem tantos exemplos no mundo, mas fixaria o caso do Irã, que é o caso mais dramático. Em 1979 havia manobras conjuntas, americano-iranianas, e, semanas depois, o xá caiu no meio daquela turba de religiosos, e só duas pessoas perceberam isso sistematicamente, antes daquele momento. Todo mundo falava: no Irã algum dia pode acontecer alguma coisa, e estava acontecendo. Foi um jornalista do **The New York Times**, o John Kandell e Henry Roulleau, do **Le Monde**, que, por acaso, eram os únicos dois sujeitos em Paris que tinham "saco" para ouvir um baixinho irritante que passava por todos os lugares onde havia jornalista e ninguém queria ouvi-lo, contando umas coisas sobre um velho maluco. Esse baixinho chamava-se Bani-Sadr, que virou Presidente da República no Irã.

Essa capacidade de percepção que a imprensa tem, ainda que sem a qualidade que eventualmente possa existir no seu trabalho, na sua análise, tem sido comprovada ao longo dos tempos, e vocês que lidam com ela têm nas mãos esse paradoxo, com que estão lidando, e vocês, que tanto são colegas meus, sabem disso profissionalmente também, do ponto de vista da atuação como repórteres, como pessoas que têm essa sensibilidade de perceber freqüentemente o que está acontecendo e ainda que não disponham do melhor instrumental e das melhores informações.

O terceiro ponto: a imprensa de certo lugar como é o nosso, e a nossa sociedade toda tem um fascínio muito grande pela opinião, típico brasileiro, dos outros países sobre nós. Então, a imprensa estrangeira demorou muitos meses para descobrir que no Brasil havia certo **boom** econômico, está demonstrando alguns outros meses para descobrir a crise. O Governo está vivendo muito à leitura que a imprensa estrangeira fez do Brasil no segundo semestre, das capas que Sarney mereceu nas variadas revistas. Esta é a maneira como o Governo tem tentado ler a questão de como o mundo vê o Brasil agora. A imprensa tem traduzido e publicado com destaque os últimos arti-

gos da imprensa, que são de uma crise brutal, e têm saído no **Washington Post**, no **The New York Times** nestas semanas agora.

Devo mencionar que esta é uma das maneiras de detectar o que está separando o Governo da imprensa, na maneira de ver o País agora, mas chamaria a atenção de vocês sobre um ponto que todos os repórteres do mundo, da imprensa internacional, passaram muitos anos, depois de 79, sofrendo, porque não descobriram, eles também, o caso do Irã. E eles não querem mais perder um Irã. Então, na cabeça deles, muitas vezes, a crise do Brasil, de 84, foi descrita como se fosse um possível Irã, porque eles não querem perder, e eles demoraram para descobrir que tinham um **boom** econômico e agora eles voltaram para descrever que há um Irã de novo. Então, nem sempre a imprensa é capaz de perceber as coisas nos diversos países também.

Junto estes três pontos para observar, primeiro, ninguém talvez é mais capaz de pensar o que está acontecendo no Brasil do que nós mesmos e a imprensa, porque só pensamos no Brasil; segundo, a imprensa tem uma percepção bastante sensível, pelo gênero da atividade; e terceiro, que a imprensa, daqui e de fora, para onde temos que olhar com atenção, para percebermos o que está acontecendo, tem freqüentemente procurado no Brasil uma situação que foi perdida em outros lugares. Então, tem um **biais**, um desvio, com o qual vocês vão ter que lidar e que nós mesmos, jornalistas, estamos tendo que lidar agora.

Dito isto, como podemos olhar para o nosso lugar agora e pensar, tendo essa convicção que tenho, de que nenhum sujeito de fora vai conseguir enxergar melhor e que provavelmente estamos enxergando mal? Como podemos projetar, talvez, essa observação a partir de alguns elementos que estão disponíveis?

Mencionarei alguns elementos e farei um ou dois cenários com vocês e tentarei, depois, ouvir o que vocês acham.

Há uma questão que é discutida insistentemente hoje entre todos nós, a imprensa em particular, na cidadania, sobre o sim ou não, devemos manter uma posição mais dura com relação à dívida externa e como. Esta é uma discussão que traz, mais uma vez, para o centro dos acontecimentos, uma das mais antigas questões com as quais a sociedade brasileira tem lidado desde o tempo do Império, que é, digamos, a grosso modo, o partido chauvinista e o partido internacionalista. Esta é uma questão que é própria de todos os países do novo mundo. Em geral, a experiência tem demonstrado que esses partidos têm-se alternado e eles estão além da questão de esquerda e direita.

É interessante observar que no Brasil, por exemplo, quem conduziu o combate contra a Inglaterra no Segundo Império, uma posição, talvez o mais longo período de enfrentamento pacífico, mas foi um enfrentamento do Brasil contra uma potência, que foi a questão do Brasil com a Inglaterra, que dura desde 1841 praticamente até à Abolição, quase quarenta anos, quem conduziu a maior parte desse combate, que era inútil, porque a causa era perdida, a defesa da escravidão, foi o Partido Conservador, desde o tempo de Uruguai, Paraná, Rio Branco, o pai.

Neste momento ao que estamos assistindo é o que podemos chamar de um partido mais chauvinista, no sentido estrito da palavra, sem ser pejorativo, cresceu novamente e se exprimindo das mais variadas maneiras, mas es-

sencialmente concentrando as suas observações nessa questão da dívida. Evidente que esta é a questão de curto prazo mais importante na economia, porque, se os juros não forem, o Brasil pode ter mais um ano de crescimento, pode dar mais tempo para investir, planejar etc.

Esses partidos têm-se alternado no poder e na discussão, às vezes exaltadamente, às vezes sub-repticiamente, articulados sempre historicamente em decisões de Estado, desde a época do Império. Esta, a questão para a qual eu queria chamar a atenção de vocês, para tentarmos pensar o nosso País. Ficamos sempre discutindo, nas nossas conversas, o que a sociedade organizada está fazendo, como ela está, sim ou não, organizando-se. De fato, ela está-se movendo. Então, vamos pensar esta questão por este ângulo, tirá-la do Estado.

O Brasil se urbanizou nos últimos trinta anos muito rapidamente e todos os países que se urbanizaram tiveram nos trinta anos seguintes uma forte, rápida e quase instantânea queda da natalidade, de maneira que a população se equilibrasse. Esta tem sido uma experiência histórica que está sendo revelada nas discussões demográficas brasileiras de uma maneira muito discreta, mas me lembro de ter acompanhado os planos de articulação do Governo Geisel, quando se montava, havia aquela grade de Ministério, aquelas coisas de 73. Naquele tempo, no IPEA, o número que corria era que o Brasil ia equilibrar a população com 300 milhões de pessoas, em algum ponto dos mil e trinta. Hoje não há nenhuma referência diferente de que o ponto de equilíbrio será entre 280 e 300 milhões de pessoas, pelo menos é o número que se colhe no IBGE.

Então, o que aconteceu de diferente em 15 anos? Aconteceu que os elementos da urbanização na demografia começaram a comparecer ativamente. Então, o nosso país está passando por um período em que a população está tendendo a um equilíbrio, e alguns dos indicadores sociais mais graves estão certamente no seu ponto pior. Dizer que isso vai arrumar, é uma hipótese, mas podemos saber que a questão da explosão populacional muito dificilmente vai ocorrer na medida em que há outros exemplos de tantos lugares diferentes. Então, a velha questão sobre se, sim ou não, o Brasil vira uma Índia, ou pode virar um país industrializado com um padrão alto, tem pelo menos uma indicação, pelo lado populacional, de que não desgarra para a Índia.

A queda da natalidade, o equilíbrio da população mais rápido de todos os lugares foi nos Estados Unidos, onde a queda foi em 30 anos, na França demorou 40. A queda no Brasil começou nos anos 60. Então, por hipótese, a taxa deve estar abaixo de 1 antes do ano 2000.

A idéia de se pensar um país organizado, incidido, com 4/5 da população nas cidades e uma população razoavelmente estável, porque não há nenhum motivo para pensar que ele vai sair fora dos padrões das outras experiências, está posta no ar e este país vai estar ao alcance da nossa vida profissional útil. Não dá a Índia. Agora, o que vai dar?

O ponto central para pensarmos isso é, ao tentarmos colocar um partido que gosta mais de abrir em relação a um partido que gosta mais de fazer as coisas aqui internamente, e o partido internacionalista tem ganho ao longo do tempo esses embates nas horas decisivas, é colocarmos este país que está

terminando o processo de urbanização e vai para um equilíbrio populacional relativo muito rapidamente, como colocar esse país diante das questões mais cruciais de organização de uma sociedade, a primeira delas a das hegemônias?

Fechamos os olhos e vemos: puxa, no Brasil o melhor da nossa geração não quis ir para a política. Na esquerda, porque não podia, na direita, porque foi ganhar dinheiro. O melhor da geração de 35 a 50 anos não está na política. Então, olhamos para a política tendenciosamente com certo desencanto, mas a sociedade não se está deixando organizar. E de que maneira? Então, fechamos os olhos e vemos que pela primeira vez, depois de 40, 50 anos, o eixo da política econômica tem sido feito, foi feito, não sei qual é o tempo de verbo, porque há uma mudança ministerial por aí, em torno de um sujeito que vem do meio industrial.

Desde a época do Simonsen — e há um pequeno intervalo do Horácio Laffer, que era financista, mas tinha as suas fundações na indústria, no primeiro Governo Getúlio depois de 50 anos — é a primeira vez, em 50 anos, em meio século, em que há um período consistente de Governo em que a política econômica é comandada por alguém que vem da indústria. Todos os países que se industrializaram tiveram longuíssimos períodos de hegemonia na condução dos investimentos, da política econômica, de pessoas de primeiros-ministros ancorados no lado industrial. Na Itália, De Pretti, que foi de '80 até 1905; na Alemanha, o Discharck articulado na zona industrial; Clemenceau na França. Há longos períodos de governo nesses países em que, a idéia, o comando intelectual do processo de decisões da sociedade foi conduzido pelos industriais.

Aqui estamos vivendo uma curta experiência, neste ano e pouco, tumultuada, mas que merece refletirmos um pouco.

Os partidos não estão expressando a política industrial, nenhum dos partidos transmite claramente esta idéia, nenhum dos partidos transmite claramente, como alternativa à política em curso, uma política de curso industrial, está-se discutindo o Brasil agora, neste momento preciso, é para onde vão os investimentos que o Estado está arrecadando pelo fundo. Está bom, todo mundo diz que o fundo é menor do que ia ser, mas é o único tesouro de guerra que se montou no Brasil, porque houve o Governo Geisel, fez-se aquele superprojeto. Pagou a conta mais ou menos, há a dívida externa, e agora estão-se tomando as decisões para onde vai a petroquímica, para onde vai o aço, como vai ficar a matriz energética, para onde vai o gás? São decisões cruciais que vão influir no Brasil daquela população estável daqui a 10 ou 15 anos. A discussão da política econômica não está passando um milímetro disso ao nível partidário. No nível técnico, sim, todos vocês são testemunhas de como no Governo se está discutindo lá e cá a questão.

Será que isso não é importante? Será que isso não se reflete? Esta é uma questão que nos coloca à reflexão! Os partidos não representam no Brasil articulações sociais majoritárias. Pensamos: e na Itália, como é? Na Itália há a CD, a Democracia Cristã, e há PCI, dois partidos que são a espinha dorsal. O Brasil não tem espinha dorsal e lembramos da Itália. Muitos artigos temos lido com referência à Constituição italiana recente. Está certo. Agora, na Itália, a democracia cristã são cinco partidos. Desde que morreu Alcide

de Gasperi, são cinco democracias cristãs. E o PCI, desde que o Togliatti morreu em 64, também tem 3. Então, a Itália não tem uma hegemonia partidária, tem conflitos dentro dos principais partidos, tanto que o compromisso de Berenguer não deu certo e terminou, resolveram, durante o governo, numa grande aliança organizada em torno do Craxi.

Não vamos perder de vista que na Itália há uma claríssima hegemonia do "Partido Industrial", que podemos chamar, que está posta onde? Está posta no Estado e no setor privado: Agnelli, Leopoldo Pirelli e Schinberrine. São gente do setor privado que têm articulações com a área de decisões do Estado, e esse imbricamento que, infelizmente, os italianos reconhecem, a **soto vocce**, vem da época da ditadura de Mussolini, está preservado há 50 anos, e nenhuma decisão de fundo na Itália deixa de passar por essa articulação.

Então, o que parece ser um tecido difuso, que é a vida política italiana, onde os partidos políticos efetivamente, nem os dois principais, têm articulação, essa malha difusa que no Brasil gostamos de achar como uma coisa que poderia ser desejável fazermos, uma coisa em paralelo com aquilo, talvez um dia, está profundamente articulada num eixo de decisões comandadas pelo lado industrial. Isto está expresso agora no Governo Craxi, muito amigo dessa gente e está tomando as suas decisões muitíssimo articuladas com essa gente. Craxi só briga na Comunidade Européia, efetivamente, por dois motivos: um, é a questão agrária, porque todo primeiro-ministro europeu tem que brigar, porque o campo "chia" muito lá, o sujeito não pode abrir as comportas na retaguarda, porque esse é um eleitorado muito duro, que vota sempre à direita, e perturba muito; segundo motivo pelo qual o Craxi briga: pelas decisões industriais. Por que a maior briga que o Craxi teve na CEE foi com a queda do aço? A Itália não cortou a produção. Foi a maior briga que a Itália fez. A única vez que a Itália disse não firmemente à CEE foi quando todos os países cortaram a capacidade produtiva de aço, menos a Itália, porque, na **pensata** dos italianos, dos industriais que estão no Estado e os que estão no setor privado, é que a articulação do aço deles é vital, não sei por que razões, já soube, mas agora me esqueci.

Assim, estamos olhando, até com certo desejo, por essa questão da experiência democrática italiana, que é extraordinária, que foi forjada também numa luta do mundo todo contra o facismo, e, às vezes, deixamos de perceber essa articulação que não há aqui, no Brasil, e que essa experiência recente, agora, está mostrando como é difícil implantar. Como fazer, no lugar que está indo para o seu ponto de equilíbrio, vai ser urbano, vai ter população virtualmente equilibrada daqui a 15 anos, tem tudo, portanto, de não ser Índia, já sabemos que não vai ser pelo lado da população, mas tem condições de ir para a frente, no sentido de bem-estar, de diminuir as desigualdades sociais, porque também, vamos pensar alto, a urbanização e o fato de essa organização que estamos vivendo agora, de uma maneira ou de outra, nos produziu um impasse, a questão de como aumentar os salários, mas, na realidade, resolveu a questão da escravidão, porque o Brasil tem 4 séculos de aproveitamento da mão-de-obra barata — primeiro dos índios, depois dos negros, depois dos imigrantes europeus e depois dos migrantes internos. São 4 sé-

culos de mão-de-obra farta e barata que entram embaixo e que agora acabou porque migrou, a população já está em São Paulo, ou no Rio de Janeiro, ou nos centros urbanos. Então, acabou a entrada por baixo automática, com a tendência de a população equilibrar-se. Portanto, a única maneira de melhorar, manter o crescimento no Brasil, é aumentar a produtividade. Então, o Brasil caiu na regra pela porta do fundo, que sempre olhamos com inveja para os outros lados. Há mercado interno por lá. Esta passou a ser a alternativa, porque acabou com a escravaria.

Como fazer este País funcionar, porque nada indica que as decisões produzidas, sem que essas hegemonias sejam esclarecidas, articulem-nos daqui a 15 anos, vou estar trabalhando daqui a 15 anos, num país com uma distribuição de renda melhor, com certo índice de progresso, com atividade, inventividade e mais bem-estar? Está posta a questão da hegemonia, porque, se a política econômica não for conduzida por alguém que privilegie o ganho de atividade, só os industriais terem clareza, ou os seus representantes, nenhum partido brasileiro está representando esse discurso. Só a revolução pela produtividade e a remuneração dessa produtividade produzem hoje uma solução de crescimento sólido.

O que se está pondo em discussão hoje são dois discursos econômicos: um, de voltar a se restabelecer as margens – o discurso das pessoas do **Ancient Régime**, que deu certo de certa maneira do ponto de vista comercial e econômico em 1982/83/84, mas que está bloqueado um pouco, porque esse partido perdeu as eleições de novembro; outro discurso, do distributivismo. No meio desses está entrando, fez-se o Plano Cruzado, está em superdificuldades agora, está articulada pessoalmente com a questão da produtividade, mas não sabemos se ela tem força política para persistir.

Se não vier alguém que caminhe por essa linha, dificilmente podemos imaginar como um país de população estável daqui a 15 anos, urbano, possa trabalhar com ganhos de produtividade e ter um destino, o que almejamos, quando todos refletimos, conosco mesmo, em discussão, do que é o aspecto social da nossa existência, o aspecto coletivo da nossa existência humana.

Essa hegemonia, portanto, não está passando pelos partidos. Dizer que ela está dada pelo Estado é uma coisa que está sendo desmentida pelas decisões que o Estado está tendo que tomar. Uma coisa interessantíssima nestas semanas. O Estado reagiu a decisões da vida real da sociedade civil na economia, sobretudo pelo peso que ocupa no plano econômico de São Paulo, pela primeira vez com tamanha intensidade nos últimos quatro meses como nunca aconteceu na História do Brasil. Em cima de uma coisa que infelizmente tem um destino que não sabemos, que é aumentar preços.

Vocês se lembram, desde novembro o gatilho foi mantido, os preços foram liberados, o pacto não deu certo, a idéia até não deu certo, porque não funcionou em São Paulo. Quer dizer, todas as decisões importantes. O Estado confiou na trégua sincera e fortemente dedicou muito tempo a ela, e ela desmontou, porque Meneguelli não se articula com Mário Amato da FIESP. Está bom, os dois têm as suas razões.

Então, o Estado está tomando lições como nunca em cima da maré que vem do funcionamento da vida real. Não importa se goste ou não, se queira ou não. Assim, há influência muitíssimo forte sobre o Estado, nunca, prova-

velmente, esteve tão forte. Essa influência não está sendo articulada em torno de uma idéia que envolva a produtividade, envolva um projeto, um desenho de longo prazo articulado, como fizeram todos os países, em certo período grande, com o Partido Industrial.

Se a condição necessária está dada, outro complemento da condição de ter-se essa articulação, essa hegemonia clara, não está no horizonte. Está expressa, embutida nos dois lados: no partido internacionalista e no partido chauvinista, sem que esses dois lados tenham clareza da questão para eles próprios, muito menos para expressar.

Para o partido chauvinista, que tem uma presença forte no Estado, na máquina do Executivo, a idéia de que um tempo num bloqueio da remessa dos juros da dívida permitirá rodar a máquina do investimento e construir de novo um crescimento sólido, está apoiada na idéia de que o Estado vai alavancar mais uma vez. Tem sido assim.

No partido internacionalista a idéia de que uma vida bem composta com os bancos recoloca o Brasil no mercado financeiro internacional normalizado e, portanto, retornam os investimentos, está ligada também a esse conceito, porque os investimentos trariam as fábricas novas, que fariam progresso tecnológico.

Portanto, os dois lados estão discutindo embutidamente essa questão que é decisiva para aquilo que vamos ter como vida daqui a 15 anos. A consciência desses dois lados sobre esta questão é menor do que seria desejável, mas é possível que esta seja uma questão daquelas subterrâneas, como era a revolução do Irã e que isso apareça rapidamente, e que essa discussão fique importante.

Se vai passar pelos partidos, sim ou não, não sei; se isso vai aparecer, não sei. Na forma atual não, mas não se sabe se os partidos vão sobreviver muito tempo à Constituinte, e na maneira da sociedade, ex-partido, se articular também não.

Como isso tem sido resolvido no Brasil historicamente das outras vezes? Por uma campanha presidencial, de alguma maneira transformadora. Então, fico me lembrando. Houve a campanha do Getúlio, em 29, depois a de Juscelino, depois a do Jânio. Pode ser que numa campanha presidencial surja essa idéia.

Nenhum presidente, provavelmente, fez tão claramente uma decisão tipo industrial, como seria numa época normal, fora do que o General Geisel, muito dificilmente a política econômica acompanhou tanto esse lado como naquela época, os juros de 20%, aquela coisa, que tem uma forte base industrial, para o lado do Estado.

Essa hegemonia para o lado da sociedade não está apontando para lugar nenhum, e a falta de apoio dessa experiência de 18 meses do Ministro Furlan revela que a questão está muito longe de podermos refletir como um dado de realidade.

Não conheço nenhum país que passou sem o que chamo de partido industrial, tivesse tomado conta por um período razoavelmente grande. De certa forma, há a experiência soviética dos anos 30, que é um caso especialíssimo ex-regras, mas, supondo como base que a economia de mercado é um dado, não há nenhum elemento que me permita pensar que é possível cons-

truir essa organização sem se ter esse partido industrial hegemônico durante algum tempo.

Então, me pergunto: o Estado pode arrancar de novo, a Constituinte vai dar um mandato, o prazo do Presidente pode ser que arranque pelo Estado, pode ser que ganhe partido o outro lado da dívida e vá embora. Se o Estado fez tantas decisões agora por influência do Estado civil, dificilmente agora equilíbrio de força, teria condições de arrancar de novo, sozinho, sem fazer uma mexida grande na sua base de governo.

A questão está posta, se sim ou não essa hegemonia do partido industrial vai avançar, as condições de base estão prontas, ou estão dadas, não prontas, porque a população tende efetivamente a cair. O drama que vivemos, nos últimos 10 anos, das cidades tende a entrar no pique, e a passagem para um lugar em que a cidade comande e também a indústria está dependendo de decisões, que, acho, pela primeira vez estão fora do Estado. Como isso pode acontecer, não tenho a menor idéia. Não existe, por outro lado, nenhum país que chegou a essas condições e não passou. Se pensarmos nos países que têm população, certo território, certo projeto de sociedade, certa unidade nacional, todos, em geral, passaram por essa etapa. Não há nenhum motivo para pensar que no Brasil não vai passar. Não sendo pela sociedade civil, não estou vendo como é que passe pelo Estado desta vez.

Pergunta – Nos três exemplos que você citou de hegemonia industrial na virada do século, foi também o período em que se tinha a consolidação dos Estados nacionais. Esses exemplos que você citou na Europa, na virada do século, de hegemonia do partido industrial, refere-se também a um período em que o Estado nacional estava se consolidando, as nações estavam se definindo melhor na Europa. No nosso caso, do Brasil, temos um Estado mais solidamente instalado do que a própria sociedade. Isto não pode ser um diferencial, não se tem um terceiro partido?

MÁRIO ALBERTO – Pois é, pode ser o pedaço da Índia, onde o Estado manda, talvez. Os americanos, que olham para o Brasil e para a Índia com... Todas as vezes em que estive discutindo em universidades na América, eles sempre pegam como referência o Brasil e a Índia. Eles acham que a Índia é a melhor amiga da União Soviética fora do bloco e, portanto, é o país que tem que apresentar menos problemas a longo prazo para os Estados Unidos; que o Brasil é o melhor amigo dos Estados Unidos e, portanto, é o que tem de apresentar mais problemas para eles.

A referência da Índia nessa parte industrial onde o Estado comanda tem dado certo – pelo satélite, pelo sistema de comunicação, pela bomba atômica –, mas não tem dado pelo lado da vida cotidiana – pelo carro etc. – que está implantada no Brasil.

Imagino, quanto mais for sendo feito pelo Estado, esta é uma diferencial, porque são decisões que têm saído de alguma maneira, inclusive no plano nuclear, no plano estratégico. Há uma clareza aparentemente maior aqui do que houve nesses outros lugares. Depois também o Brasil, em relação à Europa, tem um diferencial brutal, porque aqui tem terra. A questão agrária aqui, ao longo do tempo, não vai ser um problema, é um processo

onde há as condições de se resolvê-la, não vai haver guerras agrárias no Brasil. Onde essas decisões têm sido tomadas fora de um, dois ou três pontos muito particulares, estratégicos, as outras decisões não têm produzido resultados a longo prazo tão bons assim. Se se pegar os exemplos individuais de produção comandada pelo Estado, ainda o aço, a produtividade brasileira não está boa, no sal, onde a operação foi feita, não é boa. Então, as questões de produtividade não se resolvem bem, ainda que as decisões tenham sido tomadas.

É mais ou menos o que no fim acaba produzindo o déficit público a longo prazo. É uma ferramenta a favor, mas é um **handicap** também.

O fato de não termos uma guerra agrária plausível pela frente também é muito significativo a favor de se poder ter uma solução melhor aqui. Em muitos lugares houve guerras agrárias prolongadíssimas. Em alguns lugares foram muito curtas, como na Alemanha, na França, que, no fundo, a Revolução Francesa, a certa altura, em certo momento, extravasou para uma guerra agrária. Em outros lugares, como na Itália, foi muito cumprida essa questão, e aqui aparentemente está fora. É uma ferramenta, mas é um **handicap** também.

A seqüência dos países em geral foi abundante, indústria bélica e ferrovias. A seqüência histórica. É evidente que é estreiteza fazermos por analogia, primeiro e, segundo, é uma coisa precipitada imaginarmos que 150 anos depois consigamos repetir a História. No entanto, alguns dos avanços tecnológicos mais sensíveis que o Brasil tem feito, eventualmente de melhor ou de primeira classe no mundo, tem vindo por essa seqüência, tem vindo hoje pelo lado da indústria bélica, até mesmo no uso da eletrônica etc.

O Estado, seguramente, vai ter uma força nessa parte. Sem dúvida. Não penso que isso possa conduzir a uma política industrial de longa duração, com eficiência, num ganho de produtividade. Espero que haja uma ferrovia depois, não sei se vai haver ou não, mas que a indústria bélica está puxando a tecnologia, sem dúvida. É uma coisa muito interessante, produz rapidamente empresas de um bilhão de dólares, uma capacidade brutal de investimentos, que compram logo subsidiárias eletrônicas e vão investindo. Isto é muito veloz. O Estado vai ter força por aí. Não sei se isso é capaz de compensar, provavelmente não, o peso das operações menos produtivas, com menor qualidade quando entra na produção. É provável que não. A partir do industrial, a decisão que ele tem que tomar, se seus representantes ficarem duradouramente no comando, quais os setores que o Estado vai escolher para ajudar o setor privado de uma maneira mais consistente, mais a longo prazo? Esta é uma decisão com a qual o Brasil tem lidado, por exemplo, na eletrônica mal. Há essa parte das pesquisas pelo campo do Estado, pelo setor bélico, mas, se pensarmos, o Estado brasileiro não tem garantido encomendas consistentes ou uma política de encomendas de certo tipo de equipamento eletrônico para desenvolver certo tipo de máquina ou de **software** primeiro, e não tem dado nenhum incentivo para que as empresas daqui compreem, não tecnologia lá fora, mas empresas lá fora, montadas inteiras, que seriam o caminho mais próximo de falar: vou encomendar tais coisas aqui e o sujeito tem a garantia de que vai fazer, e se o Estado ajudar alguém a comprar, mais do que uma pessoa, 3, 4, 5 companhias inteiras lá fora de **software**. O Esta-

do aqui está protegendo o mercado, ou, então, está definindo o cartório.

É a lição de intervir apoiada pela sociedade, mas não sabe muito bem como. Como questão na ponta, há os dois lados para considerarmos.

Pergunta – Essa busca da hegemonia, você afasta a via não pacífica? Por exemplo, lembrando a França, a Revolução Francesa, a União Soviética, a China, os Estados Unidos com a Independência e a Guerra de Secessão depois. Isso seria um caminho, ou só pela via pacífica constituir, o líder carismático, na disputa da Presidência da República a que você se referiu. Você afastaria?

MÁRIO ALBERTO – Estava pensando numa coisa interessante. A Constituinte da França começou em agosto de 88, e começou em Versalhes, num porão que foi rearranjado, foi Luís XVI que convocou, e funcionou meses sem ninguém prestar atenção. Foi exatamente o período em que o partido jacobino ganhou força. Quanto menos a Constituinte é relevante, maior é a chance de o partido jacobino ganhar força. E aí, eventualmente, por que isso não pode acontecer aqui, talvez?

O eixo da nossa sociedade está se desenhando numa época em que dificilmente o País se urbanizou. Suponhamos que possa acontecer qualquer coisa, nunca sabemos. Os países do novo mundo, com grande extensão territorial, não têm esquerda forte, por variados motivos. O Canadá, os Estados Unidos, o Brasil, a Argentina, a África do Sul e a Austrália, são seis países de grande extensão territorial do novo mundo, não têm esquerda consistente. É uma discussão sobre sim ou não. Se isso é bom. Eu acho ruim. A esquerda é o sal da terra. O fato de não ter a esquerda e como nesses outros países ser irrisória, acaba um pouco definindo certo quadro. Como reflexão, podemos contar com esse elemento de base talvez. Não me parece que haja um espaço mais para um levante incendiário tipo mexicano, tipo Zapata, porque urbanizou, porque a articulação saiu diferente. Pensar-se uma coisa que é articulada por um caminho de esquerda, imagino que a esquerda seja fraca demais aqui para comandar uma coisa assim, mas também nunca se pode dizer... O Irã apareceu ali de repente. Esses países, ficamos pensando: como são? São países em que os imigrantes vieram, são fortes e os imigrantes comandam em geral os meios de comunicação, os canais de comunicação, a mídia da sociedade nesses países todos, em geral. São pessoas de orientação mais conservadora, isto é, a cabeça das pessoas é feita por um discurso mais conservador nesses lugares. Talvez seja esta a razão por que nunca houve esquerda nesses lugares. São mais parecidos entre si esses países do que cada um deles com a Europa.

Temos que olhar mais para o que aconteceu nesse tipo de países do que aconteceu na Europa, por esse aspecto.

É uma incrível expedição, porque, ao mesmo tempo, o fato de não se ter a mão-de-obra farta e barata disponível mais, criam-se as questões da produtividade e de aumento de salário de uma forma muito rápida aqui. Acelera, na minha opinião, a movimentação vertical das pessoas na pirâmide.

O elemento positivo que tem essa urbanização, essa estabilização de população, é muito também sensível nesse aspecto de não estar no horizonte

um levante desse tipo, tipo incendiário cru. Af, penso que a questão da esquerda tem que ser analisada mais por esse outro jeito.

Os jornalistas continuam procurando um Irã aqui, a toda hora, e não vão querer perder. Então, de repente, o melhor é lermos um pouco com cuidado. De repente está aqui e não estamos vendo.

Intervenção – O Ministro Pazzianotto pintou aqui um quadro mais ou menos pessimista da situação. O pacto não foi possível, porque inclusive as pessoas que se sentaram à mesa não eram para tratar daquilo que, inclusive, para tentar um novo partido esse mesmo problema vai existir; crê que os salários perdem, a partir de agora, o que têm até aqui, é irreal; prevê novas greves em grande número. Ele não vê muita saída. Ele fala na Constituinte da mesma maneira como você falou. É preciso fazer alguma coisa.

MÁRIO ALBERTO – Como diz o nosso jargão, vai grevar. Seguramente as contas indicam certa redução do poder de consumo, mas o tesouro de guerra do Estado é suficiente, penso, para evitar a recessão, na medida em que isso começar a ser feito, se é na petroquímica, ou se é no aço, alguém vai ter que decidir, não sei como vai ser feita. Pode haver uma redução no consumo, já está havendo, mas não implica necessariamente que vá haver uma recessão. O Estado rapou um pouco o setor privado para fazer esse tesouro de guerra nos últimos dois anos. Nunca o Estado – é interessante – aumentou tanto a tributação como nos dois anos da Nova República. É algo incrível. Talvez ele tenha pego mais 7 ou 7,5% da renda nacional, ou está pegando, nesse processo. Se isso for usado em investimentos, a recessão pode ser tranquilamente evitada.

Não estou dizendo que não vai haver crise este ano. Estava querendo pensar, evidente que está todo mundo sabendo que vai haver uma greve em abril, todo mundo já está parando de faturar em São Paulo para abril, quer dizer, não vai entregar, aquelas coisas todas, tudo está armado. Então é evidente que vai haver um abril delicado e de conseqüências que ninguém sabe.

Que o Estado tem esse tesouro, que não é pequeno, disso sabemos, porque é imposto da gasolina é o imposto do cigarro, essas coisas todas. Ninguém deixou de usar carro e de fumar. Então, esse tesouro de guerra os governadores querem pegar um pedaço disso para cobrir o juro da dívida estadual. Se vão pegar, sim ou não, não sei. Se pegarem, diminui a capacidade de o governo investir, aumenta o risco de recessão. Eles também têm força para ganhar a eleição. Não sei como é que o governo central vai decidir. Como a hegemonia do lado industrial está fraca, eles podem perfeitamente ceder. É um tesouro de guerra que eles tinham montado com esse projeto. Podem ceder e aí o risco de recessão aumenta. Os Estados ficam mais bem atendidos e, paradoxalmente, o risco de recessão aumenta. O consumo cai.

Não vejo necessariamente, por isso, um motivo de agitação, porque isso não implica em que vá haver desemprego. Vai haver uma mudança de ênfase do tipo de emprego melhor remunerado, se esse dinheiro entra para ser investido. Na conta mais otimista, são 7 bilhões de dólares, na conta mais pessimista – são 5. Suponha-se seja pior ainda, que sejam 4 bilhões de dóla-

res, que se se mete numa massa, quer dizer, se se consegue alavancar e criar uma relação entre esse capital, o produto muito grande, muito maior do que a roupa feita etc. Se bem que se precisa de roupa no Brasil. Aquelas coisas que sabemos... Estou dizendo que, como alavancagem, esse tipo de investimento de tesouro de guerra do Estado é capaz de fazer fortíssimos resultados rapidamente no produto.

Então, não necessariamente penso que possa haver desemprego.

Isso não implica em que o quadro seja promissor. Insisto, nenhum país que arrumou a sua questão de população, urbanizou, que entrou nas condições em que o Brasil está vivendo hoje, deixou de dar certo. Não há outro exemplo no mundo. Vai ver que o Brasil pode ser o primeiro. Nada indica que vá ser o primeiro, mas não tem um mecanismo para resolver. Estou convencido de que um pedaço desse dinheiro vai embora, os governadores vão tomar. O Executivo está com dúvidas, etc. É uma convicção pessoal, não é informação. O Executivo diz que não, o pessoal dos Estados diz que vai pegar e, no fim, se faz um compromisso e um pedaço vai mesmo. Do ponto de vista de não haver recessão é ruim. Do ponto de vista de estabilidade pode ser bom, exatamente.

Foi isso que fiquei conversando com o Getúlio Bittencourt anos a fio, e vim aqui falar um pouco para vocês. São os elementos com os quais vamos lidar. Vou ter que trabalhar mais 16 anos. Tenho 19.

Por esses elementos, insisto muito nessa falta de hegemonia desse tipo de partido industrial, é a coisa mais importante que está havendo aqui agora, como elemento que falta para dar ceto.

Pergunta – Que valor teria a Constituinte na busca do processo de hegemonia?

MÁRIO ALBERTO – Vai haver dois complexos combates na Constituinte, além de todas as coisas que estamos pensando e catalogando, um combate que vai ser a questão do desenvolvimento regional. A distância de São Paulo, pela capacidade que São Paulo tem de trazer, atrair o melhor do Brasil nessa arrancada agora de 84, nos últimos dois anos, essa arrancada da recessão, a distância de São Paulo com o resto aumentou muito. São Paulo chegou ao pleno emprego muito antes. Fiquei muito impressionado com isso. Esta é uma questão que vai aparecer fortemente na Constituinte e dificilmente vamos poder deixar de tomar decisão de interferir fortemente na desigualdade regional. Esta é uma decisão que está além da política da nossa vida de Estado nacional e vai determinar taxas de crescimento econômico menores, mau humor em São Paulo, mas é necessário.

Esta é uma questão brutal para a Constituinte decidir e ela vai decidir provavelmente na direção certa.

Outra questão é que a Constituinte pode discutir a sério se tira os tributos diretos e passa para os indiretos, que é uma coisa que em geral ajuda muito para esse ganho de produtividade.

A questão é muito mais da reforma tributária, se isso vai passar para os Estados e Municípios. Se conseguirmos fazer a Constituinte pensar que os tributos indiretos são melhores, ajudam a aumentar a eficiência do funciona-

mento do País, em vez de cobrar linear de alto a baixo no cigarro, tem que cobrar mais imposto de renda das empresas, imposto sobre herança, isso vai aumentar muito a produtividade do País, e seria uma decisão.

Então, pensei em duas coisas grandes que vão passar pela Constituinte, que não estão ainda em tela de juízo, mas que devem entrar, e que vão influenciar crucialmente estes 15 anos para frente, essa construção em torno desse projeto. Certamente há mais coisas, mas essas duas estão na minha cabeça como as mais imediatas.

Pergunta – Mário, parabéns por sua fala profundamente instigante, que nos conduz a muitos raciocínios. Não queria que você terminasse sem passar um pouco, na sua análise, por um aspecto marcante na atual conjuntura brasileira.

Sinto que o outro momento da História tivemos os segmentos de mão-de-obra – “CUT, CGT” – tão articulados, tão dirigidos, como um foco de divisão bem compatibilizado, bem próprio de cada um, coincidentemente no momento em que o País com a Constituinte bem aflorada perante a opinião pública, bem badalada, bem exposta.

Essa compartimentação tão bem definida, que historicamente tão bem articulada neste momento, em que ela pode ajudar ou atrapalhar? O que o seu raciocínio conclui dessa visão?

MÁRIO ALBERTO – Os atores do jogo econômico, pelo menos os representativos, estão querendo intensamente agir por eles próprios, passar além do governo, tomar o governo. Naturalmente coloca em tela de juízo instantaneamente a duração do mandato do presidente. Esta é uma questão brutal que está aí, todo mundo a discute veladamente, mas está posta: se o governo tem capacidade de governar? Quanto mais ele tem capacidade de governar, mais esta questão estará resolvida **a priori**. Quanto mais a indústria, a FIESP, quanto mais Mário Amato e Menegueli cavalam o governo, mais chance há de a questão do mandato ser discutida. Para mim, isso é muito claro.

A questão é que, quanto mais alto fala o Menegueli e o Amato, maior dificuldade eles têm de se fazerem seguir pelas suas corporações. Então, eles querem governar, querem agir. Não sei se isso é bom ou ruim, estou descrevendo, estou de acordo com a sua descrição. Quanto mais o Menegueli diz alto o que ele quer, ou o Amato, instantaneamente, ele tem menos capacidade de comandar o seu segmento, que eles estão há muito mais produzidos por consenso e por um processo de formação muito precário ainda que estamos vivendo, começando a viver e que vamos passar por caminhos muito diferentes. Um dia a Convenção 81 vai passar e a organização tipo pirâmide vai estourar.

Eles estão muito conscientes da vontade que têm de cavalgar e têm muito medo de assumir compromissos em nome disso. A dualidade que está na cabeça desses chefes de ala, digamos, é muito viva. Acho que eles vão pender por um refluxo, para manter as posições, manter o comando. Neste sentido, a capacidade do governo de governar ou de voltar a agir com as mãos relativamente livres é maior do que está parecendo hoje aos nossos

olhos, pelo barulho, pelo noticiário: Mário Amato ganhou, não ganhou; cavalgou ...Evidente que ele cavalgou naquela hora, mas será que ele vai ficar cavalgando toda hora? Ele diz que quer, mas sabe que não pode.

A tendência desse comando sindical dos patrões e dos assalariados tende a refluir para uma posição de manter as suas organizações.

Esta, a minha opinião.

Pergunta — ... (inaudível)

MÁRIO ALBERTO — Há um pedaço grande de retórica da parte deles. Não há dúvida de que eles apertam muito o governo. Eles falam: quero o governo à mesa com propostas, ou seja, eles querem repartir o poder. E governo sem capacidade de governar é sinônimo hoje, no Brasil, de encurtamento do mandato presidencial. Esta é também mais uma das questões que a vida real vai resolver. A tendência — creio — é a de eles recuarem.

Pergunta — Você na análise, não sei se propositadamente, deixou de fora o terceiro braço dessa história, que seria UDR e congêneres. Seria um pouco de menosprezo por eles, no ponto de vista de poder?

MÁRIO ALBERTO — Houve, na semana passada, aquela coisa grande aqui. Depois eu mergulhei para apurar mesmo as coisas nas brechas da questão, efetivamente fico olhando: é evidente, há uma candidatura do Caiado ao Governo de Goiás, ele é adversário, já está em campanha, provavelmente o Íris vai concorrer também, então começa a fazer campanha. Então, há uma versão instantânea.

Há uma questão dele, sim ou não, de cavalgar as cooperativas, que são efetivamente o comando, porque uma operação é dos pecuaristas, a UDR articula essencialmente o pecuarista. A máquina das cooperativas é muito mais possante e não está preocupada essencialmente com a questão da divisão da terra. Esta questão não preocupa as cooperativas, que operam muito mais com média propriedade, onde esta questão já está mais resolvida.

Assim, olho muito mais por onde vai passar o campo. Pelo lado do proprietário, olho mais para as organizações de cooperativas. Então, aquelas coisas que aconteceram no Paraná, há dois meses, são mais complexas do que o negócio do Caiado, porque levante de cooperado é um coisa mais complexa.

A questão dos sindicatos rurais, como vão ser, sim ou não, atores, aí não consigo ter a menor reflexão. Sempre fico pensando que, se há terra, uma hora isso vai ser resolvido. Não é uma questão que vai ficar no centro dos acontecimentos por muito tempo, mas esta é uma opinião minha. Evidente que tem. Há a questão do Nordeste, que, em particular, é delicadíssima, porque a melhor terra está extensiva, por causa da cana. Ali vai haver uma confusão, e ali precisa ter, porque é a parte boa, mas não sei como vai-se resolver, porque aquele açúcar sai tão caro, aquelas coisas que sabemos... Fora disso, o resto da questão se resolve pela existência de terra.

Pergunta – Estou com medo do Leonel Brizola numa parte disso. Um negócio sintomático que se fala nisso, o governo está preocupado, as Forças Armadas estão preocupadas. Você vê alguma consistência nisso?

MÁRIO ALBERTO – Suponha que haja uma eleição presidencial a curto prazo. É sinal de que a crise aumentou. Quanto mais crise, mais chance de eleição. Eleição no meio de uma crise, para mim, é sinal de uma eleição Jânio contra Brizola, e o PMDB esmagado no meio, porque foi esmagado pela crise.

Pergunta – ... (inaudível)

MÁRIO ALBERTO – É. Aí é um mano a mano, porque ninguém sabe quem ganha.

Intervenção – Esse medo tem a ver, esse medo é real.

MÁRIO ALBERTO – A questão é, sim ou não, vamos ter eleições agora. O negócio de diretas-já, que está voltando, tem um lado evidente, o eleito hipoteticamente teria um compromisso da maioria com ele, com um programa. Isso logicamente é até impecável, é o raciocínio do Covas ontem no “Bom-Dia Brasil”. Só que a idéia da eleição agora é uma crise tão grande que o páreo é Jânio contra Brizola.

Então, essa lógica impecável, não sei, fica, a meu juízo, esgarçado. Pessoalmente, nessa questão, o Brasil é tão remotamente complexo, que acho que o Jânio ganha essa eleição. Mas esta também é uma opinião pessoal.

Intervenção – Você falou de início uma coisa que eu pessoalmente observo que é o que permeia tudo que falou em termos de história, em termos sociológicos, que é este problema da visão universal, um problema da visão histórica que o Brasil não tem e os outros têm, e que acho que o Brizola tem. Não sei sobre Mário Amato. Tenho conversado muito com as pessoas e exatamente que o Brizola, primeiro, ele foi muito beneficiado com esse discurso, que foi a grande chance da vida dele, eu acho. Foi ótimo, porque aí ele saltou para outros, foi aos Estados Unidos, foi à Europa, passou a conviver com o Socialismo mundial. Então, foi ótimo. Realmente ele passou a ter, ou talvez já tivesse de certa forma, isto que normalmente não temos. ... (inaudível)

Normalmente Brizola tem colocado e ele diz determinadas coisas, ele faz afirmações que são absolutamente absurdas no contexto imediato e, com o decorrer do tempo, passam-se 6 meses, 1 ano e se começa a se lembrar que ele já tinha falado aquilo, exatamente o que ele disse é o que está acontecendo.

MÁRIO ALBERTO – Acho que sim. Há certas coisas em torno disso, acho que ele poliu a sua visão.

Intervenção – Realmente ele pode ter um ... muito melhor que os outros, mas ele também tem outro respaldo.

Só queria colocar no início, e talvez você retomasse, no sentido que acho que justamente ... Outro dia inclusive ... (inaudível) falta demais para nós, jornalistas, para nós, políticos, para nós, governantes, a visão do todo, a visão do caso, a visão dos problemas. O brasileiro realmente é muito imediato, quer dizer, as coisas ficam muito curtas e muito simplórias para o brasileiro. As colocações são simplórias e as decisões são simplórias.

MÁRIO ALBERTO – Sabe de uma coisa interessante, o Tancredo sabia muito História e foi buscar muitas coisas que armou na História. É uma coisa interessantíssima. Há dois momentos cruciais. Veja bem, o Tancredo usou a técnica que o Zacarias aplicou em 57 para tentar resolver o negócio da escravidão, que foi quebrar o Partido Conservador. Saiu Nabuco, pai, com os aliados, fez o governo da transação, que, na minha opinião, só não deu certo porque cortou pela Guerra do Paraguai, que provavelmente foi provocada pelos ingleses, até com este objetivo.

Então, cortar o Partido Conservador, como fez Tancredo, é uma experiência que o Brasil já viveu bem. O Zacarias caiu em 63, 64, porque não conseguiu levar a guerra até o fim. Aí voltou Rio Branco, pai, o Visconde, que restaurou e que tentou voltar para trás, etc.

Tancredo foi buscar, ele gostava muito do Paraná, do Honório Carneiro Leão, que participou das negociações todas. Não foi, mas também não recusou espaço para o Zacarias. Ele fez uma leitura política muito parecida, porque o problema que o Tancredo atacou, afora uma transação de uma crise institucional evidente, complexa, ele atacou uma questão que é a integração dos brasileiros, a turma de baixo para cima, que equivale à questão da escravidão com um século de distância, com a mesma forma que dividiu o Partido Conservador do mesmo jeito, usando algumas pessoas-chaves de regiões fora das metrópoles, de São Paulo e do Rio. Foi um processo político muito parecido.

No geral, buscamos pouco, o Tancredo sabia. É bastante provável – e conheço muito mal o Brizola – é bastante possível que ele conheça, porque, algumas vezes que o entrevistei, ele cita com muita intimidade a maneira de trabalhar do Borges, do seu partido, conhece até a história do outro lado, do Assis Brasil etc.

É evidente que o Brizola poliu o seu discurso com a sua transação pela Europa, onde a esquerda sofreu modificações extraordinárias nos anos 70, terminou de saltar do vagão de Praga. O primeiro desastre de trem foi em Budapeste, o segundo foi em Praga. A expedição foi sendo recomposta para a esquerda europeia nos anos 70.

Ele viveu isso. Acho que tudo isso está certo. Há um outro lado. Ele tem um discurso e tem intuição, é muito bem preparado e é um forte candidato. A sua questão é complexa, que ele tem outro lado, ele vai junto com a contravenção, ou seja, ele não olha muito os meios para chegar aos fins. Isso nunca ajuda um político que tem fôlego, não costuma ajudar.

Intervenção – O Brizola é muito certinho em muita coisa, e é uma pes-

soa muito capaz de tirar ... (inaudível) ele é assim meio moralista. Não no mau sentido, mas naquele sentido...

MÁRIO ALBERTO – Penso que cavalgar, ele fez uma decisão de construir os CIEPs, que acho bom a longo prazo, e fez uma má decisão política de cavalgar ao lado da contravenção, e abriu espaço enormemente para o crime organizado. O crime organizado só está se armando no Brasil nessas circunstâncias, depois dessa passagem. E a contravenção vem junto com o resto. Isso é uma coisa que nunca ajuda o político na sua carreira a longo prazo. Mas é uma opinião minha. Acho que um dia isso vai pesar.

Pergunta – Mário, eu queria que você me falasse sobre esse problema de mentalidade.

MÁRIO ALBERTO – Não conseguimos estudar e pensar as coisas, mas é um problema, é muito pouco, como falei no começo. Temos que começar. Na nossa profissão, lemos muito pouco História, é muito grave isso. Fico sempre com a juventude, temos que começar a fazer a operação de recrutamento, fazer estágios. Temos que começar essas coisas. A vida da nossa profissão está sendo cada vez mais assim. Outro dia eu estava preparando anúncios para a seleção de jovens jornalistas recém-formados, e a base, o sujeito tem que saber História, tem que ter lido os livros na sua adolescência e tem que saber correntemente operar em inglês e, se possível, em francês, também, para ficar atual. São requisitos da nossa profissão, que, infelizmente, nem todos nós podemos preencher. Nossa profissão tem sido atribulada estes anos, mas tenho exigido agora como uma coisa fundamental.

Outros lados também vão aparecer, que vão exigir. A nossa identidade vai ser mais perseguida, as séries da TV ajudam um pouco, imagino, ainda que achemos chato, ou não, mas vende o livro da D. Beija, vende o livro de a, b e c, vamos ler mais. Alguma coisa vai acontecer de positivo nisso.

Você tem razão num ponto. Se não olharmos as pistas do passado e não olharmos para fora, vamos ficar reinventando a roda todo ano, e isso é um desperdício.

Esta é uma questão que vamos ter que lidar com ela em cada ramo da atividade. Em nosso ramo, em especial, é fundamental. Se não lidamos antes, é uma falha nossa. (Palmas)

SOBRE O PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO

JOÃO SAYAD

**AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
24 DE FEVEREIRO DE 1987**

JOÃO SAYAD (Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República) – O objetivo desta reunião é a divulgação. Discutir com os Srs. no caso dos ministérios, as suas atividades e, o caso do Ministério do Planejamento, qual a orientação, qual o plano econômico do Governo.

Sendo este o objetivo, a palestra seria mais produtiva se eu me concentrasse em discutir com os Srs. o Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano de Metas, um detalhamento do Plano Nacional de Desenvolvimento, que, a meu ver, orientam, devem dar a linha da Política Econômica e de Planejamento Econômico do primeiro Governo da Nova República.

São documentos já conhecidos, mas tenho impressão de que uma breve exposição para os Srs., junto com um debate rápido em seguida, podem esclarecer os pontos principais.

Em primeiro lugar, o que se coloca como premissa da Política Nacional de Desenvolvimento é que o Brasil é uma economia que, apesar de todos os obstáculos que tem pela frente, pode crescer entre 6 e 7% ao ano, a sua taxa média de crescimento histórico, taxa essa que não encontra obstáculos na formação de poupança nem na área externa, nem na área de recursos naturais e de recursos humanos. É uma taxa que garante uma oferta de emprego adequada para todos os brasileiros que entram no mercado de trabalho, é uma taxa que permite o crescimento da renda *per capita* brasileira em torno de 3 ou 4% ao ano. Portanto, é uma taxa não só viável como aceitável, face às aspirações da sociedade brasileira.

Para obter esse crescimento, temos que considerar que obstáculos existem pela frente. Em primeiro lugar, não preciso repetir aos Srs. que não há nenhum diagnóstico pessimista sobre a potencialidade da economia brasileira. Esta aqui é uma economia que tem uma agricultura dinâmica, uma agricultura construída em bases empresariais, uma agricultura que conseguiu e consegue responder a desafios de mercado com muita rapidez. O exemplo da soja, do suco de laranja são dois exemplos que me ocorrem, o álcool e outros, mostram que é uma agricultura organizada em bases empresariais muito dinâmicas e muito modernas. Há uma indústria que também é bastante complexa, competitiva, avançou em todas as linhas de um parque industrial moderno, garante as exportações da ordem de 10 ou 8 bilhões de dólares todos os anos, uma indústria também construída em bases empresariais, em bases competitivas, e que apresenta todas as características positivas e favoráveis para que o Brasil cresça a essa taxa.

Que obstáculos encontraríamos pela frente? É isso que vale a pena discutir, já que recursos humanos nem recursos materiais não são obstáculos importantes.

O primeiro, que hoje está na pauta do dia, poder-se-ia chamar dívida externa. O Brasil tem uma dívida da ordem de 100 bilhões de dólares. Para pagar os juros dessa dívida precisa remeter, todos os anos, um valor da ordem de 8, 10, 12 bilhões de dólares, dependendo da taxa de juros.

E a questão é: será que podemos crescer remetendo essa quantia de dólares todos os anos para o exterior?

A resposta é complexa. Num auditório de comunicadores e num auditório que tem a tarefa de explicar corretamente os problemas que temos pela

frente, vale a pena explicar a questão da dívida externa em toda sua sutileza, em toda sua complexidade.

As projeções, os números, as indicações que temos sobre a economia brasileira mostram que conseguimos crescer 6,7% ao ano, todos os anos, produzindo um superávit de 12 bilhões de dólares. É uma informação paradoxal, praticamente, nos dias de hoje, no momento que estamos vivendo.

É a formação compartilhada por muitos analistas da economia brasileira, analistas brasileiros e estrangeiros. É uma informação baseada em uma análise bastante minuciosa, bastante cuidadosa, bastante detalhada. De fato, o País pode crescer 6% ao ano, todos os anos, dentro de algumas premissas, dentro de algumas hipóteses conservadoras, como se faz em todas as projeções produzindo um superávit de 12 bilhões de dólares.

Será que isto significa que a dívida externa não é um obstáculo? Ela é e não é. Ela é um obstáculo na medida em que esses 12 bilhões de dólares representam uma sangria, uma remessa de poupança para o exterior de magnitude ponderável, 12 bilhões de dólares chegam a 4% do PIB. Um país que tem força, o dinamismo e o desejo de crescer muito rapidamente, como é o caso da economia brasileira, esse país remeter todos os anos, chova ou faça sol, 4% do seu Produto Interno Bruto ao exterior é um esforço bastante difícil, um esforço que pode não se concretizar em vários anos.

Em segundo lugar, é um resultado que coloca a economia brasileira no fio da navalha. Se tudo ocorrer como se prevê, ou seja, se o Brasil crescer 6 a 7% — não pode crescer nem 8 nem 5; 5 não teria importância, do ponto de vista da dívida externa, se crescer 8 ou 9, já enfrentaria um problema —, é um País que, se crescer 6, produz 12 bilhões de dólares, dadas as taxas de juros internacionais. No entanto, se as taxas de juros internacionais se elevarem abruptamente, não conseguirá produzir os 12 bilhões de dólares de superávit. É um País que consegue produzir 12 bilhões de dólares com o preço do petróleo oscilando nos níveis em que está oscilando hoje, entre 18, 15, 20 dólares por barril. Sem dúvida nenhuma não conseguirá produzir os 12 bilhões de dólares de superávit se os preços de petróleo assumirem valores mais elevados do que esses.

Enfim, a afirmação de que o Brasil pode produzir o superávit comercial de 12 bilhões de dólares todos os anos, é uma informação que, ao mesmo tempo, mostra que o Brasil tem a possibilidade de crescer 6% todos os anos, mas mostra também que é um limite muito estrito, é uma projeção. Se há alguma coisa que devemos levar como lição dos últimos 20 anos, ou pelo menos de alguns períodos dos últimos 20 anos, é que a regra ótima para a condução de política econômica é a regra da prudência, da aversão ao risco. Quando assumimos essa dívida de 40, 50 bilhões de dólares, no período de 74/79, em princípio essa era uma política absolutamente razoável. O Brasil passou pelo período de recessão investindo pesadamente e, de forma geral, investimentos corretos. Investiu em energia elétrica, no plano siderúrgico, investiu em outras atividades, que, em geral, são atividades economicamente rentáveis. A política de endividamento externo, no período de 74/79, de forma geral foi uma política correta. Qual foi o engano? Foi não levar em conta o risco de elevação de taxas de juros internacionais, o risco de uma recessão internacional, o risco de outra elevação do preço do petróleo. Enfim,

risco que, de fato, acabaram ocorrendo e que colocaram a economia brasileira numa crise bastante severa a partir de 1982.

Se o endividamento tivesse sido menor, se aquela política correta tivesse sido mais prudente, não enfrentaríamos o problema que passamos a enfrentar a partir de 81/82, o problema da crise internacional.

Esta é a lição a se tirar desse período, e essa é a lição que devemos usar ao discutir a possibilidade de crescimento da economia brasileira, produzindo um superávit de 12 bilhões.

De fato, podemos produzir, mas qualquer alteração nos parâmetros da economia internacional ou nos parâmetros da economia nacional, geram um problema como o que estamos enfrentando agora. Portanto, é uma solução que existe, mas é uma solução muito estrita, muito apertada. Tão apertada é que bastaram dois anos de crescimento bastante rápido da economia brasileira para que passássemos a enfrentar uma dificuldade em fevereiro/março deste ano, no tocante à produção desse superávit.

Portanto, não se pode imaginar uma política de crescimento sustentável da economia brasileira sem que exista um relacionamento — e esta é a palavra correta —, um relacionamento normal com o mercado financeiro internacional. Não se trata apenas de reduzir a remessa de poupança de 4% do PIB para um número menor. Sem dúvida, este é um objetivo importante, reduzir para 4, 3, 2, para um número que for possível. Mais importante do que isto é que essa remessa seja não uma restrição à economia brasileira, e sem um relacionamento normal. Podemos remeter no ano de 1988 3%, no ano de 1989 2%, mas no ano de 1990 podemos não remeter nada. É preciso que uma economia, como a brasileira, que tem aspirações de uma economia moderna, integrada no resto do mundo, uma aspiração de se tornar uma economia capitalista, moderna, que atenda aos anseios da população brasileira, é preciso que essa economia tenha um relacionamento normal com as outras economias do mundo. Não tínhamos e continuamos a não ter. É preciso que batalhemos, negociemos a dívida passada e definamos com precisão qual é a forma de relacionamento do Brasil com o mercado financeiro internacional. Essa forma de relacionamento do Brasil como mercado financeiro internacional. Essa forma de relacionamento não está nos livros, não está também nos regulamentos americanos. Ela precisa ser trabalhada, criada e organizada. Este, um obstáculo.

Outro obstáculo se refere ao financiamento dessa conta que tem que ser paga em algum momento e de alguma forma.

Em 1985, e diria que hoje também, 1987, a economia brasileira tinha as seguintes características: havia conseguido produzir os 12 bilhões de dólares de superávit, como disse, com essas qualificações todas que apresentei, mas não tinha encontrado quem quisesse pagar a dívida internamente.

Para que os Srs. entendam esta questão, me referiria ao caso da Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial. Depois da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha ficou devendo aos países que a venceram na guerra os pagamentos de recuperação. Tinha que pagar os danos da guerra à França e à Inglaterra, se não me engano. O que aconteceu na Alemanha naquele período? O governo alemão conseguiu cobrar o montante de pagamentos de reparação dos seus cidadãos, conseguiu recolher os marcos necessários para fa-

zer o pagamento aos aliados. Entretanto, ela não conseguiu produzir um superávit comercial, ou seja, tinha os marcos, mas não tinha os francos. Não sei se compreendem isto. Ela recolheu os marcos, mas não tinha os francos para pagar aos franceses, aos ingleses.

A economia brasileira em 1985, e hoje em 1987 está numa situação inversa. Conseguiu produzir os 12 bilhões de dólares em 85 e 86. Em 87 não conseguiu os 12, vai produzir 7, 8, 9, não sei quanto. No entanto, já conseguiu demonstrar que consegue produzir os dólares necessários para pagar os investimentos e as elevações, abruptas e intempestivas, da taxa de juros internacional, ela resolveu a questão da moeda estrangeira. Mas ela não encontrou – e aqui estou falando num ambiente informal – o “pato” que tem que pagar isso aqui dentro. Esta é a questão chamada do déficit público. Uma parte significativa do nosso déficit público se refere à necessidade de se fazer a remessa de juros ao exterior. Isto não quer dizer que, se resolvermos a questão da dívida externa, resolvemos a questão do déficit público, mas quer dizer, com precisão, que é muito difícil resolver a questão do déficit público sem resolver a questão da dívida externa. Não encontramos quem pague a conta.

Evidentemente, a questão do déficit público, quando discutida politicamente e quando discutida sem o rigor e a precisão que estou pretendendo dar à discussão de hoje, se confunde com outra questão que é importante também, mas que não deveria ter esse nome, apesar de tê-lo na discussão pública.

É óbvio que o Estado brasileiro, tanto a nível de Governo Federal, quanto a nível de governos estaduais e municipais, demanda uma reformulação, demanda um esforço de modernização, demanda, na linguagem que adotamos, uma reforma administrativa. Por quê? Porque a sociedade brasileira progrediu e o Estado brasileiro cresceu menos. Por isso ele apresenta focos de ineficiência, focos de gastos incorretos, que são discutidos popularmente em nome do déficit público. Esta é a origem do déficit público. Às vezes, quando o funcionário público deixa o paletó na cadeira ou cada vez que há um investimento incorreto, a opinião pública, a imprensa, que tenho a impressão de que é com que os Srs. tratam, chamam isso de déficit público. Não é o nome correto.

Existe déficit público sempre que o governo gasta além, não do que ele arrecada, mas gasta sempre que ele precisa se endividar mais. Esta é a definição de déficit público. Sempre que o Governo brasileiro e as suas empresas precisam de mais dívida, ou seja, não conseguem estabilizar o nível do seu endividamento, neste sentido estrito existe déficit público. Poderíamos ser um setor público liderado por grandes talentos administrativos, absolutamente enxuto, sem nenhum desperdício, e mesmo assim termos propositalmente um déficit público, ou termos um déficit público, porque estamos investindo além da nossa capacidade de financiamento com recursos próprios. Nesta situação, teríamos um déficit público.

É uma distinção sutil, que tento divulgar há muitos anos, com absoluto fracasso. Volta e meia me chamam de estatizante, por causa disso. É um esforço. Vai-se construir um debate democrático sobre as questões econômicas do País, e é preciso que alguns homens públicos, pelo menos, se esforcem e

definam as coisas com clareza. O déficit público é isto.

Por exemplo, a PETROBRÁS, para tentar explicar novamente. Ao fazer um investimento numa plataforma — para dar um exemplo mais forte —, ao fazer esse investimento no campo que encontrou na Bacia Amazônica, um investimento absolutamente rentável, absolutamente correto, lucrativo, se, ao fazer esse investimento, a PETROBRÁS precisar tomar um empréstimo no mercado financeiro internacional, pagando uma taxa de juros, suponhamos, absolutamente baixa, de 5 ou de 3% ao ano, ao fazer esse investimento, ela está incorrendo num déficit público, porque vai-se financiar com dívida. Este é o sentido da palavra déficit público.

No caso brasileiro, o grosso do déficit público está associado à necessidade que temos de financiar o investimento com novos empréstimos. E por que temos que financiar com novos empréstimos? Porque ninguém quer pagar a conta sem ser emprestando dinheiro para o Governo brasileiro. Ninguém quer pagar mais impostos, ninguém quer pagar os preços dos serviços públicos corretamente. Esta é a razão macroeconômica do déficit público brasileiro.

Precisamos ter uma rentabilidade adequada para o setor elétrico, para o setor siderúrgico, para todos os setores públicos e precisamos de mais imposto. Apanho também por esta afirmação há muitos anos. Eu dizia, na época do Dornelles: vai aumentar a carga tributária ou não vai? Ele dizia: combinamos, eu e o Dornelles, que uma semana ele diz que vai, e na outra semana digo eu.

É evidente que a carga tributária brasileira caiu e ninguém quer pagar a conta externa. Esta é a razão do déficit público. É preciso recuperar a carga tributária e é preciso recuperar a rentabilidade do setor público brasileiro, através das tarifas. Sem isso, os Srs. não se enganem, não há solução. Não consigo, nem eu nem nenhum Ministro do Planejamento, do passado ou do futuro, não conseguem gerar apenas pela economia de gastos de custeio, não conseguem gerar os recursos necessários para pagar a conta externa.

Sempre digo, e aqui vou repetir, se conseguíssemos economizar em custeio — em luz, papel, funcionário público que não é necessário, transporte desnecessário —, essa economia deveria ser feita em qualquer condição, com ou sem inflação, com ou sem dívida externa. Afinal de contas, estamos tratando de dinheiro público. Se eu poder atender a um cliente no hospital, gastando 10 cruzados, em vez de gastar 20, tenho que fazer esse esforço para gastar 10 em qualquer situação, quer eu tenha dívida externa ou não, quer eu tenha inflação ou não. É uma obrigação do administrador público.

A opinião pública chama de déficit público esse desperdício de gastar 20 em vez de 10 na cama do doente no hospital.

Entretanto, isto não é relevante, do ponto de vista macroeconômico. Relevante é que temos uma conta de juros elevada, conta essa que o cidadão brasileiro médio não quer pagar. Então, temos que fazer uma dívida interna, tenho que mandar os juros lá para fora. Consigo gerar os dólares, é isto que estou explicando, para mandar para fora. Na hora de conseguir os cruzeiros necessários, ninguém quer pagar, porque a carga tributária é muito alta, existe uma presença muito grande do Estado na economia brasileira, porque o funcionário público não trabalha direito, porque, afinal de contas, aquela

autarquia velha do Governo brasileiro é uma porcaria... Então, não vou pagar imposto por causa disso. O brasileiro não tem uma cultura e um sistema jurídico adequado à cobrança de impostos, ninguém quer pagar. Então, o Governo brasileiro precisa emitir títulos, financia o endividamento externo com o endividamento interno.

Este, o segundo obstáculo da economia brasileira que precisa ser resolvido.

Se vocês olharem todos os pacotes que foram feitos desde 1985 até 1986, 21 de novembro, vão observar que o esforço repetitivo da política econômica brasileira é no sentido de financiar o gasto público brasileiro. Foi assim em 1985, quando se fizeram alterações tributárias, o Ministro Dornelles e o Ministério do Planejamento fizeram uma proposta de redução de gastos e a paralisação de alguns investimentos considerados incorretos. Foi o primeiro em dezembro de 1985, já com o Ministro Dilson Funaro, foi feita uma reforma tributária de emergência. Era o mesmo objetivo. Em julho de 1986, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento. A economia se encontrava com uma inflação muito baixa, mas tínhamos que pagar, o que se chamou na reunião de Carajás com o Presidente, tínhamos que pagar o carço. O que era o carço? Era a dívida externa que não conseguimos financiar internamente. Foi definido, portanto, um Fundo Nacional de Desenvolvimento, a partir do preço de alguns produtos, com este objetivo. Em 1986, a mesma coisa.

São esforços ingentes, repetitivos, no sentido de resolver a questão do déficit público. Vamos fazer as contas para 1987, mas, a meu ver, ainda não está resolvido, porque a questão do déficit público não se resume à questão do Governo Federal, também passa pelos governos estaduais e municipais. Faz parte da estratégia brasileira de solução do déficit público, como está no Plano Nacional de Desenvolvimento, um esforço para aumentar a carga tributária e um grande esforço de reforma administrativa, reforma administrativa esta que tem, entre os seus objetivos, o de descentralizar, ou seja, de retirar do setor público federal algumas atividades e passá-las para níveis estaduais e municipais.

Este, o segundo obstáculo, a questão do déficit público.

O terceiro obstáculo é a inflação, e nele não me vou estender muito. A inflação brasileira é um fenômeno medido, há meio século, desde 1948 pela Fundação Getúlio Vargas.

A inflação – vou dizer uma coisa que espero não seja espantosa, mas é verdadeira –, a inflação tem uma função na sociedade brasileira, sempre teve. Ela engana um pouco os participantes da economia brasileira. Ela engana o recebedor do salário-mínimo, que vai deixar de ganhar 800 e vai ganhar 1.600 cruzados. Ela engana a nossa empregada doméstica, quando dizemos: vou aumentar o seu salário. Você está ganhando 3 mil, vai ganhar agora 6 mil cruzados. A inflação nos engana, engana os depositantes da caderneta de poupança, que recebem 16% de remuneração em janeiro.

Então, não nos enganemos. A inflação, numa sociedade como a brasileira, uma sociedade que tem aspirações muito grandes de desenvolvimento, todos os brasileiros nos vemos muito mais ricos no futuro próximo, temos essa aspiração, numa sociedade como esta, a inflação tem o papel de jogar

fumaça nos olhos dos participantes. Só que, quanto mais velha é a inflação, e quanto mais acostumados ficamos com ela, menos ela consegue cumprir esse papel e mais estorvo ela causa. Uma inflação de 10%, em Portugal ou nos Estados Unidos, engana os participantes da economia americana de certa forma. Na economia brasileira uma inflação de 16% já não engana ninguém, porque olhamos atentamente os índices de preços, estamos acostumados a reagir, todos nós, brasileiros, empresários, trabalhadores, donas-de-casa, o inquilino, estamos acostumados a olhar para a inflação, estamos acostumados a fazer conta com a inflação, então, reagimos muito rapidamente, e a inflação tende, por causa disso, a se tornar instável, ou seja, tende a se mover rapidamente do nível de 3 para 7, de 7 para 15, e assim por diante.

Como proteger a economia brasileira da inflação? No passado se definiram as regras de correção monetária. O Plano Cruzado, que foi estabelecido em 28 de fevereiro do ano passado, teve como objetivo – a meu ver, um objetivo bem sucedido – liberar-se da inflação naquele momento. Naquele momento a economia brasileira estava pronta, absolutamente pronta, para se livrar do fenômeno inflacionário. Por que estava pronta em fevereiro de 86? Porque tinha a questão da dívida externa, pelo menos a questão do superávit comercial, em equilíbrio. Produzíamos 12 bilhões de dólares todos os anos, e aquela não seria uma pressão sobre a economia brasileira. Toda inflação que experimentávamos naquele período, era uma inflação decorrente dos esforços de produção daquele superávit no passado, ou seja, o governo anterior fez uma máxi, outra máxi, elevou a taxa de juros. Tudo isso gerou uma reação na economia brasileira, uma baita taxa de inflação, mas os motivos para que a inflação fosse alta já não estavam presentes em fevereiro de 86, pelo menos na área do setor externo.

O déficit público estava sob controle severo. O Governo havia tomado medidas estruturais importantes para resolver a questão do déficit: o fim da conta-movimento, o orçamento unificado, a reforma tributária de dezembro de 85. Portanto, não havia fogo naquela fogueira inflacionária, estávamos vivendo um incêndio onde o combustível já tinha sido retirado daquele incêndio. Estávamos vendo um carro que andava numa desabalada carreira, mas já tinha sido tirado o pé do acelerador. Então, precisava só breicar. O Plano Cruzado foi um breque, um breque, a meu ver, muito bem desenhado, um breque que foi acionado no momento oportuno, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político. A sociedade brasileira aguardava medida daquele tipo, e, por esta razão, obteve um sucesso e um apoio muito grande. A inflação passou de 15% ao mês para 0, menos alguma coisa, e, depois, assumiu valores mais elevados, mostrando que a medida tinha sido adequada.

Em seguida ao Plano Cruzado, nos atrasamos em várias medidas, e talvez tenhamos tido um objetivo muito ambicioso, de jogar a inflação para zero – aliás, é objetivo fundamental. Não posso dizer, como autoridade: tenho como objetivo a inflação de 5% ao mês. Se eu falar que o objetivo é 5, estamos trabalhando em 10. Enquanto Ministro, se eu falar que o objetivo é 12, vão dizer: então esse cara está planejando 15. Na época tínhamos o discurso de inflação zero, sabendo que íamos ser desgastados por esse objetivo, mas estava incluído no meu salário ter que dizer que a inflação era zero. Fazia

parte da minha função e da função do Ministro da Fazenda também jogar um objetivo de inflação baixa, para que ela fosse um pouco acima disso.

Por uma série de razões – a mais importante delas, a meu ver, o fato de a economia estar superaquecida, com uma demanda muito alta –, o Plano Cruzado começou a sofrer pressões para a elevação de preços. E o Governo, nós, decidimos segurar essas pressões por um tempo, que hoje, claramente, um tempo que foi exagerado. Na época não víamos dessa forma. Por esta razão, acabamos experimentando, como estamos experimentando agora, uma taxa de inflação muito elevada.

A meu ver, a questão mais importante na área inflacionária se referiu e se refere à falta de uma definição de política salarial junto com os trabalhadores. O que quer dizer isto? Quer dizer que uma economia capitalista, e somos uma economia capitalista, a economia capitalista é uma máquina de crescimento fora de controle, melhor do que uma máquina é um animal, é como um cavalo veloz e selvagem que é muito difícil controlar. De repente, ele sai correndo a 120km por hora e de repente pára. Esta é a natureza da economia capitalista, neste século XX, no século XIX e no século XVIII. É preciso compreender isto. A economia brasileira é uma economia que cresce ciclicamente, que cresce espasmodicamente. É uma economia tão poderosa que, de vez em quando, ela sai correndo e, de vez em quando, ela pára. É uma economia que tem participantes muito ávidos de crescimento. No caso brasileiro, não é de se estranhar que, depois da recessão de 81, depois do arrocho salarial de 82, 83, houvesse uma pressão muito forte para aumento de salários. Não é de se estranhar, não é surpresa. Como se resolve esta questão? É uma demanda legítima de expansão dos salários, 10, 20, 30%. Como se resolve esta questão?

Duas trilhas: uma, a trilha dos conservadores, a trilha que o Governo brasileiro rechaçou logo, de imediato – a trilha da recessão. É o desemprego que impede aos trabalhadores a obtenção do salário que pretendem obter. Esta é uma trilha irresponsável, é o caminho irresponsável a longo prazo. A curto prazo, ele resolve a inflação, mas, a médio e longo prazo, ele começa a criar uma pressão social, um ônus, um quisto social impossível de ser resolvido politicamente.

O desemprego, como um instrumento de política econômica, é um instrumento não-ético, um instrumento irresponsável. O homem desempregado é um homem que não tem arena onde possa fazer valer a sua voz, não tem uma tribuna onde possa fazer valer a sua reclamação. Ele é um homem que acabou de ficar no olho da rua, não tem um grupo social que o apóie.

É lógico, ele pode dizer: não é o meu caso só, há uma porção de gente que está desempregada... No entanto, quem já correu o risco de perder o emprego, todos nós aqui já corremos, sabe que é um risco que quebra a espinha dorsal do homem desempregado. Significa que ele se mantém mudo, se mantém alheio à sociedade, ele não tem uma arena, não se vê passeata ou greve de desempregado. Quando esse ônus, esse embaraço, essa dificuldade que lhe é imposta é trazida à arena política já é trazida de uma forma em que não há negociação possível, já é trazida nos saques que ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1983, já é trazida de uma forma onde não há

possibilidade de conversar, já é trazida para a arena política de uma forma violenta.

É por isso que nenhum governo responsável pode escolher o desemprego, ou a recessão, ou o crescimento mais lento como forma de contemporalizar as demandas salariais. Este, um caminho que o Governo brasileiro rechaçou de pronto.

Imaginávamos que colocaria certa disciplina na demanda salarial, na época do Plano Cruzado, era o congelamento. Imaginávamos que o congelamento colocaria empresários face aos trabalhadores. Os empresários não dariam aos trabalhadores os salários que eles estão pedindo, porque não conseguiriam repassar para frente.

Nós nos enganamos. A demanda do salário brasileiro tem muita força e os empregadores deram aumentos de 20, 30, 40%, apostando que depois os preços seriam aumentados. Infelizmente hoje temos a dizer que é verdade, aconteceu isso. Eles deram um grande aumento de salários e agora tomaram de volta esse aumento de salários, estão tomando pelo aumento de preços. É da natureza, não atribuo isso à má vontade do empresário ou a uma conspiração. Não é isso. É da natureza do funcionamento da economia brasileira. Não tínhamos uma regra salarial e tínhamos, como queremos ter, pleno emprego. E com pleno emprego os trabalhadores foram lá e conseguiram o aumento de salário que bem entenderam. Só que esse aumento de salário não se viabilizava, era muito grande, não se viabilizava por aumento de produtividade ou por aumentos de produção. Acabou redundando em pressão inflacionária. Não é a única causa, mas é uma das causas.

O que é preciso para desenhar de novo um Plano Cruzado no futuro? A economia brasileira, passada essa fase de atribulações na área externa, na área do déficit público, continua a ser estruturalmente uma economia pronta para crescer 6 a 7%, uma economia que consegue produzir, com as qualificações que dei, um superávit de 12 bilhões de dólares e que, portanto, não tem razão nenhuma, não hoje, mas no futuro, para conviver com uma inflação de 200 e 300%. Precisa passar por uma reforma monetária no futuro. No momento não está pronta, no momento não está organizada para passar por uma reforma monetária, mas no futuro precisa.

Quais são os ingredientes dessa reforma monetária? Ela precisa de uma solução para a dívida externa, de uma solução para o déficit público e precisa de um acordo com os trabalhadores na área salarial. O caminho do acordo é o caminho que o governo brasileiro, que a política brasileira endossa, e não o caminho da recessão. Precisamos ter um acordo: os Srs. vão ter um aumento de salário desta forma, se os Srs. aceitarem. Faltou, no primeiro Plano Cruzado, um acordo salarial com os trabalhadores. No novo, se algum dia houver um novo, na nova reforma monetária, se algum dia houver, é necessário que nos sentemos com os trabalhadores e cheguemos a um acordo: qual é a forma de conversão dos salários que eles aceitam. É uma tarefa bastante complicada, uma tarefa politicamente difícil, mas é uma tarefa inevitável. Não combateremos a inflação se não tivermos um acordo entre trabalhadores e empresários para resolver a questão dos salários. A questão do pacto se referia a isto.

Para não me estender mais, estou descrevendo o que é a estratégia da política econômica brasileira, e não escrevi a questão da opção pelo social, que caracteriza este Governo.

Não só olhando a história da economia brasileira, mas olhando a história de qualquer economia capitalista, a história da Revolução Industrial na Inglaterra no século passado, a história da Revolução Industrial na Europa no século passado, a história do progresso da sociedade americana no século passado e neste século, salta aos olhos a seguinte evidência: o progresso, o desenvolvimento econômico, o crescimento é acompanhado por grandes destruições, por grandes desmantelamentos na estrutura social e produtiva anterior. Schumpeter, autor acima de qualquer suspeita, chama o processo de desenvolvimento um processo de crescimento destrutivo, de destruição criadora. Não é preciso ser economista ou filósofo para ver isto. O próprio crescimento da agricultura brasileira, está aqui o pessoal da reforma agrária, foi feito com base em expulsão de mão-de-obra. Também não é novidade na sociedade brasileira. A Revolução Industrial inglesa, a Revolução Agrícola começou em *closures*, em cercaduras, que expulsavam a mão-de-obra do campo inglês.

Olhando a sociedade brasileira, sabemos que o nosso progresso foi feito às custas de grandes deslocamentos de população do Nordeste para o Sul, Sul de novo para o Norte, para as novas fronteiras. O próprio processo de industrialização, que se iniciou com grandes contingentes de mão-de-obra imigrante, também é um processo que, ao mesmo tempo em que cria a riqueza, desorganiza a própria produção e cria pobreza. A pobreza que vemos nos bóias-frias e na agricultura brasileira, nas periferias urbanas, nas populações deslocadas, é uma pobreza moderna, diferente daquela pobreza, talvez, descrita pelas cidades mortas de Monteiro Lobato, que é uma pobreza decorrente de estagnação, a pobreza do sujeito que é pobre porque tem verminose, mas está acostumado com ela. Temos a pobreza diferente, uma pobreza da população que foi expulsa do campo e veio para a cidade, uma pobreza do indivíduo que veio à cidade procurando uma fase melhor, ou procurando fazer América na cidade, e que vai fazer, mas por enquanto tem o filho com meningite, porque a cidade não conseguiu oferecer tratamento sanitário adequado, ou não tem escola para o seu filho. É uma pobreza moderna.

É preciso aprender que essa pobreza não se resolve simplesmente por um problema de crescimento. Não podemos ter em 1985 a ilusão, que a política econômica anterior tinha, de que o crescimento por si só resolve. É verdade, o crescimento é uma condição necessária para resolver o problema da pobreza. Não podemos imaginar que vamos resolver o problema da pobreza com estagnação. Precisamos crescer pelo menos 6% ao ano. Ao mesmo tempo em que esta é uma condição necessária, ela não só não é suficiente para resolver o problema da pobreza, como agrava o problema da pobreza. Quando se instala uma fábrica moderna de suco de tomate, desmantelamos a produção artesanal do suco de tomate, jogamos uma porção de pequenos agricultores, ou uma porção de pequenas indústrias – é coisa antiga – que produziram suco de tomates na rua da amargura.

O que fazer? O Governo brasileiro precisa concentrar os seus gastos na área social, tendo uma atitude – digo isto enfaticamente – assistencialista em

muitos casos. O assistencialismo não é uma proposta da qual nos devemos envergonhar. É uma atividade absolutamente necessária numa economia e numa sociedade que se transforma, tão rapidamente como a nossa. Alguns críticos dizem: mas é preciso ensinar o sujeito a pescar, e não lhe dar o peixe.

Discordo. Quando se anda nas ruas de uma cidade grande qualquer do Brasil e se encontra um menor com um problema de fome ou de atenção inadequada, porque a sua família está desmantelada, isso encontramos em São Paulo, no Rio de Janeiro, deve-se encontrar em Brasília; só que aqui tenho a impressão de que fica atrás do palco, atrás do cenário, fica nas cidades-satélites, não vemos, quando se encontra isso só um indivíduo que não tenha bom senso é que poderia propor como solução para essa criança sem lar, para essa criança com problema de inanição, poderia propor a seguinte terapia: vamos resolver o problema do déficit público, da dívida externa, vamos começar a crescer, e, então, esse sujeito vai receber alimentação e a educação adequada.

Um homem de bom senso, e creio que o Governo brasileiro é composto de homens de bom senso, principalmente, propõe a solução imediata: há um sujeito ali com fome, que faz parte de uma geração que não terá a formação cerebral adequada daqui a 20 anos, a terapia imediata é dar-lhe comida. Só o economista diria alguma coisa diferente. O homem de bom senso não, eu vou ali e dou comida àquele sujeito.

Esta é uma tarefa da qual não nos podemos furtar, pelo seguinte: a economia brasileira tem condições técnicas e econômicas adequadas para garantir nutrição adequada a toda a sua população. Não precisamos de uma revolução verde para dar alimento adequado a todos os brasileiros. Não precisamos importar alimentos para fazer isto. Temos agricultura e capacidade empresarial para atender a isso imediatamente. Portanto, não temos o direito de ter uma geração de brasileiros com problemas de formação cerebral adequada por falta de alimentação. Não temos esse direito. O Presidente da República falou isso na ONU, e falou com absoluta correção. O problema de alimentação e educação, temos as condições técnicas para resolver. O que não temos são as condições organizacionais. Também não precisamos envergonhar-nos muito disso, porque nenhum país tem condições organizacionais de chegar aos pobres. Os pobres, por definição, são pobres em primeiro lugar, porque são desorganizados. Eles não conseguem fazer greve, não conseguem fazer valer os seus direitos. Eles fazem parte da desorganização que o próprio crescimento econômico gera. Se são desorganizados, é muito difícil chegar a eles. Digo que não é só no caso brasileiro que é difícil chegar a eles. Os próprios americanos, que conseguiram mandar o homem à lua ou vários homens à lua, e que são um exemplo de organização empresarial, não conseguiram resolver da mesma forma os seus problemas de pobreza. O gueto urbano, a guerra ao gueto urbano, a guerra à pobreza de Lyndon Johnson, são guerras onde o governo foi derrotado. Precisamos ter consciência de como chegar aos pobres, para atender a essas condições mínimas. Apesar de termos o arroz necessário, o feijão necessário, o leite, se Deus quiser, os remédios necessários para atender a essa população, não sabemos como chegar a ela. E temos que experimentar em novas fórmulas.

A primeira regra para chegar a essa solução, é a descentralização, porque os problemas sociais de qualquer governo são problemas que necessitam de descentralização. É muito mais fácil atender à questão educacional a nível do município do que a nível federal. Faz parte dos objetivos da reforma administrativa a descentralização, para que o Governo possa atender corretamente a esse objetivo de encargos sociais.

A segunda condição: obtenção de recursos financeiros. O Plano de Metas prevê recursos financeiros suficientes, dentro das nossas limitações financeiras e organizacionais, para atender a esses problemas.

A terceira condição: experimentação de novas formas de atingimento do pobre. O problema do leite é um exemplo bem sucedido usando organizações locais, associações de favelados, de moradores de bairros, para que o leite chegue à população mais pobre. Não precisamos inventar mais para chegar a isso. É muito mais um problema de organização do que problema de recursos.

O Presidente tem reiterado o seu propósito de fazer funcionar esses programas sociais, eles estão aí. Temos dois anos de esforços na área social, com sucessos e com fracassos. Sucesso maior é o Programa de Merenda, sucesso que vinha do Governo anterior e foi ampliado, porque aí sabemos como chegar aos pobres pela rede escolar. O Programa de Merenda foi avaliado pelo IBGE, fez uma avaliação por amostra, e o resultado é muito positivo, 99% das respostas das crianças e das famílias apontam a merenda como um programa bem sucedido, gostam da alimentação recebida e a recebem pontualmente.

O Programa do Leite atende à criança fora da escola. O Programa de Suplementação Alimentar atende à mãe gestante e a criança no posto de saúde. Evidentemente, esses Programas ainda são extremamente reduzidos, extremamente ineficazes, face aos objetivos que temos, mas estão aí, fazem parte do esforço do Governo para concentrar os seus gastos na área social.

Esta colocação descreve o último aspecto da Política Econômica do Governo. Em resumo, o Governo é uma política econômica que pretende que o País cresça 6, 7% ao ano; acredita que os obstáculos a esse crescimento — a dívida externa, o déficit público e a inflação — podem e serão corrigidos; e tem como objetivo de gastos a concentração dos seus gastos na área social, porque entende que o crescimento, que é uma condição necessária à solução do problema de pobreza do País, não é uma condição suficiente, e, portanto, tem como objetivo concentrar os seus gastos — não citei aqui a reforma agrária como parte dos programas sociais, mas tenho certeza de que depois serei perguntado —, tem como objetivo concentrar os seus gastos na área social, para que o nosso desenvolvimento não seja marcado, mais uma vez, por um crescimento baseado em desigualdade ou em aumento da pobreza, ou do volume da população que está abaixo da pobreza absoluta.

Já falei demais, estou às ordens para responder às questões.

Pergunta — Sr. Ministro, quando o Sr. fala na necessidade de aumentar a arrecadação tributária do Estado, creio que nós, aqui, todos trememos, que já nos consideramos assalariados pagando uma carga relativamente alta.

Pergunto: quais são os outros mecanismos que fazem o Estado aumentar a sua receita tributária?

Pergunta – Ministro, por que não se desonera o Imposto sobre a Renda no Brasil?

JOÃO SAYAD – Vamos analisar com realismo. Esta foi questão que vivemos com muita força na época do desenho do Cruzado II, este de 21 de novembro. Sempre reluto em chamá-lo de Cruzado II, mas foi o nome com que foi batizado. Esta questão que você do Banco do Brasil e o Lopes colocaram vivemos concretamente em novembro de 1986. Vamos analisá-la com cuidado. Desde 1964, desde a revolução, que o Governo brasileiro fez um esforço para a ampliação da sua base tributária. Foi ampliada a base para o Imposto de Renda, foram modernizados os mecanismos de administração e coleta de informações na área do Imposto de Renda, com a criação do SERPRO, processamento dos dados, foi feita uma reforma tributária em fins de 65. O que descobrimos 21 anos depois, em novembro de 1986? Que a nossa base tributária é muito exígua, é muito pequena. Quando discutimos vamos aumentar a arrecadação em novembro de 86, redescobrimos uma verdade que todos conhecíamos, mas não tínhamos enfrentado com tanto realismo, que a base tributária do País se concentra em algumas coisas: no assalariado, como você muito bem disse, no petróleo, nas exportações e importações e em bens de consumo suculentos. Vinte e um anos depois de uma reforma tributária e de um esforço – dizer que com 21 anos de autoritarismo não houve reforma tributária, seria exagero. Houve uma reforma tributária e houve um esforço para o aumento da arrecadação, aliás, bem sucedido, mas que não conseguiu ampliar a base tributária. Houve uma ampliação, mas não uma ampliação que desonerasse o assalariado, como você disse. O Imposto de Renda recai pesadamente sobre o salário. Como resolver isto? Primeira observação: não dá para resolver num mês. Não sejamos otimistas, por mais que anunciemos a chegada de uma nova era, é preciso ser realista. Não vamos conseguir resolver isto em novembro de 86. Como se resolve? É preciso uma reforma no Imposto de Renda, é preciso uma reforma no processamento de dados e é preciso uma reforma na legislação e na cultura do Imposto de Renda.

Quando a imprensa conservadora – e aqui vou me permitir revelar as minhas crenças mais profundas – quando a imprensa conservadora diz: olha o déficit público, olha o deputado está ganhando o **jetom** de uma reunião a que ele não assiste na Assembléia Constituinte, ou quando aparece a fotografia de um carro de uma autoridade sendo usado incorretamente, isso tem dois efeitos. O primeiro é ótimo, impõe austeridade ao setor público. O Setor público, aqui e em qualquer lugar do mundo, precisa da vigilância permanente da imprensa, do Congresso, precisa da vigilância contra os abusos. Ao lado dessa vigilância, ele também cria uma relutância muito grande em pagar a conta. Ele cria no Brasil um orgulho na sonegação. Sei de líderes da sociedade civil, como chamamos, importantes e que têm uma influência muito grande na formação da opinião pública brasileira, que, em meados do ano passado, percorriam o interior de São Paulo propondo a sonegação. Há uma

espécie de mito que se pode organizar uma sociedade moderna sem Estado. É mito que não merece um minuto de atenção de qualquer analista cuidadoso em qualquer universidade brasileira, mas que merece páginas de editoriais de toda a imprensa brasileira. Existiam, e soube disso e chamei a atenção de quem fez isso, reuniões com empresários brasileiros, onde se propunha: não vamos mais pagar impostos. Eu poderia dar o nome de quem fez a reunião e o local. Isso começa a minar por baixo o esforço de ampliação da base tributária. Então, é preciso, primeiro, um esforço político para entender que é preciso pagar contas.

O Orçamento da União, o ano passado, são dados do ano passado e os apresentei ao Presidente, tínhamos mais ou menos 300 bilhões de cruzados, que eram gastos assim: 100 pessoal – e aqui, se não houver ninguém da iniciativa privada, posso dizer: o funcionário público federal não ganha bem. As Forças Armadas estão af. O setor civil também não ganha bem. 100 área pessoal; 100 os gastos mínimos necessários ao funcionamento do Governo. Sei que há desperdício, gasta-se papel à toa, viagens demais ... Em geral, olhando-se a administração direta, estou falando da administração direta, é uma administração amarrada, tem desperdício, mas é pobre também. E 100 eram juros. Portanto, não havia recurso nenhum para gastos além daqueles. Todos os gastos estavam congelados. O que fosse de ser gasto com programa de leite, a estrada não sei das quantas que é necessária, já era déficit, não havia recurso para gastar.

Evidentemente no Brasil recebemos uma infra-estrutura econômica de qualidade. Nós que digo é este Governo, que recebeu uma infra-estrutura de qualidade que foi construída até 1979/1980: estradas, portos, aeroportos, serviços de saneamento. De 1980 para cá não temos recursos para investir. Não preciso dizer para vocês que são necessárias as construções, que precisamos construir estradas na Região Centro-Oeste, na Região Norte do País, precisamos construir estradas na Região Sul, precisamos investir em portos, precisamos investir em aeroportos. Se não fosse por nada, porque estamos crescendo. Só que além de estarmos crescendo, temos o atraso da infra-estrutura. Não temos recurso para isso, porque estamos pagando a dívida externa com a dívida interna. Portanto, é preciso um esforço de aumento de arrecadação, alguém precisa pagar a conta. Sabem quanto estamos investindo em saneamento básico? Muito pouco, porque agora, além de não pagar contas de impostos, a opinião pública acha que a água é grátis. Então, não temos recursos também para investir em água. Como fazer isso, voltando à sua pergunta? Primeiro, é uma questão política. É preciso compreender que, por mais liberais que sejamos, existem gastos que estão por conta da União, dos Estados e dos municípios, em estradas, em saneamento básico, em educação. Por mais eficientes que tentemos ser, e acho que somos absolutamente ineficientes, dou isso de barato, é evidente que o Governo é ineficiente, mas as economias obtidas pela eficiência não são suficientes para financiar programas de estrada e de saneamento básico. É preciso, então, recolher mais impostos.

É preciso mudar a legislação do Brasil. Não se prende ninguém por sonegação. Quando fui Secretário da Fazenda, investi muito nesta questão, tentei prender alguns sonegadores, e não consegui. A legislação brasileira

trata com certa complacência os sonegadores. Evidentemente não basta a legislação. É preciso uma cultura que apóie. Isto não é um fenómeno que se consiga de hoje para amanhã. É uma batalha, em primeiro lugar, política. É preciso convencer a opinião pública que, apesar do meu carro, apesar da sua diária, quando se viajam apesar do jeton do deputado que não foi assistir à sessão, apesar do marajá da Assembléia de Alagoas, que ganha 160 mil cruzados, apesar desses exemplos gritantes, o Governo brasileiro precisa de recursos para pagar a dívida externa e recursos para investir em infra-estrutura, senão vamos ter daqui a pouco um país desmantelado.

Pergunta – Ministro, quando o Sr. falou em dívida externa queria questionar o valor dessa dívida. Até questionamos a sua existência ou não. Argumenta-se uma auditoria para o levantamento da dívida. Quando se pensa nisto, há algum mecanismo para fazê-lo. Pode ser feito de forma segura?

JOÃO SAYAD – É uma pergunta interessante.

A dívida externa brasileira está toda ela concentrada no setor público, 70 a 80% no setor público. Agora deve estar aumentando essa concentração. Por quê? Primeiro, porque o setor privado não quis tomar a dívida externa, sabiamente, prudentemente. Nos Governos anteriores tentaram dar garantias para o setor privado para que ele tomasse a dívida externa, quer dizer, que ele fosse o contratante. A Resolução 479 é o exemplo mais importante. O sujeito que fizesse uma dívida em dólares, se ele tivesse dívida com relação à maxidesvalorização ou qualquer coisa, poderia prépagá-la no Banco Central. Houve um esforço do Governo brasileiro para que a dívida externa não se concentrasse no setor público. Esse esforço foi em vão, ela ficou concentrada no setor público. Não estou fugindo da sua pergunta, vou chegar lá.

Por que ela ficou concentrada no setor público? Primeiro, porque o setor público estava comandado pela política econômica. O Governo Geisel podia dizer: a SIDERBRÁS vai tomar emprestado x bilhões de dólares dos japoneses. Por que a SIDERBRÁS tinha que tomar dólares? Ela não precisava tomar, podia investir só com cruzeiros. A SIDERBRÁS foi levada a tomar, porque o Brasil precisava de dólares para comprar petróleo. Como a Votorantim não tomava esses dólares, existiram disponíveis, o Governo brasileiro empurrou a SIDERBRÁS, assim como empurrou a ELETROBRÁS, a Vale do Rio Doce, para tomar os dólares. Se bem que essas empresas, elas mesmas, não precisassem de dólares, elas podiam fazer os seus investimentos financiados em cruzeiros. Só que o Brasil precisava de dólares para importar o petróleo.

Por que foi no setor público? Uma razão foi esta.

Outra razão: o melhor lugar para se pôr dinheiro é no setor público. Se o Citybank tivesse emprestado, vamos supor, 5 milhões de dólares para a NUCLEBRÁS e a NUCLEBRÁS fosse privada, o que aconteceria? Vamos pensar um pouco, se a NUCLEBRÁS fosse um empreendimento organizado por dois empresários brasileiros e um empresário americano. O que teria acontecido com a NUCLEBRÁS, se ela tivesse funcionado como funciona

hoje? Desculpe-me se há alguém aqui da NUCLEBRÁS. Ela teria quebrado. Ela teria chamado os seus credores e dito: não temos dinheiro para lhes pagar. A usina não ficou pronta; a opinião pública foi contra o investimento em energia nuclear; a energia nuclear acabou saindo a uma tarifa muito alta. Então, nos enganamos, quebramos. Quando quebra, o que acontece no setor privado? Os empresários que tivessem organizado a NUCLEBRÁS chamariam o Citybank e diriam: temos para pagar a sua dívida o seguinte: esse terreno de Itaoca, entregamos para os Srs., os Srs. façam um hotel aí; este vaso aqui de concreto e esses equipamentos. Até logo, passem bem. Os 5 milhões de dólares com o Citybank, estou dando um exemplo hipotético, o Citybank não tem nada a ver com a NUCLEBRÁS – os 5 bilhões de dólares, iriam chegar lá e dizer: puxa, valem um. E iam lançar em perdas com devedores duvidosos. Empréstei 5 e recebi 1; 4, fiz um erro. E aí, portanto, a dívida não valeria 5, valeria 1. Só que os banqueiros também não são trouxas. Eles não quiseram emprestar para o setor privado, além de o setor privado não querer tomar a dívida, e, quando tomou, quebrou e passou para o setor público. Exemplo: Carafbas, uma porção de empresas que estão no BNDES são empresas que tomaram dívidas no setor externo, não conseguiram pagar e, na hora de não pagar, foram socializadas, passaram para o setor público.

O grosso da dívida está no setor estatal, que não quebra. A NUCLEBRÁS não pode quebrar, porque, mesmo que quebrasse, ela tem o aval do Ministro da Fazenda da época, renovada pelo Ministro da Fazenda atual, e provavelmente também assinei alguma coisa. O setor público não quebra. Então, eles querem os 5 bilhões de dólares. Por isso que nos emprestaram. Eles não são empresários tão amantes do risco como Schumpeter imagina. Eles emprestam para o Governo brasileiro, mas com o aval do Tesouro, e o Tesouro não quebra, o Tesouro honra a sua dívida interna e honra a sua dívida externa por definição. O setor público, por definição, não pode quebrar. Não há essas histórias: congelar... É bobagem. Não quebra. Não existe no Direito brasileiro, creio que em nenhum Direito no mundo, a possibilidade de o setor público dizer: devo, não nego, mas não vou pagar nunca. Não existe. Ele não pode quebrar, porque é ele quem emite dinheiro, ele quem cobra impostos. É por isso que os banqueiros nos emprestaram, ao setor público. Eles criticam: o setor público se endividou demais. Mas perguntam se eles queriam emprestar para a firma da minha mulher? Não iam emprestar, porque ela podia quebrar e podia dizer: não tenho como pagar seu dinheiro...

Então, quando você pergunta sobre a legitimidade da dívida, eu diria o seguinte: no final de 79 a nossa dívida era alguma coisa como 40 bilhões de dólares, 50, os números são imprecisos. Por favor tomem a ordem de magnitude, 48, 50 bilhões de dólares. Daí para a frente, a dívida cresceu pelos juros. Se fosse iniciativa privada, dizia: não vou conseguir pagar esses juros. Vocês fiquem com essa usina, levem esse aeroporto, fiquem com esse navio que não funciona... Sinto muito. Não se prende por dívida, fiquem com o lugar onde apliquei o dinheiro e vou embora. Mas como não era isso, era setor público a dívida cresceu, passou de 48 para 100, por causa dos juros.

Desses 48, poderíamos fazer uma conta do seguinte tipo: esse investimento aqui era rentável – não queria dar o nome de nenhum, mas vou dar o nome, AÇOMINAS – era investimento rentável, se tivesse ficado pronto em

1978, como era previsto. Tinha uma taxa de retorno correta e ia produzir aço a um preço correto. Só que em 78, ou 79, foi suspenso – estou inventando a data, não é verdade – e por que foi suspenso? – Porque os Srs. não quiseram emprestar mais dinheiro. Então, o Brasil precisou passar por uma recessão e tivemos que suspender essa obra. E ela ficou lá parada x anos, e hoje ela não é mais rentável. – Por quê? – Porque ela ficou parada. Eu havia feito as contas e dava para essa usina ficar pronta em 80. Agora, ficando pronta em 85, quem vai pagar a conta de 80 a 85? Se fosse iniciativa privada, eu quebraria – eu, dono da AÇOMINAS – e passaria aquela nova usina para um novo acionista, que diria: compro essa usina, mas não pelo valor que foi gasto de 78 até 85, mas sim pelo valor que foi gasto de 78 até 80. De 80 para 85, vai rachar o prejuízo entre você, que fez o erro – você dono da AÇOMINAS – e o credor, banco, que lhe emprestou o dinheiro. Não dá para pagar isso, foi um dinheiro mal gasto, porque ela ficou parada de 80 para 85. Fiquei pagando juros, fiquei pagando o guarda da obra, deixei o equipamento alugado parado. Isso aí não há quem pague. Se fosse iniciativa privada... Mas setor público, quem vai pagar somos nós, o sujeito do Banco do Brasil, vocês ou uma parte também, talvez os banqueiros, se eles admitirem uma redução no valor da dívida.

Pergunta – Os salários estão só sendo reajustados pelo gatilho. Existe a probabilidade de crescer também o desemprego. Como o Governo está encarando essa defasagem, os salários são baixos realmente, os preços dispararam e existe uma probabilidade de desemprego, acarretando, portanto, uma insatisfação popular muito grande. Como o Governo está avaliando esse entendimento de negociar o pacto social?

JOÃO SAYAD – Vou contar uma piada, um pouco mal-educada, mas que esclarece. Um sujeito chegou a uma cidade do interior domingo de manhã, e perguntou onde era o prostíbulo. Domingo de manhã no prostíbulo! Domingo de manhã está fechado, não tem jeito. – Mas eu pago 5 mil cruzados. Puxa, 5 mil cruzados, o cara do bar pensou um pouquinho, chamou a dona e falou: olha, tem um cara aí que está querendo pagar 5 mil cruzados. E ela: essa hora não tem jeito, domingo de manhã, as moças trabalharam ontem até tarde, não vai ter jeito – E o homem: pago 20 mil cruzados. – Por 20 mil, acho que vou fazer um telefonema. Telefonou para várias moças e tal, e encontrou uma, que foi muito desconfiada falar com o sujeito, 20 mil cruzados... Chegou para o sujeito e disse: olha, estou muito espantada, 20 mil cruzados, o Sr. deve ter alguma coisa maluca. O que o Sr. faz? O Sr. deve ter até um hábito estranho, deve ser meio maluco. Ele disse: não, sou um sujeito absolutamente normal, não tenho problema nenhum. Ela disse: Não, o Sr. está me enganando, há alguma coisa estranha. E ele: Não, eu lhe garanto que é um procedimento normal, é só porque é domingo de manhã. E ela: mas o Sr. tem certeza? E ele: tenho certeza. – O Sr. não é meio violento, o Sr. não gosta de bater? – Não, de fato. Aí a senhora acertou. Gosto de bater um pouquinho na mulher. – O Sr.

bate muito? – Não, só um pouquinho. – Quanto? – Bom, bato até você me devolver o dinheiro. (Risos)

Uso este exemplo muito informalmente para explicar a questão de salários e de inflação. Estamos numa economia capitalista. Na economia capitalista, o trabalhador recebe depois e o empresário recebe antes. Ele fixa o preço e depois paga o salário. É assim, sempre foi. E não se muda isto com Constituinte, é da natureza da economia capitalista.

Estamos vendo que o empresário está fazendo o papel desse sujeito que chegou à cidade do interior. – Você quer quanto de aumento de salário? – Trinta. – Vou lhe dar. O trabalhador pergunta: você me dá tudo isso, o que você faz em troca? – Não faço nada, só aumento os preços até recuperar de volta os trinta que lhe dei. É isto que estamos vivendo. O que fazer? É o que eu disse, precisamos conversar para ter uma regra. O caminho do desemprego, para disciplinar os trabalhadores, ou para disciplinar os empresários, não é um caminho aberto, inclusive porque a sociedade brasileira não agüentaria essa tensão e o Governo brasileiro anuncia e reanuncia que não se usa a recessão como instrumento de política econômica.

O que fazer, então? A inflação vai ficar alta, acredito, por algum tempo, e ela tem que se elevar, porque os preços estão errados. Não conseguimos produzir papel, feijão e arroz com esses preços todos congelados como estavam. O próprio processo de correção dos preços anteriores vai gerar a inflação. O que fazer? A proposta do Governo: primeiro, adaptar a economia brasileira, para que durante um curto período de tempo, não me perguntem quanto tempo, economia conviva com uma inflação alta. A correção monetária já está aí. A LBC é a correção monetária, os salários têm correção monetária pelo gatilho. Faltam voltar atrás algumas coisas que desmanchamos no Cruzado, contratos de obras públicas com menos de um ano, alguns detalhes que criam uma grande dor-de-cabeça. A correção monetária está restabelecida, esta é a verdade.

É preciso conviver com esta correção monetária por algum tempo, para que a economia se organize de novo – que não falte papel no supermercado, que não falte arroz, que não continuem esses problemas.

Feito isto, é preciso voltar à questão do déficit público, é preciso renegociar a dívida externa e, mais importante do que nunca, é preciso conversar com os trabalhadores sobre uma regra de correção de salário que seja aceitável por eles e que não represente um arrocho salarial, de forma nenhuma.

Feito isto, estaríamos prontos, em algum dia, a fazer uma nova reforma: agora podemos, não precisa mudar o cruzado, podemos estabelecer uma regra de convivência onde os preços não corram atrás dos salários, os salários não corram atrás dos preços. É uma corrida insana e onde perdem – não nos enganemos – sem sombra de dúvida, os trabalhadores. Senão não seriam trabalhadores, seriam capitalistas. Com gatilho e tudo mais eles os trabalhadores é que vão perder.

É preciso, então, organizar essa corrida. Em vez de o salário correr atrás dos preços na velocidade de 20% ao mês, já vamos correr a 2% ao mês. No entanto, esta é uma questão que necessita de condições econômicas – acabei de listá-las – e de condições políticas. É uma tarefa política.

Pergunta – Por que o Governo tem a tendência, quando se trata do serviço público, de certo complexo, em que, por definição, o serviço público tende a ser com tarifas baixas, porque se trata de Governo, se trata, evidentemente, de serviço prestado por empresas... (inaudível)

A população, de modo geral, já se acostumou ... e a prática indica que não é verdadeiro. O Sr. citou o problema da água... (inaudível)

Quem está pagando essa conta das empresas de água?

... (Inaudível)

Quem usa os Correios no Brasil não é a população pobre. 60, 70% da correspondência são de bancos e grandes empresas. Então, a tarifa baixa não se justifica.

Gostaria que o Sr. esclarecesse.

JOÃO SAYAD – Agradeço, para poder esclarecer este ponto, que é muito importante.

Do ponto de vista de opinião pública, toda essa reclamação quanto à ineficiência do setor público se reflete também na questão de tarifas. Basta lembrar – quero ressaltar a importância política de uma divulgação correta desta questão – em julho de 85 se imaginava, e o representante do Governo, o Secretário do CIP na época, foi à Câmara e fez essa declaração reiteradas vezes, se imaginava que o preço da gasolina podia ficar congelado, esse deteriorar em 30 ou 40%, que foi o nível de deterioração que ocorreu com os preços dos derivados do petróleo naquela época, e que a PETROBRÁS resolveria isso com aumento de eficiência.

Ora, não há empresa que em 6 meses consiga reduzir seus custos em 30 ou 40%. Então, a questão política é fundamental. Na mesma época em que existam lideranças empresariais importantes anunciando não paguem imposto, existe também uma questão de opinião pública – e aqui estou falando com pessoas que tratam da opinião pública – imaginam porque a empresa estatal tem um diretor nomeado politicamente, porque existem assessores jornalistas que ganham e não trabalham, às vezes acontece isso, porque existem esses problemas seriíssimos do ponto de vista político, seriíssimos em termos de exemplo, mas que não podem ser confundidos com a questão maior da empresa pública, porque existe isso, a tarifa é sempre exagerada. Então, cria-se o ambiente: não pode aumentar a tarifa telefônica, não pode aumentar a Empresa dos Correios e Telégrafos e assim por diante...

No caso da água, existe um mito brasileiro de que água é água. Como vai cobrar água? Esta é a razão política.

A razão econômica é que na batalha mensal da inflação, todo mês o Governo tem um orçamento de inflação. Deveria ter um orçamento: a inflação este mês vai ser de 16%. Então, se se der para automóveis 20% do aumento, tem-se que dar para outro setor menos, para chegar à média de 16. E não é preciso ser muito experimentado no setor público para entender que os eleitos para ganhar menos são sempre os santos da casa. Então, atrasam-se derivados de petróleo, energia elétrica, aço, tarifas dos Correios e Telégrafos, tarifas de aluguel de armazéns, de serviços portuários...

É compreensível que isso aconteça. Vamos pensar num mês que está longe da nossa análise, portanto, podemos discutir neutramente. No mês de janeiro de 1986, portanto nas vésperas do Plano Cruzado, sabíamos que existiam tarifas atrasadas. Então, vamos corrigi-las que o Cruzado vem aí. Mas aí a dúvida: se corrigir, por exemplo, o aço em 30%, a inflação vai sair de 16 e vai para 19 – é um número que estou chutando. Vimos fazer isso? Não, vamos deixar assim. Existe essa tendência de combater a inflação em cima dos preços públicos. Se estamos pensando em algum momento futuro fazer uma reforma monetária, é preciso deixar o setor público com rentabilidade adequada.

O setor público brasileiro – só para completar a resposta – também é malvisto, é visto de forma incorreta. Fala-se: as empresas estatais estão altamente endividadas. Esta afirmação é muito genérica. Se se olhar para os grandes grupos de empresas estatais, temos problemas em apenas dois. Não temos problemas na Vale, no Sistema TELEBRÁS-EMBRATEL, não temos problemas, pelo menos significativos, na Rede Ferroviária, que não trata hoje de transporte de subúrbio, como os Srs. sabem, trata de transporte de carga. Temos problemas em duas áreas apenas de endividamento: aço e energia elétrica. Definimos dois planos de recuperação setorial, que deixariam – e digo deixariam porque não sei se vão deixar – esses dois conjuntos de empresas em ordem no final do Governo. O Plano de Recuperação do Setor Elétrico, com dinheiro do Banco Mundial, previa um investimento e uma capitalização da empresa da ordem de 4 bilhões de dólares. Resolveria o problema da dívida interna dessas empresas do setor elétrico.

O Plano de Recuperação do Setor Siderúrgico, da mesma forma, resolveria o problema do setor siderúrgico, deixando essas empresas com um volume pequeno de recursos, mas aumentariam significativamente a produção de aço. Estou pondo no condicional porque, face à inflação elevada, temo que a tendência de combater a inflação através de tarifas se reintroduza, o que comprometeria esses Planos.

Esta é a razão explicável. É compreensível, mas é difícil de se receber o atraso em tarifas. Entendo bem a questão da Empresa dos Correios e Telégrafos. O sistema de telefone talvez não seja tão grave.

Intervenção – Já está.

JOÃO SAYAD – O setor elétrico já está grave de novo.

Pergunta – Ministro, o Sr. citou o exemplo da PETROBRÁS... (inaudível)

JOÃO SAYAD – Darei uma resposta simples. Pode parecer demagógica, mas não é. Não sou especializado em comunicações, mas vou receitá-la para vocês, e que orientou a minha palestra aqui. Fale a verdade. O dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento não é da PETROBRÁS. É fundamental que alguém diga isto. Temos dito. Há um Fundo Nacional do Desenvolvimento, que se reuniu ontem, que vai gastar esses recursos em investi-

mento do setor público. Portanto, não é da PETROBRÁS o empréstimo compulsório.

O segundo aumento, de 21 de novembro, também não é. Foi tirado pelo IOF.

É preciso que isto seja dito. Quando você disser isto, se você for portavoz, vai ganhar um editorial em determinado jornal: lá vem ele de novo dizendo que a PETROBRÁS é eficiente... Vai ver a PETROBRÁS tem muito escalão superior. Não sei se ela é eficiente ou não. Sei que o grosso do problema não vai ser resolvido se eu tirar o seu carro. Aliás, deve ter sido tirado o carro ou alguma outra coisa que esteja sendo incorretamente gasta.

É preciso explicar e é um esforço de explicação que tenho certeza, envolve ônus, porque vai-se defrontar, no caso da PETROBRAS, contra uma discussão política de 30 anos, que permanece, e com essa porção de preconceitos. É muito mais fácil eu sair por aí dizendo: o negócio é baixar imposto, o negócio é gasolina mais barata. Agora, a sua função, assim como a minha, neste momento necessita de que se fale a verdade, e a verdade vai custar um pouco, mas tem que ser dito: o dinheiro não é da PETROBRÁS. Se se quer discutir as coisas corretamente, é preciso dizer onde está o dinheiro.

GETÚLIO BITTENCOURT – Ministro, Agradeço a sua presença.

JOÃO SAYAD – Estamos às ordens. (Palmas).

A NOVA FEDERAÇÃO

PAULO BROSSARD

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
25 DE FEVEREIRO DE 1987

PAULO BROSSARD (Ministro de Estado da Justiça) – Estou aqui por obra e graça do Dr. Getúlio Bittencourt, que me convocou para que eu viesse conversar esta manhã com os Srs. como bom chefe, já foi designando qual era o assunto também, o que igualmente é um auxílio, porque já exclui outros, e já facilita.

Ele me pediu que falasse sobre os Estados e Municípios neste momento de transição que estamos atravessando.

Começarei por dizer que o momento não influi muito, porque há determinadas relações que independem do momento de transição ou não. Ou elas existem ou não existem.

O Brasil é nominalmente uma Federação. Sabem os Srs., a campanha, a idéia republicana entre nós esteve sempre associada à idéia da Federação. O Manifesto Republicano de 1870 chega mesmo a dizer que a geografia fez a Federação antes que a doutrina, antes que a teoria. Proclamada a República e a Federação, no mesmo ato, no mesmo momento, estabeleceu-se como dogma que República e Federação seriam intocáveis.

A Constituição republicana de 1891 prescreveu isto. Qualquer um de seus artigos era susceptível de alteração, mas não eram susceptíveis sequer de proposta de projetos que envolvessem abolir a Federação e a República. Foram dogmas consagrados, e consagrados de uma forma explícita, de uma forma solene e categórica.

A verdade, porém, é que entre a prescrição legal e a realidade social sempre existiu uma boa diferença e uma boa distância. Nos primeiros anos da República, a idéia da federação foi extremamente extremada. Na própria Constituinte de 1890, Rui Barbosa, que tinha sido federalista antes de ser republicano, foi mesmo à tribuna do Congresso para dizer isto: “Eu não sou um republicano histórico. Eu só me fiz republicano, quando me convenci de que a Coroa era um embargo à adoção da Federação. Eu era federalista antes de ser republicano, e só me fiz republicano por ser federalista”.

Era exatamente esse federalista, aí, sim, federalista histórico, e não republicano histórico, que foi à tribuna da Constituinte para dizer que ele, fe-

deralista, vinha defender os direitos da União. E todo mundo pensava nos Estados, e falava nos Estados e se esquecia da União, como se a União devesse viver por contemplação dos Estados.

O certo é que se formou uma idéia um tanto extravagante de Federação. Houve um Estado no Norte que propôs até celebrar um tratado com um dos países vizinhos não sei se a Venezuela ou outro país.

Em matéria de vida local, nos 10 primeiros anos da República, o número de excessos, de abusos, de violências, inclusive, foram inimagináveis. O tempo vai delindo essas coisas, mas a verdade é que os abusos foram simplesmente inqualificáveis e inomináveis.

Existe um livro, hoje muito esquecido, um livro muito interessante, escrito por Amaro Cavalcanti. Amaro Cavalcanti era um rio-grandense-do-norte. Um homem ilustre, tinha estudado nos Estados Unidos, feito curso de Humanidades nos Estados Unidos, e depois se formou em Direito em Albany. Com a República, foi eleito Senador pelo Rio Grande do Norte. Depois veio a ser Ministro da Justiça, no Governo Prudente de Moraes; veio a ser mais tarde Prefeito do Distrito Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal e autor de alguns livros ainda hoje importantes. Um deles é sobre a responsabilidade civil do Estado, uma obra clássica.

Ele tem um livro, que foi publicado em 1900, intitulado **Do Regime Federativo**, e ele, que era republicano da propaganda, traça um quadro trágico daqueles 10 primeiros anos de República, o que foi feito por um bom número de Estados em todas as matérias, pode-se dizer. Desde matéria financeira até matéria judiciária. Tribunal inteiro era demitido, era nomeado, posto em disponibilidade, coisas assim desta ordem.

De modo que a primeira experiência federativa foi uma experiência fruto da in experiência.

A Primeira República, que se estende até 1930, é marcada por uma autonomia bastante ampla dos Estados, mas autonomia nem sempre é utilizada. Pelo menos nem sempre utilizada no sentido das suas virtualidades, das suas possibilidades.

Vou dar um exemplo: inspirado no modelo norte-americano e no modelo argentino, a Lei Consistucional de 91 estabeleceu que competia à União legislar sobre Direitos substantivos – Direito Civil, Direito Penal, Direito Comercial; que aos Estados competia legislar sobre Direito Adjetivo, Direito Processual.

Durante 40 anos, de 90 a 30, quantos Estados legislaram sobre Processo Civil e Processo Penal? Se não estou enganado, legislaram, creio que em primeiro lugar, o Rio Grande do Sul, a Bahia, bem mais tarde São Paulo, o Distrito Federal, já nas vésperas da Revolução de 30, e suponho que mais algum Estado.

Legislaram como? Legislaram praticamente copiando o velho Regulamento 737, de 1850, que era a Lei Processual do Império, que veio seguida do Código Comercial.

Em verdade, a autonomia dos Estados não foi utilizada, porque copiar uma lei não é propriamente... é e não é legislar, mas é ao mesmo tempo, não é criar coisa nenhuma, é simplesmente um trabalho de cópia de decalque.

Em matéria financeira houve de tudo. Houve Estados que foram administrados criteriosamente e que asseguraram, inclusive, um conceito nacional e internacional, no que tange às suas finanças, e houve Estados que chegaram efetivamente à bancarrota. Tanto assim que já no começo do século, o Presidente Rodrigues Alves timidamente propunha alguma coisa que constituísse um empenço ao livre endividamento externo dos Estados, porque, não sendo os Estados pessoas jurídicas de Direito Internacional, eles não respondiam em tribunais estrangeiros e no plano internacional, e embora essas obrigações não fossem celebradas pela União, terminava a União envolvida nesses casos.

Então, já em 1904, se não estou enganado, Rodrigues Alves numa mensagem ao Congresso propunha uma disciplina dos empréstimos externos dos Estados, matéria que veio a prosperar depois e que estabeleceu que os Estados e municípios não poderiam celebrar contratos e empréstimos externos sem a anuência do Senado Federal, norma que ainda hoje vigora entre nós, e que já ouvi algumas opiniões reveladas contra essa norma, dizendo que era o AI-5 dos Estados. É preciso ser um pouco versado nos fatos da História nacional para dizer uma toleima destas. Realmente uma toleima de tamanho robusto.

O certo é que os Estados tinham autonomia, e alguns desses Estados, como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, tinham verdadeiros exércitos. As suas brigadas, as suas forças públicas tinham força respeitável. Tanto assim que, em determinadas ocasiões, as nossas instituições militares nunca foram bem dotadas, especialmente de material bélico, e, por vezes, essas forças públicas desses Estados constituíam uma ameaça ou pelo menos uma força capaz de representar um limite à ação do próprio Governo Federal. E vimos isso praticamente com a Revolução de 30. Com a Revolução de 30, as forças do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, é verdade que depois houve uma agregação nacional, inclusive de militares de todas as patentes que aderiram àquele movimento, que foi um movimento nacional. A verdade é que as forças militares do Rio Grande do Sul e de Minas, a Força Pública mineira, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, constituíam forças armadas respeitáveis.

É de lembrar ainda que, quando houve o movimento que depois ficou conhecido como Coluna Prestes, forças estaduais socorreram as forças militares regulares em longas peregrinações pelo País inteiro.

Talvez um dos exemplos mais típicos desse estado que era, digamos assim, a autonomia dos Estados em relação ao Governo Federal, tenha-se dado no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, em 1922, foi eleito, mais uma vez, Presidente do Estado, como então se dizia, o Dr. Borges de Medeiros. Seria o seu quinto mandato, e como o período era de 5 anos, ele iria completar 25 anos, um quarto de século, de governo.

O Dr. Borges de Medeiros foi um homem ilustre e sempre que se falava nesse período de 25 anos, ele dizia: "sim, mas não contínuos", porque efetivamente ele tinha sido Presidente em dois períodos, depois houve uma interrupção de um, e depois três períodos. Ele sempre acentuava: "não contínuos". O fato é que seria o quinto governo, e aquilo, como é natural, não há

partido que resista um longo período, ainda mais com o mesmo governante, então, foi-se desenvolvendo uma frente oposicionista muito ampla. Depois, nesse período bastante extenso, um período superior ao de uma geração, o Estado tinha mudado, o País tinha mudado, o mundo tinha mudado, tinha havido uma guerra entre 14 e 18, e também tinham subvertido várias vezes o mundo, e era realmente um outro mundo.

Surgiu o movimento revolucionário no Rio Grande do Sul. Os movimentos revolucionários — a história deles ainda está por ser contada — hoje parecem brinquedos infantis, tal o empirismo, a simplicidade das coisas, a precariedade de recursos. A verdade é que na eleição presidencial de 22, o Rio Grande oficial tinha apoiado a candidatura de Nilo Peçanha contra a candidatura de Bernardes, e Bernardes terminou vitorioso. De modo que a política oficial do Rio Grande estava extremamente receosa do que poderia ser uma vindita do Presidente da República recém-empossado, Bernardes, empossado, por sinal, num clima de uma hostilidade, pelos motivos conhecidos.

Então surge o movimento revolucionário no Rio Grande do Sul no começo de 23. O Governo Federal não decreta a intervenção federal no Estado, num Estado em que a luta armada, afinal de contas, era campo de batalha, e não decreta a intervenção federal por quê? Porque pelo texto da Constituição de 91, nos casos de perturbação da ordem interna, só poderia fazê-lo por solicitação do Governo do Estado, e o Governo do Estado, com medo do Governo Federal, jamais faria isto.

Houve, durante quase um ano, uma guerra civil num Estado importante da Federação, e o Governo Federal era espectador. É verdade que dizia o oficialismo rio-grandense que era um espectador não muito espectador, porque era um espectador um tanto parcial. O certo é que só depois de meses, algumas tentativas, o Governo Federal se ofereceu como mediador entre beligerantes. Foi designado, então, o Ministro da Guerra, o Marechal Setembrino de Carvalho, que, como delegado do Presidente da República, vai ao Rio Grande do Sul, não sem antes de estabelecer determinadas bases para como seria recebido, etc., para, como mediador parlamentar, ora com o Assis Brasil, que era o chefe da oposição, rebelado, ora com o Dr. Borges de Medeiros, que era o Presidente do Estado.

As negociações havidas então, graças à inexistência do telefone, graças à inexistência do rádio, estão gravadas pelo telégrafo. Elas se fizeram, não totalmente, mas, em grande parte, através do telégrafo. De modo que as negociações hoje podem ser lidas, e são simplesmente admiráveis, graças à precariedade dos meios então existentes.

Desta forma, chegamos a 1930. A partir de 1930 a verdade é que a Federação começou a encurtar, e com ela os poderes dos Estados. A competência da União começou a se ampliar, à custa, obviamente, dos poderes antes auferidos ou simplesmente reservados aos Estados. Uma das primeiras medidas, por exemplo, foi a unificação do Direito, aquilo que era da competência do Estado legislar, e que o Estado não legislava, ou pouco legislava, passou para a União. Aquilo é apenas um exemplo, porque, efetivamente, a competência federal se ampliou largamente.

Ora, tivemos, então, 4 anos de governo de fato, e um governo de fato que podia tudo, porque não havia Constituição, não havia Congresso, não havia nada.

Logo depois de 30, o Supremo Tribunal, por exemplo, teve vários dos seus ministros aposentados compulsoriamente. Expatriados muitos brasileiros, a começar pelo ex-Presidente da República e pelo Presidente eleito. E isso durou 4 anos. Não apenas durou 4 anos, mas durou 4 anos com um fato extremamente significativo que houve na metade desse tempo, que foi a Revolução Constitucionalista de 32. Aquela Revolução, que ao mesmo tempo mostrou todo o poder que ainda o Estado de São Paulo possuía como uma Unidade autônoma, a ponto de manter uma guerra, muito mais bem organizada do que todas as outras até então verificadas internamente, também serviu para que a União aumentasse mais seus poderes, obviamente com finalidade que não se viesse a repetir aquilo que tinha acontecido.

Chegamos a 34. Só que de 34 a 37 foram 3 anos, que em 3 anos não se faz nada. Uma árvore não cresce em 3 anos, muito menos instituições. Pior do que os 3 anos foi ainda a Revolta Comunista de 35, que, tendo ferido fundamentalmente a sensibilidade da alma nacional, por uma série de motivos e pelas características, todas elas, ainda provocou uma reação maior, no sentido da centralização.

Sobrevém o golpe de 10 de novembro. A partir de 10 de novembro, então, a centralização atingiu requintes de manicômio. Tudo dependia do Presidente da República, do despacho do Presidente da República, do autorização do Presidente da República.

Sou natural de Bagé, que fica na fronteira do Brasil com o Uruguai. Toda aquela faixa da fronteira, de Uruguaiana até Santa Vitória do Palmar, lá embaixo, era uma das regiões mais desenvolvidas do Rio Grande e do País. Uruguaiana, Livramento, Alegrete, Bagé, Pelotas, Rio Grande, eram cidades que tinham serviços públicos bons, diria até que de primeira ordem: água, esgoto, luz, telefone, serviços locais.

Em nome da segurança nacional, esta maldita segurança nacional que serviu para tudo, é um conceito perfeitamente normal, mas se transformou, afinal de contas, numa coisa inominada e inominável, em nome da segurança nacional se criou aquela questão da faixa da fronteira. Então, o Brasil foi riscado, de alto a baixo, uma faixa de fronteira, e naquele território, que, se não estou enganado, era de 150 quilômetros, nada podia ser feito sem autorização do Presidente da República.

Meu pai era português, meu avô era uruguaio. Eram duas pessoas que estavam lá e para comprar um hectare de terra só com autorização do Presidente da República. Para botar um quarto de banho numa oficina precisava autorização do Presidente da República. Coisas desta ordem...

Resultado, evidentemente foi uma região que parou, e é claro que investimentos, nada mais foi feito e tudo subiu, e aquela região ficou com o gravame do atraso decorrente dessa coisa absolutamente estúpida, mas que durou todo o Estado Novo. Fazer uma usina, captar uma queda d'água para botar o motorzinho, era só com autorização do Presidente da República, como se o Presidente da República fosse ler um processo, tivesse tempo mate-

rial para se ocupar, para ler uma coisa dessas. O fato é que isso foi uma coisa tremenda.

Dou este exemplo porque me parece significativo, para mostrar o grau de centralização a que se chegou no nosso País.

Essas coisas depois criam raízes, até porque se criam órgãos. E mais do que isso ainda, criam-se também mentalidades, pessoa que só têm que estar ali para botar um carimbo numa folha de papel ou, então, "ao fulano de tal". Assim, vão-se formando os intermináveis processos...

Chegamos assim até 46. Em 46 vem a Constituição, que restabelece formalmente a Federação etc. Mas aí já tínhamos 16 anos, porque de 30 a 46 não houve solução de continuidade. Praticamente não houve solução de continuidade. Já tínhamos 16 anos, e esses 16 anos de prática e de praxe preponderaram, valeram mais do que as normas constitucionais. De mais a mais, interpreto ainda como um fator que contribuiu para isso o resultado das eleições gerais, porque, com exceção de 1, 2, 3, meia dúzia no máximo dos governadores, entre os quais de dois Estados importantes, todos eles eram homens que tinham vindo do Estado Novo, mentalidade do Estado Novo, alguns até tinham sido Interventores no Estado Novo. De qualquer forma eram pessoas graduadas dentro daquela mentalidade centralizadora.

Depois chegamos aos acidentes de 64 até hoje, quando também a centralização atingiu requintes ainda mais severos. Uma prática, embora os Governadores fossem nominalmente eleitos, em verdade eram nomeados aqui e saíam daqui com uma carta de prego para os seus Estados, para os Estados que iriam governar, e que, por isto mesmo, eram pessoas naturalmente dependentes do Poder que os nomeavam.

Estamos agora a ano e pouco do Centenário da Federação e estamos aqui falando sobre Federação, que é alguma coisa que chega às raias do contra-senso. A verdade também, bem analisada, é que desde 1930 até 1987, quase que não tem havido solução de continuidade de uma prática que se vai entrelaçando e entremeando, formando uma peia resistente, até porque a peia burocrática é uma das mais resistentes, das mais sólidas, das mais impenetráveis à ação da reforma, e hoje estamos, então, com este quadro.

Acredito, no entanto, que estamos num momento importante para que algumas coisas sejam desfeitas e para que outras possam ser feitas.

O fato de os Governadores que dentro de alguns dias vão assumir os seus cargos terem sido eleitos em pleitos disputados, assumindo muitos compromissos públicos, e em praça pública, vai fazer com que eles tenham uma postura diversa daquela que vem sendo adotada pela maioria dos governadores entre nós.

Acredito que o fato de hoje o eleitorado brasileiro ser um eleitorado de 60 milhões de eleitores, quer dizer, não é pouca coisa, é mais do que a população da França, da Alemanha, da Inglaterra, bem mais, o eleitorado brasileiro é mais do que a população dessas grandes nações, isto tem um significado muito grande, não pode deixar de ter um significado muito grande.

Hoje existe uma ânsia reivindicatória muito grande. Notem os Srs. que a primeira coisa que se apela é para o Governo Federal. No Ministério da Justiça, as reivindicações que batem lá, desde o primeiro dia que cheguei até ontem, hoje ainda não fui lá, geralmente são reivindicações que não compe-

tem ao Ministério da Justiça. São assuntos que devem ser naturalmente do Governo dos Estados.

Sábado foi assassinado barbaramente numa cidade de Pernambuco um rapaz, um vereador, um advogado. Da Ordem dos Advogados de Pernambuco um telegrama ao Ministro da Justiça, pedindo providências. Da Ordem dos Advogados. E ontem à tarde tive o prazer e a honra de receber a Banca do Estado de Pernambuco, que queria que a Polícia Federal ... Perguntei àquele que falou com mais energia: o Sr. é Deputado. O Sr. sabe, por conseguinte, sendo Deputado, que não posso fazer isso. Isso aí é do Governo do seu Estado. Já me dirigi ao Governador do Estado, já tenho essas informações, assim, assim, assim... O que posso fazer, e vou fazer, é dizer o seguinte: que recebi a visita da Bancada de Pernambuco preocupada, e que, então, ofereço a colaboração da Polícia Federal. Não posso mandar a Polícia Federal investigar um crime comum, bárbaro, violento, condenável, mas um crime comum, da competência da Justiça do Estado, que deve ser apurado pela Polícia do Estado.

As pessoas abandonam o Estado e vão bater logo no rio. No fundo, é a idéia do rei. Costumo dizer que a impressão digital do Marquês de Pombal continua na administração pública brasileira, 200 anos depois. Essa idéia de ir logo ao Governo Federal, parece que é uma coisa... Não sei se, também às vezes, não é uma manifestação de prestígio local: fui ao Ministro, falei com o Presidente, o Presidente deu ordem, falo com ele, telefono para ele... O fato é que esta é a mentalidade muito, muito difundida.

Tenho dito, e ainda agora nessa peregrinação que fiz, todas as vezes, quando imaginavam o mandato do Presidente Sarney, 6 anos para o Presidente Sarney, e outras coisas assim, eu dizia: acho que nos desacostumamos de tal forma com as coisas simples, que as coisas simples parecem que são excluídas, tem que ser as outras que não sejam simples. Sempre tenho dito que essa visita do Presidente da República aos Governadores nos seus Estados, através de um Ministro de Estado, significava não apenas um gesto de cortesia, uma manifestação de apreço, coisa que nunca foi feita, mas também, especialmente, porque estava implícito nisso aí, era um convite à prática das instituições federativas. E mais importante que escrever um capítulo redundante, minucioso, analítico e prolixo na Lei Constitucional sobre a Federação, é começar a praticá-la efetivamente.

Aí a primeira pergunta: e os recursos? Quantas vezes perguntavam o que eu tinha levado? – Nada. Eu, nada. Não sou Papai Noel. Engraçado é que tanto era lá na orla atlântica como lá dentro, no Mato Grosso, em Rondônia: o que eu levava para a Justiça? Digo: para quem?! Para a Justiça nada. Logo a indagação era esta, antes de qualquer coisa: e os recursos? Aí fui obrigado a dizer em alguns lugares: esse problema de recursos não é bem assim, porque há recursos e há recursos, porque alguns Estados gastam o que não podem gastar. A instituição do marajá, por exemplo, já enriqueceu o Dicionário do Aurélio. Esse vocábulo que tinha uma acepção conhecida até ontem em todo mundo, o mundo que o português criou, agora tem outra, graças a uma contribuição local. Digo: não há recursos que bastem enquanto existe essa mentalidade. De modo que, problema de recursos, um momento...

É claro que sempre recursos faltam — falta recurso para a União, falta recurso para o Estado, falta recurso para o município. O problema é de gastar um pouco melhor também.

Estas coisas não se fazem nem se desfazem num dia. Acredito, já que estamos nas vésperas do Centenário da Federação, e desde que se comece a procurar colocar com nitidez as coisas nos seus lugares, uma definição clara das competências, não apenas com a definição, mas com o exercício consciente das competências.

Compreendemos que algum governador que foi eleito por 4 anos quer deixar o seu nome na história, e até alguns, se possível, voltar, passados mais 4 anos. Então, que o seu Governo seja já a preparação de um retorno triunfal. Para tanto é preciso fazer um bom governo, o que é excelente. No entanto, para fazer um bom governo querem fazer tudo ao mesmo tempo, o que é uma ambição muito natural, se não fosse assim não haveria progresso na Humanidade. São, inclusive, alguns sonhos desvairados que, às vezes, contribuem para um surto de progresso. Para isso é preciso recorrer ao Governo Federal, pedir recursos ali, descobrir recursos acolá, fazer empréstimos, especialmente porque o empréstimo vai ser pago pelo seu sucessor, não vai ser pago por ele. É uma maneira muito boa de governar esta, fazer empréstimo hoje para ser pago pelos outros. É fato que levou muitos Estados a uma situação de insolvência, a começar pelo meu. Falo, por isso, com isenção.

Tudo isso é preciso. Ainda há outro dado a considerar, uma peculiaridade nossa. Enquanto países como a França, como a Alemanha, como a Inglaterra, têm os serviços públicos organizados, certos, prontos, é porque as necessidades da sociedade são estaminadas quase há um século. A população desses países não cresce, não diminui, às vezes diminui um pouco, meio por cento, um por cento. Às vezes, há a preocupação de estimular um maior número de nascimentos, dado que a população está caindo. No Brasil, o crescimento da população é de tal forma que não há serviço público que seja capaz de acompanhar o ritmo do crescimento populacional.

Estados, onde o crescimento da população é da ordem de 16,20%, não só do crescimento natural, mas também do crescimento aluvional, gente por toda parte, gente por todos os lugares, criam problemas que efetivamente não são comparados, não têm símile nos países desenvolvidos.

No ano passado, aquele problema de violência do Bico do Papagaio, fui lá para ver. Havia coisas que não conseguia entender, e nada como vê-las para poder entender. Depois de visitar a primeira cidade, Marabá, no Estado do Pará, e eu deveria visitar 3 cidades em 3 Estados, depois da visita a Marabá, já fiquei com a metade do problema esclarecido. Quando voltei para Brasília, já trazia uma noção clara do problema.

Eram cidades que estão hoje com 300 mil habitantes e que há 20, 22, 24, 25 anos, há um quarto de século, tinham dois mil habitantes. Então, no curso de uma geração, essas cidades saíram de 2 mil habitantes para 300 mil habitantes. É claro que não têm água, não têm esgoto, não têm polícia, não têm justiça. Em Marabá fazia 12 anos que não funcionava o júri. Posso assegurar aos Srs. que não era por falta de matéria-prima.

São situações totalmente surpreendentes. Então, é evidente, se a polícia

não funciona, se a Justiça não funciona, funciona uma coisa que seja pior, que é uma coisa assim paralela. Forma-se um serviço paralelo. É o serviço do pistoleiro.

Em Imperatriz, conversando com o Bispo, um homem muito qualificado, me contou uma história que eu disse: chega, não me precisa dizer mais. Ia voltar naquele momento, estava encerrada a excursão. E ele me disse que, tendo tomado um ônibus, parece que em Pernambuco, dirigindo-se para a sua Diocese, alguém lhe perguntou, ele está com a Cruzinha, se ele era religioso. Ele disse que era Bispo de Imperatriz, e o interlocutor lhe disse, interessante, que ele ia a Imperatriz. Ele tinha lá um problema para resolver em Imperatriz. Então, perguntou ao Bispo, com a mais absoluta naturalidade, como se fosse uma coisa normal, corrente, se ele conhecia um bom pistoleiro, ele tinha lá parece que um cheque para pagar...

Vejam o seguinte: não passou pela cabeça desse homem procurar um advogado. Advogado, não, ele precisava de um pistoleiro, porque era o pistoleiro que fazia as vezes da polícia, do Poder Judiciário, através da força, da ameaça ou da violência ou da efetiva ação da medida. De outro lado, pedir essa orientação ao Bispo?!

Então, há realidades dessa natureza. Também, de outro lado, com o progresso hoje existente nas comunicações, nos transportes, aquela hinterlândia que era realmente um mundo fechado, e muitas vezes fechado à ação da própria autoridade, do próprio Estado, este mundo se desmoronou, porque hoje qualquer cidadão, no mais remoto lugar deste País, sabe tanto quanto nós dos acontecimentos nacionais e internacionais, e provavelmente sabe mais do que nós, porque eu, raras vezes, consigo ver o **Jornal da Globo**, normalmente estou no Ministério, e milhões de brasileiros não perdem o **Jornal da Globo**, porque não podem perdê-lo. Estão muito mais informados do que eu, no tocante a esta massa de informações.

São transformações que, no primeiro momento, não nos damos conta, mas que, na verdade, são transformações capitais.

Estamos com uma Assembléia reunida que deverá traçar ou retraçar as linhas da Federação. A grande inspiração está na nossa própria experiência. Mais do que em qualquer obra doutrinária, está na nossa, até diria na acumulação dos nossos erros, dos nossos desacertos, das nossas infelicidades. Há uma soma respeitável de fatos a este respeito que podem orientar o legislador.

Voltando ao assunto da renda, das receitas locais, a fim de que elas sejam o anteparo da autonomia política, da autonomia administrativa, e este é — como sabem os Srs. — um dos problemas mais difíceis. O Estado unitário não tem esse tipo de problema. No Estado unitário o tesouro é um só. No Estado federativo já existem duas ordens, a da União e a do Estado. No Brasil existem 3 ordens: da União, do Estado e a do município. O município brasileiro tem autonomia política que o município norte-americano não tem, que o município argentino não tem, e, às vezes, são mencionados autores estrangeiros que escrevem sobre uma realidade que não é a nossa.

O fato é que é preciso indicar os recursos financeiros da União, dos Estados e dos municípios. Dar uma corrente municipalista, uma corrente estadualista, porque todo mundo quer enriquecer. O município, o Estado, tudo

muito bem. Só há uma coisa: para dar mais para um, só tirando do outro. Fora daí não há gênio nem computador que seja capaz de desmanchar esta realidade. Posso dividir determinada massa tributável fora de um círculo de mil e uma maneiras, dando ora mais para um, ora menos para o outro, mas sempre, e invariavelmente, a matéria será a mesma. O modo de dividir é que será diferente.

Estou convencido de que o problema dos recursos é muito importante, mas não é o mais importante. Vou dar um pequeno exemplo aos Srs. No Brasil, a verlança era tradicionalmente um ônus público. Ser vereador era uma distinção, bem herdado, o tempo das ordenações. Eram os homens bons. Foi exatamente depois de 46, quando os municípios passaram a ter uma receita que não tinham antes, que a verlança passou a ser remunerada. Primeiro modestamente remunerada. E hoje... Da mesma forma o prefeito.

O Rio Grande do Sul sempre foi tido como um Estado quase modelar neste assunto. Não faz muito tempo, foi eleito prefeito da cidade de Uruguaiana um amigo meu, que disse que não ia receber os subsídios que estavam marcados, porque eram o dobro do que ele ganhava na Assembléia, ele era Deputado.

Esse problema de falar muito na precariedade dos recursos dos municípios não se pode aceitar como dogma. Também aí é preciso fazer determinadas reconsiderações e observações, porque a realidade, às vezes, é um pouco diferente.

Uma lei complementar da União tentou ordenar isto e parece que a emenda saiu melhor do que o soneto, porque ela estabeleceu um nível x que não poderia exceder tanto por cento da arrecadação municipal, e aquilo foi tomado como teto. Já com base nisso, começaram as construções teóricas. Por exemplo, elevar a receita prevista, de modo que aqueles 4% sobre a receita já representassem mais do que efetivamente representavam, e quando alguém propunha que não, que tinha que ser sobre a receita realizada no ano anterior e isso aí feria a economia municipal. Era uma violência da União cometida contra a economia municipal. E assim por diante...

De modo que, às vezes, as idéias mais generosas encontram deformações muito visíveis e a curto prazo.

O que eu poderia dizer mais sobre este sistema de relações?

GETÚLIO BITTENCOURT – ... (inaudível)

PAULO BROSSARD – Desde que sejam breves e poucas, porque, realmente, já disse tudo que sabia. Não sei mais. (Risos)

Pergunta – Como o Ministro vê esse tipo de alianças, as conversas regionais de Governadores de Estado? A Amazônia – está-se falando em reunir os Governadores, para fazer indicações políticas. Isso não... (inaudível).

PAULO BROSSARD – Acho que depende. Acho que pode ser um bom ou um mal sinal. Um bom sinal, na medida em que os Governadores se

reúnam par discutir, para aprovar, para, afinal de contas, tratar em comum de problemas que são comuns. Uma vasta região. Se for para formar determinados blocos intranacionais, evidentemente será desastroso. E o que vale em relação à Amazônia vale em relação a outras regiões.

Pergunta – Ministro, no Capítulo Da Organização Nacional, a Constituição fala em União, Estado e município, Território Federal e Distrito Federal. Mas a necessidade da vida interna, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, de conurbação, em termos de urbanismo, que designa essa amálgama de municípios, não exigiria uma nova figura jurídica relacionada exatamente com...

PAULO BROSSARD – Este problema não é novo. Já faz muito tempo que João Mangabeira chamava a atenção para este fato, de que não era possível tratar todos os municípios brasileiros da mesma forma. E dava o exemplo do Rio de Janeiro, de São Paulo, com a generalidade dos municípios. Naquele tempo muito mais acanhados do que hoje. Realmente há uma realidade social muito diferente.

O Sr. até me faz lembrar isto, exatamente pelo tamanho dos problemas, pelas verbas desses municípios, primeiro foi o Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, pelo seu Tribunal de Contas; depois foi o Estado de São Paulo, e depois deu uma safra de Tribunais de Contas pelo País afora e todos com título de ministro, porque era Ministro do Tribunal de Contas da União. Era uma ministrança que não terminava mais, a ponto de esta Carta vigente ter um dispositivo, que é ridículo, mas ao mesmo tempo corresponde a um fato social. Diz lá que só fulano, fulano poderiam usar um título de ministro. Quer dizer, colocar isso num texto constitucional, só mesmo uma Carta outorgada.

Pergunta – Digo para facilitar o atendimento de serviços, com água, esgoto, luz, transporte urbano etc.

PAULO BROSSARD – Sim, mas me diga, você já notou que esses serviços de água, luz, esgoto, que eram serviços locais, tradicionalmente locais, e que deveriam ser locais, foram-se estadualizando, porque os municípios foram os primeiros a querer transferir para o Estado o ônus do serviço? Já não falo na luz e no telefone, que também eram, mas realmente aí as transformações, os progressos têm sido tão grandes que eu acho que não corresponderia mais a uma necessidade local. A geração da energia, a transmissão da energia é um problema já, no mínimo, estadual, mas normalmente ele passa as fronteiras do próprio Estado. As comunicações também.

Na minha cidade, em Bagé, havia uma companhia telefônica municipal, e na cidade de Pelotas, que é uma cidade, afinal de contas, que tem razões muito especiais, lá havia duas companhias telefônicas. Uma foi incorporada, mas a outra está lá, firme. É uma glória municipal. Tem uma companhia municipal. É claro que hoje manter uma companhia telefônica municipal é um

contra-senso, quando se fala para qualquer lugar do mundo a qualquer hora do dia e da noite.

Daf porque o conceito de peculiar interesse, que vem desde a Constituição de 91, “o município é autônomo em tudo quanto disser respeito ao seu peculiar interesse”, art. 68 da Constituição de 91 e que vem sendo mantido, quando na Constituinte de 35 no Rio Grande do Sul se discutiu esse assunto e alguém queria definir o que era o peculiar interesse, exatamente para assegurar o município. Foi o antigo Ministro da Justiça, Maurício Cardoso, que ponderou que era melhor deixar assim, “peculiar interesse”. Por quê? Porque o peculiar interesse não é um conceito fixo, é um conceito móvel, é um conceito elástico, que muda com o tempo.

A luz era do peculiar interesse do município, e deixou de ser. O serviço telefônico era do peculiar interesse do município, e deixou de ser. É uma pena que a água, que o esgoto também tenham deixado de ser, porque, pelo menos no meu Estado, eles foram transferindo, e gratuitamente, a título de doação daquilo que tinha custado, afinal de contas eram serviços públicos, contratados até com firmas estrangeiras especializadas e que fizeram serviços bons, tanto assim que estão funcionando até hoje.

De modo que esses serviços hoje são pouco municipais.

Pergunta – Ministro, sabemos que o Sr. lançou uma campanha, ano passado, contra a violência. Um dos pontos importantes parece, está para sair agora, a adoção da frota ao município.

Minha pergunta: como estamos num processo de devolução do poder aos municípios, delegação de alguns poderes a esses municípios, sabemos que as cadeias municipais tinham uma força muito grande nos municípios. O delegado de polícia tinha uma força muito grande. Será que é por aí? Há outras saídas?

PAULO BROSSARD – Você toca num assunto muito interessante e que também serve até para alguma reflexão até mais ampla e mais profunda. Em primeiro lugar, o problema das cadeias, da segurança. O Sr. sabe que, quando se criava um município no Brasil, a primeira coisa que a Câmara Municipal fazia, e a Câmara Municipal era o órgão deliberativo e executivo, o hoje prefeito era o presidente da Câmara, e o presidente da Câmara fazia era construir a Casa da Câmara, a sua sede, e embaixo a cadeia. Ela tinha a chave da cadeia pública.

Outro dia, eu, Ministro, chego a Porto Alegre e tenho lá uma comissão de vereadores à minha espera. Foram me pedir dinheiro para completar as obras da Câmara Municipal de Porto Alegre. Eu digo: não dou, não contem comigo, porque não faço isto. Se Porto Alegre não tem condições de fazer uma Câmara, que é realmente um quarteirão, não faz. Agora, não pode. Se o município não pode fazer a sua Câmara, não pode ser município.

Pergunta – Isto que o Sr. disse não representaria o parlamentarismo municipal?

PAULO BROSSARD – Não, porque não havia dissolução, e sem dissolução não há parlamentarismo. Em todo caso, era assim que os municípios eram administrados. A primeira condição para a criação do município era fazer a Casa da Câmara, e debaixo era a cadeia. Era uma questão municipal.

Já que falou em segurança e em policiamento, vou fazer outra observação.

Tenho andado por este Brasil aí, e acho que era um fenômeno nacional, lembro-me da minha terra, é claro, não vou me lembrar da terra dos outros, mas fui observando que isso era uma coisa nacional, era o guarda-noturno, o guarda-de-quarteirão que usava um apito e que no meio da noite o apito silvava aqui, repetia lá. Era uma polícia municipal. Não com as atribuições da polícia, de fazer inquérito policial para fins judiciário, etc., mas como a polícia no sentido da defesa da pessoa.

Isso foi desaparecendo. Tenho dito isto, fosse eu prefeito de uma cidade, ninguém me tiraria a iniciativa de montar um serviço de policiamento municipal, com duas pessoas por quarteirão, com a colaboração dos municípios, dos moradores, que naturalmente têm interesse em contar com um policiamento visível e ostensivo. Se não pudesse fazer em toda cidade de uma vez só, começava por determinada faixa. Pelos resultados, não tenho dúvidas a respeito dos resultados, este seria um serviço que se alastraria com facilidade.

Tenho falado nisso, é uma coisa que precisa ser feita. Outro dia alguém me perguntou: mas pode? Claro que pode, por que não pode? Essa polícia municipal não ia fazer inquérito, para mandar para a Justiça. Não, simplesmente um policiamento ostensivo, no sentido da proteção das pessoas.

Por falar nesse serviço, quero dizer que o **Diário Oficial**, de ontem ou anteontem, publicou um decreto federal reduzindo o IPI dos veículos destinados à polícia a 1%, uma coisa meramente simbólica e até para efeito daquele mecanismo de distribuição dos Estados e municípios. O CONTAG, na reunião de ontem, também aprovou uma proposta do Ministério da Justiça, no sentido de suprimir o ICM desses veículos que vão ser adquiridos agora, para serem distribuídos a todos os municípios do Brasil.

Pergunta – ... (inaudível)

PAULO BROSSARD – Mas isto aí, vamos convir, a glória não é fazer esgoto, esgoto não aparece. Ao contrário, fica oculto. Nem adianta botar placa. Ainda não ocorreu isso a nenhuma autoridade. Você tornou aqui padrão de administrador capaz, de larga visão, aquele que fabrica o maior número de autarquias, de empresas públicas, de sociedade de economia mista etc., etc., etc. Então, depois há essa pluralidade e multiplicidade de órgãos. Às vezes me pergunto: mas não é melhor, então, extinguir a administração direta, a administração pública, essa coisa inominável? Parece que tem que se fazer uma série de concorrentes à administração pública. Até acho que seria melhor abolir a administração pública e fazer uma constelação de sociedades de economia mista.

Pergunta – Uma pergunta sobre a sua colocação em relação à questão de recursos, que a mim me parece ser fundamental essa questão da centralização da União. A União hoje é a formadora de capital neste País, e foi essa ascensão da União que deu essa morte – diria – da vida cultural do município e mesmo do Estado. O Sr. lembrou bem os episódios de governos estaduais, de serviço público. Por acaso sou parente do ex-Governador Olegário Maciel, que enfrentou as (inaudível) e deixou Minas Gerais, e isso me marcou muito a infância. Sinto, em relação à mesma que a vida cultural do município acabou, morreu. Houve uma ... (inaudível)

PAULO BROSSARD – Mas, meu amigo, isso aí se deve à União ou se deve a outros fatores, como a televisão, por exemplo?

Já que você falou em Olegário Maciel, vou-lhe contar uma coisa que acho que não sabe, e já que é aparentado do Presidente.

As tramas revolucionárias estavam andando com Antônio Carlos, que era o Presidente do Estado. Então, o pessoal do Rio Grande vivia lá por Minas, no Palácio da Liberdade, se encontravam com o Governador da Paraíba, etc. As tratativas estavam muito avançadas, estavam solenizadas, quando sobrevém a substituição do Presidente do Estado de Minas Gerais. Terminou o mandato de Antônio Carlos e ascendeu o Presidente Olegário Maciel. Ficou aquela dúvida, se ele manteria os compromissos ou não. Então, foram lá duas ou três pessoas conversar com o Presidente Olegário, no Palácio da Liberdade. Naquele tempo não havia gravador, não havia escuta. O homem era mineiro mesmo. Dizem que conversaram a noite inteira e ele jamais proferiu a palavra revolução. Aliás, esta palavra não existia no dicionário dele. Era só o negócio. (Risos) Depois de horas, então, que ele ouviu todos, os meus, Minas, assumiam os compromissos do negócio. O Presidente de Minas mantém os compromissos quanto ao negócio. Nunca proferiu outra palavra senão negócio.

Aí é outro problema, que também é preciso considerar. É claro que ainda hoje nos Estados Unidos, os Estados Unidos têm um largo poder, mas a União também tem um poder que não tinha. É preciso levar em consideração um fato, este é um fato que explica e determina: na medida em que a União cresceu – teve uma fase de hegemonia com a Guerra Civil, com a Guerra de Secessão, depois os Estados, mesmo os Estados do Sul, continuaram com as suas prerrogativas –, a União cresceu efetivamente não foi por causa de nenhuma guerra civil. Foi pela formação de um verdadeiro mercado interno nacional. Esse fenômeno de nacionalizar a economia norte-americana, com a criação real de um mercado nacional, é que, através de duas ou três palavras da Constituição de Filadélfia, é que deram esse poder, essa importância e essa hegemonia que a União, que o Governo Federal não tinha. Foram comércio interestadual e **Jury Procedure of Law**. Estas cinco palavrinhas. Ao contrário daqui, não é bem verdade, porque o mercado nacional também. Hoje se compra no interior de Minas Gerais, não se consome a banha do porco, mas é o Óleo Primor, é a pasta de dentes, é o sabonete, é tudo. Efetivamente, vamos lá ao interior do Amazonas e compramos a mesma mercado-

ria que no interior do Rio Grande do Sul. Este é outro lado. É que, com a formação de um mercado nacional real e efetivo, a tendência é naturalmente para a unificação das decisões.

Pergunta – O Sr. não acha que, em termos de legislação, os Estados e os municípios não se têm desobrigado de algumas responsabilidades, que o paternalismo da União é tal que a eles não confere ter esse direito?

PAULO BROSSARD – Aí acho que não. O paternalismo não é da União, o paternalismo é nacional. E você observe a natureza da legislação dos Estados e a natureza da legislação dos municípios, e vai verificar se não tenho razão.

Intervenção – Mas o Sr. citou um fato da morte do vereador de Pernambuco, que dá bem o exemplo disso que estou falando. Eles querem transferir para a União responsabilidades que não lhe são afetas.

PAULO BROSSARD – Aí que está, não é apenas a responsabilidade, é o apelo ao poder considerado maior, quando, em verdade, o poder federal não é maior do que o estadual. Ele é maior naquilo que é federal. Naquilo que é estadual, o poder maior é o estadual. Geralmente se diz aqui que a lei federal prevalece sobre a estadual e estadual, sobre a municipal. É o princípio alemão do *Bundrecht brieft landsrecht*. Não é verdade isso. A lei federal prevalece sobre a estadual naquilo que é da competência da União. Se a União transcender à sua competência, a lei federal não vale nada, porque será inconstitucional. Vale a estadual. Esta coisa tão simples é que parece que... Mas também se compreende, quando tudo se fazia na base do decreto, no tempo do Governo Provisório de 30 e depois do decreto-lei, realmente se formou uma geração inteira, já são quase duas gerações com essa mentalidade, de que efetivamente o Governo Federal é um Governo Federal em tudo. Baixou um decreto-lei... Não é assim.

GETÚLIO BITTENCOURT – Ministro, muito obrigado pela presença.
(Palmas)

EXPLICANDO À SOCIEDADE

JOSÉ SARNEY

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
26 DE FEVEREIRO DE 1987

GETÚLIO BITTENCOURT – Vamos encerrar hoje este Seminário, que começamos há quatro semanas.

Primeiro, foi a idéia de apresentar o Governo a si mesmo; e segundo, a idéia de trazer para o setor de Comunicação Social do Governo ensinamentos que nos permitissem informar melhor os jornalistas e a opinião pública.

Hoje temos a honra de receber o Presidente da República aqui e Sua Excelência vai-nos dirigir algumas palavras, na conclusão deste nosso Encontro.

O SR. PRESIDENTE JOSÉ SARNEY – Senhores Ministros de Estado, Dr. Getúlio Bittencourt, todos os que trabalham na área de Comunicação do Governo que estão aqui reunidos. A minha presença hoje é justamente para demonstrar o apoio e prestigiar esta iniciativa, que se destina a fazer uma das coisas mais difíceis que tem na arte de governar, justamente a de coordenar, supervisionar e controlar.

É realmente muito importante que o Governo possa coordenar as suas ações no setor de comunicação, que hoje é um setor tão importante dentro da sociedade.

Eu me lembro que, quando por aqui passou, e então ele era Primeiro-Ministro e Chefe do governo da Alemanha, o Sr. Helmut Schmidt, tive a oportunidade de perguntar-lhe como é que programava o seu tempo, e ele me disse que: “Hoje destino 30% do meu tempo a decidir e 70%, a explicar à sociedade os motivos que me levaram a decidir”.

Guardei exatamente isso, e vi que hoje, realmente, numa sociedade complexa como já é o Brasil, temos que estabelecer esse elo entre a própria sociedade e o Governo, para que ela tome conhecimento realmente não do que se está fazendo, mas das motivações, e até mesmo para que ela possa compreender como se estabelece o mecanismo de decisão no Governo. Não é criar uma imagem falsa do Governo, não é criar uma falsa visão daquilo que o Governo possa estar fazendo ou que prometa fazer, mas exatamente dar à sociedade o conhecimento da realidade de governar, de como hoje é difícil o governo de grandes conjuntos.

Esta queixa, que não é queixa, e sim constatação de uma realidade, é hoje uma constante em todos os Executivos do mundo inteiro. Tenho lido, em algumas biografias de homens de Estado que tiveram oportunidade de governar, essa constante tendência à ingovernabilidade, que existe nas sociedades democráticas justamente pelas distorções que se estabelecem entre o entendimento da sociedade para o que é governar e a difícil arte do que é governar.

Por exemplo: no nosso País há uma visão de que o Governo é o responsável por tudo, ele é o senhor onipotente, ele pode transformar do dia para a noite qualquer coisa, quando, na realidade, em alguns instantes, o Governo é até quem a menor parcela tem de modificar, porque os costumes arraigados que se estabelecem dentro de uma sociedade são difíceis de mudanças imediatas. E mais difícil ainda é quando a sociedade pensa que é possível se fazer o milagre.

Então, dentro do nosso País, nestes últimos anos, sentimos uma tendência permanente a acreditar, porque isso foi muito divulgado, que é possível fazer o milagre. E simplesmente não é possível fazer milagre. Todo progresso é fruto do trabalho e toda mudança é fruto de uma longa construção. Construção que naturalmente demanda tempo. E aí vamos encontrar também outro ponto importante na comunicação do Governo com a sociedade: é dar-lhe a noção de tempo. Quem primeiro, com absoluto sucesso, conseguiu isso no Brasil foi o Presidente Juscelino, quando estabeleceu aquela meta: 50 anos em 5. Ele quis avançar 50 anos, mas ele deu à sociedade uma visão de que era um trabalho de 5 anos.

As mudanças que o Brasil atravessou nestes dois anos, foram tão velozes que fica sempre uma expectativa de que no dia seguinte se pode fazer alguma coisa, que o Governo pode fazer alguma coisa que modifique profundamente a sociedade, quando, na realidade, não existe essa noção de tempo. Para mim, foi também uma constatação dessa reflexão que eu fazia, quando aqui estive o grande economista Galbraith, e ele teve oportunidade de me dizer que as coisas estavam sendo certas, fez até um elogio muito grande ao Governo brasileiro. Ele disse: "Com a vaidade que eu não tenho, hoje eu sou a maior autoridade econômica do mundo e posso dizer que os Srs. estão fazendo as coisas certas. Agora, os Srs. não estão tendo a noção de tempo".

O tempo existe. Na realidade, essa noção de tempo pode distorcer e distorce muitas vezes todas as coisas que se pode fazer. Isto porque não transmitimos essa perspectiva do que é realmente um trabalho continuado, em que se está dia e noite empenhado, jogando tudo, cada um dando o máximo de si, dentro das suas possibilidades, para fazer coisas que sejam importantes e que realmente representem os compromissos de mudança.

Por exemplo, agora nós estamos numa conjuntura que se pode dizer difícil. Estamos atravessando outro período de transição, transição numa fase econômica. Saímos de um congelamento de preços com aumentos de salários reais, crescimento de demanda, falta de produtos e quando se tenta, essas águas, ao passar nesse desfiladeiro, tendem a sacudir um pouco. O importante é que tenhamos controle, para se usar uma imagem de hidráulica, se é que pode ser, não sei se estou sendo certo — temos que ter o controle das comportas para que as águas possam passar com uma velocidade controlada,

de modo que não possam causar danos maiores. Mas que elas passam revoltas, passam...

Muitas vezes se pergunta: por que o otimismo do Presidente, se as coisas estão tão difíceis? Porque estou tendo uma noção de tempo. Quem está no comando sabe como as coisas estão-se encaminhando. Esta noção de tempo que tenho, quer dizer, em outras palavras que, ao mesmo tempo estamos tendo uma visão e controle das coisas que estão acontecendo no País. E muitas vezes a sociedade tem a impressão de que não se está fazendo nada! Falta alguma coisa, todo mundo pede. E o murro na mesa? Dar o murro na mesa, e, de repente, o problema de murro na mesa, numa sociedade complexa, simplesmente não resolve. Numa sociedade tribal resolve, mas numa sociedade complexa não resolve, porque se houver o murro na mesa, ou quebra a mesa, se ela for fraca, ou quebra a mão, se ela for forte.

Esta segurança de que as coisas estão acontecendo sob controle realmente existe e me dão essa segurança interior.

Em segundo lugar, porque não estamos atravessando nenhuma crise de natureza estrutural na economia brasileira. O Brasil estaria à beira de uma catástrofe se tivéssemos uma crise estrutural no nosso sistema econômico. Por exemplo, se tivéssemos um colapso no sistema energético. Para se crescer, sabe-se que para cada 1% de crescimento na economia temos que ter 1,2% de crescimento em energia. Não poderíamos crescer se tivéssemos um estrangulamento energético. Então, aí é realmente um ponto do qual não se podia passar, o sistema econômico se desorganizaria. Não há isso com o Brasil. O problema de energia, de colocar à disposição do País, para o seu crescimento, está íntegro. Se tivéssemos colapso no sistema da produção de aço, que é também outro insumo básico de produção. Mas não ocorreu isto: aí também o País está íntegro. Se tivéssemos a perspectiva de um colapso no nosso sistema de transportes. Mas isso não acontece, porque também ele está íntegro. Se não tivéssemos mercado interno disponível. Mas esse também está aí, crescendo cada vez mais, e o País com grandes perspectivas. Há espaços extraordinários abertos para crescer ainda mais.

Então não há, absolutamente, nenhuma visão catastrófica – o Ministro Dilon Funaro está aqui comigo e a todos os que sabem de economia, já disse isto e devo repetir: o Presidente não é economista, não deve ser economista; o primeiro economista foi Cristóvão Colombo, e quando chegou não sabia onde estava e quando saiu não sabia onde esteve. Todos que estudam, que vêem, consideram realmente que o nosso sistema econômico está íntegro, não há motivo algum de termos medo de catástrofe em relação ao Brasil.

E aí vem aquela noção de tempo: mas estamos enfrentando o quê? Uma inflação monetária, porque uma grande quantidade de moeda provocou internamente essa inflação, e ao mesmo tempo a falta de bens e a disponibilidade para comprar. Se essas moedas continuam nesse volume à disposição, dentro da sociedade, evidentemente que, a ser mantido esse volume, elas vão-se drenar naturalmente para a mão dos especuladores. Ocorre uma acumulação de riqueza dentro da sociedade, nesse dreno, para a mão dos especuladores cu para setores que realmente são os mais privilegiados dentro da sociedade, que se podem defender da inflação.

Uma inflação dessa natureza, por outro lado, trouxe uma inflação psicológica, a inflação psicológica que nasceu depois do Cruzado de 21 de novembro. No 21 de novembro procuramos justamente, para enxugar um pouco a demanda, escolher os produtos que tinham consumo final, que não iam influir justamente sobre a inflação na base, e aí fomos escolher gasolina, para o IPI da gasolina, que é produto de consumo final. Iamos escolher automóvel, bebidas, fumo, que não iam influir na inflação. No cálculo geral representam 3,4%.

O que isso provocou? Como o problema da gasolina, de certo modo, bate na classe média, na grande parte, todo mundo tem a sensação — e isso aí não foi calculado, evidentemente — de que, se a gasolina aumentou 60%, tudo vai aumentar 60%. O nosso barbeiro mesmo, quando pega o pente para cortar o cabelo, vai pensar: a gasolina aumentou 60%, e o pente não aumentou nada, não consome gasolina, mas aquilo passa para as pessoas, permeia a sociedade.

A partir daí, com a grande caixa de ressonância dos meios de comunicação, passa-se, então, a criar um tipo de inflação psicológica que passou a ser montada junto da inflação monetária.

Em cima dessa inflação psicológica e dessa inflação monetária, temos também, como é normal, a chamada inflação especulativa, porque ela não deixa de ter nas outras e ela também se monta.

Identifica-se a doença e também nós já sabemos quais são os remédios. Esses remédios estamos tomando com dureza, têm custos políticos altos. Não há dúvida, quem paga mais esses momentos são os custos políticos que se tem que passar. Mas, o pior que isso é tratar de problemas que são graves com soluções demagógicas. A demagogia é solução simples para problemas complexos.

Então, na realidade, estamos tomando essas decisões que são decisões duras, como aquela do aumento do IPI, para enxugar a economia; como essa de controlar o setor público e só gastar o que ele tem.

Ontem, por exemplo, tomamos uma decisão muito dura quanto ao problema dos bancos estaduais. Os bancos estaduais cobravam do Governo Federal, por exemplo, que o Governo Federal tem que enxugar sua máquina.

Chegamos, no fim do ano, (o Governo Federal, em si Governo Federal), com uma economia de cerca de 1 bilhão de dólares. Também a parte de funcionalismo, não recontratando, não fazendo empreguismo, diminuindo cerca de 50 mil funcionários no setor público federal. As nossas contas fecharam com um déficit muito menor do que no ano anterior.

Mas se passa para a sociedade que é uma responsabilidade do Governo Federal o problema do déficit público, quando o que ele é?

Esquece-se de que gastamos em subsídio do trigo, subsídio de gasolina, subsídio que damos também de outras naturezas aí, subsídios à agricultura de uma maneira geral, e que, quando se vai tirar, o que acontece é uma reação muito grande de todos esses setores.

Todo mundo pede que realmente se enxugue essa parte do setor público, mas, na hora em que se vai mexer, a reação é muito grande, principalmente de classes privilegiadas que pedem que esse subsídio seja suprimido, mas e que, ao mesmo tempo, reclamam quando se quer retirar esses subsí-

dios.

Com custos políticos altos, vamos enfrentar esse problema também seriamente.

Eu ia falando dos bancos estaduais. Como não planejei fazer palestra nenhuma aqui, estou conduzindo mais uma conversa, e às vezes os assuntos podem-se atrapalhar.

Estávamos falando dos bancos estaduais. Ora, o que ocorreu em relação aos Estados? Quanto nós enxugamos a máquina federal, a máquina estadual ficou absolutamente livre, e os bancos estaduais passaram a ser bancos emissores de moeda. Por quê? Porque, não podendo quebrar, eles começaram a emitir cheques que não tinham lastro, e cada um começou a fazer aquilo e o Banco Central a acumular, porque não podia quebrar os bancos estaduais, decretar falência, e influir justamente no aumento do volume de moeda à disposição do público. Chegou, nesses 5 bancos, que estão sob intervenção desde ontem, a cerca de 40 bilhões de cruzados, o que significa quase 3 bilhões de dólares emitidos de moeda. Fora o que esses bancos estão fazendo no mercado de juros. Estão colocando CDBs à disposição do público, vendendo a níveis altíssimos, e sem nenhum controle. Isso acontece na área de cada Estado.

Então, é preciso, para o País ser consertado, que se estabeleça também, no nível da Federação, uma consciência de que não é possível que esse esforço do Governo Federal seja só dele, quando, na realidade, esses vazamentos continuam a se processar, e nunca ninguém pode controlar nada.

Foi outra decisão difícil que o Governo tomou. E nós vamos continuar tomando essas decisões, no sentido agora dos subsídios, de modo que se possa realmente controlar essa parte, para que, se controlada essa parte, não tenhamos dúvida de que, mais um mês, dois, três ou quatro meses, a inflação vai voltar aos seus níveis baixos e vamos controlar a economia, de uma maneira geral.

Era o que tinha a dizer, só para fazer um pequeno desabafo aqui com a área de Comunicação.

Por outro lado, outro dia li, e passei até para o Dr. Getúlio Bittencourt, um estudo que foi feito sobre o comportamento das áreas de comunicação em relação ao Governo, e viu-se que houve certa mudança desse tipo de comportamento em relação à imprensa. Esse estudo foi feito sobre os jornalistas que trabalhavam na Casa Branca. É um ensaio muito bem feito: revela que a atitude por eles adotada depois do caso Watergate é que viram que realmente estavam muito próximos do poder e sentiram que foram enganados pelo poder. Que se passava alguma coisa de podre dentro do poder e eles, que cobriam aquela área do poder, eram induzidos a dar notícias, porque elas eram fornecidas, quando, na realidade, um fato muito mais importante e degradante se processava dentro do próprio poder; que a partir daquele instante a conduta que o meio de comunicação passou a ter foi uma conduta de agressividade, como a de alguém que tinha sido enganado; que os jornalistas mudaram totalmente o seu comportamento em relação à própria cobertura e em relação ao governo; certa agressividade e sempre uma tentativa de uma notícia participativa, na qual não se limitavam a dar notícia, mas também eles passavam a exercer uma posição crítica dentro da notícia.

Lendo isso, transpus um pouco para cá. Aqui, no Brasil também, como tivemos um tempo em que a imprensa não foi bem tratada, os meios de comunicação não foram bem tratados, e até mesmo víamos algumas cenas em que..., os jornalistas passaram também a exercer um pouco da sua defesa, que era esse problema da multidão de microfones, é o nosso tipo de reação em cima do próprio poder, e, ao mesmo tempo, essa visão não isenta, porque realmente eles sentem que estão no sentido de que têm que participar criticamente dentro do processo. Então, estabelecem, nesse tipo de levar a notícia, um comportamento crítico.

Isso eu li num estudo que foi feito e passei até ao Dr. Getúlio Bittencourt, sobre o comportamento da cobertura do governo pelos meios de comunicação.

Então, a melhor coisa que se tem para fazer em relação aos meios de comunicação é procurar cada vez mais que o governo seja transparente. Transparente, e ao mesmo tempo que ele possa transmitir essa abertura no sentido de que não tem nada a esconder. Se alguma coisa não estiver certa, é muito justo que se torne público que ela não está certa, porque é até um meio de controlar o próprio governo. E é neste sentido que a imprensa tem um valor extraordinário.

Não tenho mais a dizer, senão agradecer a colaboração de todos e pedir que façamos um esforço no sentido de que se possa dar realmente à sociedade uma noção do árduo trabalho que se está desenvolvendo dentro do Governo. Aí eu poderia dizer que não estamos tendo muito sucesso, porque noto que a sociedade não está informada. Não é querer transmitir à sociedade uma imagem falsa, mas ela não está devidamente informada do esforço e daquilo que o País está fazendo. Não só o Governo, como todos nós, porque, sempre tenho dito, o progresso começa dentro de cada um, é preciso ter essa consciência de que cada um participa desse processo. Ninguém pode ajudar a quem não quer ser ajudado. E nós do Governo, todos nós, a equipe do Presidente e até os seus Ministros, devemos facilitar a ação dos Srs., mostrando que queremos ser ajudados nessa tarefa tão importante que é informar a sociedade.

Muito obrigado. (Palmas)

DEPOIS DO PLANO CRUZADO

DILSON FUNARO

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
26 DE FEVEREIRO DE 1987

DILSON FUNARO (Ministro de Estado da Fazenda) – Senhores, essa premência de tempo vai-me fazer ir muito direto aos assuntos, mas tenho a impressão de que podemos, num prazo curto, discutir um pouco os anseios e as preocupações que temos, tanto como Executivo quanto como brasileiro.

Eu não precisaria alongar-me muito no relacionamento, no trabalho que os Srs. fazem de comunicação, porque ele se traduz na presença diária entre o contato que tenho com os Srs. O respeito da nossa ligação, desde os primeiros anos que comecei a ter algum contato com a imprensa, não mudou. Portanto, não vou-me alongar para ressaltar o quanto respeito o trabalho de todos vocês.

O principal hoje no Brasil é sabermos exatamente as chances que temos de nos tornarmos uma Nação cada vez mais viável ou uma Nação que nas transformações mundiais vai-se atrasando no processo de desenvolvimento. Toda a questão discutida paralelamente a uma posição política, democrática, toda a questão que envolve a parte econômica é o que vamos ser amanhã e quais são as chances que nós damos para o nosso povo de se tornar um povo mais independente e com uma melhor condição de vida.

A negociação externa, a discussão interna envolvem exatamente isso. A nossa visão do Plano Cruzado era a grande distribuição de renda. As pressões da sociedade sobre a forma de acomodação, alteração de preços, de um lado, o ágio, de outro, eram outra vez as pressões para distribuírem renda entre si. É uma sociedade, às vezes, desacostumada a uma modernização e, muitas vezes, na defesa de processos que já estão arraigados dentro de uma cultura, que é a nossa, que aceita sempre uma grande distorção de classes entre os mais beneficiados, convivendo com um cenário que não pertence a um folclore, mas pertence à vida de cidadãos brasileiros.

Essa diferença é que pesa na mesa de decisão de cada um de nós. É a decisão de transformar uma nação. Quando discutíamos, no começo do Plano Cruzado, insistia muito que era um problema de mentalidade, porque estávamos ligados à mentalidade inflacionária, que perturbava um pouco enxergar as grandes transformações que precisariam ser feitas para transformar a

Nação. Naquele momento, a indexação perturbava a mentalidade brasileira. Ao lado disso havia toda a verdade de um povo que era um povo que lutou, que tem lutado, que procura os caminhos, às vezes é barrado, às vezes as elites não respondem à altura, o processo político seguro. São obstáculos constantes na História do povo brasileiro. Essas transformações todas estavam começando a surgir outra vez quando liberamos um pouco a parte econômica, que permitia, então, às pessoas sentirem um pouco mais de direito. A Justiça brasileira, que é tão lenta nesse processo. É difícil se ter uma democracia sem uma Justiça rápida, porque o cidadão se perde no processo e demora quatro, cinco, seis anos para ver o seu direito garantido.

Portanto, as instituições todas tinham que ser reformadas e modernizadas. Este é um trabalho muito amplo que temos que fazer, é dia-a-dia, é um trabalho em que a modernização da Nação, como um todo, e das instituições permite, aí, sim, como pessoa, as Nações não terem euforias e depressões. As instituições dão as bases. As instituições é que permitem que as nações tenham um alicerce mais seguro, estabelecendo as prioridades hoje do País, para a melhoria do desenvolvimento do povo. Um dos pontos-chaves é a dívida externa. A dívida externa, eu dizia ontem a uma pessoa que me telefonava do exterior: não há nada de errado com o Brasil. Enganam-se os editoriais dizendo que o Brasil está numa crise. E lhes explico por quê. Mesmo que o Brasil não tenha 12 bilhões de dólares, tenha 8 bilhões de dólares, ainda continua sendo o terceiro superávit do mundo: Japão, Alemanha e Brasil, depois o Canadá. Em termos de superávit, mesmo caindo de 12 para 4, o nosso País é o terceiro do mundo. A exigência de que tenhamos 12 e os 12 sejam ligados ao serviço da dívida, perturba o crescimento brasileiro. Ele obriga a voltar a 82, onde temos que diminuir o mercado interno para termos mais produtos para exportar. E esse modelo o Governo Sarney não deseja. Desejamos renegociar, para não termos que diminuir e caminhar para um processo recessivo.

O segundo ponto importante, falamos muito em déficit público aqui, dentro do Brasil. Os números do déficit público hoje dos países desenvolvidos, temos: Japão outra vez; a Alemanha; Suíça. Todo o restante tem um déficit maior do que o do Brasil, todo o restante. O déficit interno é maior e superior ao déficit brasileiro.

Portanto, o problema não é de monitoramento no Brasil. O Brasil fez um esforço, pagou 45 bilhões de dólares em quatro anos e recebeu 11 bilhões de financiamento. O erro não está aqui, o erro está no sistema automático de refinanciamento da crise internacional, e é exatamente isso que vamos fazer. Vamos discutir com os países os refinanciamentos internacionais, porque a partir dos refinanciamentos, é que se equaciona esta relação tão penosa e difícil para as nações devedoras, que é o serviço das suas dívidas.

Na parte interna tivemos 10 meses razoáveis, uma economia relativamente estabilizada, mas ocorreu no Plano Cruzado exatamente um estrangulamento da importação, o que não ocorreria em outra nação que pudesse importar. Os Estados Unidos, quando crescem 5%, por exemplo, em 1982, crescem meio Brasil. Isso não significa que construíram meio Brasil nos Estados Unidos para fornecerem produtos para o seu povo. Eles podem importar, o que não podemos, e, importando, eles terminam com os problemas normais

de uma economia que cresce em determinado momento e precisa de produtos para atender à sua população.

O que crescemos no Plano Cruzado não foi tanto. Crescemos 8%. Não foi exagerado no crescimento brasileiro, até crescemos mais do que isso tempos atrás, mas os 8% foram suficientes para terminar a hora em que houve distribuição de renda, para terminar a capacidade de a indústria produzir os bens necessários para a população. E aí faltavam produtos.

O que significa isso? Significa que na hora em que ampliamos um pouco o mercado interno em gêneros de absoluta necessidade básica, como remédios, que a indústria produziu 35% a mais e faltou remédio no nosso País, e um país não fica doente num ano, é porque apenas a população começou a ter a capacidade de poder ir à farmácia e receber e comprar depois, três remédios, em vez de levar apenas um e o mais barato, que era a média das receitas atendidas no Brasil.

Essas necessidades básicas é que estão em cima da mesa de quem procura dirigir um processo econômico e para dar a oportunidade de esta Nação ser cada vez mais viável e estar presente no mundo moderno, porque depois da crise de 82, inúmeros países perderam a capacidade de ser países modernos na próxima década. (Palmas)

Pergunta – ... (inaudível).

DILSON FUNARO – O Brasil está quebrado. Como estava dizendo, a minha visão é um pouco diferente. Podemos quebrar o Brasil, não é o Brasil que está quebrado. Se nos sujeitarmos a não ter os mecanismos de financiamento internacionais e resolvermos fazer recessões internas para servir à dívida inteira, quebramos o Brasil. Se lutarmos pelos refinanciamentos internacionais, certamente poderemos continuar desenvolvendo e modernizando o nosso País.

Pergunta – ... (inaudível)

DILSON FUNARO – Esta visão é que estou levando hoje para uma negociação com as nações. Vou fazer um contato com as autoridades americanas e cinco países europeus. Espero, nesta próxima semana, ter conversado com o grupo de cinco, com exceção do Japão, porque acho que a solução da crise não pode ser uma questão de apenas rolar essa dívida como tem sido rolada. Tenho visto alguns países que fecharam o seu **cashflow** este ano.

A posição brasileira é muito maior do que esta. Temos que dar o horizonte. Os mecanismos têm que ser automáticos. A discussão da dívida externa, que nasceu de apenas um contato comercial, de um empréstimo comercial nos anos 70, para a rolagem desse comércio externo, empréstimos, a rolagem passou a ter condicionalidade. Condicionalidade no FMI, condicionalidade no Banco Mundial, condicionalidade em todos os setores, nas agências extra-oficiais de crédito, no EXIMBANK.

Portanto, uma negociação comercial não pode, em determinado momento, ser envolvida, para a sua renovação, numa negociação política. E se

for envolvida numa negociação política, o Brasil tem a obrigação de ir discutir politicamente.

É exatamente este o papel que temos hoje.

Pergunta — O não pagamento dos juros da dívida externa é a fortificação do País. Há outras ações complementares? O não pagamento de juros é a fortificação da visão ativista do País?

DILSON FUNARO — A visão otimista é um pouco diferente. Estudo há muitos anos o desenvolvimento industrial das nações: o grupo asiático, as nações latino-americanas — o que dá força às nações para elas poderem se engajar no processo de países mais desenvolvidos. Algumas posições permitiriam algumas nações se transformarem, por exemplo, em grandes países exportadores — o caso da Coreia, Taiwan, Hong-Kong.

O Brasil tem um problema um pouco maior. O Brasil tem um grande mercado interno e é uma grande nação, e ela tem que crescer num caminho que permita esforços comparativos com as nações, que permita economia de escala maior, tanto em tecnologia de produto quanto em tecnologia de processo. A Nação brasileira tem dado passos importantes nesse segmento. Hoje o Brasil não é a questão da dívida externa, mas é a questão de Nação. Ainda podemos voltar a recuperar essa tecnologia perdida nos últimos anos de recessão. Quando tivemos agora um crescimento brasileiro, a industrialização brasileira, as indústrias de máquinas já não se encontram tão tecnicamente desenvolvidas quanto estavam em 1979, por exemplo. Elas tinham uma diferença entre as máquinas nacionais e as máquinas estrangeiras talvez com uma diferença tecnológica menor do que a que temos. Quatro anos de recessão atrasam a Nação. Mas ainda é tempo de recuperar. Ainda não destruímos o processo de crescimento. A retomada se envolve numa conquista tecnológica. Se modernizarmos com rapidez, certamente o Brasil pode ter, até o final desta década, condições importantes de outra vez ter um lugar no cenário das nações e resolver os seus problemas internos, porque a tecnologia no fim, é um processo de absorção e temos que ficar muito em contato. Hoje estamos, se não me engano, com um oitavo de tecnologia de um país como a Coreia do Sul. Estamos investindo muito pouco nessa área, quer pelo problema da educação no Brasil, que não tem se desenvolvido à altura das necessidades da Nação, quer pelos contatos externos com a tecnologia, quer pelo número de bolsas de pessoas que vão estudar fora. Estamos muito restritos ainda. Paramos. A solução não é parar. A opção é crescer, a opção é realmente transformar este País de novo num país agressivo, de conquistas, porque isto traz diretamente benefícios para a população brasileira.

Não é o otimismo meu, não é da dívida externa. Ao contrário, é um processo difícil de negociação. É que as condições brasileiras, se olharmos as nações que têm chance, as condições brasileiras são muito boas.

Pergunta — Ministro, coloco minha pergunta da seguinte maneira: há algum tempo, me dizia um banqueiro: tendemos sempre a ganhar as negociações com o Terceiro mundo, porque o Ministro da Fazenda ou do Banco

Central têm... para negociar, com a cabeça cheia e problemas, logo atrás, no problema do seu Banco Central, o problema da energia, o problema do abastecimento... (inaudível), próprio, e só pensando no nosso problema, que é juros. O Ministro permanece dois, três dias e deve voltar correndo, porque o seu Presidente está enfrentando problemas no Congresso, no Parlamento.

Então, pergunto: não é o momento de mudarmos a sistemática dentro do processo de negociação? Formar uma equipe mais profissional para poder discutir com profissionais? E não ficar o Ministro da Fazenda ou o Presidente do Banco Central diretamente envolvidos nessas negociações?

DILSON FUNARO – É um conceito importante.

Quero dizer como é que temos mantido esse relacionamento. Nunca fui ao Comitê Assessor de Bancos. O nível de discussão deve ser de ministros com ministros, dos presidentes de Banco Central com os presidentes de Banco Central e os nossos diretores do Banco Central com os congêneres. É o nível que demos como orientação, desde que assumimos o Governo, porque o Comitê dos Bancos também reflete uma organização um pouco diferente. Os banqueiros americanos têm 35% do nosso crédito, mas têm 50% de assento no Comitê de Bancos. A própria forma do Comitê, a discussão dentro do Comitê, são temas que vamos começar a discutir novamente, porque normalmente um país fica numa posição e o Comitê Assessor deste país, pago por esse país, defende a posição do setor financeiro. Portanto, é um pouco difícil esse relacionamento e até hoje não pode ser mais organizado, melhor colocado, para que se possa ter uma negociação à altura.

As negociações que vamos fazer é com os governos, estou indo para conversar com os governos, porque tem a solução com os governos. Discutir com os bancos me parece que não tem prioridade absoluta.

Muito obrigado. (Palmas)

PORQUE UM SEMINÁRIO

GETULIO BITTENCOURT

AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO
26 DE FEVEREIRO DE 1987

GETÚLIO BITTENCOURT (Jornalista, Secretário Especial de Comunicação Social da Administração Federal) – Direi rapidamente a vocês de onde veio a idéia de se fazer este Seminário, porque foram escolhidas essas pessoas e não outras e, como o Ministro Paulo Brossard disse ontem, por que alguns temas foram previamente escolhidos, sem combinar com as pessoas que falaram. Sabem por quê?

Quando vim trabalhar com o Presidente Sarney, senti, da parte do Governo, grande irritação com a cobertura que a imprensa dá aos atos do Governo. A imprensa está sendo vista pelo Governo como um problema. Isto contraria uma teoria que procurei desenvolver para as pessoas aqui, de que só em metade do mundo é que existem esses problemas. A outra metade contém soluções. Se não fosse assim, o mundo já teria acabado.

Então, se a imprensa estiver sendo vista pelo Governo só como um problema, isso se deve em parte ao fato de que o Governo não sabe relacionar-se bem. Certamente este é um dos fatores.

Em segundo lugar, senti que tínhamos problemas de comunicação interna entre ministros de Estado, e dos ministros para baixo, para um lado, para cima. Então, para fazer um relacionamento competente, correto, profissional com a imprensa, era necessário primeiro tentarmos conversar conosco mesmo.

Assim, pedi a algumas pessoas que viessem conversar com vocês um pouco, para apresentá-los a essas pessoas, e também para apresentar-lhes a essas pessoas.

A primeira pessoa que escolhi foi o Ministro Marco Maciel, primeiro porque ele simboliza um pouco as dificuldades de um Governo de coalizão. Ele tem um posto político muito importante, uma posição administrativa mais relevante no Governo, mas ele é do menor dos dois Partidos da coalizão. O posto dele é funcionalmente decisivo e politicamente delicado. Ele explicava bem uma das razões pelas quais as decisões são mais demoradas no atual Governo do que nos governos do regime autoritário que o precedeu. Existem outras. A primeira é que a principal diferença operacional entre um regime autoritário e um regime democrático é que no regime autoritário o Presidente

primeiro decide e depois as pessoas discutem, ou não, dependendo do grau de adesão à decisão que foi tomada. No regime democrático é o contrário. Primeiro se debate. A decisão é o último elo de um processo de debate que, quanto mais longo for, mais democrático será. Em geral, como regra geral.

Toda vez que as pessoas falam que o Presidente precisa decidir primeiro, estão pedindo que ele seja autoritário. Se for para ser autoritário, não precisa de Presidente Civil. Aí será melhor não exercer a atividade.

Suspeitava que em parte isso acontecia, essa cobrança, não é só de parte da sociedade, não é só dos jornalistas. Posso dar um exemplo a vocês que me deixou surpreso. Na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Social, pelo menos dois dos ministros ao sair reclamaram: mas ele não decide. Por que ele não decide? Não decide, porque não pode. Ele está ouvindo, só pode tomar decisões que reflitam certo consenso da sociedade. Foi isso que as pessoas pediram tanto. Não pediram, evidentemente, que decidisse a toda hora, mas simplesmente que ouvisse antes de decidir.

A idéia de que ouvir é democrático, de que isto é que expressa uma mudança política no País, não está muito clara. Vejam que eu não reclamava da imprensa. O exemplo que dei a você foi de dois ministros de Estado civis. Além do fato de que o novo regime tenta se democratizar, propõe-se a privilegiar o processo de debate, e não o processo de decisão, além disso este é um governo de coalizão. Por isso eu achava que todos esses problemas estão simbolizados na figura do Ministro Marco Maciel.

Então, a teoria que tinha por trás deste Seminário é esta, de que primeiro precisávamos conversar entre nós. Isso criou algumas dificuldades no começo, as pessoas ficavam muito assustadas aqui. O que saiu na imprensa da primeira conferência, por exemplo, fui acusado até de que o Ministro Marco Maciel não disse. Ele não queria acabar com o **off the record**... Coisa ridícula. Ele não disse isto. No entanto, foi essa a versão que surgiu na imprensa.

Chegou-se a pensar ser mais prudente, aqui, não se fazer Seminário nenhum, que isso criava mais problemas do que soluções. No entanto, insisti, baseado na premissa de que a maneira de se corrigir as informações é informando mais, e não informando menos.

Também dou uma explicação a vocês – e é outra história – porque não convidei os jornalistas da iniciativa privada para participar deste Seminário. Basicamente, há várias razões pelas quais a equipe de Comunicação do Governo pode não se sentir satisfeita. A primeira delas, porque, nas duas últimas décadas, se as pessoas não tinham certa simpatia pelo regime autoritário, então, a maioria das pessoas podia-se sentir constrangida de servir ao Estado brasileiro. Visto que o Governo agora é democrático, não haveria mais nenhuma razão para esse constrangimento, a não ser a do hábito, semelhante ao hábito de cobrar decisões, e não de cobrar debates de um Presidente civil.

Uma segunda razão poderia ser que o Estado brasileiro paga mal ao pessoal que trabalha para ele. Dou um exemplo de militar, piloto de **Mirage**, que ganha tal como 3 mil cruzados, e o seu equivalente na iniciativa privada pilota um **Boeing 737** e ganha 70 mil cruzados. A desproporção é mais ou menos esta. Nas áreas do Executivo civil é semelhante.

Já que não era possível oferecer melhores remunerações a vocês, eu achava que era possível pelo menos oferecer-lhe um diálogo interno mais

amplo, que aumentasse o nível de informação que vocês próprios tinham sobre as ações do Governo.

A minha premissa é a de que, uma vez que vocês soubessem mais, vocês poderiam informar melhor aos jornalistas. É para isto que vocês estão aqui, para informar direito as outras pessoas, para informar melhor. Pensamos que convidar o Governo para esse treino, abrir as informações para vocês, acabaria, um dia, espero que não demore muito, melhorando a cobertura, a qualidade daquilo que a imprensa brasileira faz.

Era isto. Muito obrigado a todos. (Palmas)

SEMINÁRIO: "A INFORMAÇÃO OFICIAL"

PARTICIPANTES

MINISTÉRIOS

ADMINISTRAÇÃO

- José Wilde Cabral de Oliveira
- Roberto Dantas
- Paulo Euler

AERONÁUTICA

- Cel. Paulo Sérgio Barboza Esteves
- Ten. Cel. Renilson Ribeiro Pereira
- Mj. Antonio Guilherme Teles Ribeiro
- Mj. Francisco Joseli Parente Camelo

AGRICULTURA

- Antonio Carlos Scartezini
- Antonio Secundino de Barros S. Neto
- Luiz Carlos Castello Branco

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- José Monserrat Filho
- Paulo Lira

COMUNICAÇÕES

- Artur Aymoré
- Paulo Nazi Brum

CULTURA

- Vinicius Becker Costa
- Dolores Villela

DESENVOLVIMENTO URBANO

- Ivens Moretti Pacheco
- Ijalmar Maia Nogueira

EDUCAÇÃO

- Paulo Costa Ramos
- José Ângelo Castello Branco

EMFA

- C.F.F.N. Orlando Mendes Gonçalves
- C.C.I.M. Sebastião Henrique Pereira de Araújo

EXÉRCITO

- Cel. João Carlos Porto Alegre Rosa
- Gen. Bda. Carlos Olavo Queiroz Guimarães

FAZENDA

- Marco Antonio Diniz Brandão
- Mário César Rosa

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Herbert Gomes Timm

INTERIOR

- José Martins Arantes
- Fernando Grossi

IRRIGAÇÃO

- José Rangel de Araújo Cavalcante
- Wilson Ibiapina
- Roberto Piza

JUSTIÇA

- Ademir Malavazzi
- Otília Rieth

MARINHA

- C.F. Francisco Luiz Galo
- Ten. Marcelo Carneiro

MINAS E ENERGIA

- João Batista de Assis Corrêa
- Patterson Pereira

PLANEJAMENTO

- Carlos Alberto Sardenberg
- José Roberto da Silva

PREVIDÊNCIA

- Rosa Maria dos Reis

REFORMA AGRÁRIA

- Luiz Salgado Ribeiro
- Lúcio Aparecido Sorge

RELAÇÕES EXTERIORES

- Min. Ruy Nunes Pinto Nogueira
- Sec. Fernando Barreto

SAÚDE

- Amaury Ferreira Mattos
- Jacyra da Silva

TRABALHO

- Márcia Oliveira Gomes

TRANSPORTES

- Ricardo Buarque Franco Neto
- José Humberto Mancuso
- Ismar Buarque

ÓRGÃOS E EMPRESAS

BANCO CENTRAL

- Reynaldo Domingos Ferreira

BANCO DO BRASIL

- Ney Curvo
- João José Ferreira Forni
- Mauro Sérgio Fernandes

BNDES

- Herval da Silva Faria
- Sonia Meinberg

CEF

- Sérgio Augusto Corrêa de Faria
- Miguel Angelo Garavelo
- Paulo Roxo Ramos
- Celina Leite Ribeiro

CEME

- Idelson Alan

CVRD

- João Manoel de Carvalho Neto
- Mário Rolla
- Haroldo Jackson Santos
- José Fernandes da Silva

EBN

- Marcelo Antonio Cordeiro de Oliveira
- Octavio Bonfim de Oliveira
- Rosa Maria Wasem Magalhães
- José Alcides Lima de Souza
- Stênio Ribeiro de Souza
- Carlos Eduardo Berensdorf
- Maria Isabel Teixeira de Freitas de Miranda Pontes
- Erterlina Braz da Silva
- Eduardo Sérgio Hermano Balduino
- Katia Ferreira Lima Aguiar
- José Romildo de Oliveira Lima
- Safira Maria de Figueiredo Souza
- Maria Helena de Castro Antun Rocha
- Azelma Rodrigues
- Oswaldo Guimarães Amorim
- Luiz Fernando Prado Fraga
- Eduardo Mamcasz
- Fernando Ladeira de Oliveira
- Rogério Bastos Cadengue
- Sonia Nogueira Mossri
- Ruy Lopes
- Luiz Recena Grassi
- Berenice de Souza Otero
- Jorge Eiras
- Vanira Foster
- Clara Favilla de Oliveira Lima
- Célia Regina Scherdien

ELETROBRÁS

- Carlos Olyntho Cabral da Silva

EMBRAPA

- Marcos Lima Silva

EMBRATEL

- Paulo Roberto Gravina

EMBRATER

- Nicolau Frederico de Souza
- Algecira Castro do Amaral

EMBRATUR

- Magareth Guida

IBDF

- Joaquim Jodelle
- Aylle Sellassiê Filgueiras Quintão

IBGE

- Shirley Soares Dias de Souza
- Leci Delfim Vieira
- Francisco Alchorne

INCRA

- Jair Borin

PETROBRÁS

- Guilherme Duque Estrada de Moraes
- César Francisco Alves
- Antonio Marcos Umbelino Lobo

PORTOBRÁS

- Mário Sampson Pinto

RADIOBRÁS

- Carlos de Cerqueira Leite Zarur
- Alberto Mendonça Coura
- Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo
- Irineu Henrique Tamanini
- Luiz Antonio Alves
- Clair Grzechota Cossetin
- Vera Keller
- Antonio Paulo Medeiros Carneiro
- José de Arimatéia Araújo
- Antonio José de Freitas

SERPRO

- Maria Aparecida Neves
- Gladiston Holanda

SIDERBRÁS

- Augusto César Lobo de Carvalho
- Eliana de Araújo Nobre Farias

TELEBRÁS

- Fernando Vita Souza

SECAF

- Getúlio Bittencourt
- Jorge Luiz de Souza
- Leda Beatriz Guedes
- Norma Marquez Euleutério

SID

- Antonio Frota Neto
- Inê Amado
- Luiz Fernando Beskow



Foto: Getúlio Gurgel (EBN)

No encerramento do seminário, da esquerda para a direita: Ministro Dilson Funaro, Secretário Getúlio Bittencourt, Presidente José Sarney, Ministro Bayma Denny.

PATROCÍNIO:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



